



Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

**Investigação Científica nas Ciências
Humanas e Sociais Aplicadas**
3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I62 Investigação científica nas ciências humanas e sociais aplicadas 3
[recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. –
Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Investigação
Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-269-2

DOI 10.22533/at.ed.692191604

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades – Pesquisa –
Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os artigos organizados neste livro retratam o objetivo proposto de demonstrar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica nas áreas da Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente a educação, a administração e o direito.

O livro “Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” está organizado em 03 volumes. Este 3º e último volume reúne um total de 22 artigos, sendo na 1ª parte, 09 artigos voltados especificamente para as Ciências Humanas, com destaque especial à fontes para a história da educação, tecnologia e educação, estudos de casos, orientação sexual no ambiente escolar, história, educação e saúde.

E na 2ª parte, voltada às Ciências Sociais Aplicadas, temos 10 artigos que irão discutir estudos de casos, inovação e turismo, seguidos por mais 03 artigos que apresentam debates e resultados dentro do contexto jurídico com temas voltados as relações causais da violência urbana.

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas federais e estaduais, distribuídas entre 13 estados, com destaque para as regiões norte, nordeste e sudeste, que mais contribuíram neste 3º volume.

Assim fechamos este 3º e último volume do livro “Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, socializando resultados de pesquisas e inovações e dando continuidade a disseminação do conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

CAPÍTULO 1	1
IMPRESSOS FEMININOS COMO FONTES DE PESQUISA: O CASO DA REVISTA INFANTIL “CIRANDINHA”	
<i>Luciana Borges Patroclo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6921916041	
CAPÍTULO 2	16
PLANEJAMENTO DE AULA E TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: A FORMAÇÃO DOCENTE EM TECNODOCÊNCIA	
<i>Gabriela Teles</i>	
<i>Francisco Renato da Silva Soares</i>	
<i>João Ítalo Mascena Lopes</i>	
<i>Thayana Brunna Queiroz Lima Sena</i>	
<i>Robson Carlos Loureiro</i>	
<i>Luciana de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6921916042	
CAPÍTULO 3	26
AS CARACTERÍSTICAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO ANO DE 2016	
<i>Jéssica Letícia de Souza Miranda</i>	
<i>Narciso Rodrigues da Costa</i>	
<i>Alessandro de Castro Corrêa</i>	
<i>Danielle Cristina Gonzaga Corrêa</i>	
<i>Francisco do Nascimento Felix</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6921916043	
CAPÍTULO 4	34
PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO SOBRE A ORIENTAÇÃO SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR	
<i>Soraya Marques Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6921916044	
CAPÍTULO 5	42
ENTRE TORCER E MORRER: VIOLÊNCIA ENTRE TORCIDAS ORGANIZADAS DE FUTEBOL EM FORTALEZA/CE	
<i>Francisco Thiago Cavalcante Garcez</i>	
<i>Geovani Jacó de Freitas</i>	
<i>Lígia Vieira da Silva Cavalcante</i>	
<i>Sara Castro Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6921916045	
CAPÍTULO 6	49
CANELAS SECAS E PARAGUAIOS: TRAJETÓRIAS, DINÂMICAS E ATUAÇÃO NA VIDA SOCIAL E POLÍTICA DE APUIARÉS/CE	
<i>Meirejane Cardoso Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6921916046	

CAPÍTULO 7	54
A VISÃO DOS USUÁRIOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS QUANTO A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS EM ARAPIRACA – ALAGOAS	
<i>José de Souza Gomes Júnior</i>	
<i>Claudio Henrique Nunes de Sena</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6921916047	
CAPÍTULO 8	64
EDUCAÇÃO PERMANENTE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA VISÃO DOS TRABALHADORES	
<i>Rebecca Palhano Almeida Mateus</i>	
<i>Sharmênia de Araújo Soares Nuto</i>	
<i>Maira Barroso Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6921916048	
PARTE II - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	
CAPÍTULO 9	77
A COMUNICAÇÃO COMO POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO CLIENTE: ESTUDO DE CASO NA DISTRIBUIDORA CERVEJARIA PETRÓPOLIS	
<i>Aluydio Bessa Amaral</i>	
<i>Antônio Carlos Tavares do Nascimento</i>	
<i>Camila Sousa dos Santos</i>	
<i>Kellen de Araújo Galeno</i>	
<i>Jalva Lilia Rabelo de Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6921916049	
CAPÍTULO 10	92
DETERMINANTES DA ESTRUTURA DE CAPITAL: UM ESTUDO SOBRE EMPRESAS MINEIRAS DE CAPITAL FECHADO	
<i>Ewerton Alex Avelar</i>	
<i>Joyce Mariella Medeiros Cavalcanti</i>	
<i>Helen Rose Pereira</i>	
<i>Terence Machado Boina</i>	
DOI 10.22533/at.ed.69219160410	
CAPÍTULO 11	113
REDE DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS: O CASO DA AGÊNCIA DE INOVAÇÃO DO IFES	
<i>Rodolpho da Cruz Rangel</i>	
<i>João Paulo do Carmo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.69219160411	
CAPÍTULO 12	129
MOTIVAÇÃO HUMANA NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA COMERCIAL	
<i>Manoel Carlos de Oliveira Júnior</i>	
<i>Sandro Breval Santiago</i>	
<i>Lumara dos Anjos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.69219160412	

CAPÍTULO 13 144

IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO DE UMA START-UP/TIC: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA GEEKIE

Herivelto Lulía Filho
Silvia Novaes Zilber Turri
Eduardo Corneto Silva
Edna de Souza Machado Santos

DOI 10.22533/at.ed.69219160413

CAPÍTULO 14 161

MAPEAMENTO DAS EMPRESAS FILHAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO: EMPREENDEDORES EGRESSOS

Ivana Aparecida Ferrer Silva
Simone Hirata
Elba de Oliveira Pantaleão
Caryna Paes Barreto

DOI 10.22533/at.ed.69219160414

CAPÍTULO 15 177

PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO INOVADOR DO SENAI: “DESAFIO SENAI+INDÚSTRIA - FASE PRÉ-CELERA”

Carla Santos de Souza Giordano
Gabriela Maria Amorim Padilha
Fabrcius Nascimento Garcia Neto
Ricardo Marques Diniz
William Guimarães Lima

DOI 10.22533/at.ed.69219160415

CAPÍTULO 16 184

FREQUÊNCIA DE COMPRA DE PEÇAS JEANS PELOS CONSUMIDORES DA GERAÇÃO Z E *BABY BOOMERS*

Onnara Custódio Gomes
Lívia Lopes Custódio
Rachel Marinho Aquino Cavalcanti
Thelma Valeria Rocha
Vivian Iara Strehlau

DOI 10.22533/at.ed.69219160416

CAPÍTULO 17 190

AS BARRACAS DA PRAIA DO FUTURO E A RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO EM FORTALEZA – CEARÁ – BRASIL

Débora Ferreira Freire Dias
Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

DOI 10.22533/at.ed.69219160417

CAPÍTULO 18 203

O PASSEIO PÚBLICO E SUAS VÁRIAS FACETAS IMPRESSAS NAS CAMADAS DO TEMPO

Romulo Augusto Pinto Guina
Diana Amorim dos Santos da Silva
Diogo Fellipe de Souza Dórea

Bianca Cristine Faro Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.69219160418

CAPÍTULO 19 218

OS HOMICÍDIOS NA PARAÍBA: DINÂMICA E RELAÇÕES CAUSAIS DA VIOLÊNCIA
MEDIDA PELOS HOMICÍDIOS NAS PRINCIPAIS CIDADES DA PARAÍBA

Eduardo Souza Silva

José Maria Pereira da Nóbrega Júnior

DOI 10.22533/at.ed.69219160419

CAPÍTULO 20 228

A AFIRMAÇÃO DA TRÍADE: LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE COMO
FUNDAMENTO DA CONCRETA IMPLEMENTAÇÃO DO ESTADO LAICO

Luciele Moreira Leão

Fabiana Cintra Sielskis Porto

DOI 10.22533/at.ed.69219160420

CAPÍTULO 21 233

TRABALHO, POLIDEZ E O JOGO DAS FACES: VIOLÊNCIA E SENTIDOS
DISCURSIVOS NA FALA DOS “SAMUZEIROS”

Letícia Adriana Pires Ferreira dos Santos

Ana Maria Almeida Marques

DOI 10.22533/at.ed.69219160421

CAPÍTULO 22 255

A BIBLIOTECA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PORTO VELHO (RO): QUE
PRÁTICAS?

Kétila Batista da Silva Teixeira

Zillanda Teixeira Rodrigues Stein

Jussara Santos Pimenta

DOI 10.22533/at.ed.69219160422

SOBRE O ORGANIZADOR..... 264

IMPRESSOS FEMININOS COMO FONTES DE PESQUISA: O CASO DA REVISTA INFANTIL “CIRANDINHA”

Luciana Borges Patroclo

Professora Externa - Pós-Graduação Lato
Sensu Docência e Gestão do Ensino Superior -
Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro
Professora Substituta - Faculdade de Educação
da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio
de Janeiro

RESUMO: O capítulo é um estudo sobre os conteúdos direcionados às meninas publicados na revista infantil *Cirandinha*. Lançada na década de 1950 pela Sociedade Anonyma O Malho, seus exemplares eram compostos por histórias ilustradas, poemas, poesias e seções sobre afazeres domésticos. No decorrer da pesquisa foi identificado que a publicação tinha como diretriz a defesa da formação moral e dos comportamentos femininos direcionados ao casamento e a maternidade. O estudo de caráter inicial se configura como uma investigação de cunho documental acerca do papel dos impressos não escolares na circulação de determinadas perspectivas sobre o papel social da mulher na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Revista *Cirandinha*; Imprensa Feminina; Padrões de Comportamento

ABSTRACT: The chapter is a study about the contents directed to girls published in the children’s magazine *Cirandinha*. Launched in the 1950s by the Sociedade Anonyma O Malho,

its copies were composed of illustrated stories, poems, poetries and sections on housework. In the course of the research was identified that the magazine had the objective to defense the moral formation and the female behaviors directed to marriage and maternity. The study, in it initial stage, consists in a documentary research on the role of non-scholar prints in the circulation of certain perspectives about women social role in Brazilian society.

KEYWORDS: *Cirandinha* Magazine; Women’s Press; Standard of Behaviors.

1 | INTRODUÇÃO

O intuito de escrever o capítulo sobre a revista infantil *Cirandinha* se consolidou a partir da investigação de seções dedicadas ao público feminino presentes nas páginas da revista *O Tico-Tico* e que resultou na tese de Doutorado: **As Mães de Famílias Futuras a revista *O Tico-Tico* na formação das meninas brasileiras (1905-1921)**. Durante a consulta às edições do primeiro magazine ilustrado direcionado à infância brasileira - lançado pela *Sociedade Anonyma O Malho* em 11 de outubro de 1905 sob a direção dos intelectuais Cardoso Jr, Luis Bartolomeu de Souza e Silva, Manoel Bomfim e Renato de Castro - identifiquei em alguns

de seus exemplares, anúncios destinados exclusivamente às meninas (ROSA, 2002; PATROCLO, 2015).

Em fevereiro de 1952, a edição de O Tico-Tico trouxe as seguintes comunicações: “As meninas devem ler Cirandinha” (p.25) e “Cirandinha é a revista mais completa que se edita no país para meninas (...) (p.31). No exemplar de fevereiro de 1955 foi salientado que “As meninas encontram em Cirandinha a revista apropriada aos seus gostos e preferências” (p.32). *O Almanaque do Tico-Tico*, publicação anual criada em 1906, também apresentava registros sobre *Cirandinha* e seu direcionamento ao sexo feminino. Como pode ser observado no anúncio presente no número de 1953:



Figura 1 - Almanaque do Tico-Tico - 1953 - p.143

O conteúdo ressaltava o fato das leitoras terem uma revista própria na qual encontrariam sua “(...) amiga preferida (...)” (p.143). Também descrevia o público – alvo de Cirandinha como “(...) as meninas em idade em que começam a se interessar por tudo que constitui assuntos estritamente femininos (...)” (Loc.cit.).

A classificação do impresso como leitura ideal suscitou uma série de questionamentos: *Por que as meninas deveriam ler essa publicação? O que a caracterizava como uma revista completa para o público infantil feminino? Quais os temas considerados especialmente femininos? Os conteúdos seguiam as temáticas presentes na imprensa feminina?*

Esse texto traz as observações iniciais de estudos sobre os conteúdos femininos publicados em *Cirandinha*. No decorrer do capítulo é abordado o papel social da mulher e suas representações presentes em um impresso direcionado às meninas. Do mesmo modo permite elencar a relação entre a imprensa feminina dos anos 1950 e os assuntos *eminentemente femininos* figurados na revista infantil cuja vendagem ocorreu de 1951 a 1958.

2 | CIRANDINHA E A LEITURA IDEAL DAS MENINAS BRASILEIRAS

No exemplar de O Tico-Tico de fevereiro de 1955 foi publicada a seguinte

nota: “As meninas encontram em Cirandinha a revista apropriada aos seus gostos e preferências. Cirandinha é feita com material escolhido para agradar às meninas de todas as idades ” (p.32).

Cirandinha é descrita como um impresso cuidadosamente elaborada para o público feminino, caracterizando-se como publicação direcionada a determinado grupo social. A estratégia da Sociedade Anonyma O Malho de lançar revistas segmentadas, a partir na década de 1930, foi uma reação à concorrência de impressos infantis que obtinham o sucesso com a publicação de histórias em quadrinhos norte-americanas como Mickey Mouse (SANTOS; SOUZA, 2005). Esse expediente foi ampliado nos anos 1950 (VERGUEIRO; SOUZA, 2005):

A idéia inicial de seu fundador Luiz Bartolomeu de Souza e Silva, que foi o de proporcionar às crianças do Brasil a leitura alegre e sadia que lhes faltava, neste meio século de vida de O TICO-TICO tem sido por nós ininterruptamente conservada como uma bandeira, como um estandarte de luta pela boa causa. Sob o influxo desse mesmo realismo é que surgiram, depois, “Tiquinho”, “Cirandinha”, “Pinguinho” e dois anuários “Almanaque d’O TICO-TICO” e “Almanaque do Tiquinho”, formando verdadeira equipe de bons e recomendados companheiros para as crianças patricias, e que nos orgulhamos de ver aceitos sem quaisquer restrições pelos pais, professores, educadores e principalmente pelos mentores da formação do espírito religioso em nossa terra (LIÇÕES DO VOVÔ. O Tico-Tico, 1955, p.3).

Para além de Cirandinha também entraram em circulação nesse período: *Tiquinho*, *Almanaque do Tiquinho*, *Pinguinho*, *Almanaque do Pinguinho* e *Almanaque da Cirandinha*:

- A revista *Tiquinho* era direcionada aos meninos e meninas não alfabetizados. Com 32 páginas era publicada quinzenalmente. “Essa revista, diferente de tôdas as outras, será a irmã mais nova de O Tico-Tico, e seu nome será TIQUINHO. Será na verdade, um tiquinho de revista, bem pequenina, tôda colorida, do princípio do fim, e os garotinhos e as garotinhas que não sabem ler vão gostar muito dela, porque quase não terão o que se ler, mas, em compensação, terá páginas muito bonitas” (LIÇÕES DO VOVÔ. O *Tico-Tico*, dez. 1949 p. 5);
- O *Almanaque do Tiquinho* era vendido no período de férias. Com média de 120 páginas, seus conteúdos se caracterizam pelas histórias mudas, sem os diálogos presentes nas narrativas em quadrinhos tradicionais, brinquedos de recortar e armar (O TICO-TICO, abr. 1952, p.17);
- O impresso ilustrado *Pinguinho* era direcionado às crianças muito pequenas ou nenês. Lançada em 1954, a revista quinzenal é descrita como “PEQUENINA EM FORMATO, ELA É SIMPLEMENTE COLOSSAL! Páginas de encantamento e alegria para os pequenininhos, onde se alternam histórias, jogos, ensinamentos e tudo que agrada as crianças” (O TICO-TICO, mar.1954, p.11);

- O *Almanaque do Pinguinho* seguia as mesmas diretrizes e estrutura da revista *Pinguinho* com impressão de histórias mudas e páginas preenchidas por imagens coloridas. “Vejam o Almanaque do Pinguinho 1957-1958, a sensação das férias escolares de junho-julho. Páginas coloridas, contento histórias mudas, jogos e brinquedos de armar, passamentos, curiosidades, inúmeras atrações e divertimentos. Originalidade, alegria e bom humor ” (O TICO-TICO, set.1957, p.12);
- O *Almanaque da Cirandinha* foi lançado em 1956. As páginas do anuário feminino apresentavam histórias em quadrinhos, contos, poesias, seções sobre costura, brinquedos de armar entre outros conteúdos. “Os presentes devem ser dados para satisfazer o gosto de quem é presenteado. Se a sua amiguinha gosta de ler bonitas histórias, tem uma boa estante de livros e aprecia o que é bom ofereça-lhe um exemplar do ALMANAQUE DE CIRANDINHA que ela ficará satisfeítíssima, porque não há melhor leitura para meninas. Custa só Cr\$ 50,00. (O TICO-TICO, dez. 1957, p.12). Conforme anúncio publicado na edição do *Almanaque do Tico-Tico* de 1957: “Não deixe de comprar o lindíssimo ALAMANAQUE de CIRANDINHA, a maravilhosa realização que vai encantar as meninas do Brasil. Um ALMANAQUE como NUNCA HOUVE, feito especialmente para as MENINAS” (p.59).

A segmentação dos impressos ilustrados estava inserida no contexto de mudanças no mercado editorial brasileiro e no sucesso das chamadas “revistas de consumo” (CORRÊA, 2015, p.208). Os grandes grupos editoriais estabeleceram a tendência de elaborar publicações destinadas a grupos específicos. Como observa Corrêa (Ibidem) havia a necessidade de pensar nos gostos e desejos dos leitores: “(...) noção de que o leitor é quem manda, que é para ele que a gente trabalha, tentando satisfazer seus desejos e necessidades” (p.226). No caso das publicações infantis, as seleções dos assuntos abordados não consideravam apenas o interesse das pequenas e pequenos leitores, mais também procuravam contemplar os gostos dos pais, principalmente a figura da mãe vista como a principal responsável pela formação moral das crianças brasileiras (PATROCLO, Op.cit.).

A revista *Cirandinha* era direcionada prioritariamente às leitoras entre 7 e 14 anos (O TICO-TICO, 1952, p.9). O título da publicação era uma referência à famosa cantiga infantil:

Ciranda Cirandinha
 Ciranda, cirandinha
 Vamos todos cirandar!
 Vamos dar a meia volta
 Volta e meia vamos dar
 O anel que tu me destes
 Era vidro e se quebrou
 O amor que tu me tinhas

Era pouco e se acabou

Por isso, dona Rosa
Entre dentro desta roda
Diga um verso bem bonito
Diga adeus e vá se embora

Publicada de 1951 a 1958, *Cirandinha* era editada pela Sociedade Anonyma O Malho e seu diretor era Antônio A. de Souza e Silva; filho de Luis Bartolomeu de Souza e Silva. Os exemplares avulsos eram vendidos mensalmente por Cr\$ 3,00 ou podiam ser adquiridos via assinatura anual pelo preço de Cr\$ 40,00. Ao longo dos anos de publicação, o custo de cada exemplar subiu para Cr\$ 4,00 e posteriormente Cr\$ 5,00. O valor da assinatura anual aumentou sucessivamente para Cr\$ 50,00 e Cr\$ 60,00.

As edições traziam nas capas ilustrações de meninas brancas em diferentes tipos de atividades: brincadeiras (andando de bicicleta ou nadando com as amigas); atividades de leitura e situações referentes à afazeres domésticos como cozinhar e cuidar da casa.



Figura 2 - Cirandinha - junho de 1951

O *modelo ideal feminino* presente na revista era a menina branca. Ele se torna evidente no modo como são desenhadas as características físicas e são descritos os modos de agir das personagens negras. Nas narrativas da menina *Caxuxa* e *Maria Fumaça*, respectivamente de Giselda Melo e Luiz Sá, elas apresentadas como figuras risíveis por serem atrapalhadas e por pronunciarem de forma errônea a língua portuguesa. Tais personagens tinham como cenário a roça (*Caxuxa*) e a profissão de empregada doméstica (*Maria Fumaça*). Nesse contexto, as discussões sobre a

representação de meninas/mulheres brancas e negras nas páginas de *Cirandinha* necessitam ser aprofundadas.

Em tamanho 16x22cm, o formato de *Cirandinha* encontrava consonância junto aos padrões de outras publicações ilustradas infantis vendidas desde o início do século. Com média de 30 páginas coloridas, as edições seguiam o modelo de *O Tico-Tico*, embora tivesse menos seções e páginas. A revista era identificada como *publicação complementar de sua matriz*:

Há dias telefonou a “*Cirandinha*” uma leitora, sugerindo que fossem incluídas nestas páginas algumas secções que pudessem ser aproveitadas em seus trabalhos escolares.

Evidentemente a leitora não está par do que “*Cirandinha*” já tem feito, oferecendo trabalhos manuais, jogos, sugestões e idéias cuja finalidade é justamente essa, tudo de mistura com páginas alegres, poesias, pensamentos, curiosidades, testes, historietas, contos, anedotas, receitas, modelos de vestidos, etc.

Tratando-se de uma revista de pequeno formato e relativamente pequeno número de páginas, mais não é possível fazer, naquele sentido.

Há, todavia, para as leitoras que sentem dificuldades em encontrar material escolar mais adiantado. Páginas referentes à História pátria e aos feitos dos nossos maiores, às produções brasileiras, seus tipos característicos, e retratos de brasileiros célebres, e feitos de grandes vultos da Humanidade, uma solução excelente: recorrer a “*O Tico-Tico*”.

Editado por esta mesma empresa, “*O Tico-Tico*” visa a atender não apenas ao interesse dos rapazes, mas, igualmente, ao das meninas escolares, em grau mais adiantado. Ali elas encontrarão o que não acham em “*Cirandinha*”, sendo de notar que “*O Tico-Tico*”, obedece o mesmo critério, provindo daí o seu permanente sucesso e a grande aceitação que tem entre leitores, pais e educadores.

Recorram, pois as meninas estudiosas a “*O Tico-Tico*”, e terão solucionados muitos dos seus problemas escolares. Há tantas, que já fazem isso! (CIRANDINHA, 1954, p.3).

Os números eram preenchidos com histórias em quadrinhos; poemas e poesias; contos; seções de corte e costura; curiosidades, brinquedos para montar entre outros conteúdos.

Torna-se relevante indicar o fato de que escritos presentes nas páginas de *Cirandinha* eram produzidos por mulheres. Entre suas colaboradoras estavam: Leonor Posada, Lilinha Fernandes, Giselda Melo, Alma Cunha de Miranda e Maria Matilde. Algumas autoras já tinham experiências anteriores no campo da literatura infantil:

- Leonor Posada nasceu em 1899, na cidade de Cantagalo no Estado do Rio de Janeiro. Autora de livros paradidáticos, poesias e obras literárias infantis. Colaborou com poesias, poemas e contos para as publicações do grupo Sociedade Anonyma O Malho: *O Tico-Tico*, *Almanaque do Tico-Tico*, *Biblioteca Infantil do Tico-Tico*, *Tiquinho*, *Pinguinho* e *Cirandinha*. Faleceu em 1960 (FELGA, 2009);
- Considerada a *Rainha da Trova*, Maria das Dores Fernandes Ribeiro da Silva nasceu no Rio de Janeiro em 1891. Durante décadas foi colaboradora das revistas infantis publicadas pela Sociedade Anonyma O Malho como O

Tico-Tico, Almanaque do Tico-Tico e Cirandinha. Nas páginas desses impressos eram publicadas poesias e trovas de sua autoria. Faleceu em 1981 (PIATGÓRSKY, 1962, p.2);

- Giselda Melo foi ilustradora e desenhista de revistas da Sociedade Anonyma O Malho. Uma das poucas mulheres a atuarem nessa profissão no referido grupo editorial. Autora da história em quadrinhos *Caxuxa* (MOLERO, s/d);
- A folclorista Alma Cunha de Miranda foi uma famosa cantora lírica brasileira. Artista contratada pela Rádio Tupi. Destacou-se no campo da literatura infantil com a escrita de obras como *Meus contos infantis*. Autora de contos e poemas publicados em *O Tico-Tico e Cirandinha*, ambas pertencentes à Sociedade Anonyma O Malho (O TICO-TICO, nov. 1941, p. 41);
- Maria Matilde escreveu e traduziu contos estrangeiros publicados em O Tico-Tico. Responsável pela seção *Perguntando e Respondendo* da mesma revista. Assim como colaborou no *Almanaque do Tico-Tico e Cirandinha* (Acervos CIRANDINHA e O TICO-TICO).

A diretriz defendida por *Cirandinha* é apresentada via editorial, publicado costumeiramente na página três, como marco. O texto era centrado no aconselhamento das *amigas leitoras*. A folha - ornada com flores, laços e pequenas ilustrações - abordava temas referentes às datas comemorativas (O Dia das Mães sempre ganhava destaque) e recomendações sobre os modos, os comportamentos e os valores adequados às boas meninas de família. O editorial de dezembro de 1956 exemplificou tal perspectiva:

Boa vontade...

Que vem a ser isso? Boa vontade é a mesma coisa que tolerância, espírito de caridade e compreensão, paciência, humildade e temor a Deus.

“Glória a Deus, nas alturas” – diz a conhecida frase bíblica – “e paz, na Terra, aos homens de boa-vontade”...

Estamos no mês do Natal, em que esta frase muito se repete, ilustrando cartões e postais que levam felicitações e bons augúrios.

Todos devemos procurar cultivar essa boa-vontade, tão grata ao Pai Celestial. As meninas também. Principalmente elas. Cultivar no coração a mansidão e a cordura, a modéstia e o recato, a bondade e o espírito cristão.

Menina de boa-vontade é que é prestativa, cordata, de bom gênio, que não pretende impor seu egoísmo aos interesses dos demais.

E’ a menina equilibrada, sóbria, que se respeita a si e as demais, sem vaidade e sem orgulho, antes humilde e pacífica, simples e bondosa, boa filha e boa irmã, com Deus quer que sejamos para merecer as suas bênçãos e suas graças (p.3).

O referido editorial auxiliava na conformação da representação das meninas como indivíduos dóceis e *fáceis de lidar*. O resguardo à docilidade feminina e a *educação para o lar* também eram temáticas essenciais. Era imprescindível que as posturas defendidas nos editoriais se traduzissem em ações práticas. O assunto foi tratado de forma acentuada no editorial de setembro de 1953:

Saber “receber” é uma arte. Não nos referimos a receber o que lhe seja dado. Essa é, aliás, outra arte, não menos importante. Referimo-nos à acolhida que se deve dar a quem nos visita, ao modo atencioso e cordial com que devemos manifestar a nossa satisfação com a presença de quem chegou.

As visitas, mesmo íntimas, têm direito à nossa atenção e solicitude. Se estamos conversando, em grupo, devemos interromper a palestra, a fim de quem chegou se integre na conversa. Se estamos ouvindo rádio, ou com a televisão ligada, é fato imperdoável continuar a ouvir, deixando a visita para um lado. Isso ofende os visitantes. E não se compreende que alguém, que nos distinguiu com a sua visita seja por nós posto em plano inferior a uma novela ou a um filme televisionado (p.3).

Esses escritos, além de conformar a linha editorial de *Cirandinha*, auxiliam na identificação dos conteúdos *cuidadosamente selecionados* para a leitura das meninas brasileiras.

3 I ASSUNTOS ESTRITAMENTE FEMININOS E CIRANDINHA

AS MENINAS AGORA TÊM “SUA REVISTA!” Em suas páginas encantadoras “CIRANDINHA”, a amiga preferida das meninas na idade em que começam a se interessar por tudo constitui assuntos estritamente femininos, oferece poesias e contos, ensinamentos e receitas, jogos e brincadeiras de armar, canções curiosidades, modêlos de vestidos e bordados, religião, conselhos e humorismos. Revista mensal totalmente colorida!

EDUCA, DIVERTE, ENSINA!

O anúncio publicado no *Almanaque D’O Tico-Tico* de 1953, já citado na introdução do capítulo, fazia referência aos conteúdos de *Cirandinha*. Segundo Santos e Souza (Op.cit.), as leitoras tinham acesso a elementos pertinentes “(...) a sua formação: contos de fadas, histórias com personagens femininas – ilustradas por Luiz Sá -, receita, poesias e atividades condizentes com os afazeres de uma menina, como o bordado” (p.156). Em algumas das seguintes seções eram publicados tais assuntos:

História/Seção	Autoria	Conteúdo
O Anjo da Guarda de Lucinha	J. Gouppy (Ilustrador belga)	As ilustrações retratam situações de bom comportamento da menina <i>Lucinha</i> . As legendas sempre mencionam que suas boas ações alegrem seu anjo da guarda.

Caxuxa	Giselda Melo	A narrativa em quadrinhos descreve as aventuras e confusões vividas pela menina Caxuxa. As histórias trazem características estereotipadas da personagem principal que é negra.
Maria Fumaça	Luiz Sá	A personagem principal é uma mulher negra e empregada doméstica. As narrativas apresentam Maria Fumaça em situações caricatas. Apresenta a mulher negra de forma estereotipada.
Mimosa e sua história maravilhosa		A história em quadrinhos aborda as aventuras de <i>Mimosa</i> , uma menina com asas de borboleta. Embora fosse considerada uma boa garota, sua curiosidade às vezes resultava em confusão
Mamãe vai fazer pra mim!		Imagens e descrições de roupas consideradas ideias para que as leitoras estivessem na moda.
Você sabe responder ?		Questões relacionadas a uma situação exposta na seção. Abordam questões de cultura geral.
Assim vestem as crianças		Ilustrações sobre a vestimentas de crianças em diferentes partes do mundo.
Coisas feias que não fazem as meninas bonitas		Referência aos maus comportamentos que deviam ser evitados pelas meninas
Muita menina não sabe o que quer dizer seu nome		Significado dos nomes femininos.
Decalque para bordar		Moldes para serem utilizados em atividades de trabalhos manuais: costura e bordados.

Pensamentos para o seu álbum		Frases ditas por personalidades e intelectuais.
Para as habilidosas		Ensinamentos sobre trabalhos manuais de artesanato, bordado entre outras atividades.

Tabela 1 – Cirandinha e algumas de suas seções

Fonte: Acervo Revista Cirandinha

A leitura dos exemplares de *Cirandinha* indica que a escolha dos conteúdos direcionados às meninas seguia o modelo presente em *O Tico-Tico*. Nas primeiras décadas da publicação, os editores de *O Tico-Tico* se inspiravam e até reproduziam os conteúdos publicados na revista francesa *La Semaine de Suzette*, lançada em 1905, seja histórias em quadrinhos ou seções de comportamentos e trabalhos manuais. Tem-se como exemplo *A Secção para meninas*, publicada com regularidade de 1909 a 1919, voltada ao ensino das prendas domésticas. Entre outros espaços femininos presentes em *O Tico-Tico* estavam: *Secção de Meninas*, *Prendas Domésticas*, *Moda para nossas leitoras*, *Figurinos para nossas leitoras* e *Para nossas leitoras* (PATROCLO, 2015).

Cirandinha apresenta em suas edições uma série de seções centradas no propósito de que suas leitoras pudessem internalizar desde a infância, um padrão de comportamento e um papel social da mulher restrito aos cuidados com o lar e a família. Seções como *Mamãe vai fazer pra mim!*, *Coisas feias que não fazem as meninas bonitas*, *Para as habilidosas* e *Decalque para bordar*, reforçavam que as atividades domésticas eram destinadas socialmente apenas ao sexo feminino. Essa perspectiva também era salientada no título dessas seções.

A leitura dos exemplares de *Cirandinha* aponta que as escolhas dos temas abordados eram semelhantes a parte da imprensa feminina de grande circulação nos anos 1950. Deve-se observar que tais assuntos preenchiam as páginas de publicações destinadas às mulheres desde o século XIX. Os manuais, inicialmente destinados ao *espaço privado do lar*, progressivamente *ganharam o espaço público da rua*, em virtude do sucesso de vendagem e do emprego de suas edições em instituições escolares femininas. Entre as publicações de maior sucesso estavam os manuais *Livro das Noivas* (1896) e *Livro das Donas e das Donzelas* (1906) de Julia Lopes de Almeida (1862 – 1934).

A estrutura educacional também pode ser evidenciada como aspecto norteador das diretrizes temáticas de *Cirandinha*. Durante mais de um século, o currículo escolar foi marcado pela diferenciação dos conteúdos destinados aos meninos e às meninas. Observa-se o fato de que ao invés de cursar determinadas disciplinas do campo das matemáticas, as alunas tinham que se dedicar ao aprendizado do bordado e da costura (VILLELA, 2011; GONDRA; SCHUELER, 2008). Por exemplo, a Lei Geral do

Ensino de 15 de outubro de 1827, também conhecida como Lei das Primeiras Letras, determinava um currículo diferenciado para os sexos feminino e masculino (BRASIL, 1827).

Os temas abordados em *Cirandinha*, em certa medida, podem ser considerados traduções de conteúdos presentes na imprensa feminina de grande circulação naquela época. As seções voltadas à culinária e aos trabalhos manuais enfatizavam a necessidade, fossem destinadas às meninas e/ou às mulheres, do sexo feminino ter uma formação utilitária que perpassasse pelos afazeres domésticos. Desempenhar tais tarefas com zelo e cuidado resultariam na aquisição dos saberes necessários para a garantia de um casamento harmonioso e o pleno exercício da maternidade.

Como caracterizam Salerno e Cunha (2011):

A imprensa feminina desempenha importante papel na educação de mulheres letradas. Nas décadas de 50 e 60 do século XX, as revistas femininas ocupavam um lugar de destaque na vida de suas leitoras, dialogando com elas sobre problemas cotidianos. Eram conselheiras e confidentes; companheiras de lazer. A partir disso é possível afirmar que tais periódicos podem colaborar para a manutenção de determinados padrões, veiculando papéis ditos tradicionais de mulher, de comportamento, de sexualidade e de relações de gênero (p. 127).

Os conteúdos de *Cirandinha* reforçavam tais padrões. A narrativa *A Menina Boazinha* era ilustrada com a imagem de uma garota que pregava botões na jardineira de um menino. A legenda descrevia justamente a noção de utilidade dos conhecimentos destinados ao sexo feminino:

A MENINA BOAZINHA...

ajuda a Mamãe no cuidado com as roupas, sujas e dos irmãos, pregando botões e fazendo pequenos consertos fáceis, adquirindo prática para mais tarde ser uma boa dona de casa (CIRANDINHA, 1951, p.15).

No espaço denominado *Uma sugestão bastante prática*, as leitoras eram ensinadas a construir um varal para secar seus lencinhos com mais facilidade:

As meninas que residem em apartamento darão valor a esta sugestão. Questão vezes não terão lutado com dificuldade para estender a secar um lencinho seu? Cortam-se 6 a 8 de madeira, redondos ou quadrados, com 50 centímetros de comprimento. Fazem-se-lhes, nas pontas, entalhes, como indica o modelos abaixo. Com dois barbantes resistentes, atam-se os pausinhos a iguais distancias. Fica feito uma rêde. Depois, é só pendurar na varanda, estender os lencinhos, esperar que sequem, retirar, enrolar e guardar... (CIRANDINHA, 1953, p.6).

A síntese da concepção acerca da formação utilitária destinada às meninas, fez-se presente na seção *Mamãe vai fazer pra mim!*. O espaço dedicado à costura era calcado na apresentação figurinos e na descrição dos tecidos utilizados; mas não fazia referências aos moldes e às medidas corporais. No decorrer da análise da referida seção é possível salientar que as mães das leitoras tinham o domínio da *arte de*

cerzir. No tocante ao título, encontra-se a perspectiva de que desde a infância, as leitoras devem saber que esse era um conhecimento importante para o exercício da maternidade na década de 1950:

Moças letradas e cultas podem ser donas de casa mais eficientes, companheiras valorizadas e um trunfo para as famílias, desde que não queiram competir com os homens ou trocar de posições com eles. Mães com alguma instrução podem cuidar melhor dos filhos. Solteiras qualificadas podem ser professoras, secretárias, balconistas, ganhando honestamente seu sustento ou contribuindo para o orçamento familiar. (LUCA, 2013, p.473-474).

Aliada à formação para o lar, as leitoras de *Cirandinha* não podiam se descuidar de seus modos, trejeitos e vocabulário. Os maus comportamentos não eram tolerados em meninos e considerados inadmissíveis no caso das meninas:

Há meninas que não escolhem os termos de seu vocabulário. Usam expressões grosseiras, palavras impróprias, que nem da boca de um menino deveria sair.

Muitas dessas expressões são ouvidas ao acaso, na rua, e elas se repetem sem saber sequer, a significação. Isso, contudo, não as desculpas nem servem de justificativas para elas.

Por desconhecer-lhes, justamente, o significado, devem evitar repeti-las em suas conversas, pois quem as ouvir de seus lábios só poderá pensar que elas sabem o que estão dizendo.

Não só no vestuário, no apuro físico, devem caprichar as meninas.

A linguagem descuidada, entremeada de termos chulos, expressões de gíria e palavras impróprias, deprecia mais que um vestido simples, usado ou pobre, e revela qualidades negativas que não recomendam, nem elevam.

Pelo modo de falar, pela conversa, é que se conhece a alma e se pode avaliar os sentimentos de qualquer menina (CIRANDINHA, 1951, p.3).

Modos bonitos

Tôda menina deve procurar ter modos bonitos, maneiras educadas e moderadas, a fim de ser apreciada.

Gestos bruscos, posições impróprias, atitudes de menino em uma garota, são coisas que jamais ficam bem. Póde-se ser alegre sem ser ruidosa demais, assim como ser moderna, esportiva e viva, sem, por isso, deixar de ser educada.

Todo exagero é feio. Ninguém acha nunca interessante o desembaraço demasiado, embora todos apreciem a menina que tem iniciativa e sabem tomar deliberações por si. Quando se elogia qualquer menina, o que primeiro se diz é que ela é ponderada, “tem modos bonitos”, demonstra bom senso, sem cair no outro extremo, que é a afetação, a atitude “estudada” e teatral.

Nada custa ter modos corretos, com perfeita naturalidade, evitando ares de moça-feita ou jeito de rapaz. Principalmente isso: não querer imitar os meninos. É o que distingue as meninas de boa formação e bem educadas (ID, 1951, p.25).

COISAS FEIAS QUE NÃO FAZEM AS MENINAS BONAS MENINAS

A leitura deve ser feita em posição adequada, e não de qualquer jeito. É só quem não tem a menor noção do que é higiene, folheia os livros molhando o dedo na saliva. Êste é um hábito feio, que a leitora deve evitar. Menina que assim procede, dá de si uma triste impressão (ID, 1951, p.9).

Outro aspecto considerado elemento primordial na vida da menina era a religiosidade. Em diferentes formatos, as narrativas publicadas em *Cirandinha* reafirmavam a proximidade entre a formação moral sólida e a religião. Seja nos em *O Anjo da Guarda de Lucinha* ou nas páginas dedicadas às orações, a bondade e a misericórdia feminina eram exaltadas:

(...) Todos devemos procurar cultivar essa boa-vontade, tão grata ao Pai Celestial. As meninas também. Principalmente elas. Cultivar no coração a mansidão e a cordura, a modéstia e o recato, a bondade e o espírito cristão. Menina de boa-vontade é a que é prestativa, cordata, de bom gênio, que não pretende impôr seu egoísmo aos interesses dos demais (CIRANDINHA, 1956, p.3).

Tinha-se o propósito de educar a alma das pequenas leitoras e defendê-las dos pecados e das tentações. As meninas deveriam ter o entendimento – desde a mais tenra idade – de que os sentimentos mesquinhos tinham que ser suprimidos. Valores religiosos sólidos contribuiriam para a formação de mulheres cientes de seu papel social para com a família e a coletividade. Como observa Pinsky (2014, p.10), as revistas femininas dos anos 1950 se caracterizavam como veículos importantes na disseminação de determinados modelos sociais femininos, principalmente os identificados com as classes médias urbanas.

Entre os exemplos de *encaixotamento* de tais representações eram os testes publicados revistas femininas e que se também ocupavam as páginas de *Cirandinha*. Segundo Pinsky (Ibidem) era comum que impressos populares como o *Jornal das Moças* trouxessem esses tipos de testes: “(...) como conquistar e manter um homem?; como deve agir uma boa esposa?; o que faz uma boa mãe?” (p.24). Se nas edições destinadas às mulheres adultas havia enquetes sobre *ser ou não uma boa esposa*, no impresso infantil as leitoras eram testadas acerca de *serem boas filhas ou não*. Publicado em *Cirandinha* de setembro de 1953, o teste *Você é Organizada?* tinha a seguinte instrução:

Qualidade que as mães estão sempre a desejar para as filhas, é a “organização”, o amor à ordem, êsse cuidado permanente – sem exagero... – de que as coisas estejam sempre nos seus lugares, haja sempre uma hora para cada coisa etc. Terá você, leitora, essa qualidade essencial? (p.4).

Na tabela a seguir seguem as perguntas que compunham o teste sobre a organização ou não de suas leitoras:

1o Pergunta	Você possui, escrito, um “horário” das suas aulas, que consulta sempre, para evitar ser apanhada de surpresa, sem o livro necessário ou do caderno que lhe vai fazer falta?
2o Pergunta	Quando traz “deveres”, para casa, você trata de os executar logo, mesmo que tenha dois dias de folga, em vez de “enfurnar” os cadernos, para só se lembrar deles à última hora e fazer tudo às carreiras?
3o Pergunta	Você tem uma caderneta onde anota os endereços, telefones, aniversários, dos parentes e das amiguinhas?

4o Pergunta	Suas colegas lhe emprestam, sem relutância e sem pôr dificuldade, livros e cadernos de pontos, quando você deles precisa por motivo de força maior?
5o Pergunta	Você tem cuidado de arrumar seu quarto, fazer a cama, dar um jeito no que é seu, antes de sair, pela manhã, para as aulas?
6o Pergunta	Quando você vê, em casa, qualquer objeto fora do lugar, esquecido pela mamãe ou pela empregada, trata de colocar no lugar devido?
7o Pergunta	Você costuma fechar sempre suas gavetas, armários estantes?
8o Pergunta	Quando precisa de um papel, uma anotação, uma referência, sabe onde deve ir buscá-lo, porque traz sempre o que é seu em ordem, arrumado, limpo?
9o Pergunta	Você chega ao colégio sempre em boa hora, porque observa o horário das conduções?
10o Pergunta	Você tem, completa, a coleção de “Cirandinha”?

Tabela 2 - Teste – Você é organizada?

Fonte: Cirandinha – Setembro de 1953 – p.4-5.

As leitoras tinham que anotar as respostas. Cada *sim* valia três pontos, a resposta às vezes tinha valor de dois pontos e a opção *não* era sem valor. Caso o somatório final fosse entre 45 e 50 pontos, a menina era considerada *organizada* e “ (...) merece parabéns. Seus pais devem se orgulhar da filha que têm” (p.5). Se a soma estivesse entre 25 e 44 pontos “é boa menina, mais precisa se cuidar mais” (Loc.cit.). Se o resultado fosse inferior a 25 pontos “ (...) as coisas não andam bem é fácil imaginar como você se sente, com os cartões que leva...Por que não se corrige?” (Loc.cit).

Os conteúdos dessas revistas auxiliaram na conformação e reforço de determinados padrões sociais femininos frente a uma sociedade marcada por diferentes modelos do *ser mulher* em disputa.

4 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como observa Buitoni (2009, p.21) “Sob a aparência de neutralidade, a imprensa feminina veicula conteúdos muito fortes”.

No tocante à *Cirandinha* essa questão se fazia presente. A leitura inicial de seus exemplares aponta para uma publicação que buscava a manutenção de concepção de gênero feminino calcada na perspectiva de que as meninas deveriam, desde a infância, adquirir os conhecimentos necessários para serem boas mães e esposas. Centrada na visão de que o sexo feminino possuía naturalmente os predicados para tais funções sociais, apenas precisavam ser *lapidados*. A revista tinha a função de contribuir para essa formação das meninas brasileiras.

Em razão dos estudos serem iniciais, torna-se necessário desenvolver análises mais aprofundadas sobre as seções específicas dessa publicação infantil. Como também, abordar aspectos apresentados de forma segmentada na própria revista como as representações da mulher e da criança negra em *Cirandinha*, contexto que

demanda análises das personagens *Maria Fumaça e Caxuxa*. Como também se debruçar sobre a temática da religiosidade e na formação de moral de suas leitoras.

REFERÊNCIAS

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de Papel**: a representação da mulher pela imprensa brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

CORRÊA, Thomaz Souto. A Era das Revistas de Consumo. In: MARTINS, Ana Luiza Martins; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015. p.208-232.

FELGA, Tatiana Emanuele Brito.. **Manuais de Redação de Leonor Posada**: as concepções de língua e as propostas de ensino para a produção textual. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra (Org.). **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2013. p.447-468.

MOLERO, Eric. **Verbete Giselda Melo**. Guia dos Quadrinhos. Disponível em: <http://www.guiadosquadrinhos.com/artista/giselda-melo/5089> . Acesso em: 31.mar.2017.

PIATGÓRSKY, Zálkind. Trovas e Trovadores Lilinha Fernandes. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p.2, 25 de março de 1962.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres nos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

ROSA, Zita de Paula. **O Tico-Tico**: meio século de ação recreativa e pedagógica. São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2002.

SALERNO, Laura Peretto; CUNHA, Maria Teresa santos. Discursos para o feminino em páginas da revista Querida (1958-1968): aproximações. **Educ. Rev.** Curitiba, n. 40, p. 127-139, Jun./2011.

SANTOS, Roberto Elísio dos; SOUZA, Worney Almeida de. Os “Filhotes” de O Tico-Tico. In: VERGUEIRO, Waldomiro; _____ (Org.). **O Tico-Tico**: o centenário da primeira revista de quadrinhos do Brasil. São Paulo: Opera Graphica, 2005. p.153-159.

VERGUEIRO, Waldomiro; SOUZA, Worney Almeida de. O declínio da Revista **O Tico-Tico**. In: _____; SANTOS, Roberto Elísio dos (Org.). **O Tico-Tico**: o centenário da primeira revista de quadrinhos do Brasil. São Paulo: Opera Graphica, 2005. p.205-2012.

VILLELA, Heloisa. O mestre – escola e a professora. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p.95-134.

PLANEJAMENTO DE AULA E TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: A FORMAÇÃO DOCENTE EM TECNODOCÊNCIA

Gabriela Teles

Universidade Federal do Ceará, Licenciatura em
Pedagogia
Fortaleza – Ceará

Francisco Renato da Silva Soares

Universidade Federal do Ceará, Licenciatura em
Letras-Espanhol
Fortaleza – Ceará

João Ítalo Mascena Lopes

Universidade Federal do Ceará, Licenciatura em
Física
Fortaleza – Ceará

Thayana Brunna Queiroz Lima Sena

Universidade Estadual do Ceará, Bacharelado em
Geografia
Fortaleza – Ceará

Robson Carlos Loureiro

Universidade Federal do Ceará, Instituto
Universidade Virtual (IUVI)
Fortaleza – Ceará

Luciana de Lima

Universidade Federal do Ceará, Instituto
Universidade Virtual (IUVI)
Fortaleza – Ceará

RESUMO: O objetivo desse trabalho é descrever como os licenciandos planejam a utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) na Docência, tendo por base a experiência da disciplina Tecnodocência,

ofertada pela Universidade Federal do Ceará (UFC) no semestre 2016.1. Em um contexto permeado pelo avanço tecnológico, observa-se o desenvolvimento de transformações, inclusive quanto ao modo de produzir e de ter acesso ao conhecimento, fator que precisa ser refletido pela Educação. Os fazeres docente e discente assumem diferentes papéis constatando-se que não cabe mais a ideia do professor como transmissor de saberes e do aluno como receptor. Compreende-se que o licenciando precisa ser formado na direção da integração entre TDIC e Docência. A pesquisa foi desenvolvida com Estudo de Caso, em que os planos de aula produzidos por três grupos interdisciplinares foram analisados. Foi dividida em planejamento, coleta e análise de dados. Os planos de aula foram comparados tendo-se uma triangulação de dados. Observou-se a predominância da abordagem instrucionista no planejamento de aula dos licenciandos, em que estes utilizam as TDICs como meio de auxiliar o docente no repasse de conteúdos. Entretanto, ressalta-se que em dois grupos foram propostas atividades orientadas pela perspectiva construcionista, mas em menor proporção. Destaca-se a relevância das discussões e vivências desenvolvidas na disciplina para instigar a busca de conhecimento sobre a relação TDIC e Docência.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento de Aula,

ABSTRACT: The goal of this paper is to describe how undergraduates plan the use of Information and Communication Digital Technologies (ICDT) in Teaching, based on the experience of Technoteaching discipline, offered by the Federal University of Ceará (UFC) in the semester 2016.1. In a context permeated by technological advances, the development of transformations is observed, including how to produce and access knowledge, a factor that needs to be reflected by Education. Teachers and students make different roles, noting that the idea of the teacher as transmitter of knowledge and of the student as receiver is no longer appropriate. It is understood that the undergraduate needs to be formed in the direction of the integration between ICDT and Teaching. The research was developed with Case Study, in which the lesson plans produced by three interdisciplinary groups were analyzed. It was divided into planning, collecting and analyzing data. The lesson plans were compared with a data triangulation. It was observed the predominance of the instructionist approach in the undergraduates' class planning, in which they use the ICDT to assist the teacher in the contents transfer. However, two groups proposed activities oriented by the constructionist perspective, but to a smaller proportion. The discussions relevance and experiences developed are highlighted in the discipline to instigate the search for knowledge about the ICDT and Teaching relationship.

KEYWORDS: Class planning, Information and Communication Digital Technologies, Teaching Formation.

1 | INTRODUÇÃO

Em um contexto permeado pelo boom tecnológico oriundo da própria dinâmica do sistema capitalista que passa a requerer meios diferenciados de ampliação dos lucros, como destaca Moran (1995), observa-se a emergência de diferenciadas formas de comunicação; de produção, venda e compra de mercadorias; de produção e de acesso à informação e ao conhecimento.

Nesse sentido, emergem transformações sociais, dentre elas as localizadas no âmbito educacional, evidenciando-se a compreensão de que o processo de ensino e de aprendizagem, sob a via da transmissão e da recepção de saberes preestabelecidos, não condiz com o movimento vivenciado pela sociedade na chamada era do conhecimento.

Em um cenário em que as informações e os conhecimentos são produzidos e compartilhados, praticamente, de maneira instantânea, as bases que sustentam o modelo de Docência estabelecido historicamente, são inquietadas.

Este modelo é guiado pela tese de que a absorção quantitativa de conteúdos pelo aluno corresponde ao ponto chave para o sucesso no processo de ensino, aprendizagem e avaliação. Desse modo, cabe ao professor expor os conhecimentos enquanto ao aluno

cabe a tarefa de memorizá-los. Papert (2008) questiona tal concepção, defendendo a demanda pela execução de um trabalho docente contextualizado e conectado às demandas discentes.

Transformar Ciência em “conhecimento utilizado” tem implicações epistemológicas porque permite maneiras ricas de pensar sobre o conhecimento do que uma epistemologia verdadeiro/falso baseada na autoridade. O conhecimento torna-se valorizado por ser útil, por ser possível compartilhar com outras pessoas e por combinar com o estilo pessoal do indivíduo (PAPERT, 2008, p.173).

Assim, o desenvolvimento de mudanças na prática docente aparece como necessário à governamentalidade, mas também como imprescindível aos fazeres docente e discente que experenciam um momento de falta de alinhamento, elemento corroborado nas altas taxas de evasão escolar; de violência na/da/pela escola; dentre outras problemáticas que permeiam a Educação.

Freitas (2009) ressalta a existência de uma desconexão entre o que é desenvolvido nos ambientes escolares e universitários e o que é vivenciado no contexto social mais amplo. Conforme tal autora, os alunos da contemporaneidade direcionam um considerável tempo de suas vidas para estarem diante da tela, aparecendo como nativos digitais.

Contrariamente, os professores aparecem como “estrangeiros digitais”, que não utilizam ou subutilizam as TDICs em suas práticas docentes (FREITAS, 2009, p.8). Na perspectiva da subutilização, observa-se que os docentes, mesmo sem compreenderem as possibilidades existentes na relação entre Docência e TDICs, fazem uso das tecnologias por imposição da governamentalidade que se pauta, eminentemente, em intuítos mercadológicos (MORAN, 1995). Concernente a tal aspecto, Loureiro e Lima ressaltam que:

Na contemporaneidade supõe-se que, além dos docentes e discentes não conhecerem a evolução das raízes epistemológicas do conhecimento científico e filosófico em razão da maneira como ocorrem as suas formações como licenciados e licenciandos, não são capazes de questionar fora das regras impostas pelas instituições o que lhes é imposto pelo currículo escolar, pelos preconceitos sociais, pelo uso das tecnologias e pelo mercado comercial de produtos para a educação, quebrando as regras de diálogo impostas pela governamentalidade (LOUREIRO, LIMA, 2018, p. 30).

As TDICs aparecem como possibilidades de, segundo Lima e Loureiro (2015), alinhar os discursos docente e discente, integrando-os. Ressalta-se que este alinhamento depende de outros elementos e da forma como as TDICs serão utilizadas, considerando-se que somente o seu uso não irá modificar o cenário existente. Nessa relação, o professor precisa compreender o seu “novo aluno”, repensando o seu fazer, desde o processo de planejamento.

O planejamento na Educação, assim como as TDICs, aparece como demanda do sistema capitalista, de modo que no Brasil emerge no período da Ditadura Militar

(1964-1985), com fins de controle. Apesar de sua finalidade inicial, o planejamento é fundamental para a organização do trabalho docente, destacando-se o plano de aula como uma sistematização das atividades a serem desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem relativo ao tempo de uma aula (CASTRO, TUCUNDUVA, ARNS, 2008).

O docente precisa ser formado para compreender que o plano de aula, assim como os outros tipos de planejamento que permeiam a Educação, não é mero instrumento regulatório e/ou burocrático, mas se faz necessário para a organização do seu fazer, dando indícios dos elementos teóricos, metodológicos, políticos, culturais, éticos que orientam a sua ação.

Compreende-se que o planejamento traduz o que o docente compreende por Docência, demonstrando como pensa uma aula; o que entende por ensinar e aprender; se e como percebe a relação entre a Tecnologia e a Educação que, segundo Kenski (2008), é indissociável. Assim, considera-se pertinente indagar: como os licenciandos planejam a utilização das TDICs na Docência?

Existem duas perspectivas que orientam essa relação. Na primeira, denominada de instrucionismo, a tecnologia aparece como “meio de passar a informação ao aluno, [...], informatizando o processo instrucional” (VALENTE, 1995, p.41).

Papert (2008) questiona a referida perspectiva, que se fundamenta no Behaviorismo, concebendo as tecnologias digitais como máquinas de ensinar a partir das quais o professor transmitirá os seus conhecimentos. Assim, a proposta didático-metodológica orientadora da ação docente não se modifica, considerando-se que não existem, portanto, transformações quanto à Docência.

No construcionismo, o aluno constrói o seu conhecimento utilizando a tecnologia e sendo mediado pelo professor, em um processo em espiral, produzindo algo de seu interesse pessoal. Nessa perspectiva, pautada no construtivismo piagetiano, os alunos precisam ser mobilizados a desenvolverem produtos, no sentido da construção do conhecimento.

Para Papert (2008), as TDICs precisam ser utilizadas como instrumentos que favorecem o trabalho e o pensamento, a realização de projetos e o planejamento, desenvolvimento e avaliação de novos conceitos e de novas ideias.

A proposta centra-se na execução de práticas pedagógicas a partir das quais o discente apareça “[...] programando a máquina e, assim, tornando-a uma ferramenta que auxilia a aprendizagem, em vez de ser um professor-robô que auxilia o ensino” (PAPERT, 2008, p.154).

Compreende-se, assim, que estas perspectivas desempenham papéis interessantes na/pela Educação, de modo que o docente precisa conhecê-las para saber em que momentos utilizá-las. Ressalta-se que no contexto atual o instrucionismo prevalece, de maneira que a perspectiva construcionista precisa ser refletida e vivenciada, ainda na Universidade para que o docente tenha condições de transformá-la em prática no planejamento, execução e avaliação de suas aulas.

O presente estudo direciona-se para a análise dos planos de aula desenvolvidos na disciplina Tecnodocência, sendo destacada a relação entre TDIC e Docência. Salienta-se que tal disciplina é destinada à formação de licenciandos da Universidade Federal do Ceará (UFC) e tem como objetivo promover a reflexão teórica e a utilização prática das TDICs, de maneira construcionista e em grupos interdisciplinares.

Desse modo, o objetivo deste trabalho consiste em descrever como os licenciandos planejam a utilização das TDICs na Docência, tendo por base a experiência da disciplina Tecnodocência, ofertada pela UFC no semestre 2016.1.

2 | METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido com base em Estudo de Caso, modalidade apontada por Gil (2010) como sendo mais adequada para a pesquisa de fenômenos contemporâneos. Conforme Yin (2005), nesta modalidade de pesquisa, não existe controle quanto ao que se é investigado, tendo-se como foco a descrição ou a análise do fenômeno em estudo.

As questões norteadoras do Estudo de Caso são do tipo como ou por que, tendo como principais objetivos investigar eventos ocorridos em um contexto real; preservar a unidade ao objeto em estudo; descrever o contexto que permeia o que está sendo estudado; criar hipóteses ou teorias; descrever e analisar as causas que compõem o fenômeno, considerando a sua complexidade (GIL, 2010).

Foram analisados os planos de aula produzidos por três grupos interdisciplinares formados por licenciandos da UFC que cursaram a disciplina Tecnodocência no semestre 2016.1. Na análise dos documentos em questão, focou-se nos materiais tecnológicos digitais e nas formas de utilizá-los, previstas nos planos.

Sobre o contexto geral de realização da pesquisa, destaca-se que do total de vinte e cinco (25) alunos, organizados em seis grupos interdisciplinares, optou-se por trabalhar com uma amostra de nove (09) licenciandos (36%) atuantes em três grupos, escolha feita de forma aleatória. Desse cenário, destacam-se os seguintes aspectos: 66,6% eram do sexo masculino; 100% encontram-se na faixa etária entre 25 e 35 anos; 44,4% cursa o terceiro semestre. Sobre as áreas às quais tais licenciandos estão vinculados, observou-se a presença dos seguintes cursos: Geografia (11,1%), Ciências Biológicas (11,1%), Letras-Ingês (11,1%), Matemática (22,2%), Letras-Português (11,1%), Química (11,1%), Física (11,1%) e Pedagogia (11,1%).

A pesquisa organizou-se em três etapas: planejamento, coleta e análise de dados. A primeira foi iniciada em março do ano de 2016 com o estudo das categorias que formam o estudo e de componentes relativos ao processo de execução da pesquisa e de produção do relatório final.

A segunda etapa ocorreu por meio do acesso aos arquivos, no *Google Drive*, em que constavam os planos de aula construídos pelos licenciandos. O estudo foca no

plano de aula final, obtido com os elementos discutidos e vivenciados na disciplina com a mediação dos docentes envolvidos. Teve-se ainda a observação espontânea das aulas em que os docentes construíram e executaram o planejamento. As observações eram escritas em diário de campo, tendo-se, posteriormente, a elaboração de relatórios.

A terceira etapa consistiu na análise dos planos de aula construídos pelos grupos, bem como de elementos constantes nos relatórios produzidos, tendo como foco os materiais e atividades propostos, verificando de que modo e sob qual perspectiva os docentes fundamentaram a sua intenção de ação, tendo-se, com base em Stake (1998), uma triangulação de dados entre os planos de aula analisados e as categorias que compõem o estudo.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No plano de aula do primeiro grupo analisado previu-se a realização de três atividades. Na atividade inicial o grupo sugeriu a exposição de um vídeo para aproximar os alunos da temática trabalhada, tendo-se o posterior debate sobre as questões observadas de maneira atrelada aos conteúdos presentes no grupo: Química, Física e Pedagogia.

A segunda atividade proposta consistia em trabalhar os conteúdos específicos de cada área, de modo que os alunos visualizassem conceitos e exemplos por meio de aplicativo de simulação.

Na última atividade planejada pelo grupo, foi proposta uma avaliação a ser disponibilizada via *Facebook* em que os alunos poderiam escolher entre responder uma questão escrita ou construir um átomo utilizando o mesmo aplicativo da atividade anterior. Ressalta-se que os materiais previstos para a realização da aula foram: projetor, internet, *pendrive* e *notebook*.

Na análise do plano de aula do segundo grupo interdisciplinar formado por licenciandos de Geografia, Ciências Biológicas, Letras-Ingês e Matemática, verificou-se a proposta de realização de três atividades. A primeira consistia na exibição de vídeo para a aproximação com a temática. A segunda se referia à exposição dos conteúdos com a utilização de apresentação de *slides* e a terceira à construção de *MEMEs* de maneira atrelada aos conteúdos trabalhados. Os materiais previstos foram: *ultrabook*, projetor, caixa de som, internet e *MEMEs* construídos pelos alunos.

O terceiro grupo analisado, composto por licenciandos das áreas de Letras-Português e Matemática, propôs uma atividade inicial relacionada ao desenvolvimento de mímicas para captar os conhecimentos prévios dos alunos acerca da temática abordada. A segunda atividade estava direcionada à abordagem dos conteúdos específicos de maneira expositiva dialogada, utilizando-se de apresentação de *slides*, em que, ao final desse segundo período, os alunos deveriam auxiliar os componentes do grupo a classificar alguns verbos utilizando planilha eletrônica.

A terceira atividade consistia na exposição de conteúdos e na realização de atividade, em que os alunos observariam elementos por meio de apresentação de *slides* e resolveriam três questões. O grupo propôs a utilização dos seguintes materiais: *notebook*, calculadora e projetor.

Diante de tais dados, observou-se a dificuldade dos licenciandos em propor atividades integradas às TDICs, orientadas pela perspectiva construcionista. Em todos os grupos analisados, evidenciou-se o predomínio de atividades de cunho instrucionista, em que as TDICs aparecem como meios de informatizar os métodos de ensino tradicionais, como salienta Valente (2001). Nesse sentido, a utilização das TDICs limita-se ao transmitir, não existindo uma mudança nas práticas didático-metodológicas.

Coll (2009) salienta que o fato de os professores utilizarem as TDICs como ferramentas e recursos de auxílio à exposição de conteúdos possui conexão com os seus pensamentos pedagógicos. Assim, evidencia-se que a utilização ou não das tecnologias digitais não se constitui como o ponto chave para a modificação das práticas docentes, aparecendo como elemento relevante, o modo com tais áreas (Docência e TDICs) são relacionadas.

Observa-se que o licenciando, fruto do próprio sistema educacional compartimentalizado e regulador reproduz em sala de aula o que compreende por Docência, mesmo percebendo a necessidade de transformação desse cenário, como salientado em seus discursos: “a gente não consegue aprender apenas ouvindo o professor expor os seus saberes, a tal verdade científica” (Aluno 1); “perco o ‘fio da meada’ quando a aula passa a ser teorizada demais” (Aluno 2).

Dentre as nove atividades planejadas pelos três grupos, seis eram de cunho instrucionista, uma não previa a utilização das TDICs e duas fundamentavam-se no construcionismo. Tal aspecto sinaliza as dificuldades que perpassam a formação docente, em que se tem o desafio de integrar as TDICs à Docência como “salvação” frente a um cenário complexo em que os alunos repelem a sala de aula diante da mesmice que a marca.

Na Universidade prevalece o discurso de que é necessário conhecer os teóricos, suas construções e aprender a planejar, executar e avaliar aulas somente com base nisso. Compreende-se a relevância de tais elementos, mas evidencia-se a necessidade de que o discente vivencie o que reflete, de que pratique para que possa perceber os fenômenos teóricos ocorrendo no âmbito do cotidiano, construindo os seus conhecimentos.

De acordo com Lima (2008), o processo de formação inicial dos professores tem ocorrido a partir de elementos, predominantemente, teóricos e desconectados da aprendizagem. Em consonância com tal acepção, Tardif (2002) alerta para o fato de que os docentes têm sido (en)formados à luz de uma proposta aplicacionista do conhecimento.

Destaca-se que não se pretende atribuir à perspectiva construcionista o bônus de

“salvadora”, pois se entende que o instrucionismo cabe e faz-se necessário em alguns momentos. Entretanto, questiona-se a prevalência da abordagem instrucionista diante de um cenário frutífero ao desenvolvimento de diferentes abordagens, compreendendo-se o fato de que é preciso saber como prover a informação, “de modo que ela possa ser interpretada pelo aprendiz que passa a entender quais ações ele deve realizar para que a informação seja convertida em conhecimento” (VALENTE, 2001, p. 144).

Acerca dessa questão, Demo (1991) enfatiza a necessidade de que o processo educacional se ocupe com a formação ideológica direcionada para a emancipação, bem como para a formação tecnológica que mobiliza o desenvolvimento da inteligência criativa.

Concebe-se, desse modo, que a formação docente carece de outro paradigma que forneça as bases necessárias para a construção de outro profissional que conhece, reflete e critica o que está posto, mas que consegue ir além disso, transpondo os seus conhecimentos e reflexões em práticas criativas, contextualizadas, autorais, mobilizadoras.

Apesar da pouca utilização da abordagem construcionista pelos grupos, ressalta-se a relevância dos trabalhos desenvolvidos na disciplina Tecnodocência para o conhecimento das duas perspectivas que permeiam a utilização das TDICs na Docência, tanto em termos teóricos quanto práticos.

4 | CONCLUSÕES

Com base nos dados obtidos, observou-se que os licenciandos apresentam dificuldade em integrar TDIC e Docência de maneira a ultrapassar as práticas pedagógicas vigentes. Assim, as TDICs são inseridas no processo de ensino e de aprendizagem correspondendo aos interesses da governamentalidade, atendendo às exigências do mercado.

Sobre isso, Ausubel, Novak e Hanesian (1980), a partir dos preceitos estabelecidos na Teoria da Aprendizagem Significativa, enfatizam a dificuldade experimentada pelo aprendiz em romper com os conceitos ancorados em sua estrutura cognitiva.

Entretanto, diante das reflexões teóricas e das vivências práticas desenvolvidas na disciplina Tecnodocência, constatou-se que os licenciandos compreenderam a relevância de repensarem a relação TDIC e Docência, visualizando que mais do que modificar os materiais utilizados, faz-se necessário modificar as práticas didático-metodológicas.

Tal fato foi evidenciado com a utilização da perspectiva construcionista orientando atividades planejadas por dois dos três grupos analisados, destacando-se que no momento do desenvolvimento do planejado, em simulação de aula, essas atividades foram citadas pelos outros licenciandos, que assumiram o papel de alunos, como mais interessantes e estimuladoras da aprendizagem.

Desse modo, percebe-se a necessidade de os licenciandos terem acesso a uma formação docente que os possibilite refletir criticamente e experimentar na prática quanto à utilização das TDICs na Docência, conhecendo as perspectivas que orientam esta utilização e tendo condições de escolher as que se adequam a cada contexto, momento vivenciado em sala de aula. É importante que repensem a Educação que visa a transmissão, em que o docente assume a posição central do processo, sendo um apresentador de conteúdos preestabelecidos.

Ressalta-se a pretensão em dar prosseguimento à pesquisa em semestres subsequentes, diante da oferta da disciplina Tecnodocência pelo Instituto Universidade Virtual (IUVI).

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D.; NOVAK, J.; HANESIAN, H. **Psicologia Educacional**. Rio de Janeiro: Editora Interamericana, 1980.

CASTRO, P. A. P. P.; TUCUNDUVA, C. C. ARNS, E. M. A Importância do Planejamento das Aulas para Organização do Trabalho do Professor em sua Prática Docente. **Revista Científica de Educação**, Rio Grande do Norte, v.10, n.10, p.49-62, jan./jun. 2008.

COLL, C. Aprender y enseñar com las TIC: expectativas, realidad y potencialidades. In: CARNEIRO, R.; TOSCANO, J. C.; DÍAZ, T. **Los desafíos de las TIC para el cambio educativo**. Madrid, España: Fundación Santillana, 2009.

DEMO, P. **Pesquisa: Princípio científico e educativo**. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

FREITAS, M. T. **Cibercultura e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: O novo ritmo da informação**. Campinas: Papyrus, 2008.

LIMA, L. de. **A Aprendizagem Significativa do Conceito de Função da Formação Inicial do Professor de Matemática**. 2008. 155f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

LIMA, L. de.; LOUREIRO, R. C. Docência Apoiada na Tecnologia no Ensino Superior: Desconstruir para Construir. In: MAIA, Alberto Filho Maciel; et.al. (org.). **Práticas Docentes em Foco: Diálogos e Experiências na Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

LOUREIRO, R. C.; LIMA, L. de. **Tecnodocência: Integração entre Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação e Docência na Formação do Professor**. Fortaleza: Amazon, 2018.

MORAN, J. M. Novas tecnologias e o re-encantamento do mundo. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v.23, n.126, p.24-26, set./out.1995.

PAPERT, S. **A Máquina das Crianças: repensando a escola na era da informática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

STAKE, R. E. **Investigación com estudio de casos**. Madrid: Morata, 1998.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VALENTE, J. A. A Informática na Educação: Como, Para Que e Por Que. **Revista de Ensino de Bioquímica**, São Paulo, s/v., n.1, 2001.

VALENTE, J. A. Informática na educação: conformar ou transformar a escola. **Perspectiva**, Florianópolis, s/v, n.24, p.41-49, 1995.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

AS CARACTERÍSTICAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO ANO DE 2016

Jéssica Letícia de Souza Miranda

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Pará (IFPA)

Belém, Pará

Narciso Rodrigues da Costa

Programa de Pós-Graduação em Engenharia
Industrial (PPGEI-UFPA)

Belém, Pará

Alessandro de Castro Corrêa

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Pará (IFPA)

Belém, Pará

Danielle Cristina Gonzaga Corrêa

Faculdade Ideal-Wyden

Belém-Pará

Francisco do Nascimento Felix

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Pará (IFPA)

Belém-Pará

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi analisar as características dos Institutos da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). A análise descritiva envolveu todos os 38 IF em 2016, sendo analisadas as variáveis Vagas, Matriculados, Inscritos, Concluintes, Docentes, Titulação do Corpo Docente (TCD), *Campi*, Gastos Correntes (GC), Gasto Com Pessoal (GP), Gastos Com Outros Custeios (GO), Gasto Com Investimentos (GI) e Índice

De Governança De Pessoas (iGovPessoas), estas extraídas do Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, disponível no sítio do Tribunal de Contas da União (TCU) e as estatísticas descritivas foram calculadas com o auxílio do software R. Os resultados revelaram que, em média, os IF possuem 21.612 alunos matriculados, disponibilizaram 7.385 vagas, formaram 2.653 alunos, possuem 863 docentes com titulação do corpo docente próxima ao mestrado (3,8), com gastos correntes de 280 milhões, baixo índice de Governança de Pessoas e que as regiões Nordeste e Sudeste possuem a maior quantidade de *campi*.

PALAVRAS-CHAVE: Institutos Federais. Características. Análise Descritiva.

ABSTRACT: The aim of this study was to analyze the characteristics of Federal Institutes of Education, Science and Technology (IF). A descriptive study was carried out with 38 IF in 2016, based on following variables: number of available vacancies, number of students enrolled, applicants, students that completed their courses, number of teachers, teaching staff's titles index (TCD), *campi*, current expenses, investment, other expenses, Governance and Personnel Management Index (iGovPessoas), all data collected from IF annual

report available on the Brazilian Federal Court of Auditors (TCU) site. The descriptive analysis was performed using R software. Results showed, on average, IF made 7385 vacancies available, 2653 students that completed their courses, there were 863 teachers, with a TDC close to Masters degree (3.8), current expenses were R\$280 millions and low iGovPessoas level.

KEYWORDS: Federal Institutes. Characteristics. Descriptive statistics.

1 | INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) constituem a Rede Federal de Educação Profissional, juntamente com os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e foram criados pela Lei nº 11.892 em 2008, com a finalidade de ofertar educação básica e tecnológica de forma educativa e investigativa de soluções técnicas e tecnológicas, promover a integração e verticalização da educação, otimizando, entre outras coisas, os gastos. Segundo o Ministério de Educação e Cultura (MEC), a criação dos IF evidencia uma

convergência de fatores que traduzem a compreensão do atual governo quanto ao papel da educação profissional e tecnológica no contexto social do Brasil (...). Esta compreensão considera a educação profissional e tecnológica estratégica não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros (BRASIL, 2018, p.4).

Assim, os IF são de grande importância para formação de profissionais qualificados e competentes, bem como, também é uma estratégia do governo para fomentar o desenvolvimento local e regional. Portanto, este trabalho irá descrever os IF tendo em vista que há ainda na literatura poucos trabalhos que se dedicaram em caracterizar os IF, ou seja, consiste em uma área que ainda foi pouco explorada nos estudos acerca dos Institutos.

2 | METODOLOGIA

Foram analisados todos os 38 IF da Rede Federal no ano de 2016, excluindo-se os CEFET por possuírem características distintas. Foram coletados os dados sobre o número de Vagas, Matriculados, Inscritos, Concluintes, Docentes, Titulação do Corpo Docente (TCD), número de Campi, Gasto Corrente (GC), Gasto com Pessoal (GP), Gastos com outros Custeios (GO), Gasto com Investimentos (GI) e o Índice de Governança e de Gestão de Pessoas (iGovPessoas), disponíveis nos relatórios de gestão de cada IF no sítio do Tribunal de Contas da União (TCU). Os dados foram colocados em uma planilha eletrônica para organizá-los e posteriormente manipulados no software R para cálculos das estatísticas descritivas e geração de gráficos. A

estatística descritiva, conforme Fávero et al. (2009), permite uma melhor compreensão do comportamento dos dados por meio de tabelas, gráficos e medidas-resumo, identificando tendências, variabilidade e valores atípicos. Os autores disponibilizam os códigos em R utilizados na análise por meio de correio eletrônico.

3 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 exibe as medidas de posição, valores máximos e mínimos das variáveis dos IF. Foi possível observar que, em média, são disponibilizadas 7.385 vagas e que apenas o IFSP, IFSC, IFCE e IFRN estão acima da média. Em contrapartida, o IFRR e IFAC foram os que menos ofertaram vagas, com 1.628 e 2.307 respectivamente. Como será observado adiante, isso está associado ao tamanho dos IF tanto em termos de alunos matriculados, como em termos de Campi disponíveis. É possível observar, também, que 63,2% dos IF ofertaram até 7.000 vagas, ou seja, mais da metade dos IF ficaram abaixo da média. O Instituto mais procurado foi o IFCE com 250.590 inscritos, porém, o IFRR foi o menos procurado, com 4.226 inscritos.

	VAG	MAT	INS	CON	DOC	TCD	CAM	GC	GP	GO	GI	IGP
Me	7385	21612	41208	2653	868	3,8	15,3	280	238	54	20	39%
Md	6109	19384	30212	2040	878	3,9	14	277	229	52	18	34%
Mín.	1628	4728	4226	352	227	3,4	5	59	43	13	4	12%
Máx.	36351	55454	250590	14708	2312	4,23	44	630	547	101	60	77%

Tabela 1 – Estatísticas descritivas dos Institutos Federais em 2016.

Nota: VAG é o número de vagas ofertadas, MAT é número de matriculados, INS é o número de inscritos, CON é o número de concluintes, DOC é o número de docentes, TCD é o índice de titulação do corpo docente, CAM é o número de campi, GC é o valor dos gastos correntes em milhões de reais, GP é o valor dos gastos com pessoal em milhões de reais, GO é o valor dos outros gastos em milhões de reais, GI é o valor dos gastos com investimento em milhões de reais e IGP é o índice de Governança e Gestão de Pessoas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O número de matriculados é uma característica importante tendo em vista que é tomada como um parâmetro de dimensão da instituição. Em 2016, havia em média 21.612 alunos matriculados nos IF. Como se pode observar na Figura 1, os maiores números de matriculados foram registrados no IFSP, IFRN, IFCE e IFSC, os quais dispõem de, no mínimo, 20 *campi*, sobressaindo-se o IFSP com maior número de matriculados, 55.454 alunos. Por outro lado, o IFAC, IFRR, IFAP foram os que apresentaram o menor número de matriculados. Os Institutos que ficaram abaixo da média possuem no máximo 6 *campi*.

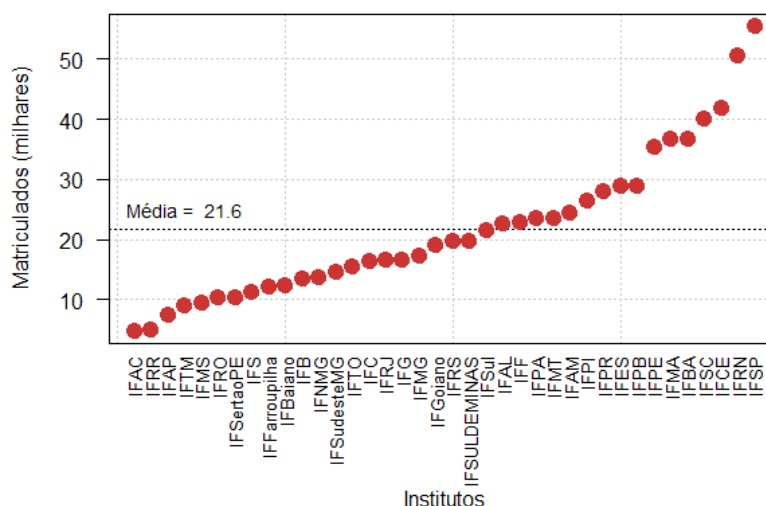


Figura 1 – Número de matriculados por Instituto em 2016.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A média de concluintes por IF foi 2.653, sendo que os que apresentaram um maior número foram o IFSP e IFSC, com 14.708 e 10.259, respectivamente. IFRR e IFAC foram os que tiveram o menor número, com 352 e 422. Observou-se ainda que 78,9% correspondentes a 30 Institutos Federais geraram até 3.300 concluintes. Em média da relação concluintes e matriculados (RCM) foi 11,5%, conforme exibido na Figura 2, com destaque para o IFSP e para o IFSC que alcançaram as maiores capacidades de alcançar êxito escolar, 26,5% e 25,6%, respectivamente, conforme se pode observar na Figura. Entretanto, o IFPB, com RCM somente de 3,7%, e o IFS, RCM=4,6%, apresentaram os menores percentuais de êxito acadêmico.

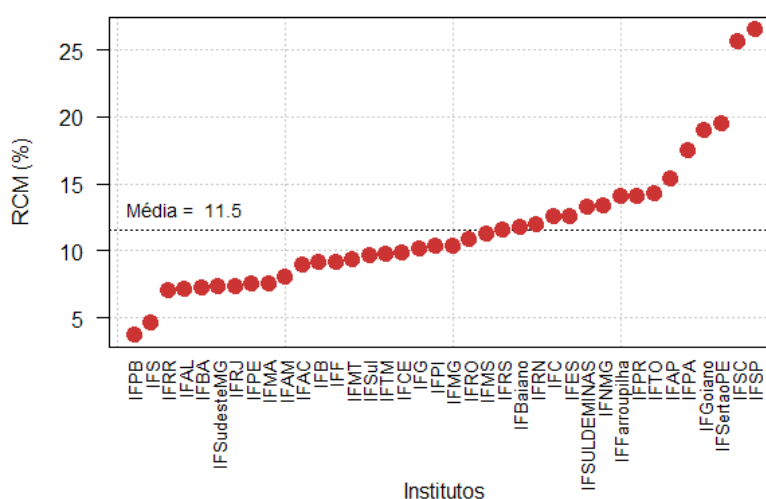


Figura 2 – Relação Concluinte-Matriculados por Instituto em 2016.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Há, nos quadros dos IF, em média 868 docentes. O IFSP se destaca dos demais

com 2.312 docentes, ou seja, 1.444 docentes acima da média. Em contraste, o IFAP, o IFRR e o IFAC apresentaram os menores números de docentes. Além disso, observou-se que, em média, os IF possuem 24 docentes para cada aluno.

A titulação dos docentes é medida numa escala de 1 a 5, que corresponde a uma média ponderada na qual 1 representa a graduação, 2 o aperfeiçoamento, 3 a Especialização, 4 o Mestrado e 5 o Doutorado. Ao se analisar a média de titulação do corpo docente, observou-se que 60% dos docentes possuem titulações que variam na escala de 2 a 5, ou seja, os docentes possuem formação acadêmica após a graduação. Isso contribui com um maior número de profissionais melhores qualificados para os Institutos que alcançaram pontuação acima da média. O Instituto que se destaca é o IFGoiano, com titulação dos docentes em 4,23 de atualização do corpo de docente, ou seja, os docentes possuem predominantemente titulações entre mestrado e doutorado. O IFSP, um dos maiores IF, registrou 4,06, ou seja, está acima da média.

A Figura 3 apresenta a distribuição dos *campi* por região. Observou-se uma concentração maior nas regiões Nordeste e Sudeste, isso é provavelmente devido à densidade demográfica da região Sudeste e a quantidade de estados da região Nordeste. Constatou-se ainda que 24 Institutos, correspondente a 63% do total, possuem menos de 17 *campi*. O Estado que possui o maior número de Institutos é Minas Gerais com IFMG, IFNMG, IFSudesteMG, IFSULDEMINAS e IFTM.

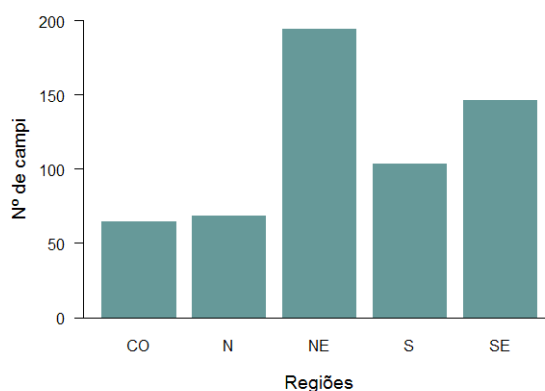


Figura 3 – Distribuição dos campi por região.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Analisou-se também o Índice de Governança e Gestão de Pessoas (iGovPessoas), que tem como finalidade analisar o cenário da gestão de pessoas. O iGovPessoas é uma referência e um método de julgamento das instituições cujo o índice varia de 0 a 100%. O TCU classifica iGovPessoas em estágios de capacidade: (a) **inexistente** que corresponde de 0 a 19,99%, são instituições que não adotam as medidas de governanças, (b) **inicial** que corresponde de 20 a 39,99%, são instituições que iniciaram a adoção as medidas de governanças, (b) **intermediário**, de 40 a 70%, instituições que adotam parcialmente as práticas de governança e (c) **aprimorada**,

acima de 70%, e são as instituições que adotam integralmente as práticas de gestão (BRASIL, 2013).

A distribuição de frequência dos IF com base no iGovPessoas, exibida na Figura 4, revela que a maioria dos IF (57,9%) se encontra abaixo do nível intermediário de capacidade de governança e gestão de pessoas. Apenas o IFRN alcançou o nível aprimorado. Observa-se também que a maior concentração (52,6%) está na categoria inicial. Os IF apresentaram baixa capacidade de gestão de seu pessoal. Conforme recomenda o TCU é necessário que se adote métodos para o maior comprometimento do pessoal com a eficiência, efetividade e a transparência da gestão de pessoal.

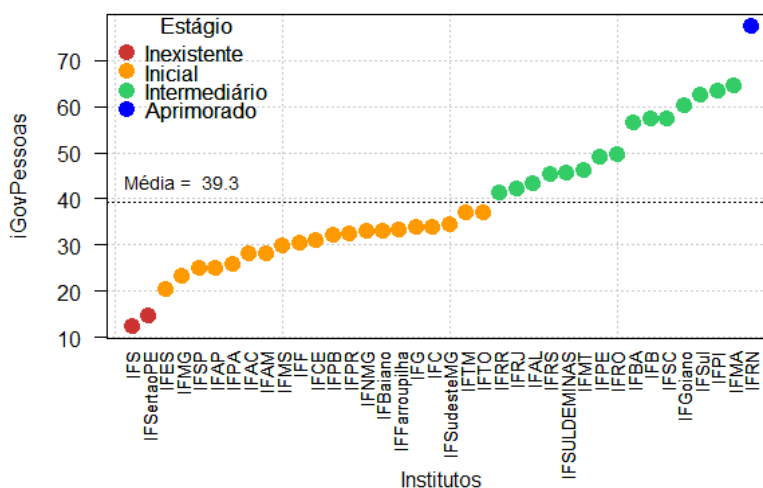


Figura 4– Índice de Governança e de Gestão de Pessoas dos Institutos em 2016.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao se analisarem os gastos corrente (GC), na Figura 5, é possível observar que 22 IF, que correspondem a 58% do total, apresentaram gastos abaixo de R\$ 300 milhões. O IFSP foi o que apresentou o maior gasto total, correspondendo a R\$ 630 milhões. Isso está associado à quantidade de campi de que o Instituto dispõe que são 44. O IFAP foi o que apresentou o menor gasto, totalizando um pouco mais de R\$ 58 milhões.

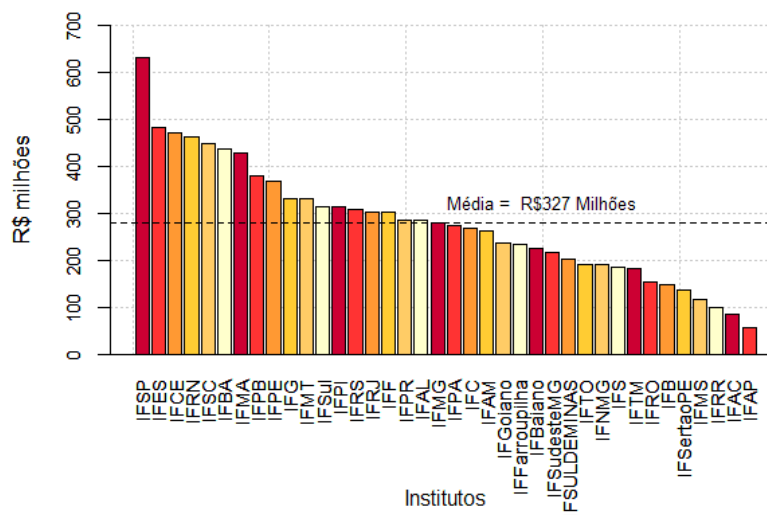


Figura 5 – Gastos correntes por Instituto em 2016.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os gastos realizados com a folha de pagamento são limitados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, na esfera federal, a 50% da receita corrente líquida (BRASIL, 2000). Ao analisarem os gastos com pessoal (GP), observou-se que 71,1% dos IF apresentaram GP de até R\$ 290 milhões. Isso significa que a maior parte dos Institutos gastou mais com a folha de pessoal, sendo que o IFAP apresentou o menor gasto com pessoal.

Os Institutos que ficaram acima da média dos gastos com outros custeios (GO) foram IFAM, IFES, IFCE, IFSP e IFRN, em decorrência do elevado quantitativo de alunos e por possuírem mais de 15 *campi*, desse modo terão mais despesas que Institutos menores como os do Acre, Roraima, e Amapá que possuem no máximo 6 *campi*.

Os gastos com investimentos (GI) tiveram a média de R\$ 20 milhões. Ao analisar a distribuição de frequência observou-se que 76,3% dos Institutos investiram até R\$ 24 milhões.

É importante ressaltar que o IFSP apresenta o maior GC por aluno, com R\$ 17.145,39; maior GP, 74% da sua receita, e também apresentou o maior gasto com investimento, com 8,14% da sua receita. O IFAP apresentou o menor gasto corrente por aluno, com R\$ 12.897,65, menor gasto com outros custeios, R\$ 13 milhões, e o menor gasto com pessoal, R\$ 43 milhões. Por fim, o IFAC apresentou o menor gasto com investimento, perfazendo R\$ 4 milhões executados.

4 | CONCLUSÕES

Em 2016 de modo geral, a análise dos IF revelou que IFSP, IFRN, IFCE e IFSC são os maiores Institutos, com destaque para o primeiro, em termos de alunos

matriculados, vagas disponibilizadas, número de *campi* e gastos em geral e que IFAP, IFAC, IFRR são os menores. No tocante à governança de pessoal, o IFRN foi o único a alcançar o nível aprimorado, indicando que os IF precisam aperfeiçoar as suas práticas de gestão de pessoas.

Para trabalhos futuros, sugere-se incluir as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENAD) entre as variáveis de forma a incorporar o desempenho de seus alunos nas características dos IF. Sugere-se também a verificação de agrupamentos com base em características comuns com auxílio de métodos de análise de *clusters*.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Brasília: Diário Oficial, 2008. Instituída Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. Portal do Ministério de Educação. **OS INSTITUTOS FEDERAIS: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acessado em: 11/04/2018.p 4.

_____. Lei Nº 101, de 4 de maio de 2000. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: WWW.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm . Acessado em: 15/04/2018

_____. Tribunal de Contas da União. **Secretaria de Fiscalização de Pessoal**. Disponível em: <portal.tcu.gov.br/unidades/secretaria-de-fiscalizacao-de-pessoal/perfil-de-governaca-de-pessoas/>. Acessado em: 17/04/2018. p 10-11.

FÁVERO, Luiz Paulo et al. Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. 2009.

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO SOBRE A ORIENTAÇÃO SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Soraya Marques Ribeiro

Graduada em Ciências Biológicas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE.

Especialista em Educação Inclusiva, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE.

Mestre em Recursos Naturais, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE

RESUMO: A orientação sexual é uma temática que está ganhando maior espaço nas discussões da sociedade devido alguns fatores, como os altos índices de gravidez na adolescência. Os Parâmetros Curriculares Nacionais que norteiam a educação básica no Brasil sugerem que a Orientação Sexual seja trabalhada nas escolas como tema transversal já que a mesma não se refere apenas ao ato sexual. No entanto, percebe-se que apesar da necessidade da implantação desse tema na escola e da sugestão dos PCN's ainda existe dificuldade em abordá-lo. Essa dificuldade persiste não só entre alunos, mas também entre professores, o que dificulta o estabelecimento do diálogo entre ambos. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é identificar os fatores que dificultam a abordagem do assunto pelos professores. Esse estudo foi realizado em uma Escola de Ensino Médio, localizada no Bairro Henrique Jorge, caracterizando-se como uma pesquisa do tipo quantitativo-qualitativa explicativa. O

público alvo foram os professores que lecionam no 1º ano da escola, tendo como instrumento de coleta de dados o uso de questionários. A partir da análise dos questionários percebeu-se que os professores enxergam a necessidade da implantação da Orientação Sexual na escola, porém alguns sentem dificuldade de falar sobre o assunto. Dessa forma, o tema sexualidade na escola ainda é visto como tabu e para que essa realidade seja modificada é preciso que se fale abertamente sobre o assunto dentro e fora dos muros da escola, promovendo assim a formação integral dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Orientação sexual, Sexualidade, Escola

ABSTRACT: Sexual orientation is a theme that is gaining greater space in the discussions of society due to some factors, such as high rates of teenage pregnancy. The national curricular parameters that guide basic education in Brazil suggest that sexual orientation is worked in schools as a transversal theme since it does not refer only to the sexual act. However, it is perceived that despite the need to implement this theme in school and the suggestion of PCN's there is still difficulty in addressing it. This difficulty persists not only among students, but also among teachers, which hinders the establishment of dialogue between them. In this sense, the objective of this work is to identify the

factors that hinder the approach of the subject by teachers. This study was conducted at a high school, located in the Henrique Jorge neighborhood, characterized as a quantitative-qualitative explanatory research. The target audience was the teachers who teach in the 1st year of the school, having as instrument of data collection the use of questionnaires. From the analysis of the questionnaires it was perceived that the teachers see the need for the implementation of Sexual orientation in the school, but some feel difficult to talk about the subject. Thus, the theme sexuality in school is still seen as taboo and for this reality to be modified, it is necessary to speak openly about the subject within and outside the walls of the school, thus promoting the integral formation of students.

KEYWORDS: sexual orientation, sexuality, school.

1 | INTRODUÇÃO

No século XX ocorreram as primeiras tentativas de discutir questões relacionadas a sexualidade no âmbito escolar, porém nessa época os estudos estavam voltados ao controle do corpo devido a repressão e aos valores da época que reforçava os papéis sexuais do homem e da mulher (BONATO, 1999).

Essa repressão em torno da abordagem da Educação sexual demonstra que as concepções históricas relacionadas ao sexo, em alguns casos, ainda se fazem presentes, pois desde a Idade Média, o sexo é visto como algo que não podia ser discutido (MOTOMURA, 2011).

Nas últimas décadas, as tentativas de introdução da Orientação Sexual na escola voltaram à tona, porém com a finalidade de instruir os alunos sobre os diversos aspectos relacionados a sexualidade já que a discussão desse tema é relevante para a formação integral do indivíduo.

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) criaram o tema transversal Orientação Sexual para que o mesmo fosse abordado em todos os níveis da Educação Básica, sendo um indício da importância deste assunto no âmbito escolar devido às preocupações com os altos índices de gravidez na adolescência (ALTMANN, 2001).

No entanto, apesar da necessidade de se abordar sobre essa temática nas escolas, ainda existem algumas restrições tanto para alunos como para professores, o que dificulta o estabelecimento de diálogo entre ambos.

Nesse contexto, acredita-se que alunos e professores não se sentem à vontade para discutir questões relacionadas à sexualidade, e dessa forma, como consequência inevitável, os estudantes acabam tendo acesso à informações por outras fontes que nem sempre são adequadas. Assim, conceitos apreendidos de forma errônea podem resultar em atitudes que podem ocasionar o aumento nos índices de gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis.

Além disso, a relutância dos professores em falar sobre sexo também ocorre por acreditarem que não há recursos didáticos específicos, pela incompreensão dos pais dos alunos, preconceitos, questões religiosas e até mesmo a insegurança de debater sobre a temática (ALVES ; CHAVES, 2008).

Nunes (2005), afirma que essa abordagem não é simples, pois existe um estranhamento em relação à própria sexualidade do indivíduo devido a presença de valores morais, mas como vivemos em um ambiente “sexualizado” torna-se necessário uma reflexão sobre a sexualidade já que a mesma faz parte da nossa vida.

Dessa forma, a orientação sexual é um tema de extrema relevância que deveria ser tratado com naturalidade por pais e professores já que grande parte da vida dos adolescentes é passada dentro da escola. Assim, a sexualidade também deveria ser discutida dentro da escola para que os alunos tenham acesso às informações e possam debater abertamente sobre o tema.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou conhecer alguns fatores que interferem na introdução da orientação sexual na Escola de Ensino Médio, através da investigação da percepção dos professores sobre o assunto, o que auxiliará no redirecionamento do diálogo sobre sexualidade na escola, já que a partir dessa pesquisa, professores, alunos e gestores, poderão repensar suas práticas em função dos resultados encontrados.

2 | METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado na Escola de Ensino Médio, que se encontra localizada na Avenida Senador Fernandes Távora, Bairro Henrique Jorge em Fortaleza-CE.

A metodologia escolhida para a aplicação deste estudo foi a pesquisa do tipo qualitativa-quantitativa explicativa que além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através de método matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos (SEVERINO, 2007).

Portanto, a utilização desses dois métodos permite uma compreensão dos fenômenos estudados para a presente pesquisa (NEVES, 1996).

O público alvo da presente pesquisa envolveu os professores efetivos, homens e mulheres, com faixa etária variada, que lecionam no 1º ano do ensino médio da escola. Esse critério foi utilizado, pois os professores efetivos estão em contato constante com a escola, já que todos os anos estão inseridos nesse meio, conhecendo mais sobre a realidade do ambiente escolar.

Como sugerido pelo comitê de ética foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos professores que se dispuseram em participar da pesquisa supracitada de forma voluntária. O início das atividades ocorreu em função de reuniões

realizadas com a coordenação da escola onde foi definido o público alvo da pesquisa e a abordagem da amostra para sistematização do trabalho.

O aceite da escola foi oficializado mediante a assinatura do documento do SISNEP (Sistema Nacional de Ética em Pesquisa) em que esta se dispôs em participar da pesquisa como instituição coparticipante. Dessa forma, a instituição esteve ciente da pesquisa e das atividades que seriam desenvolvidas ao longo deste período, o que favoreceu o desenvolvimento deste trabalho.

A técnica utilizada para coletar os dados de professores ocorreu através do uso de questionários. O questionário apresentou 7 questões, sendo 3 objetivas e 4 subjetivas.

Gil (1999) afirma que existem algumas vantagens na utilização de questionários, pois este é um processo menos dispendioso, atinge uma população maior, garante o anonimato das respostas, não existe pressão para resposta imediata, não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Para o levantamento das informações contidas nos questionários foi construído um banco de dados, referente às informações contidas nos questionários dos professores. Os bancos de dados foram organizados em planilhas do software Microsoft Excel, versão 2007.

Todos os questionários foram lidos e analisados, observando-se a frequência das respostas dos professores, tendo sido estabelecidos percentuais de acordo com a repetição das respostas dos indivíduos. Também foram extraídas dos questionários as citações mais representativas de cada questão.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns professores não se dispuseram a responder o questionário, afirmando que não tinham tempo, pois estavam muito ocupados devido ao retorno das aulas e alguns disseram não lecionar no 1º ano do ensino médio para evitar participar da pesquisa, o que dificultou a coleta dos dados.

Segundo Demo (2002) essa resistência observada nos professores como um todo faz pensar que na maioria das vezes o desgaste da prática profissional e/ou o cansaço se deve ao fato do educador fazer três turnos na escola não havendo tempo para um descanso, um estudo e até mesmo para participar de atividades extras, como pesquisas.

Codo e Vasques (1999) afirmam que grande parte dos professores possui a síndrome de Burnout, que é caracterizada pela perda de energia, estando relacionada à exaustão emocional, despersonalização e falta de envolvimento pessoal no trabalho. Com isso, a postura de resistência observada nos docentes para a pesquisa pode estar relacionada a estes componentes pelos quais passam todos os dias dentro da escola.

O questionário destinado aos professores constava de 7 questões semi-estruturadas, sendo 4 subjetivas e 3 objetivas, buscando conhecer o universo desses indivíduos a respeito do tema sexualidade.

A primeira questão buscou conhecer a percepção dos professores sobre o que vem a ser sexualidade, tendo sido as respostas classificadas em insatisfatória quando a sexualidade estivesse restrita ao ato sexual e satisfatória quando essa fosse vista de forma mais ampla englobando ideais, valores, afetividade, ou seja, tudo que não estivesse restrito apenas ao ato sexual.

Então, o que se percebeu foi que 40% dos participantes entende que a sexualidade é um conceito amplo que não se restringe apenas ao ato sexual, mas a valores e ideais que estão intrinsecamente relacionados a vida do indivíduo. No entanto, 60% dos participantes enxerga a sexualidade de forma mais restrita estando essa visão relacionada ao ato sexual, tendo alguns professores afirmado que a sexualidade “É a maneira como você age diante do sexo, como você pensa sobre ele”.

A segunda questão teve a finalidade de identificar se o tema Orientação Sexual fazia parte do planejamento do professor. 60% dos participantes afirmaram que o tema Orientação Sexual não faz parte do planejamento, o que não condiz com a sugestão dos Parâmetros Curriculares Nacionais que sugerem que esse tema seja abordado em todas as disciplinas, visando a ampliação dos conhecimentos dos alunos sobre o assunto.

Segundo Silva (2010) apesar da escola não ser o único espaço pelo qual tais discussões perpassam e de não ser a disciplina Biologia a única voz autorizada a falar das questões levantadas, esta disciplina tem sido responsabilizada pela comunicação deste assunto por estar inserido de forma superficial nos conteúdos dos livros didáticos de biologia.

A terceira questão perguntava como se dava a transmissão desse conhecimento em sala de aula e o que se observou foi que 70% dos professores tratam do assunto a partir de necessidade da turma que é expressa durante a aula, uma indagação, situação inusitada ou algo parecido.

O ideal é que esse assunto fosse abordado na escola, pois as respostas as dúvidas dos alunos contribui para que o desejo de saber seja impulsionado ao longo da vida, enquanto a não-satisfação gera ansiedade e tensão. Assim, a escola deveria ter espaços para discutir essas temáticas, o que diminuiria a ansiedade dos alunos, melhorando o processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 1997).

A quarta questão perguntava se na escola havia espaços para se discutir sobre sexualidade e as respostas obtidas foram divergentes tendo 60% dos participantes afirmado que existem espaços para se discutir sobre sexualidade e que esse se dá através de atividades como palestras e pesquisas feitas pelos alunos. No entanto, essas discussões são esporádicas não sendo eficaz para se trabalhar a Orientação Sexual na escola já que esta deve ser um processo contínuo e sistemático.

Um dos professores afirmou que existiam espaços para discussão, mas

este era feito através das aulas de biologia, o que nos mostra novamente que a responsabilidade de discutir sobre a sexualidade muitas vezes recai sobre os professores que lecionam essa disciplina.

A quinta questão perguntava se os professores acham que a sexualidade deveria ser abordada na escola e a partir de qual faixa etária seria mais adequado. As respostas quanto à idade foram variadas, sendo que 90% dos participantes se restringiram a fase da adolescência para iniciar a abordagem desse assunto, tendo sido citadas faixas etárias entre 12 e 16 anos. Apenas uma professora disse que seria interessante começar a trabalhar esse assunto desde o ensino fundamental I. Através dessas respostas, percebe-se que a faixa etária sugerida pelos professores não condiz com a sugestão dos PCN's que afirma que a Orientação Sexual deve ser trabalhada em todos os níveis da Educação básica.

Segundo os PCN's, as manifestações de sexualidade estão presentes em todas as faixas etárias e já na infância a criança se percebe em um corpo sexuado de menino ou menina através da observação do próprio corpo e a partir das relações familiares.

Portanto, a Orientação Sexual deve ser trabalhada desde a infância na escola para que a criança desde cedo já se habitue na discussão de assuntos relacionados a sexualidade.

Na sexta questão foi solicitada a opinião dos docentes sobre como a Orientação Sexual poderia ser trabalhada na escola, sendo que 80% propuseram metodologias diferenciadas que auxiliassem na exposição desse conteúdo, como vídeos, relatos de experiências, palestras com profissionais da área da saúde, seminários, análise de letras de músicas, entre outras metodologias.

Os outros 10% disseram não saber como poderia ser feita essa atividade e os 10% restantes afirmaram que poderia ser abordado em aulas de biologia.

A sétima questão pergunta se o professor tem dificuldade de abordar temas relacionados a sexualidade e caso tenha liste pelo menos dois assuntos que teria maior dificuldade e motivo dessa dificuldade. Dos participantes 60% disseram não ter dificuldade de falar sobre o assunto. Entretanto, esses mesmos se contradizem, pois 30% destes não trabalham a orientação sexual em sala de aula, tendo um deles afirmado "Esses temas não fazem parte da minha área, mas eu não teria dificuldade de abordar esse tema".

Isso nos mostra novamente o desconhecimento dos professores em relação aos PCN's que tornaram a Orientação Sexual um tema transversal para que o mesmo fosse abordado integralmente em todas as disciplinas devido a importância dessa temática para a formação e saúde do indivíduo.

Dessa maneira, a Orientação Sexual deve estar presente tanto no planejamento do professor, através dos conteúdos e quando surgir a necessidade da abordagem do tema em situações emergentes ou através das situações vivenciadas em sala de aula.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo identificou que os professores sentem a necessidade da implantação da Orientação sexual na escola, visto a importância do tema para melhor qualidade de vida dos jovens. No entanto, o tema não vem sendo abordado sistematicamente devido à inúmeras dificuldades que foram apresentadas pelos docentes como timidez, valores, falta de planejamento, recursos didáticos, entre outros fatores que impossibilitam uma maior discussão sobre o assunto.

Há a necessidade de mudanças nessa realidade para que os alunos possam encontrar na escola um ambiente favorável para discussão de temas relacionados a sexualidade, pois só assim os jovens estarão a vontade para esclarecer suas dúvidas e anseios com os professores.

Além disso, a gestão da escola juntamente com os professores deveria planejar a inserção desse tema no ambiente escolar para que o mesmo seja discutido de forma sistemática segundo as sugestões dos Parâmetros Curriculares Nacionais, estabelecendo critérios para a abordagem desse assunto em todas as disciplinas.

Assim a educação estará contribuindo para a formação integral do indivíduo, além de auxiliar na promoção da saúde. Portanto, este trabalho servirá de suporte para outras pesquisas que visam a integralização do tema Orientação Sexual no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. C. S.; CHAVES, A. C. L. As necessidades e dificuldades da orientação sexual na visão dos professores de ciências de Porteirinha-MG. v. 16, n. 01, 2008

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.

BONATO, N.M.C. Educação sexual e sexualidade: o velado e o aparente. Disponível em: <<http://www.geocities.com/athens/ithec/9565/tese/inidicee.html>> Acesso em: set, 2012.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Pluralidade Cultural e Orientação Sexual . Temas Transversais**. v.10. MEC. Brasília. 1996.

CODO, Wanderley; VASQUES-MENEZES, Iône. O que é Burnout? In: CODO, Wanderley (Org.). Educação: carinho e trabalho. Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Petrópolis: Universidade de Brasília, 1999.

DEMO, Pedro. **Ironias da Educação**. Mudança e contos sobre mudança. 2. ed. Rio de Janeiro, 2002.
GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOTOMURA, Marina. **Como era o sexo na Idade Média?** Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/como-era-o-sexo-na-idade-media>>. Acesso em: 05 abril. 2012.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração**. São Paulo: vol. 1, n. 3, 2º sem. 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2012.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 7ª. ed. Campinas: Papirus, 2005.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**, 23. ed., São Paulo. Cortez, 2007.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico, 23. ed., São Paulo. Cortez, 2007

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; CICILLINI, Graça Aparecida. Das noções de corpo no Ensino de biologia aos dizeres sobre sexualidade. **Reunião Anual da ANPED**. Caxambu: Anped, 2010.

ENTRE TORCER E MORRER: VIOLÊNCIA ENTRE TORCIDAS ORGANIZADAS DE FUTEBOL EM FORTALEZA/CE

Francisco Thiago Cavalcante Garcez

Faculdade Princesa do Oeste – FPO
Crateús - CE

Geovani Jacó de Freitas

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Fortaleza - CE

Lígia Vieira da Silva Cavalcante

Faculdade Princesa do Oeste – FPO
Crateús - CE

Sara Castro Lopes

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Fortaleza - CE

RESUMO: O presente trabalho se deu a partir de algumas indagações sobre a relação entre violência e as torcidas organizadas de futebol no Estado do Ceará. Sabe-se que há uma relação paradoxal em relação a esta modalidade de torcedores: a beleza do espetáculo nas praças esportivas e o terror quando é protagonista em casos de violência no âmbito esportivo e social. Em Fortaleza há toda uma problemática em torno destas agremiações, percebe-se uma tensão em relação ao Estado e as ‘organizadas’, chegando ao ponto de proibirem elas de frequentarem o estádio. No de 2012, Fortaleza foi a segunda cidade no país onde ocorreram um maior número de homicídios de integrantes de ‘organizadas’. A pesquisa teve como objetivo apreender as

principais motivações para a violência através dos integrantes das ‘organizadas’, para isso se fez necessário identificar quem são estes torcedores e quais os significados que estão inclusos em suas condutas. A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, com pesquisa bibliográfica, documental e de campo. As técnicas utilizadas foram a observação, entrevistas semiestruturadas com dez jovens, sendo cinco da Torcida Organizada Cearamor e os outros cinco da Torcida Uniformizada do Fortaleza. Com a realização da pesquisa foi constatado que a violência se manifesta em três frentes. A primeira diz respeito a violência reproduzida a partir do âmbito macrosocial, a segunda se trata de uma violência específica do futebol e, a terceira é componente da dinâmica das torcidas organizadas de futebol.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Futebol. Torcidas Organizadas.

ABSTRACT: The present work was based on some inquiries about the relationship between violence and organized soccer fans in the State of Ceará. It is known that there is a paradoxical relation with this modality of fans: the beauty of the spectacle in the sports squares and the terror when it is protagonist in cases of violence in the sport and social scope. In Fortaleza there is a whole problematic around these associations, one perceives a tension with the

State and the 'organized', to the point of prohibiting them from attending the stadium. In 2012, Fortaleza was the second city in the country where there were more murders of members of 'organized'. The research aimed to learn the main motivations for violence through the members of the 'organized', for it was necessary to identify who these fans are and what meanings are included in their conduct. The research was qualitative, with bibliographical, documentary and field research. The techniques used were the observation, semi-structured interviews with ten young people, five of the Torcida Organizada Cearamor and the other five of the Torcida Uniformizada do Fortaleza. With the accomplishment of the research it was verified that the violence is manifested in three fronts. The first one concerns violence reproduced from the macrosocial sphere, the second is violence specific to football, and the third is part of the dynamics of organized soccer fans.

KEYWORDS: Violence. Soccer. Organized soccer fans.

1 | INTRODUÇÃO

Diariamente, programas de diversas mídias com enfoque no futebol noticiam o espetáculo, a 'beleza' protagonizada pelas torcidas, a festa, a cantoria, o torcedor que vibrou com a vitória e o que chorou em decorrência da derrota. Esta mesma mídia ainda mostra a relação do futebol e sua torcida como um esporte de emoção, o apego ao time e aos seus símbolos. São aspectos que mexem com emoções em relação aos torcedores, enquanto estes possuem um comportamento exigido pela sociedade que impõe o controle dessas emoções, para que se evitem o cometimento de transgressões. A mídia ainda expõe o lado negativo deste desporto: o futebol como esporte violento, características comumente associada as torcidas organizadas de futebol (TOFs).

Inicialmente, é indispensável pensar que essa problemática da violência extrapola o gramado, estando ligada diretamente à sociedade, sendo uma expressão das tensões de diversas problemáticas sociais que assolam o Brasil, como: racismo, preconceitos, machismo, desigualdade. E, estas características foram presentes ao longo da formação da sociedade brasileira, sendo fruto de uma construção histórica, representada por diversas formas simbólicas.

A violência é uma temática que sempre acompanhou a história da humanidade. O que é ou não violento se transforma conforme o ritmo das mudanças culturais de determinadas civilizações. O que era visto como normal e aceito na sociedade, a exemplo da punição corporal como castigo, instituição que perdeu legitimidade na modernidade e, hoje, considerado um tipo de punição digno de revolta. Destituído o suplício, como demonstrado por Foucault (2013), as mudanças ocorridas na sociedade, nas dimensões sociais, culturais, econômicas e jurídicas implicaram, também, em mudanças nas formas legítimas de castigo, o que implica no modo de definir o que seja violência e demais formas de disciplinamento e produção da subjetividade de

sujeitos disciplinados, úteis e dóceis perante o poder disciplinador do Estado.

Cabe-nos ressaltar que o conceito de violência é mutável de acordo com a moral presente no espaço-tempo e que, nem sempre, um ato considerado violento necessariamente pode se constituir crime. A sociedade passou por uma espécie de suavização em relação à estética da violência na resolução de seus conflitos, por meio de um longo processo de pacificação de seus costumes, por intermédio de um longo processo histórico de mudanças nos hábitos e costumes, denominado de processo civilizador (ELIAS, 1985), cujas consequências incidiram, diretamente, no autocontrole das pulsões e das condutas dos indivíduos.

Semelhante processo foi percebido no futebol, que, conforme Pimenta (2007) explicita, é um espelho da sociedade que o pratica. Segundo expõe Elias (Idem, p.42), a introdução de uma série de regras com intuito de reduzir os danos físicos causados por determinado esporte reflete um processo civilizatório de desvalorização da violência física como padrão de mediação societária. O pugilista passa a usar luvas para praticar boxe, os jogadores de futebol a usar caneleiras, o goleiro luvas e a exigência de cuidados com a saúde para a prática esportiva, assim como regras bem definidas para evitar agressão física como componente da prática desportiva. Por isso mesmo, tanto no âmbito esportivo como exterior a ele a violência não deixa de estar presente.

O esporte mais popular do mundo é, dentre os desportos, o que envolve maiores índices de conflitos e de práticas consideradas violentas (MURAD, 2012), sendo muitas delas tipificadas como criminosas, segundo a ordem jurídica vigente. O conjunto dessas práticas ilícitas envolve tanto os agentes ligados à gestão desportiva como, também, torcedores, a exemplo da manipulação de resultados, envolvimento com grupos mafiosos, apostas ilegais, uso de substâncias proibidas, racismos, cambismo, corrupção, agressões físicas e verbais, além de homicídios, que decorrem, no caso da rivalidade entre torcidas, da quebra da capacidade de sublimação social. Neste sentido, temos como objetivo deste trabalho analisar motivações apontadas como causas para violência pelos membros de TOFs do Estado do Ceará.

2 | METODOLOGIA

Desenvolvemos nossa pesquisa orientada por um processo de investigação com enfoque qualitativo. Inicialmente, realizamos ampla pesquisa bibliográfica e documental da qual resultou a realização de um balanço teórico do tema, com enfoque sobre as diferentes posições de análise e interpretações sócio antropológicas do fenômeno, tanto da produção acadêmica local e nacional quanto internacional, já que a problemática não se restringe ao Brasil. As bibliografias consultadas, assim como os referenciais teóricos utilizados buscaram dialogar com categorias analíticas tais como sociologia do esporte; torcidas organizadas de futebol e violência.

Foi utilizada observação direta na Arena Castelão, principal estádio de futebol de Fortaleza/CE. Assim como diário de campo, técnica de coleta de dados utilizada em observação participante.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com dez membros, cinco de cada torcida, sendo que estes possuem mais de oito anos de vivência com a TOFs. As entrevistas foram todas gravadas com um tempo médio de uma hora, com roteiro e o termo de consentimento da realização da entrevista por parte dos interlocutores.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se que região Nordeste é destaque em relação a assassinatos em relação Crimes Letais Violentos Intencionais (CVLI). Do mesmo modo, destaca-se ainda no número de torcedores mortos. A partir dessas informações, realizamos pesquisa com torcedores que apontaram 3 (três) motivações como mais preocupantes no futebol. A primeira é o tráfico de droga, a segunda as alianças entre torcidas organizadas e, a terceira, a presença de membros de gangues nas “organizadas”.

Para Murad (2012)

Há um contexto de delinquência e marginalidade que justifica a violência no futebol – o consumo excessivo de bebidas alcólicas (causa indiscutível da violência, não só no futebol), o tráfico de drogas ilícitas (maconha, cocaína, ecstasy e crack, sendo que este último se alastrou para mais de 98% de nossas cidades, e seu combate faz parte da plataforma política atual do governo brasileiro), um crescente mercado negro de armas e a ligação com facções do chamado crime organizado nos grandes centros urbanos (p.34).

Faz-se importante destacar o uso de drogas pelos integrantes das TOFs. O tráfico de droga, macroviolência social (MURAD, 2012), ou seja, externo ao futebol. Sendo apontado como principal fator pelo alto número de homicídios em Fortaleza/CE pelos membros das “organizadas” pela maioria dos entrevistados.

Em Fortaleza, dos caras que morreram, conheço todos, e posso te dizer, nenhum foi por causa de torcida [...] T. morreu dentro da sede, chegaram e deram um tiro nele, tráfico de droga, não tem nada a ver com a torcida [...] todo mundo sabe quem foi [...] (Integrante CEARAMOR 03).

Ainda são apontadas certas artimanhas por parte de traficantes, que merecem relevância, em jogos de futebol. Além disso, praticam determinadas artimanhas para “maquiar” algum ato criminoso, para confundir qualquer investigação sobre o delito praticado.

[...] estamos percebendo que com a introdução das drogas, muita gente da torcida está morrendo, mesmo sendo uns 5% que usam, causa sim toda uma comoção na mesma, pois de imediato além da perda humana de um amigo, a imprensa trata logo de associar as brigas de torcidas o que é uma mentira. Tanto que traficantes, numa

medida de confundir a polícia, trata de apagar devedores de drogas justamente em dias de clássico. (Integrante TUF 05).

Outro motivo apontado pelos entrevistados seriam as alianças entre as TOFs, inicialmente com o objetivo de formar novas amizades, hoje entra em contraste com a violência ocasionada por conta dessas alianças. Como explanado anteriormente, há uma rede de alianças em nível regional e nacional, por se aliarem a TOFs, a aliança gera uma rivalidade com a ‘organizada local’. Exemplificando a complexidade dessa relação. A Torcida Organizada Cearamor (TOC) é aliada da Torcida Uniformizada Terror Bicolor (TUTB), principal ‘organizada’ do clube do Paysandu, time do Estado do Pará, logo ela é rival da Torcida Organizada Remoçada (TOR), do Remo, arquirrival do Paysandu na cidade de Belém/PA. Logo a torcida remista irá compartilhar uma característica em comum com a Torcida Uniformizada do Fortaleza (TUF): a rivalidade com a TUTB. Nessa dinâmica, estrategicamente, a TOR seria uma ótima aliada, visto que quando a TUF chegasse no Pará teria uma escolta contra uma rival, criada pelas alianças entre as TOFs.

Tem jogo aqui dos caras a gente vai [...] Fortaleza e Paysandu é jogo de guerra. Se a Terror vier hoje com 2 ônibus a CEARAMOR bota 10, só para ir representar. Se a gente vai pra Belém eles representam a gente (Integrante CEARAMOR 03).

O caso ainda pode ser mais complexo quando uma ‘organizada’ aliada possui mais de uma rival em uma cidade, por exemplo: a TUF é a aliada da Young Flu do Fluminense, do Rio de Janeiro, logo por conta dessa aliança acaba-se por se tornar rival de “organizadas” de outros clubes da capital carioca, esta que possui pelo menos três times com reputação continental: Flamengo, Fluminense e Botafogo. Inclusive este último, possui uma TOF, denominada Fúria Jovem, que é aliada com a TOC, que tem um retrospecto de assassinatos em relação a rivalidade com Leões da TUF no ano de 2005.

No início era romântico e estava na moda fechar alianças. Mero engano. As maiores violências registradas em torcidas no Brasil são ligadas as alianças de torcidas, onde se antes a TUF poderia ir pra Curitiba na paz assistir Fortaleza X Coritiba, hoje é confusão muita por sermos aliados dos Fanáticos, principal rival do coxa. (Integrante TUF 05).

A presença de gangues dentro das “organizadas” foi outro fator identificado pelos interlocutores como motivador de violência. No entanto, a própria TOF reconhece esses membros como integrantes das torcidas, como podemos observar:

[...] tem gangue sim, mas torcida organizada não é gangue, a torcida organizada é uma galera que torce para um time de maneira organizada e vive para isso [...] (Integrante TUF 02).

[...] o povo confunde porque a mídia mostra só as gangues, eles não mostram o lado

social. O problema das torcidas são as gangues dos bairros e o presidente precisa vender material da torcida para eles até para conseguir se manter. (Integrante CEARAMOR 04).

Dentre outros motivos apontados estão a violência nos bairros através dos membros infiltrados, motivo que foi exposto anteriormente; transgressões por parte da torcida rival, tendo um revide por parte dos membros prejudicados, o que causaria uma reprodução quase sem fim da violência; violência pela *internet*, inclusive muitos dos conflitos atuais são marcados via redes sociais, principalmente, em outras cidades; e por fim, violência institucional, apontam que a polícia, geralmente, até dificulta soluções de problemas que podem ocasionar violência.

Uma vez a gente chegou no estádio era Grêmio e Fortaleza. A gente chegou no estádio para entrar. A polícia chegou para a gente e disse: - Não tem mais ingresso pode voltar tudinho. - Sim o senhor vai deixar a gente na sede? - Pode ir a pé tudinho aí, não tem escolta não [...] cinquenta caras, tu sabes para onde foi né? Quando viu os caras foi para cima dos caras. Acontece o que acontece e só fazem é culpar a gente (Integrante CEARAMOR 06).

Verifica-se assim que existem três frentes de violência que circundam as organizadas, uma é exterior ao futebol, outra específica desse desporto e, terceira, a que é intrínseca as TOFs, na qual os nossos interlocutores apontaram as principais motivações. Cabe ressaltar ainda que são três frentes entrelaçadas.

4 | CONCLUSÃO

O futebol como demonstrado é uma espécie de espelho da sociedade, podendo ser visto por diferentes pontos de vista, refletindo a sociedade da qual faz parte. É um desporto de emoção e estratégia, sendo um dos esportes mais imprevisível da atualidade.

A análise aqui desenvolvida, com fundamento na interpretação dos dados teóricos e empíricos, autoriza-nos a afirmar que a violência entre as TOFs se ancora em um contexto mais amplo, a partir do qual assume uma dupla configuração: uma violência interna e outra externa ao futebol. A macroviolência, estando associada à própria formação histórica e cultural brasileira, é palco de inúmeras tensões entre diferentes grupos juvenis associados cuja culminância são as TOFs.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Gangues, gênero e juventudes**: donas de rocha e sujeitos cabulosos. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, CUFA-DF, PPCAAM, 2010.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

AZEVEDO, N. **História do Campeonato Cearense de Futebol**. Fortaleza: Coleção Memória

Equatorial. 4.ed., 2002.

Bourdieu, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Lei nº 10.671 de 15 de Maio de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências**. 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 88 p.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento Hip Hop. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretária da Cultura e Desporto, 1998.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1985.

FILHO, M. **O Negro no Futebol Brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2013.

MAFFESOLI, M. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1987.

MINAYO, M. C. S., et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MURAD, M. **A violência no Futebol**. São Paulo: Saraiva, 2012. 240p.

PIMENTA, C. A. M. **Violência entre as torcidas organizadas**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9795.pdf>>. São Paulo, 2000. Acesso em 14 jun. 2007.

_____. **Torcidas Organizadas de Futebol**: Violência e auto-afirmação. Taubaté: Vogal Editora, 1997.

PINTO, R. M. S. **DO PASSEIO PÚBLICO À FERROVIA: O FUTEBOL PROLETÁRIO EM FORTALEZA**. 2007.

TOLEDO, L. H. **Torcidas Organizadas de Futebol**. Campinas, SP: Autores Associados/Anpocs, 1996.

VELHO, G. **Observando o Familiar**. In: NUNES, Edson de Oliveira – A Aventura Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VELHO, G.; KUSCHNIR (Org.). **Pesquisas urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2003.

CANELAS SECAS E PARAGUAIOS: TRAJETÓRIAS, DINÂMICAS E ATUAÇÃO NA VIDA SOCIAL E POLÍTICA DE APUIARÉS/CE

Meirejane Cardoso Gomes

Faculdade Ratio

Fortaleza - Ceará

RESUMO: Este artigo teve como objetivo analisar a dinâmica de um conflito político na vida social de Apuiarés/Ce. Nesta cidade se tem dois grupos políticos que dinamizam o cotidiano com querelas, ofensas, perseguições políticas, mas também a acirrada concorrência de qual melhor projeto político para governar Apuiarés, promove uma participação política ao ensinar a atuação do cidadão a se preocupar com os problemas da cidade, a frequentar as sessões da câmara dos vereadores, a criar grupos nas redes sociais que publicizam os projetos assim como as deficiências da gestão. O conflito entre os “canelas secas” e os “paraguaios” pontuam o cotidiano de Apuiarés e mesmo depois do fim das eleições, a cidade permanece dividida: há a vila dos canelas, o bar dos paraguaios, a rádio comunitária dos canelas, a associação comunitária dos paraguaios. Canelas Secas são eleitores que tem aversão ao modo de governar dos Paraibas, paraguaios são partidários dos Paraibas. Esta família está alternando-se no poder político há sessenta anos. Eles encarnam o modo tradicional de fazer política. Apuiarés é envolta dos grandes temas que permeiam os municípios brasileiros desde a colonização:

clientelismo, personalismo, compra de votos, regras impessoais na administração pública, dominação tradicional. Mas há uma dinâmica que vem da sociedade civil, das classes populares que se mobilizam, a sua maneira, para delinear sua participação na gestão da coisa pública. Esta atuação, movida a vários tipos de interesses, impulsiona o surgimento do ator político participante num cenário reconhecidamente autoritário e de práticas clientelistas.

PALAVRAS-CHAVE: Família. Política Local. Conflito Social. Clientelismo.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the dynamics of a political conflict in the social life of Apuiarés / Ce. In this city there are two political groups that dynamize the daily life with quarrels, insults, political persecutions, but also the fierce competition of which better political project to govern Apuiarés, promotes a political participation by allowing the citizen's action to worry about the problems of the city, to attend the sessions of the city council, to create groups in the social networks that publicize the projects as well as the deficiencies of the management. The conflict between the “dry cannons” and the “Paraguayan” punctuates the daily life of Apuiarés and even after the end of the elections, the city remains divided: there is the village of the canelas, the Paraguayan bar, the

community radio of the shins, the association of Paraguayans. Dry Canelas are voters who have aversion to the way of governing of the Paraíbas, Paraguayans are partisans of the Paraíbas. This family has been alternating in political power for sixty years. They embody the traditional way of doing politics. Apuiarés is surrounded by the great themes that permeate Brazilian municipalities since the colonization: clientelism, personalism, vote buying, impersonal rules in public administration, traditional domination. But there is a dynamic that comes from civil society, from the popular classes that mobilize, in their own way, to delineate their participation in the management of public affairs. This action, driven by various types of interests, boosts the emergence of the participating political actor in an admittedly authoritarian and clientelistic scenario.

KEYWORDS: Family. Local Politics. Social Conflict. Clientelism.

1 | INTRODUÇÃO

No Nordeste brasileiro, é comum termos grandes famílias tradicionais comandando a política partidária. Muitas destas famílias têm bases agrárias, possuem uma parentela grande que se revezam no poder político.

Desde 1917, o Vale do Curu se tornou palco do poderio dos Gomes da Silva, quando eles saíram da fazenda Praíba, localizada em Caucaia, e se instalaram na cidade de Uruburetama. A partir deste momento, a família passou a exercer forte influência nos municípios de Uruburetama, Itapajé, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, Paramoti, General Sampaio, Apuiarés, São Luis do Curu, Tejuçuoca, Umirim, Paracuru, Paraipaba e Trairi. Treze bases eleitorais são formadas e com o apoio dos Paraíbas, foram eleitos vereadores, prefeitos, deputados, governadores.

Em tempos atuais, ainda vemos o poderio político dos Paraíbas. Eles encarnam bem o modo de se fazer uma política tradicionalista. Uma maneira não racional, personalista, perpassada de afetos, compadrios que atuam e se reproduzem na administração municipal, nas repartições públicas, no sistema educacional.

Atualmente das cidades do Vale do Curu, Apuiarés é o município onde podemos encontrar um domínio social e político dos Paraíbas. Há sessenta anos esta tradicional família política elege prefeitos, vereadores, indica presidentes de associações, sindicatos, se apropria do patrimônio público. Em 1996, abre-se um feixe neste cenário de supremacia política dos Gomes da Silva com a eleição de um servidor público da CONAB.

Francisco José Barbosa Gois ascende à prefeitura municipal e uma racionalidade burocrática entra em pauta na administração pública. A vitória de Francisco Gois representou o fortalecimento de uma visão, de um grupo contrário à maneira de governar dos Paraíbas. A partir do pleito municipal de 2002, esta divisão se tornou mais nítida, são formados dois grupos que até hoje disputam a cena política de Apuiarés. São alcunhados de “canelas secas” e “paraguaios”. Canelas secas são os apoiadores

de Francisco Gois, os paraguaios formam o eleitorado de Roberto Sávio Gomes da Silva da família dos Paraíbas.

O presente texto busca analisar a dinâmica deste conflito político na vida social de Apuiarés. A disputa entre estes dois grupos pontuam a vida social de Apuiarés. Os dois lados procuram agir em todos os espaços sociais. Os dois grupos não querem apenas eleger seus prefeitos e um maior número de vereadores, mas disputam deter o patrimônio simbólico sobre qual lado é melhor para governar Apuiarés.

2 | METODOLOGIA

Foi realizado uma pesquisa exploratório/descritiva com abordagem qualitativa. Para Minayo (2010), o método qualitativo propicia a construção de novas abordagens, revisão e recriação de novos conceitos e categorias durante a investigação.

A observação participante foi meu método central de coleta de dados. A partir desta técnica elegi meus atores sociais e seus espaços de ação política. No meu percurso metodológico, escolhi instrumentalizar os conceitos de conflito social do pensador George Simmel e as noções de *habitus*, campo e *illusio* de Pierre Bourdieu. Simmel concebe a sociedade como produto das interações individuais. O pensador não vê de maneira negativa o conflito, afirma que é a substância existente nas mais diversas relações entre os indivíduos na sociedade.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O território de minha pesquisa deve ser compreendido no entremeio de práticas arraigadas por costumes e hábitos que ajudaram a tornar uma região pobre, dependente, o Vale do Curu. Suas instituições públicas são ainda perpassadas por táticas clientelistas, herança da cultura política de um Estado patrimonialista, marcado pelo mando de representantes políticos atrelados ao modo de governar assistencialista. Mas diante desta herança cultural, existem dinâmicas que interferem significadamente na reprodução deste *habitus*. A hegemonia política dos Paraíbas em Apuiarés sofreu sua primeira fresta com a eleição de Fábio Alves (1983 - 1988), as duas eleições de Raimundo Simplício (1977 – 1983; 1989 -1992), forte opositor da família Gomes da Silva (Castro Alves, 2015).

No plebiscito de 2016, Roberto Sávio é eleito prefeito pela quarta vez. Robertão, como é conhecido, vence o prefeito Gois, reconhecidamente um bom administrador, sua gestão municipal ficou, em 2016, no ranking do Tribunal de Contas do Município – TCM, em terceiro lugar do Estado do Ceará em matéria de transparência pública.

Mesmo depois do fim das eleições municipais, a cidade se encontra dividida. Os canelas secas estão a fiscalizar, cobrar a gestão municipal. Exemplo disso está a assiduidade nas sessões da câmara municipal, a criação de grupos no *whatsapp*,

perfis no *Facebook* noticiando informações sobre as fragilidades da nova gestão, como lixo, jumentos nas ruas, má iluminação das vias públicas; já houve denúncias ao Ministério Público de irregularidades na licitação do transporte escolar, a má qualidade da merenda nas escolas e portarias a funcionários que não vão trabalhar.

Na época do auge do poderio da família Gomes da Silva no Vale do Curu, o fenômeno do coronelismo conforme descrito na obra de Vitor Nunes Leal (2012) apresentava fortes resquícios. Segundo Leal, o “coronel” é o elo de ligação entre o poder estadual e os eleitores, os quais se situavam de forma esmagadora no campo. Aos “coronéis” competiam levar para as urnas a horda de dependentes de sua propriedade.

Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936) pontua que o modelo de família patriarcal que predominou na nossa formação, produziu indivíduos que tem dificuldades em distinguir entre o domínio privado e o domínio público. O autor ressalta que a maior contribuição deste modelo de sociabilidade foi a cordialidade. As manifestações de cordialidade são todas aquelas que vêm do coração, sejam elas de generosidades, hospitalidade, como também perseguições.

4 | CONCLUSÕES

Todo conflito dinamiza a vida social; algumas formas de contestação tem o intuito de fazer acontecer uma transformação no atual cenário político da região. Hoje o povo de Apuiarés não compactua de forma tão subordinada ao poder de mando. Em tempos passados, os Paraíbas eram donos do único hospital, da creche, se apropriavam dos prédios pertencentes a prefeitura, assim como das verbas federais.

Em sete meses a frente da prefeitura, o governo de Roberto Sávio enfrenta denúncias sobre irregularidades nas licitações do transporte escolar, da merenda escolar, sofre uma ação na justiça movida pelos sindicatos dos professores sobre o dinheiro dos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Apuiarés é envolta dos grandes temas que permeiam os municípios brasileiros desde a colonização: clientelismo, personalismo, compra de votos, regras impessoais na administração pública, dominação tradicional. Mas há uma dinâmica que vem da sociedade civil, das classes populares que se mobilizam, a sua maneira, para delinear sua participação na gestão da coisa pública. Esta atuação, movida a vários tipos de interesses, impulsiona o surgimento do ator político participante num cenário reconhecidamente autoritário e de práticas clientelistas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CASTRO ALVES, Francisco Fábio de. **Apuiarés – nas lonjuras de sua História**. Fortaleza: RDS, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7 edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MINAYO, M. C. De S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

A VISÃO DOS USUÁRIOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS QUANTO A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS EM ARAPIRACA – ALAGOAS

José de Souza Gomes Júnior

Universidade Federal de Alagoas-Arapiraca –
Alagoas

Claudio Henrique Nunes de Sena

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

RESUMO: Os espaços públicos nas cidades são ambientes que possibilitam a melhor qualidade de vida para a população em vários aspectos: proporcionando locais agradáveis junto à natureza, permitindo o encontro entre as pessoas de forma espontânea, fornecendo atividades culturais e lúdicas ou viabilizando um ambiente propício para a prática de atividades físicas. O presente artigo buscou analisar a visão dos usuários de espaços públicos da cidade de Arapiraca, Alagoas quando a prática de atividades físicas. O objetivo foi de identificar os pontos positivos e negativos que atraem ou não os usuários a praticarem tais atividades nesses espaços. A metodologia utilizada foi a Avaliação Pós-Ocupação, a qual se utiliza de instrumentos que avaliam os aspectos técnico-construtivos do ambiente estudado como também a opinião das pessoas que utilizam este local. Como resultados, percebe-se que os espaços estudados fornecem as condições necessárias para a prática da atividade física, como equipamentos adequados, espaço apropriado e variedade de usos, mas também alguns pontos que necessitam de melhora, como mais segurança, uma melhor manutenção

dos equipamentos e sombreamento nos horários mais quentes. Entender os fatores que atraem as pessoas a praticar atividades físicas nos espaços públicos das cidades se torna de grande importância para o melhor planejamento desses espaços e, ainda mais, para o fornecimento de locais que possibilitem a melhor qualidade de vida para a população.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades Físicas; Espaços Públicos; Arapiraca-Alagoas

ABSTRACT: The public spaces in the cities are environments that allow a better quality of life for the population in several aspects: providing pleasant places with nature, allowing people to meet spontaneously, providing cultural and recreational activities or enabling an environment conducive to the practice of physical activities. This article sought to analyze the view of users of public spaces in the city of Arapiraca, Alagoas while practicing physical activities. The objective was to identify the positive and negative points that attract or not the users to practice such activities in these spaces. The methodology used was the Post-Occupancy Evaluation, which uses instruments that evaluate the technical-constructive aspects of the studied environment as well as the opinion of the people who use this place. As results, we can see that the spaces studied provide the necessary conditions for the practice of

physical activity, such as adequate equipment, appropriate space and variety of uses, but also some points that need improvement, such as more safety, better equipment maintenance and shadowing at warmer times. Understanding the factors that attract people to practice physical activities in the public spaces of cities becomes of great importance for the best planning of these spaces and, even more, for the provision of places that allow the better quality of life for the population.

KEYWORDS: Physical Activities; Public Spaces; Arapiraca-Alagoas.

1 | INTRODUÇÃO

Os espaços públicos proporcionam um local para a socialização dos usuários a partir do lazer, práticas desportivas, encontro com o outro, etc. Existem vários espaços na cidade que proporcionam estas formas de se socializar, como as ruas, as praças e os parques. Assim, o espaço público está vinculado ao acesso de todos os indivíduos, moradores ou visitantes capazes de interagir, por meio do lazer, da atividade física ou da conversa, livremente na mesma base, independentemente de sua condição social.

Para Sun Alex (2008), praças, ruas, jardins e parques formam o conjunto de espaços abertos na cidade, que mesmo que não haja uma farta vegetação, respondem ao ideal de vida urbana em determinado momento histórico. Ainda segundo o autor, a localização de tais espaços na cidade, sua permeabilidade como acesso, a impressão que irradia e a atmosfera de seu interior, que convidam a adentrá-los, amplificam suas condições de espaços públicos. Outra característica refere-se à multiplicidade de usos urbanos que os parques e praças admitem, como o comércio, os serviços, o encontro, o lazer e o descanso.

Autores como Jacobs (2009), Reis (1994), Lay (1994), assim como o Project for Public Spaces (2012) colocam determinadas características que fortalecem a atração do usuário para usar o espaço público. São aspectos como a multiplicidade de usos, a segurança para que a população usufrua do espaço sem maiores preocupações, a boa iluminação, dentre outros. Além destes aspectos técnicos e construtivos, torna-se importante, para entender como o espaço está sendo usado, observar o próprio usuário, tanto por meio de questionamentos como pela própria observação in loco. Assim, tem-se a população que utiliza o ambiente em estudo como uma importante fonte de informação para a melhoria do mesmo (ORNSTEIN et al., 1995).

Tendo estes dois aspectos em vista, a avaliação técnica e a dos usuários, optou-se, como metodologia, utilizar a Avaliação Pós-Ocupação (APO), que, segundo Ornstein (1992), é uma metodologia de avaliação de desempenho de ambientes construídos que prioriza os aspectos do uso, sendo necessário o apoio do usuário para análise deste aspecto, ainda sendo um mecanismo que serve para auxiliar no controle de qualidade. A APO contempla, com métodos e técnicas, ambos os aspectos: técnicos e comportamentais.

Um critério bastante importante para a análise do ambiente construído a partir das pessoas que o utilizam é a satisfação do usuário. Em se tratando de ambiente urbano, são vários os fatores que afetam, direta ou indiretamente, a maioria dos habitantes. Entre os fatores, destacam-se: a pobreza, a criminalidade e a poluição, que estão relacionados com a fonte de insatisfação com o uso dos espaços urbanos; O vandalismo é uma das manifestações mais comuns de insatisfação: as condutas agressivas em relação a elementos físicos e arquitetônicos, geralmente públicos ou situados próximos a lugares públicos. Isso se dá, na grande maioria, nas classes sociais menos favorecidas que estão submetidas à baixa qualidade de vida, relacionada com a falta de saneamento básico, falta de equipamentos públicos em boas condições de uso assim como espaços de lazer. Tais condições permitem observar como um espaço público atrai ou não uma pessoa para frequentá-lo. Critérios como a criminalidade e o vandalismo são observados em cidades de portes variados, o que permite uma visão geral de um problema que atinge várias localidades no Brasil, ou seja, é uma realidade que não se coloca apenas na cidade de estudo.

Arapiraca é a segunda maior cidade do Estado de Alagoas e nos últimos anos vem apresentando uma tendência em produzir espaços públicos padronizados, o que reflete também na forma de utilização dos mesmos. Outra constatação é o constante abandono de determinados espaços da cidade na medida em que outros são implantados. As praças, parques e áreas verdes da cidade recebem tratamentos diferenciados também de acordo com sua localização, tendo as praças centrais e as próximas a vizinhanças de alto poder aquisitivo, ou que reflita na especulação imobiliária, melhores cuidados, ao menos nos primeiros meses após a inauguração.

Segundo Souza (2009), é percebida no Brasil a falta do hábito na realização de investigações que façam uma avaliação do desempenho dos ambientes construídos, tanto os residenciais, comerciais ou de lazer, depois de um tempo de uso, geralmente ocasionando a repetição de erros em projetos semelhantes e a não identificação dos acertos necessários para a melhoria de novos ambientes. É necessário entender se os espaços públicos da cidade oferecem atrativos e segurança suficientes para a atração dos usuários e se esses espaços estão sendo planejados com elementos que contribuam para a qualidade de vida da população, o que inclui aqui uma variedade de equipamentos e constante manutenção, e qualidade ambiental da cidade, com a utilização de vegetação. Uma das causas da baixa frequência e degradação dos parques e praças urbanos são ambientes deteriorados, sem manutenção e que são projetados sem o interesse nas reais necessidades dos usuários.

Foram escolhidos dois parques urbanos da cidade de Arapiraca, o Parque Municipal Ceci Cunha e o Bosque das Arapiracas, para aplicação dos métodos e técnicas. Esses parques foram selecionados tendo como critério sua implantação no centro da cidade e por serem bastante utilizados.

Como procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisa, foram utilizados registros fotográficos, observações comportamentais, análise dos aspectos técnicos

com apoio de checklist, entrevistas e questionários. As entrevistas foram aplicadas aos usuários pessoalmente e serviram como base para a produção do questionário.

Espera-se, como este trabalho, compreender como os usuários percebem esses espaços públicos com relação à prática de atividades físicas.

O estudo teve um recorte temporal e espacial. Os dois espaços escolhidos foram implantados ou revitalizados nos últimos quinze anos, já que em 2001, o código do meio ambiente do município em seu artigo 67 coloca que “considerando a importância das áreas verdes e dos espaços públicos para o lazer ativo e/ou contemplativo da população e a manutenção da beleza paisagística de Arapiraca, ficam definidos nesta seção o uso e a conservação dessas áreas”. Eles foram escolhidos por estarem situados na parte central da cidade, visto que são as que se encontram em melhores condições de uso.

O Parque Municipal Ceci Cunha (Figura 1), implantado em 2000 com o objetivo de criar um espaço urbano para as famílias arapiraquenses na parte central da cidade; e o Bosque das Arapiracas (Figura 2), implantado em 2011 no Bairro Senador Teotônio Vilela ao lado do Parque Municipal Ceci Cunha. Ao longo dos anos e a partir de observações, percebe-se que os espaços com implantação mais recentes são mais utilizados, ocorrendo um abandono dos outros que sofrem pela falta de uso e de manutenção.



Figura 1: Parque Municipal Ceci Cunha

Fonte: Autor, 2016.



Figura 2: Bosque das Arapiracas

Fonte: Autor, 2015.

A localização dos espaços analisados pode ser vista na Figura 3.



Figura 3: Localização dos espaços estudados

Fonte: www.googlemaps.com, acessado em jun/2016

2 | METODOLOGIA

A APO foi utilizada como estruturadora dos instrumentos de coleta de dados. Como esta metodologia busca uma união dos estudos técnicos com a análise do comportamento do usuário, os instrumentos que foram utilizados na pesquisa procuram avaliar os aspectos quantitativos e qualitativos do objeto estudado quanto

as áreas apropriadas para a prática de atividades físicas, assim como a opinião das pessoas que utilizam o espaço em estudo. Para isto, optou-se pela utilização de métodos e técnicas que abordassem tanto as características físicas construtivas, como checklist e as observações dos equipamentos, e também as subjetivas, com mapeamento comportamental, as entrevistas e questionários. A partir dos resultados obtidos através dos instrumentos, houve uma tabulação dos dados considerando tanto as análises técnicas como a opinião e comportamento dos usuários para se chegar a uma avaliação total do espaço público.

3 | PARQUE MUNICIPAL CECI CUNHA

Foram realizadas dez entrevistas com os usuários do Parque Municipal Ceci Cunha, sendo cinco entrevistados homens e cinco mulheres e ainda 25 questionários, para 13 mulheres e 12 homens. Depois de analisados, obteve-se a seguinte avaliação:

Os respondentes usam o Parque Ceci Cunha principalmente para passagem e permanência, os que têm filhos costumam leva-los para brincar no playground. Alguns ainda praticam atividades físicas como corrida ou o uso da academia ao ar livre, mas frisaram que quando podem, preferem o Bosque das Arapiracas para esta finalidade. Os pontos positivos citados estão relacionados com a arborização, o visual do Parque, exceto o Parque Ceci Cunha I, Já o Parque Ceci Cunha II e o Mercado do Artesanato são tidos como locais agradáveis e para onde as crianças gostam de ir. Além do terminal rodoviário intermunicipal que é bastante utilizado.

Os pontos negativos se relacionam com a pouca segurança, principalmente no Parque Ceci Cunha I, e a falta de manutenção dos aparelhos de atividades físicas e do playground, assim como alguns lixeiros quebrados.

Os entrevistados costumam utilizar o Parque Ceci Cunha entre duas a três vezes por semana, permanecem no local por até uma hora e geralmente aos fins de semana, ou todos os dias quando precisam passar por ele para seguir seu destino. Quando perguntados sobre qual o espaço público que eles utilizam além do Ceci Cunha, a grande maioria relatou o Bosque como primeira opção pela infraestrutura e por ser um local mais movimentado e com constante manutenção. Outra praça citada foi a Luiz Pereira Lima ou praças do centro da cidade, como a Praça Manoel André ou o Calçadão, justamente por estarem localizadas no centro e servirem como pontos de encontro.

Dos dez entrevistados, quando perguntados sobre qual setor do Parque Ceci Cunha eles preferem utilizar, nenhum respondeu o Parque Ceci Cunha I, mas variaram entre o Parque Ceci Cunha II e o Mercado do Artesanato.

Sobre o que eles sentem quando estão no Parque, as respostas variavam entre a tranquilidade e o conforto, principalmente no fim da tarde, mas também abordaram a falta de segurança e colocaram que antes do Bosque das Arapiracas o local era

mais movimentado, que atraia mais pessoas para o seu interior, depois do Bosque, as pessoas preferem ir para lá e o Parque Ceci Cunha II ficou mais vulnerável.

A pergunta seguinte pedia para que eles citassem os usos que poderiam ser feitos no Parque Ceci Cunha: a prática de esportes, passeio e lazer para as crianças. A parte cultural que é disseminada no Mercado do Artesanato, o comércio de alimentação, já que existem vários locais para a venda de lanches, exceto no Parque Ceci Cunha I, onde não há nenhuma lanchonete nem quiosque.

Os usuários sentem falta de mais segurança e de um maior cuidado, por parte da gestão municipal e dos próprios usuários com a manutenção. Segundo eles, é necessário algo que chame a atenção da população para que ele possa voltar a ser utilizado.

Quanto a importância do Parque, os entrevistados colocaram que sua implantação foi um marco para a cidade com relação a prover um local para o encontro das pessoas e a prática de esportes. É um lugar bonito no centro da cidade e divulga a cultura local com shows e eventos culturais, muito importantes para manter as raízes históricas de Arapiraca. Também é considerado um local onde as pessoas podem descansar e observar a natureza, as árvores, pássaros e o lago, apesar de tanto trânsito ao redor.

Em comparação com outras praças e parques da cidade, os entrevistados colocam que este espaço é o mais bonito, mas precisa ser melhor cuidado. Os eventos culturais poderiam ser mais enaltecidos e isso talvez atraísse mais pessoas, como acontece quando há algum show regional no Mercado do Artesanato.

4 | BOSQUE DAS ARAPIRACAS

Foram realizadas dez entrevistas com cinco homens e cinco mulheres, todos eles sendo frequentadores do Bosque das Arapiracas. Também foram realizados 25 questionários, para 13 mulheres e 12 homens.

De acordo com os respondentes, a utilização do Bosque se dá para a prática de atividades físicas, como corrida, bicicleta, patins e skate. Isso porque o espaço fornece um ambiente agradável e boa infraestrutura. Os pontos positivos citados estão relacionados com a arborização, que apesar de ainda está em crescimento, proporciona uma sensação agradável para os usuários, a grande quantidade de pessoas que utiliza o lugar favorece o sentimento de segurança, além de ser um ambiente democrático que atende a todas as classes sociais.

Os pontos negativos se relacionam com a pouca segurança, já que a extensão do Bosque é grande e a quantidade de guardas (seis) não compreende todo o espaço. Houve reclamações sobre a falta de respeito com a pista de cooper e ciclovias quando alguns ambulantes congestionam a passagem. Outro fator negativo citado foi a demora de algumas obras inacabadas, dois novos quiosques e algumas manutenções de bancos e passeios, que também interferem na passagem dos usuários para a prática

de atividades físicas.

Os entrevistados costumam utilizar o Bosque das Arapiraca entre duas a quatro vezes por semana, permanecem no local de uma a duas horas e sempre a partir do final da tarde. A falta de sombreamento nos períodos da manhã e tarde influenciam a escolha da noite para a prática das atividades. Quando perguntados sobre qual o espaço público que eles utilizavam antes da implantação do Bosque, enquanto uns não utilizavam nenhum outro espaço semelhante ou iam apenas para a academia, os outros costumavam correr na Avenida Deputada Ceci Cunha, antiga Avenida do Futuro, mas não vão mais porque esta não oferece a infraestrutura adequada para a prática desportiva além da falta de segurança; ou praticavam as atividades no Parque Ceci Cunha I e II, porém, estes também não são mais utilizados pelos respondentes, segundo eles, porque o Bosque das Arapiracas é mais completo.

Foi interessante notar que, quando perguntados sobre como eles se sentem quando estão no Bosque, os homens responderam que se sentem seguros, apesar dos perigos com a parte inacabada das obras, já as mulheres abordaram a falta de segurança, principalmente nos horários mais avançados, a partir de 20h00min.

A pergunta seguinte pedia para que eles citassem os usos que poderiam ser feitos no Bosque das Arapiracas: a prática de atividades físicas, encontro com amigos, lazer para crianças e família, prazer visual com a fonte e local para comércio de alimentação.

Os usuários sentem falta da continuidade das obras e de um dia em que as vias sejam fechadas para que as pessoas possam utilizar também estas para a prática de atividades físicas ou lazer das crianças sem a preocupação com os carros.

Quanto a importância do Bosque, os entrevistados colocaram a importância ambiental, um local democrático e que fornece um espaço agradável e gratuito para toda a população e, devido a localização central na cidade, possibilita grande visibilidade e atração de usuários, os quais podem praticar atividades físicas, ajudando assim na saúde da população. Também foi abordada a questão de que muitas praças antigas sofrem com o abandono e falta de manutenção por parte da gestão municipal, alguns respondentes colocam o abandono destas devido a criação de novos espaços, os quais são mais frequentados por serem mais atrativos e possuírem manutenção constante.

Em comparação com outras praças e parques da cidade, o entrevistados colocam que este espaço possui uma estrutura convidativa e fornece várias formas de uso de forma democrática, a grande extensão é um fator que contribui para abarcar uma grande quantidade de pessoas. Segundo eles, o Bosque “veio para ficar” porque é um local grande e bonito e que tem a manutenção constante, apesar de faltar terminar algumas partes das obras, ele “é superior a qualquer outro parque da cidade”. Ainda foi citado que algumas outras praças são boas (não citaram nomes), mas que são afastadas do centro.

5 | CONCLUSÕES

Ambos os parques seguem a mesma forma de inserção dentro da cidade: foram inseridos com o objetivo de oferecer um local agradável, de convivência e que valorizasse o bem-estar e a saúde da população. Também passaram por um processo de gentrificação quando retiraram parte dos moradores da região para a implantação do empreendimento. Os dados levantados permitiram uma visão do que vem acontecendo nos parques e praças da cidade com relação a sua produção e as formas de uso.

Os resultados mostram que os dois parques são bem similares quanto a forma de produção, pois as características construtivas de ambos são iguais, os bancos, a forma dos quiosques, a paginação do piso e a vegetação; e também pela diversidade de usos, como a prática de esportes, local para alimentação e convivência. Por serem vizinhos, os dois parques, às vezes, ainda são confundidos. Alguns respondentes ficaram em dúvida na identificação dos dois espaços públicos.

A diferença se encontra quando o Parque Ceci Cunha torna-se mais voltado para a permanência e encontro com amigos enquanto o Bosque é predominantemente voltado para a prática de atividades físicas, o que não impede de forma alguma o uso para permanência e passeio.

Com a análise dos dois parques, pode-se perceber que a gestão pública vem produzindo espaços similares no centro, principalmente no centro da cidade, e com isso há uma padronização também nas formas de uso dos mesmos, o que não deve acontecer e, pelo contrário, deve permitir uma flexibilidade na forma de usar inclusive fornecendo formas de usos variados em cada um deles para a atração de mais pessoas. Além de procurar promover uma maior segurança nos espaços públicos da cidade em todos os horários de uso.

Percebe-se, com a análise dos instrumentos utilizados na obtenção de dados a partir da opinião dos usuários que estes acreditam que os dois espaços públicos em estudo servem para a população como um ambiente propício para a prática de atividades físicas e a promoção de uma melhor qualidade de vida para a população da cidade. A APO foi de fundamental importância para o estudo, pois, além de possibilitar uma avaliação dos aspectos construtivos, observando-se o que está em condições e o que precisa ser melhorado, ainda permite a avaliação dos usuários, os quais dão suas opiniões retratando os pontos positivos e negativos do espaço estudado. Esses dois fatores possibilitam uma visão mais abrangente das condições oferecidas do espaço público para que possam ser elaboradas diretrizes para melhoria do mesmo.

É importante salientar os pontos que precisam ser melhorados, como a falta de sombreamento durante o dia, a manutenção dos equipamentos, a falta de iluminação durante a noite e a segurança dos usuários.

O estudo dos espaços públicos relacionados com a possibilidade da prática de atividades físicas se torna um importante instrumento para a melhoria da qualidade

de vida da população, pois se trata da possibilidade de oferecer espaços dentro da cidade, de forma gratuita, para que as pessoas possam se exercitar, além das outras possibilidades que um parque ou praça oferece para o cidadão: a condição de descansar próximo à natureza, de levar os filhos para brincar em playgrounds e de simplesmente passear em um momento livre do seu dia.

A prática de atividades físicas está ligada muito além do controle de peso, mas com a prevenção de doenças como doenças cardíacas, hipertensão, diabetes, dentre outras. Planejar espaços que forneçam condições para essas práticas, com equipamentos em bom estado e uma variedade de usos, como pista de cooper, academias ao ar livre, campos de areia e espaços livres, contribuem para a melhor qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

ALEX, S. **Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**. 2º Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

ORNSTEIN, S.; BRUNA, G.; ROMÉRO, M. **Ambiente construído e comportamento: a avaliação pós-ocupação e a qualidade ambiental**. São Paulo: Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1995.

ORNSTEIN, S.; ROMÉRO, M. (colaborador). **Avaliação Pós-Ocupação (APO) do ambiente construído**. São Paulo: Studio Nobel, EDUSP, 1992.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES, Inc. **Placemaking and the future of cities**. New York. 2012.

REIS, A. T.; LAY, M. C. D. Métodos e técnicas para levantamento de campo e análise de dados: Questões gerais. In: **WORKSHOP AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO. Anais....** São Paulo: FAUUSP, p. 53-74, 1994.

SOUZA, A. P. **Análise da qualidade ambiental urbana em praças públicas através da percepção dos seus usuários: o caso da Praça Dois de Julho – Campo Grande – Salvador – Bahia**, 2009. 143 f, Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2009.

EDUCAÇÃO PERMANENTE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA VISÃO DOS TRABALHADORES

Rebecca Palhano Almeida Mateus

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)
Fortaleza-Ce

Sharmênia de Araújo Soares Nuto

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)
Fundação Oswaldo Cruz
Fortaleza- Ce

Maira Barroso Pereira

Secretaria de Saúde do Estado do Ceará
Fortaleza-Ce

RESUMO: A Política Nacional de Educação Permanente visa a qualificação dos serviços de saúde, e tem como função, dentre outras, a de formação profissional e identificação de necessidades de aprimoramento das práticas dos trabalhadores da saúde. O objetivo desse estudo foi fortalecer as práticas de educação permanente, identificando temáticas passíveis de processos formativos apontadas pelos profissionais através de um planejamento estratégico e participativo. Trata-se de um estudo quantitativo e transversal, que contou com a participação de 69 trabalhadores da atenção primária à saúde de um município de pequeno porte, no Ceará. Para a coleta de dados, foi aplicado, a cada participante, um questionário semi-estruturado impresso. Contemplou-se uma amostra predominantemente feminina, que considera a prática da educação permanente

como otimizadora e fortalecedora das ações de saúde. 61 (88,4%) participantes afirmaram ter em seu ambiente de serviço a prática da educação permanente, principalmente desenvolvida nas reuniões periódicas das equipes de trabalho.

DESCRITORES: Educação Permanente. Educação Continuada. Estratégia Saúde da Família. Atenção Primária à Saúde.

ABSTRACT: The permanent education national politics aims the health services qualification, and it has like function, as others, the professional formation and identification of improving needings related to the practice of the health professionals. The objective of this paper was to fortify the permanent education practices, identifying contents which might be linked to formative processes claimed for the professional through a strategic and participative planning. It has based on a quantitative and transversal study, which had the participation of 69 workers of health primary care in a small town in Ceará. To get the data, it has been applied, to every participant, a list of some questions, printed semi-structured. It get involved a sample basically formed by women, that considers permanent education practice as optimizer and strengthener about the actions health. 61 (88,4%) participants said that they have in their work place the permanent education practice,

mainly developed, in the periodic working group meetings.

KEYWORDS: Permanent Education. Continuing Education. Strategy Family Health and Primary Health Care.

1 | INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde na consolidação da reforma sanitária tem a responsabilidade de formar e de incrementar os recursos humanos para a área da saúde, com o intuito de fortalecer as práticas dos serviços, consolidar a descentralização da gestão, incentivar a participação popular e desenvolver estratégias para alcançar a integralidade da atenção à saúde. Em seu artigo de nº 200, a Constituição Federal de 1988, em seu inciso III, atribui ao Sistema Único de Saúde (SUS) a competência de ordenar a formação na área da saúde (BRASIL, 2004).

O Conselho Nacional de Saúde em 2003 aprova a “Política de Educação e Desenvolvimento para o SUS: Caminhos para a Educação Permanente em Saúde” e também adota como estratégia os “Polos de Educação Permanente em Saúde” como instâncias para gerir a nível regional as práticas de educação permanente. Em 13 de fevereiro de 2004 é instituída a Política Nacional de Educação Permanente (PNEPS) como estratégia do SUS para ordenar a formação dos trabalhadores do setor saúde (BRASIL, 2004).

Dentre as funções apresentadas na PNEPS está a de identificar as necessidades de formação e aprimoramento dos trabalhadores do SUS construindo processos de aprimoramento e qualificação na assistência e gestão da saúde (BRASIL, 2004).

Com o objetivo de consolidar o SUS e superar as dificuldades e desafios de ofertar uma atenção à saúde com universalidade e integralidade, os gestores da saúde em 2006 instituem o “Pacto pela Saúde” que apresenta três componentes: “Pacto pela Vida”, “Pacto em Defesa do SUS” e “Pacto de gestão do SUS” e para se adequar ao regulamento do pacto, em 2007 a PNEPS é revista e publicado novas diretrizes e estratégias para sua implementação e revigoração (BRASIL, 2007).

Anova atualização da PNEPS traz a necessidade de considerar as especificidades e desigualdades regionais, as necessidades educacionais para o trabalho em saúde e a avaliação da capacidade prévia de oferta institucional nas regiões (BRASIL, 2007).

Confrontando o que é proposto na PNEPS, tem se observado que a formação de profissionais de saúde está acontecendo mediante o emprego de modelos pautados pela ciência positivista com a utilização de metodologias conservadoras. Separam-se corpo e mente, razão e sentimento, ciência e ética, fragmentando-se o conhecimento e reduzindo-se o saber à busca pela eficiência técnica. O modelo de ensino é uniformizado, com base na transmissão de informação, uma educação dita bancária, onde o conhecimento é depositado nos indivíduos, com práticas repetitivas e separação entre teoria e prática resultando em profissionais com práticas mecanicistas.

Porém, o SUS necessita de profissionais críticos, com visão humanista, com ética e sensibilidade para questionarem a vida e a sociedade e observar o processo saúde-doença através de uma lógica ampliada (GIGANTE et al., 2016).

Entendendo a Atenção Primária à Saúde (APS) como ordenadora dos serviços de saúde, se faz necessário a avaliação dos seus profissionais atuantes, e ainda observando que a Estratégia Saúde da Família (ESF) é, atualmente, a principal iniciativa da APS vê-se a importância de se propor uma qualificação profissional desses trabalhadores. Profissionais qualificados e motivados obtêm resultados significativos e impactantes nas condições de saúde da população. É importante a discussão que a teoria tem que ser levada para a prática, ou seja, não adianta formar profissionais altamente capacitados sem que os mesmos tenham a sensibilidade, responsabilidade e a vontade de exercer uma atenção primária voltada ao coletivismo e a inclusão social (CARDOSO et al., 2005).

Assim, o objetivo do presente estudo foi o fortalecimento das práticas de educação permanente, identificando temáticas passíveis de processos formativos apontados pelos profissionais através de um planejamento estratégico e participativo.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU) aprovada em 1948 representou a consolidação do direito à saúde. Na Conferência Internacional sobre cuidados primários à saúde, em 1978, a Declaração de Alma-Ata reafirmou a saúde como um direito humano universal (MITRE et al., 2012).

No Brasil, na década de 1970, a Reforma Sanitária buscou garantir a saúde como direito de todos, com bases na equidade, na integralidade e no acesso universal a um sistema público de saúde inclusivo. A VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, trouxe a reformulação do arcabouço jurídico-institucional do setor saúde e assegurando-a como direito de todos e, em 1988, a Constituição Federal determinou a construção de um Sistema Único de Saúde (SUS) inscrito sob a lógica da universalidade do acesso, equidade e integralidade da assistência, consolidando o Estado de bem-estar social (MITRE et al., 2012).

O SUS apresenta níveis de atenção que são: nível primário, secundário, terciário e quaternário. O nível primário que é compreendido como atenção primária a saúde (APS) foi designada como a “porta de entrada” do usuário ao sistema de saúde. É ela que deve acolher e prestar serviços resolutivos aos usuários. Apresenta como atributos essenciais o acesso ao primeiro contato, longitudinalidade e coordenação da atenção e como atributos derivados a orientação familiar, orientação comunitária e competência cultural (PATROCINIO et al., 2015).

“A APS pode ser interpretada de quatro formas distintas, não excludentes: um conjunto de atividades; um nível de atenção; uma estratégia para a organização do

A expansão da APS veio com a criação do Programa Saúde da Família (PSF), onde a origem foi a partir da iniciativa de alguns municípios brasileiros que implantaram inicialmente o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e ampliar o acesso da população aos serviços de saúde. Com o sucesso do PACS e com o propósito de ampliar e reordenar as ações da rede de atenção primária, em 1994, foi implantado o PSF (MITRE et al., 2012; PATROCINIO et al., 2015).

A ampliação dos serviços de saúde da APS deu-se com a formação de uma equipe mínima que compunha o PSF, que inicialmente era composta por médico generalista, enfermeiro, auxiliar e/ou técnico de enfermagem e os agentes comunitários de saúde. Na década de 2000, houve um incentivo para a ampliação dessa equipe e a partir de 2001 a equipe de saúde bucal composta por cirurgião–dentista e técnico e/ou auxiliar de consultório dentário começou a conformar essa equipe (PATROCINIO et al., 2015).

O PSF representou uma mudança discurso político, institucional e social, adotando os princípios que regem a saúde pública brasileira como a universalidade, integralidade e equidade. Estruturou-se a partir da Unidade de Saúde da Família (USF) que estaria vinculada a um território adscrito. A partir de 1998, o programa é concebido pelo conjunto dos atores institucionais como importante norteador para o desenvolvimento de sistemas locais de saúde, ganhando status de estratégia de reorientação assistencial. A mudança de PSF para Estratégia Saúde da Família (ESF) foi proposta pelo Ministério da Saúde em 2006, com a finalidade de reafirmar a ESF como ordenadora do cuidado e organizadora das ações e serviços de saúde (OLIVEIRA et al., 2008; PIRES et al., 2009).

O principal programa da APS no Brasil é a ESF que se caracteriza como porta de entrada prioritária do SUS (SHIMIZU et al., 2016), tendo a pretensão de transformar o sistema vigente, que era biologicista, médico-assistencialista, curativista, hospitalocêntrico, fragmentado e exclusivo. O foco da atenção à saúde deixa de ser centrado na doença e começa a enxergar o indivíduo como um todo em um contexto social (ANDRADE et al., 2016; BESEN et al., 2007; CAMELO et al., 2008). A ESF é vista como uma das mais importantes estratégias de saúde que orienta a APS e tem por desafio o desenvolvimento de ações de cuidados integrais à população adscrita (FORTUNA et al., 2013).

Diversas estratégias têm sido estudadas no intuito de incrementar a capacidade da APS em prover serviços, coordenar o cuidado e favorecer a integração entre os níveis de atenção. No Brasil, uma delas foi institucionalização, em 2008, dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Configurados segundo as necessidades locais do território adscrito, os NASF estão inseridos na APS, com o objetivo de apoiar a ESF integrando diferentes saberes e práticas na perspectiva de uma atenção resolutiva.

Seu trabalho é norteado pela interdisciplinaridade e integralidade da atenção e pelo referencial teórico-metodológico do apoio matricial (SOUZA et al., 2008).

Assim a ESF, com o apoio do NASF, assume a função de coordenadora dos serviços de saúde, operacionalizando a integralidade do cuidado (SHIMIZU et al., 2016).

O fortalecimento da APS no âmbito do SUS apresenta ainda alguns obstáculos como, por exemplo, o perfil do trabalhador de saúde que muitas vezes não condiz com as necessidades do serviço. Além disso, ocorre um subfinanciamento por parte da gestão em saúde de desenvolver ações de educação permanente, para que os trabalhadores de saúde estejam aptos e capazes a atender as demandas de saúde da população e assim fortalecer as ações e serviços de saúde planejados e desenvolvidos (CAMELO et al., 2008).

A formação e desenvolvimento de recursos humanos para a área da saúde é de responsabilidade do SUS, diante disso faz-se necessário o planejamento das estratégias que abordadas para a priorização do que é essencial e assim o mínimo desperdício de dinheiro público (GIGANTE et al., 2016).

É importante frisar que a educação na saúde tem um papel estratégico. Para uma efetiva consolidação de um SUS pautado na universalidade, equidade e integralidade da assistência, é imprescindível a formação de trabalhadores críticos e reflexivos acerca das condições individuais e sociais da população (COSTA et al., 2008).

“O processo de trabalho dos profissionais que atuam na ESF deve ser em equipe multiprofissional, que deve: conhecer as famílias do território sob sua abrangência; identificar problemas de saúde e situações de risco desta comunidade; exercer planejamento local com base e imerso na realidade que planeja, pautando-se no rompimento da lógica biomédico-curativo-medicalizada, para um enfoque em ações educativas e intersetoriais, fazendo valer o princípio da integralidade na atenção, em um contínuo com os demais níveis de assistência, buscando criar vínculos entre profissionais e usuários por intermédio da corresponsabilização na resolução dos problemas de saúde” (PIRES et al., 2009, p. 154).

A ESF assume o papel potencial de ordenadora dos serviços de saúde nos municípios, o que leva a vários questionamentos acerca da importância de se discutir a formação dos profissionais que nela atuam. Esses profissionais são os “gerentes” dos serviços de saúde tendo além do papel assistencial, de prevenção, promoção e recuperação da saúde e também o papel de gestor da ESF (CAMELO et al., 2008).

Na tentativa de diminuir a disparidade entre as necessidades complexas do trabalho na ESF e o perfil dos trabalhadores de saúde, foi instituída em 2004 a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) como política pública para formação e desenvolvimento desses trabalhadores (BRASIL, 2007).

A PNEPS visa possibilitar o desenvolvimento pessoal e cognitivo crítico-reflexivo dos profissionais e assim trazer o desenvolvimento das instituições de saúde, reforçando a inter-relação entre gestão e atenção e do trabalho na saúde com o controle social

(BRASIL, 2007).

“A Educação Permanente em Saúde (EPS) é a estratégia de reestruturação dos serviços a partir da análise dos determinantes sociais e econômicos, mas, sobretudo, de valores e conceitos dos profissionais. Propõe transformar o profissional em sujeito, colocando-o no centro do processo ensino-aprendizagem.” (ELIAS et al.,2009, p.11).

A ligação entre ensino (educação formal), trabalho (gestão, promoção e assistência) e controle social (participação social) é uma boa definição para a EPS, pois a mesma é a prática de ensino-aprendizagem como política de educação no setor saúde promovendo essa ligação (CECIM, 2008).

A EPS propõe a criação de espaços coletivos para monitoramento, avaliação e reflexão das ações e serviços de saúde, onde devem ocorrer trocas de saberes entre a equipe de trabalho, levando os profissionais a analisarem as atitudes e intervenções desenvolvidas no cotidiano de trabalho, problematizando as práticas e os cuidados em saúde com a finalidade de melhorar a saúde da população (CECIM,2008).

3 | METODOLOGIA

Apesquisa caracteriza-se como um estudo transversal, descritivo, com abordagem quantitativa.

Estudos transversais apresentam três características essenciais: (1) as mensurações são feitas em um único momento de tempo; (2) são úteis quando se quer descrever variáveis e seus padrões de distribuição e (3) constituem um único desenho que possibilita identificar a prevalência de um fenômeno de interesse (LOPES, 2013). E a abordagem descritiva envolve a análise frequencial (absoluta e percentual) e/ou medidas (ARANGO, 2009).

O município em estudo foi Palhano pertencente a 9ª Coordenadoria Regional de Saúde do Ceará (9ª CRES), situada na macrorregião do vale do Jaguaribe, aproximadamente 155,3 quilômetros (km) da capital do estado, Fortaleza. Segundos dados do IBGE, a estimativa de que a população seja de 9.285 habitantes em 2017, com uma densidade demográfica de 20,13 hab/km² distribuídas em uma área geográfica de 440,381 km² (IBGE, 2017).

Na área de saúde o município dispõe de uma Rede de Atenção que consta com um hospital de Pequeno Porte, quatro equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), sete unidades básicas de saúde (UBS), um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), um Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), uma Central de Regulação e a Assistência Farmacêutica.

O local da pesquisa foi a própria Secretaria de Saúde do município e a coleta de dados se deu no mês de outubro de 2017. Os critérios de inclusão são os trabalhadores da atenção primária à saúde do município, que são os que compõem a Estratégia

Saúde da Família, os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Endemias e os profissionais que compõem o NASF. Os critérios de exclusão foram para aqueles que não desejassem participar da pesquisa. Totalizando assim uma amostra de 69 trabalhadores de saúde.

Os dados primários foram coletados através de um questionário semi-estruturado, onde foram observados os seguintes itens: necessidades de educacionais dos trabalhadores frente as necessidades de saúde da população, frequência de oferta de cursos pelo município, práticas de educação permanente no cotidiano dos serviços. As informações extraídas foram inseridas em um banco de dados construído no Programa Excel versão 2016.

O estudo foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola de Saúde Pública do Ceará e teve o parecer nº 2.263.277. Prévio a pesquisa, os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi lido e assinado. Em todos os casos foi observada a confidencialidade das informações prestadas, bem como o anonimato dos sujeitos participante.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 69 trabalhadores que participaram da pesquisa, 48 (69,56%) são do sexo feminino e 21 (30,43%) do sexo masculino. A idade variou de 19 a 67 anos, com média de idade de 43 anos. A prevalência do sexo feminino e a variação de idade corroboraram com os estudos de Fiuza (2012); Camelo (2008); Oliveira (2008); Pires (2009) e Elias (2009).

O estado civil ascendente foi solteiro (a) (34-49,27%), seguido de casado (a) (32- 46,37%) e outros (3- 4,34%). Dos participantes, 48 (69,56%) tem filhos variando de 1 a 6. Camelo (2008) apresenta hegemonia de casados (as) em seu estudo o que segundo o autor configura em um aumento de tarefas e responsabilidades.

Os participantes foram das seguintes categorias profissionais segundo a tabela 01.

Categorias profissionais	n	%
Agente comunitário de saúde	22	31,8%
Aux. Serv. Gerais	7	10%
Agente de endemias	7	10%
Técnico(a) de enfermagem	5	7,1%
Vigia	4	6%
Médico(a)	4	6%
Enfermeiro(a)	4	6%
Aux. de cons. Dentário	4	6%
Motorista	3	4,3%
Dentista	3	4,3%
Recepcionista	2	2,9%
Terapeuta ocupacional	1	1,4%

Nutricionista	1	1,4%
Fisioterapeuta	1	1,4%
Educador físico	1	1,4%
Total	69	100%

Tabela 1: Distribuição dos 69 trabalhadores de acordo com sua categoria profissional, Palhano, 2017.

Fonte: próprio da autora, 2017.

Em relação a experiência de tempo no serviço da atenção primária no município, 39 (58%) afirmaram estar no primeiro emprego; seguidos de 16 (24%) ter sempre trabalhado na APS e 12 (18%) já ter estado em outros níveis ou setores de atenção à saúde. Sete (10%) já estiveram ocupando cargos de gestão. Elias (2009) confirma esse achado onde 74% dos entrevistados tinham menos de um ano de experiência no serviço. E Oliveira (2008) encontrou o período de 2 a 3 anos como predominante.

Quando questionados sobre a importância da qualificação e profissionalização dos servidores para uma melhor prestação do serviço, 63 (91%) afirmaram que otimizam os processos e auxilia o trabalhador na prática diária do serviço. Em Elias (2009), os entrevistados avaliam como boa as ações de educação e formação profissional. A capacitação no ambiente dos serviços de saúde propicia aprendizado diário e constante, segundo Fiúza (2012).

A relação entre a construção de um modelo de saúde e a qualificação profissional é estreita e levanta discussões, haja vista, que o projeto técnico – assistencial presente nas leis orgânicas da saúde (nº 8080/90 e 8142/90) define as necessidades de preparo requeridas pelo SUS aos trabalhadores e evidencia a íntima relação entre formação dos recursos humanos e qualidade na atenção à saúde (COSTA et al 2008).

Práticas de educação permanente no serviço	n	%
Sim, ocorre frequentemente	40	58%
Raramente	15	22%
Não ocorre	14	20%
Total	69	100%

Tabela 2: Distribuição dos 69 trabalhadores de acordo com frequência de ações de educação permanente no ambiente de trabalho, Palhano, 2017.

Fonte: próprio da autora, 2017.

Vale destacar que as práticas de educação permanente vão além de capacitações e/ou cursos de atualizações, as mesmas se estendem também as reuniões de equipe, a discussão de casos clínicos, troca de experiência entre os profissionais e entre eles com a população e até mesmo uma reflexão crítica sobre a prática cotidiana. Sendo assim, a EPS baseia-se em detectar as necessidades de contextos específicos na luz dos próprios processos de trabalho. Vai além de uma educação continuada

pontual, centralizada e voltada a cobertura e sim uma gestão descentralizada onde as demandas do território é que identificam as reais necessidades de qualificações dos recursos humanos da saúde (CECIM, 2008).

A EPS acontece, segundo os entrevistados dentro da carga horária do serviço através de reuniões periódicas entre as equipes de saúde (61- 88,40%). É necessário a distinção entre educação continuada e educação permanente, a primeira não nega ou desqualifica a segunda. Ambas têm o objetivo global de fortalecer a formação dos recursos humanos, porém a primeira objetiva capacitar os profissionais individualmente enquanto a segunda quer o fortalecimento da equipe através de uma dinâmica estratégia de ensino aprendizagem coletiva (GIRADE et al., 2006).

A tabela a seguir traz a relação das capacitações concluídas ou em andamento em 2017 pelos trabalhadores participantes da pesquisa.

Capacitações em andamentos ou concluídas pelos trabalhadores no ano de 2017	n	%
Nenhum curso realizado	31	45%
Urgência e emergência	12	17%
Qualificação da atenção primária à saúde	10	15%
Arboviroses	3	8%
Graduação em enfermagem	2	5%
Técnico em radiologia	2	5%
Capacitação em imunização	1	3%
Assistência ao parto humanizado	1	3%
Endodontia	1	3%
Saúde do trabalhador	1	3%
Licenciatura plena em matemática	1	3%
Dores articulares e musculares	1	3%
Atenção integral à saúde da pessoa idosa	1	3%
Curso de qualificação em desenvolvimento infantil	1	3%
Capac. Tribunal de contas do Ceará	1	3%
Total	69	100%

Tabela 3: Distribuição dos 69 trabalhadores de acordo com as capacitações realizadas ou em andamento, Palhano, 2017.

Fonte: próprio da autora, 2017.

No que concerne a oferta de capacitações e/ou cursos pelo município aos seus servidores, 43 (62%) declararam que a mesma é ineficiente. Indagados sobre a periodicidade de oferta, obteve-se os dados apresentados na tabela a seguir:

Periodicidade de oferta de cursos no município	n	%
Não oferta	43	62%
Semestralmente	10	14%
Trimestralmente	5	7%
Mensalmente	3	4%
Anualmente	7	10%
Semanalmente	1	1%

Total	69	100%
--------------	-----------	-------------

Tabela 4: Distribuição dos 69 trabalhadores de acordo com a periodicidade de oferta de cursos, Palhano, 2017.

Fonte: próprio da autora, 2017.

Camelo (2008) em sua pesquisa apresenta um resultado similar, onde a oferta de cursos aos trabalhadores é precária, não ocorrendo um aprofundamento dos conteúdos passíveis de processos formativos. Elias (2009) relata que a periodicidade de oferta de educação aos trabalhadores da saúde acontece de forma fragmentada enfatizando a fragilidade dessa estratégia de qualificação profissional. Costa (2008) ressalta que a descentralização da gestão aos municípios traz incertezas e variações em virtude da diversidade política, social, econômica e cultural e que por isso se faz necessária a gestão compartilhada entre entes municipais, estaduais e federais para a consolidação da PNEPS.

No tocante as necessidades de abordar e estudar temáticas importantes para o aprimoramento do serviço em saúde, 14 (20%) dos trabalhadores afirmaram não ter interesse em nenhuma, o que reforça a informação de Camelo (2008), em que os trabalhadores afirmaram não ser incentivados a buscarem novos conhecimentos, o que pode levar a insegurança do servidor e a consequência negativa na relação profissional-paciente. Queiroz (2014) relata que investir na formação técnica e valorização dos trabalhadores é sinônimo de fortalecimento das práticas de saúde. Os 55 (80%) trabalhadores que afirmaram ter interesse em capacitações, apontaram temáticas relevantes que estão distribuídas na tabela 5.

Temáticas apontadas para cursos pelos trabalhadores	n	%
Não tem interesse	14	20%
Especialização em saúde da família	26	38%
Urgência e emergência	11	16%
Cursos com temas clínicos	6	9%
Técnico em administração	4	6%
Residência	3	4%
Mestrado	2	3%
Técnico de enfermagem	1	1%
Técnico de laboratório de análise clínica	1	1%
Enfermagem obstétrica	1	1%
Total	69	100%

Tabela 5: Distribuição dos 69 trabalhadores de acordo com as opções de temáticas para cursos, Palhano, 2017.

Fonte: próprio da autora, 2017.

Oliveira (2008) também encontrou em seu estudo que a maioria dos entrevistados tem interesse em capacitações e/ou cursos de atualização e até mesmo pós – graduações. A especialização em saúde da família também é apontada pelos participantes em Fiúza (2012), como uma necessidade requerida, assim como cursos

de 40 horas com temas clínicos. Cardoso (2005) reforça a importância dos temas serem escolhidos pelos próprios participantes do processo, desenhando a realidade da prática clínica diária e as demandas ocasionadas pela população. Queiroz (2014) afirma que apesar das políticas de descentralização da gestão, o Ministério da Saúde ainda é o responsável por estabelecer a programação de educação em saúde a qual não leva em consideração as particularidades de cada território de saúde além das potencialidades do mesmo. Investir em planejamento participativo e ascendente é sim uma estratégia de fortalecimento tanto da ESF como da PNEPS.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de educação permanente em saúde são desafiadoras para todos os atores sociais envolvidos, haja vista, que necessita de empenho e dedicação além da oferta e incentivo.

O planejamento para o desenvolvimento de estratégias de educação na saúde deve ser realizado com primazia, a fim de dá respostas contundentes aos serviços de saúde, utilizando com responsabilidade os recursos públicos destinados.

As necessidades de saúde da população brasileira são complexas, considerando a diversidade cultural e as dimensões continentais do território brasileiro. Sendo assim, o SUS, os gestores, as instituições de ensino e os profissionais inseridos nesse macroprocesso de fornecer ações e serviços de saúde eficientes para a população se deparam com múltiplos obstáculos; e a escuta das necessidades educacionais dos trabalhadores de saúde é um vértice importante para o fortalecimento das políticas públicas de saúde e para a efetiva mudança nas condições de saúde do povo brasileiro.

A dicotomia entre continuação de processos formativos e o fortalecimento das práticas de educação permanente deve ser superada, entendendo que um não anula o outro e sim devem ser somados, pois educação permanente em saúde é além de necessidades individuais e pontuais dos recursos humanos, como também, é a integração da equipe de trabalho, é a descentralização das políticas públicas, sempre visando o fortalecimento dos serviços de saúde e assim as diversas dimensões da integralidade do cuidado.

REFERÊNCIAS

ARANGO, H. G. **Bioestatística**: teórica e computacional. 3. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. 423 p.

BESEN, C. B.; NETTO, M.S.; ROS, M. A.; SILVA, F. W.; SILVA, C.G.; PIRES, M. F. A Estratégia Saúde da Família como objeto de educação em saúde. **Saude e Sociedade**, São Paulo, v .16, n. 1, p. 57-68, jan-abr. 2007.

BRASIL. Portaria nº 198 GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o

desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da União 2004; 13 fev.

BRASIL. Portaria nº 1.996 GM/MS, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Diário Oficial da União 2007; 20 ago.

CARDOSO, I.M.; MURAD, A.L.G.; BOF, S.M.S. A institucionalização da educação permanente no programa de saúde da família: uma experiência municipal inovadora. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.429-439, set. 2005.

CAMELO, S.H.H.; ANGERAMI, E.L.S. Formação de recursos humanos para a estratégia de saúde da família. **Ciências cuidado e saúde**, Maringá, v. 7, n.1, p.45-52, jan/mar.2008.

CECCIM, R.B. Educação e saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. **Trab. Educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 443-456, Jul-Out 2008.

COSTA, R.K.S.; MIRANDA, F.A.N. Formação Profissional no SUS: oportunidades de mudanças na perspectiva da estratégia de saúde da família. **Trab. Educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 503-518, nov. 2008.

ELIAS, C.E.L. **Educação permanente no cotidiano das equipes de saúde da família: possibilidades de ensinar e aprender**. Araçuaí/ Minas Gerais 2009.

FIUZA, T.M.; RIBEIRO, M.T.A.M.; GOMES, K.W.L.; PEQUENO, M.L.; BARRETO, I. C.H.C.; MIRANDA, A.S.; OLIVEIRA, P.R.S.; MONTENEGRO JUNIOR, R.M. Necessidades Educacionais dos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF): possibilidades de Educação em Saúde no município de Fortaleza (CE). **Revista brasileira de medicina de família e comunidade**, Florianópolis, v. 7, n.24, p.139-46, Jul-Set. 2012.

FORTUNA, C.M.; MATUMOTO, S.; PEREIRA, M.J.B.; BORGES, C.C.; MISHIMA, S.M. Educação permanente na estratégia saúde da família: repensando os grupos educativos. **Revista latino americana de enfermagem**, Ribeirão Preto, v.21, n.4, p. 900-997. Jul-Ago. 2013.

GIGANTE, R.L.; CAMPOS, G. W. S. Política de formação e educação permanente em saúde no Brasil: Bases legais e referências teóricas. **Trab. Educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 14 n. 3, p.747-763, Sept/Dec.2016.

GIRADE, M. CRUZ, E. M. N. T. STEFANELLI, M. C. Educação continuada em enfermagem psiquiátrica: reflexão sobre conceitos. **Rev. Esc. Enferm. Usp**, São Paulo, v. 40, n. 1, p, 105-110, Mar. 2006.

IBGE cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ce/palhano/panorama>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

MITRE, S. M.; ANDRADE, E. L. G.; COTTA, R. M. M. Avanços e desafios do acolhimento na operacionalização e qualificação do Sistema Único de Saúde na Atenção Primária: um resgate da produção bibliográfica do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro Vol.17, n. 8, p. 2071-2085, Agos. 2012.

OLIVEIRA, S.F.; ALBUQUERQUE, F.J.B. Programa de saúde da família: uma análise a partir das crenças dos seus prestadores de serviço. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 237-246. May/ Aug. 2008.

PATROCINIO, S. S.S.M.; MACHADO, C.V.; FAUSTO, M.C.R. Núcleo de Apoio à Saúde da Família: proposta nacional e implementação em municípios do Rio de Janeiro. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v.39, n.spe, p.105-119, Dec. 2015.

PIRES, R.O.M. Complexidade em saúde da família e formação do futuro profissional de saúde. **Comunicação saúde educação**, V.13, n.30, p. 153-66, Jul./set. 2009.

QUEIROZ, D.M.; SILVA, M.R.F.; OLIVEIRA, L.C. Educação permanente com agentes comunitários de saúde: possibilidades de uma formação norteadora pelo referencial da educação popular e saúde. **Interface - Comunicação Saúde e educação**, Botucatu, v.18, supl. 2, p. 1199- 1210. 2014.

SHIMIZU, E.H., FRAGELLI, T. B. O. Competências profissionais essenciais para o trabalho no núcleo de apoio à saúde da família. **Revista brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p.216-225; Apr/June 2016.

SOUZA, E. C. F. de; VILAR, R. L. A. de; ROCHA, N. de S. P. D.; UCHOA, A. da C.; ROCHA, P. de M. Acesso e acolhimento na atenção básica: uma análise da percepção dos usuários e profissionais de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n. 1, p.100-110, 2008.

A COMUNICAÇÃO COMO POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO CLIENTE: ESTUDO DE CASO NA DISTRIBUIDORA CERVEJARIA PETRÓPOLIS

Aluydio Bessa Amaral

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Parnaíba-PI

Antônio Carlos Tavares do Nascimento

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Parnaíba-PI

Camila Sousa dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Parnaíba-PI

Kellen de Araújo Galeno

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Parnaíba-PI

Jalva Lilia Rabelo de Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Parnaíba-PI

RESUMO: O investimento com a comunicação empresarial é relevante para a organização, assim como o *endomarketing*, que surge desde o momento em que a gestão assume o compromisso de valorização de seus colaboradores. Desse modo, este trabalho propõe-se pesquisar o comportamento organizacional, abordando como funcionam as práticas de comunicação interna, definidas

nas políticas de *endomarketing*. Para isso, estabeleceu-se como objetivo geral identificar as ações de valorização do cliente interno por meio da adoção das políticas de comunicação interna. A abordagem do trabalho foi qualitativa, estudo de caso, sendo realizada uma entrevista com a gestora de Recursos Humanos da distribuidora de bebidas. Os resultados foram transcritos e, após a categorização, realizaram-se as discussões dos achados da pesquisa. Identificou-se, então, o fato de que a organização possui políticas de comunicação interna, sugerindo ações de *endomarketing* que impulsionam condutas estratégicas de valorização do desempenho colaborador. Foi evidenciado ações de valorização, principalmente no estabelecimento da cultura da socialização e na consolidação da ouvidoria.

PALAVRAS-CHAVE: *Endomarketing*. Comunicação. Cliente Interno.

ABSTRACT: The investment in the business communication is relevant to the organization, as well as the *endomarketing*, that arises from the moment in which the management assumes the commitment of valorization of its collaborators. Thus, this work proposes to research organizational behavior, addressing how internal communication practices, defined in *endomarketing* policies, work. For this, it was established as a general objective to identify the

valuation actions of the internal client through the adoption of internal communication policies. The work approach was qualitative, a case study, and an interview was conducted with the Human Resources manager of the beverage distributor. The results were transcribed and, after the categorization, the discussions of the research findings were carried out. It was then identified the fact that the organization has internal communication policies, suggesting endomarketing actions that drive strategic behaviors of valuation of collaborating performance. It was evidenced actions of valorization of the collaborator, mainly in the establishment of the culture of the socialization and the consolidation of the ombudsman.

KEYWORDS: Endomarketing. Communication. Internal customer.

1 | INTRODUÇÃO

O *endomarketing* tem curso no cotidiano das organizações, que buscam estratégias para atrair seu colaborador. Assim, passou a ser como uma extensão do *marketing* tradicional, voltado para o interior da organização, com o objetivo de promover valores para melhor servir os clientes (BEKIN, 1995). Nessa perspectiva, surge no momento em que as organizações assumem o compromisso de valorização de seus colaboradores, por meio de uma gestão eficaz das relações entre estes, supervisores e gestores. Barzotto (2011) acentua que a comunicação interna de uma organização tem como objetivo atingir o máximo de pessoas possíveis. Para que esse meio seja eficiente, não poderá haver indiferença entre as pessoas que estão transmitindo tais informações.

Ferreira Filho, Pereira e Passos (2013) confirmam que há uma relação complementar entre o *endomarketing* e a comunicação interna. Moreira (2011) ensina que a comunicação nas organizações representa em síntese um conjunto de estratégias, que têm como objetivo melhorar, ou gerar uma boa imagem para a organização, e, cada vez mais, está relacionada com seus públicos, sejam consumidores, fornecedores ou funcionários.

Uma das estratégias utilizada para melhoria da comunicação interna e de uso crescente no ambiente corporativo é a adoção do conjunto de práticas relacionadas ao *marketing* interno. Ainda existe, porém, muito a ser descrito sobre como as práticas de comunicação interna, definida nas políticas de *endomarketing*, podem contribuir para o desenvolvimento organizacional.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção teremos a abordagem dos teóricos do assunto explorado que será, na sequência: 2.1 "O *endomarketing* como estratégia de valorização do colaborador"; 2.2 "A importância da gestão de pessoas nas organizações"; 2.3 "A gestão da qualidade

e sua influência nas organizações”.

2.1 O endomarketing como estratégia de valorização do colaborador

A palavra *endomarketing*, vem da combinação de *endo* de origem grega “éndon” que significa “em, para dentro, dentro de”, e “*marketing*” área da administração que utiliza recursos da organização para atrair e reter clientes (BEKIN, 1995). O autor define *endomarketing* como a ação de extensão do *marketing* tradicional voltada para dentro da organização, com o objetivo de promover valores para melhor servir os clientes. Nessa perspectiva, Kotler (1998) conceitua *marketing* interno como uma atividade bem-sucedida de contratar, treinar e motivar funcionários hábeis que desejam atender bem aos consumidores.

Para Farias (2010) entende-se *endomarketing* como aplicação dos princípios do marketing ao ambiente interno das organizações, a partir do momento em que as organizações assumem o compromisso de valorização de seus colaboradores, que prioriza uma gestão eficaz das relações entre colaboradores, supervisores e gestores.

De acordo com Meira e Oliveira (2004), o principal objetivo do *endomarketing* é consolidar as relações internas da organização, para integrar a noção de cliente e fornecedor interno, fazendo com que todos os colaboradores tenham uma visão compartilhada em relação ao negócio da organização, abrangendo itens como gestão, metas, resultados, produtos, serviços e mercados.

Para Brum (1994) o *endomarketing* é um conjunto de ações que a organização deve utilizar adequadamente para vender a sua imagem aos funcionários e seus familiares. Acrescenta, ainda, que tem como objetivo tornar comum, entre funcionários de uma mesma organização, objetivos, metas e resultados, conferindo assim, ênfase aos processos de comunicação interna. Nessa perspectiva Barzotto (2011) afirma que a comunicação interna de uma organização tem como objetivo atingir o máximo de pessoas possíveis. Assim, para que essa ferramenta seja eficiente não poderá haver indiferença entre as pessoas que estão transmitindo tais informações.

Berry, Hensel e Burke (1976) defendem que o contentamento dos colaboradores é tão importante quanto a satisfação dos clientes, estabelecendo um requisito para a qualidade dos serviços. Em outras palavras, Gounaris (2006) menciona que a utilização do *endomarketing* promove maior satisfação entre os colaboradores, melhor serviço e, conseqüentemente, melhores resultados para o negócio. Dessa maneira, *endomarketing* é visto como a visualização dos colaboradores como consumidores internos (BERRY et al., 1976).

Por outro lado, na visão de Ewing e Caruana (1999), uma organização, tende dar atenção primeiro aos colaboradores, visto que são estes que integram o mercado interno. Sabendo que isso, pode influenciar a imagem da organização, pois o colaborador trabalha estimulado, com prazer e mais qualidade. Portanto, antes de serem aplicadas técnicas de *marketing* externo, é necessário trabalhar devidamente

as técnicas de *endomarketing*. Quanto mais estável estiver uma organização, maior é a probabilidade de chegar ao sucesso (FLIPO, 2007).

2.2 A importância da gestão de pessoas nas organizações

Para Gil (2006) a gestão de pessoas refere-se à maneira que as pessoas se organizam para direcionar e gerir o comportamento humano no ambiente organizacional e estabelecem o diferencial nas empresas. E mais, sabem selecionar pessoas certas, com as habilidades essenciais, para a atividade, com a consciência de sua importância na colaboração para organização alcançar seu objetivo. Por outro lado, para Andrade (2011), a razão da motivação de uma equipe está voltada dentro dos indivíduos que é demonstrado por meio de ações e objetivos esperados afim de atingir as expectativas que o colaborador possa desenvolver um trabalho mais desafiante e motivador.

Embora os autores Llatas e Silva Jr. (2009) alegarem que:

O verdadeiro líder tem a capacidade de criar estratégias, determinando o melhor caminho a trilhar. Ele conta também com acompanhamento de seus colaboradores, os quais concordam com a validade das ideias apresentadas. Líder é, portanto, aquele que antecipa o futuro e é uma pessoa que os outros consideram como principal responsável pela realização dos objetivos do grupo.

Por sua vez, Mello (2010) aborda que não são os líderes que mudam organizações, eles mudam pessoas, e as pessoas sim mudam as organizações. Entretanto, antes de mudar alguém, os líderes devem aprender a mudar a si próprios. Segundo Mussak (2010) afirma que a liderança deve basear-se na confiança mútua e que o líder precisa confiar e apostar no talento de seus liderados e, em contrapartida, os liderados devem ter total convicção da fidelidade das palavras de seu líder. Mussak (2010) ainda destaca que é dever dos bons líderes saber motivar seus coordenados com o poder e o estímulo de sua visão, com isso, oferecer a sensação de propósito e orgulho no trabalho que desenvolvem.

A comunicação está entrelaçada aos objetivos financeiros da instituição, pois, concede aos colaboradores e gestores uma boa informação, independente do setor em que eles exerçam sua função. Medrano (2007) ressalta que, no mundo moderno, a comunicação interna é inseparável da atividade produtiva de qualquer organização sendo uma estratégia fundamental.

Muitas empresas enfrentam bastantes desafios na comunicação interna. Estratégias obsoletas e os ruídos existentes no decorrer das mensagens, são apenas algumas das falhas cometidas que podem afetar a produtividade dos colaboradores. É relevante a existência de uma boa comunicação no ambiente interno da organização, pois esse fluxo comunicacional exercido de uma maneira eficiente pode proporcionar maior integração dos colaboradores na instituição.

2.3 A gestão da qualidade e sua influência nas organizações

A qualidade é um conceito bem pessoal, pois para a *American Society for Quality*, 2006, qualidade é um termo subjetivo, que pode ser definido em dois pontos: características de um produto ou serviço que satisfaça às necessidades dos clientes sem nenhum defeito (ALMEIDA; SOUZA; MELLO, 2010). Sendo assim, o grande desafio é entender a opinião do consumidor ao adquirir o produto ou serviço (PALADINI, 2006). Assim, compreender as necessidades dos consumidores é buscar a qualidade. Segundo resultado do estudo de Saresheh *et al.* (2018), a compreensão das necessidades dos clientes por meio de uma comunicação adequada, além da precisão e tempo gasto na capacidade de resposta das demandas e reclamações dos clientes, são considerados os motivos mais relevantes para a reutilização do serviço.

A comunicação interna é importante para os desafios, por exemplo, quando uma organização decide conquistar uma certificação de qualidade (BRUM, 2005). Inkotte (2000) acrescenta que a comunicação se utiliza de técnicas tornando mais receptivo ao cliente interno, com o objetivo de incitá-lo a adquirir o produto da organização. Portanto, a qualidade é requisito importante para os produtos e serviços, tornando salutar não apenas a busca por qualidade no produto final, mas também por melhores condições de trabalho aos seus colaboradores. Afinal, o processo produtivo é constituído por pessoas, podendo determinar a eficiência na execução das atividades e por consequência, na eficiência organizacional (CARVALHO; JUNIOR; SILVA, 2016).

3 | METODOLOGIA

Esta pesquisa é um estudo de caso, o qual, como leciona Yin (2001), se constitui num levantamento de fatos mais relevantes e mais confiáveis para investigar o fenômeno atual na situação onde ele ocorre. Isso permite aprofundar a descrição da operacionalização e identificação de elementos ou de dimensões novas ao estudo.

A abordagem desse trabalho é do tipo qualitativa, que para Deslauriers (1991) neste tipo de pesquisa o pesquisador é sujeito e o objeto das pesquisas, tornando-a imprevisível e subjetiva. Portela (2004) ainda acrescenta que para uma pesquisa ser qualitativa ela precisa de:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

A pesquisa bibliográfica foi realizada de abril a julho de 2018 e em seguida realizado o roteiro de entrevista. No dia 22 de maio de 2018 foi realizada a entrevista com 15 perguntas semiestruturadas, à gestora de recursos humanos da distribuidora

Cervejaria Petrópolis S/A, em Parnaíba, Estado do Piauí.

O trabalho tem como objetivo geral: identificar as ações de valorização do cliente interno por meio da adoção das políticas de comunicação interna. Os objetivos específicos residem em: constatar a importância da comunicação interna na qualidade; observar as práticas de valoração para o cliente interno por meio das políticas de *endomarketing*; e verificar como é realizado o *feedback* das informações.

A escolha da distribuidora Cervejaria Petrópolis S/A como objeto de estudo foi por tratar-se de uma empresa de sociedade anônima, que tem como valores o “respeito e relacionamento” e a missão de “gerar prosperidade para a sociedade e valorização dos colaboradores”. Além disso, a organização possui 50 colaboradores e completou um (1) ano de instalação na cidade de Parnaíba-PI no dia 10 de julho de 2018. Atualmente, abastece 30 cidades no Piauí.

Foi adotado o processo descritivo que identifica e registra as variáveis que conversam com o processo analisado, por tratar-se de um estudo de caso (PEROVANO, 2014). O autor ressalta ainda que, pode descrever populações ou fenômenos por meio de técnicas como coleta de informações (roteiro de entrevista e observação). Barros e Lehfeld (2007) concordam que a pesquisa descritiva estuda, analisa, e registra os fatos analisados, e acrescenta que não deve haver a interferência do pesquisador. Após a coleta, os dados foram analisados e optou-se pela a técnica de categorização.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do exame da categorização dos dados analisados na entrevista são representados em catorze quadros. Inicialmente, a respondente não reconheceu a adoção de políticas de *endomarketing*. Após a compreensão do que seria *endomarketing* foram apresentadas ações que sinalizam a valorização da comunicação entre os colaboradores. Ressaltou que, em razão dos distintos níveis de instrução dos colaboradores, pode haver atritos e ser comprometida a produtividade. São, no entanto, acompanhadas as diversas modalidades e tipos de linguagem para viabilizar a efetiva comunicação respeitosa. Nesse sentido, Lovizzaro (2008) ensina que, para o sucesso de uma organização, é fundamental que o líder mantenha uma comunicação constante com seus liderados, independentemente de ocasiões especiais.

CATEGORIAS	A ORGANIZAÇÃO POSSUI POLÍTICAS DE <i>ENDOMARKETING</i> ?
------------	--

Adequação da linguagem	[...] eu já tive que me acostumar, a comunicação é tipo de time de futebol, exemplo, “mais que m* que tu fez” [...] pois temos colaboradores de diferentes níveis de escolaridade.
Alinhamento de propósitos organizacionais	[...]a empresa tem missão, visão, valores, então ela preza muito pelo respeito, é o nosso principal valor é o respeito com o próximo.

Quadro 1- Políticas de Endomarketing

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Foi diagnosticada a valorização do cliente interno, por priorizarem momentos de convivência, socialização e presentes em datas comemorativas. A empresa patrocina festas na Cidade e, caso o colaborador tenha interesse de participar, fornece o ingresso. Além disso, destina um adicional financeiro à produtividade dos que atingirem as metas das vendas. O processo cria maior uniformidade comportamental entre os colaboradores, desenvolvendo uma base para o entendimento, a colaboração e a redução do potencial de conflito. Essa conduta pode tornar-se estratégia essencial na constituição do sujeito organizacional (GONTIJO, 2008).

CATEGORIAS	QUAIS AS ESTRATÉGIAS DE <i>ENDOMARKETING</i> ADOTADAS PELA ORGANIZAÇÃO?
Satisfação do colaborador – atividades recreativas Cultura de socialização	[...] todo mês, se eles baterem a meta, organizo um churrasco. A gente libera uma certa quantidade de cerveja e compro cerca de R\$ 1.000,00 só de carne. [...] no supermercado, as pessoas perguntam que empresa que é essa? Prezamos pela qualidade de vida do funcionário. Isso faz com que se sintam valorizados. Dia das mães tenho que presenteá-los; dias dos pais eu estava até pensando: se eu for dá cerveja para todos, nosso estoque acaba. Damos o café da manhã todo dia.

Quadro 2- Estratégias de endomarketing

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Existem indicadores de comunicação interna no setor de Recursos Humanos que permite a mensuração dos resultados. Com efeito, consoante destacam Marquis e Bessie (2015), a qualidade, tanto assistencial quanto gerencial, é mensurada numérica ou estatisticamente, o que permite uma avaliação precisa e confiável, quando os instrumentos são aplicados corretamente.

CATEGORIAS	EXISTEM INDICADORES PARA MEDIR A EFICÁCIA DA COMUNICAÇÃO INTERNA ENTRE GESTORES E COLABORADORES?
------------	--

Avaliação de desempenho	de	[...] no meu setor eu tenho. Ele mede o quanto eu estou fazendo meu serviço certo, todo mês eu tenho uma pontuação, entendeu?!
Avaliação de satisfação dos serviços	da dos	Porque eu faço os processos também, folha de pagamento, rescisão, ponto. Verifico se o funcionário bate o ponto certinho, pelo menos se ele bate o ponto. [...] mensalmente eu tenho um indicador de satisfação do meu serviço.

Quadro 3 - Indicadores de eficácia

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

A comunicação interna é vista como importante para o andamento do trabalho. Além disso, a empresa possui uma consultoria que orienta condutas para trabalhar o reconhecimento e o trabalho em equipe. Nesse sentido, Robbins (2010) reforça a noção de que alguns fatores precisam ser considerados quanto ao desempenho de uma equipe, tais como: a disponibilização de recursos adequados, liderança eficaz, clima de confiança e sistemas de avaliação e de recompensas.

CATEGORIAS	COMO A COMUNICAÇÃO INTERNA PODE CONTRIBUIR PARA A PRODUTIVIDADE DA ORGANIZAÇÃO?
Dinâmicas de integração das equipes	A gente trabalha com pessoas. Então se você não se comunicar de acordo com a quantidade de pessoas que você trabalha, o trabalho não anda, ele vai desandar. [...] eu tenho alguém que presta consultoria a mim, uma das ideias que ele me deu é que eu faça nas matinais, dinâmica de grupo.

Quadro 4 - Comunicação interna e contribuição na produtividade

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

O desempenho é acompanhado pela gestão, até para medir a produtividade, considerando como base do controle das entregas. Os colaboradores possuem um percentual de comissão, de modo que a empresa consegue acompanhar a produtividade. Quando maior o percentual, mais as tarefas foram executadas corretamente - destacou a respondente. O desempenho é medido, também, por meio da comparação entre o que foi feito e o que tinha sido planejado (LOTTA, 2002).

CATEGORIAS	O DESEMPENHO PROFISSIONAL DOS COLABORADORES SÃO ACOMPANHADOS PELA GESTÃO? COMO?
Incentivo financeiro	[...] mensalmente, fora o salário base ganham uma comissão em cima de toda a tarefa que foi executada corretamente [...] assim, temos mais ou menos uma noção do nível que eles estão, como se tivéssemos uma noção do quanto eles estão fazendo o trabalho correto, porque a nossa intenção é sair para entregar e entregar.

Quadro 5 - Desempenho profissional do colaborador

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Para Fernandes, Lebarcky e Ferreira (2011), o *endomarketing* tem como objetivo

a valorização e o desenvolvimento dos clientes internos de uma organização. Essa prática desenvolve aspectos como o comprometimento, autonomia e a satisfação, além de aumentar o envolvimento organizacional. De conformidade com o que é expresso pelos autores, a empresa pesquisada sempre oferece capacitação aos seus colaboradores, inclusive certificação.

CATEGORIAS	QUAIS SÃO OS PROCESSOS DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS?
Incentivo a qualificação	Como a gente vai fazer 1 ano agora no mês que vem, ontem eu já recebi um e-mail que eles pedem para fazer determinados treinamentos com os funcionários. Eles ganham certificado e tudo, por exemplo, esses treinamentos de incêndios.
Prioridade no recrutamento interno	[...] nós prezamos muito a ascendência na carreira. Se tenho um ajudante de distribuição e tenho uma vaga para motorista; primeiro tenho que perguntar se alguém que trabalha no grupo tem interesse na vaga.

Quadro 6 - Capacitação e desenvolvimento de pessoas

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Argenti (2006) exprime que o grande foco da comunicação interna está nas conversas entre os colaboradores e seus gestores. Os colaboradores têm necessidade de sentir segurança em seus cargos, fazer perguntas sem temer represálias dos gestores. Visando a evitar conflitos internos, a empresa sob exame criou um portal interno, que registra reclamações, dúvidas e sugestões. As informações são enviadas diretamente para a matriz, que realiza o registro e o plano de ação, se couber, com suporte nas informações obtidas.

CATEGORIAS	OS COLABORADORES PODEM EXPRESSAR RECLAMAÇÕES, DÚVIDAS E SUGESTÕES?
Ouvidoria interna	Eu tenho um portal interno que podem reclamar anonimamente de um colega de trabalho.

Quadro 7 – Reclamações e sugestões

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Segundo a respondente, os colaboradores preferem expor suas opiniões e críticas em ambiente particular. De acordo com Pessoni (2011) é importante que um programa de comunicação interna possa ser estruturado e fundamentado, com a participação do corpo funcional, de modo que os trabalhadores fazem parte da interação e fazendo assim a diferença.

CATEGORIAS	PERGUNTA 8: AS INFORMAÇÕES INTERNAS SÃO CLARAS E OBJETIVAS?
------------	---

Avaliação contínua	[...]eles entendem eu percebo. Por que é sempre melhor eles reclamarem pra mim, tipo se eles estão querendo reclamar do motorista, que o motorista tá andando em alta velocidade, eles não vão falar “ah fulano de tal tá andando em alta velocidade”, por isso que eu tenho uma sala, que é para eles se sentirem mais à vontade e virem conversar.
--------------------	--

Quadro 8- Clareza e objetividade nas informações

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

A organização confere o ponto digital, diariamente, por meio do relatório de entregas. Verifica se as informações foram entendidas e executadas corretamente. O colaborador não precisa se deslocar todos os dias à distribuidora, apenas para bater o ponto. Aderiram a tecnologia em que o colaborador bate o ponto de onde estiverem. Para evitar falhas, a gestora consegue monitorar pelo sistema, o local que foi realizado o procedimento. Essa mesma tecnologia é utilizada para realizar os pedidos dos clientes.

CATEGORIAS	PERGUNTA 9: A INSTITUIÇÃO POSSUI ALGUM GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES APÓS SEREM REPASSADAS PARA OS COLABORADORES?
Adoção de tecnologia da informação	Eles recebem um celular e nesse celular tem dois sistemas: vendas e o de ponto. Se ele fizer o pedido de um ponto de venda que seria na rua São Sebastião, mas ele mora na Guarita e ele fez na Guarita, teoricamente ele fez na casa dele. Então eu tenho como localizar de onde foi feita a venda. Todo dia de manhã, recebo relatório automático do sistema do ponto, dizendo quantas pessoas faltam bater.

Quadro 9- Gerenciamento de Informações

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

A distribuidora não possui ainda pesquisa de satisfação interna, mas a respondente demonstrou estar interessada em aderir, por exemplo, uma caixinha de sugestões, para que os colaboradores exponham suas sugestões para a empresa.

CATEGORIAS	PERGUNTA 10: A ORGANIZAÇÃO POSSUI PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE INTERNO?
Pesquisa de satisfação interna	Não tenho, inclusive eu até estava conversando com meu chefe que eu ia colocar uma caixinha de sugestões, porque também eu acho interessante.

Quadro 10- Pesquisa de satisfação interna com os colaboradores

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Segundo a respondente a distribuidora possui programa voltado ao meio ambiente, mas desconhece a existência de certificação. Ficou evidente que possuem algumas condutas e procedimentos de adoção do programa de qualidade, como o sistema de comunicação, segurança e saúde no trabalho, valorização de ações ambientais e outros processos padronizados, mas os colaboradores não relacionam essas ações à

certificação.

CATEGORIAS	PERGUNTA 11: A ORGANIZAÇÃO POSSUI ALGUMA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE? CASO A RESPOSTA SEJA SIM, OS GESTORES E COLABORADORES TÊM CONHECIMENTO DO CONCEITO DE QUALIDADE?
Sustentabilidade e política de meio ambiente	Temos programa de meio ambiente. Houve um tempo que questionaram o que a estávamos fazendo para melhoria do meio ambiente. Fiz um jardim lá atrás. Se houve algum certificado eu não tenho a informação.

Quadro 11- Certificação de Qualidade

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

A respondente destaca que só existe manual de qualidade, relacionado ao meio ambiente. Como pertencem a uma empresa grande porte e sendo uma das mais novas distribuidoras do grupo, as ações de qualidade devem estar em fase de implantação. No entanto, a respondente desconhece a existência de algum manual da qualidade, mas o que se percebe é que existe padronização, nas informações dos murais, *layout*, organização dos carros no estacionamento, sinalização e outros.

CATEGORIAS	PERGUNTA 12: A ORGANIZAÇÃO POSSUI MANUAL DE PADRONIZAÇÃO DA QUALIDADE?
Controle de qualidade externo	Só essa questão do meio ambiente que eu acredito que a gente deva ter, mas eu não tenho acesso.

Quadro 12- Manual da Qualidade

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Na distribuidora o mural e as matinais são usados como ferramentas formais de comunicação oficiais. O mural é modificado toda semana com as novidades sobre a empresa, oportunidades e promoções. Já as matinais acontecem em determinados dias da semana com cada equipe, o objetivo dessas matinais com os vendedores, por exemplo, é a motivação.

A respondente enfatizou a necessidade de reinventar formas para vender o produto e satisfazer os clientes. Para Matos (2014) a comunicação integra os colaboradores aos objetivos da empresa e, por meio, da comunicação é possível esclarecer ao colaborador os motivos da tomada de decisões e estimulá-lo a participar, com práticas de acolhimento do ponto de vista, sugestões e contribuições. Assim, o colaborador sente-se valorizado e corresponsável pelo resultado da organização.

CATEGORIAS	PERGUNTA 13: QUAIS AS FERRAMENTAS ADOTADAS PARA DESENVOLVER A COMUNICAÇÃO FORMAL AOS COLABORADORES?
------------	---

R e u n i õ e s matinais	Só as matinais, basicamente, porque é quando acontecem as reuniões.
Quadro de aviso e Portal de comunicação	Eu também tenho um mural, toda semana eles me mandam, naquele mural tem muitas informações. Às vezes, é uma vaga que eles me mandam, tudo que é de novidade, até as promoções.

Quadro 13- Ferramentas adotadas para o fomento da comunicação formal

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Na fala da respondente, o *endomarketing* influencia a imagem da organização, pois os colaboradores trabalham estimulados e com prazer, fazendo um trabalho de mais qualidade e o *turnover* diminui. E em casos que a empresa precise do colaborador, não vai encontrar resistência de desenvolver uma atividade atípica e precisar de hora extra. Mas vai possuir colaboradores dedicado e esforçado à contribuir com a empresa.

Segundo Dessler (2003) os chefes avaliam o desempenho de seus funcionários por três razões principais: primeiro a avaliação traz informações importantes para as decisões sobre promoções e aumento de salário; segundo, permite que chefes e funcionários desenvolvam um plano para corrigir qualquer deficiência que possa ter sido revelada por ela e, também, permite o reforço dos pontos positivos do desempenho dos funcionários. Finalmente, as avaliações podem ser úteis para o planejamento de carreira, pois oferecem a oportunidade de revisa-las à luz das forças e fraquezas demonstradas.

CATEGORIAS	PERGUNTA 14: COMO O ENDOMARKETING INFLUENCIA NA IMAGEM ORGANIZACIONAL?
Desempenho participativo	[...] você vem mais estimulado para o trabalho. Você não quer sair da empresa porque a gente quer ser uma mãe para o funcionário. Vamos supor uma atividade atípica, você vai fazer uma certa hora extra não pelo dinheiro, não pelo financeiro, mas porque você chega na empresa com a sua tarefa do dia completa.

Quadro 14- Imagem organizacional

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

A distribuidora não possui indicadores de qualidade, mas existe pesquisa interna anônima controlada pela matriz.

5 I CONCLUSÃO

De acordo com a visão da gestora de Recursos Humanos, a empresa estudada se preocupa com a política de valorizar o *endomarketing*, priorizando as condutas de comunicação interna, mensura indicadores de eficácia, como medidores de produtividade e satisfação dos serviços. Preocupa-se, também, em prevenir ruídos na

comunicação, assim demonstrando a preocupação em satisfazer os colaboradores e oferecendo meios diferentes de comunicação, como site próprio. Trabalha a cultura da socialização, o planejamento de carreira, educação continuada, prioridade no recrutamento interno e incentivos financeiros.

Os objetivos deste ensaio foram atendidos e a comunicação interna é reconhecida como conduta estratégica de relacionamento entre a gerência e os colaboradores. Portanto, as políticas de *endomarketing* privilegiam a comunicação interna, pois estão intrinsecamente relacionadas. Por exemplo, a empresa se preocupa com a comunicação formal e informal quando está trabalhando o *endomarketing*, o alinhamento dos valores organizacionais. Funciona uma ouvidoria interna, observando a preocupação com o *feedback* do colaborador.

Constata-se que os dados aqui expressos podem contribuir para outras empresas que buscam melhorar a adoção de políticas de comunicação interna, objetivando melhoria contínua. Como para futuros estudos, sugere-se a ampliação desta demanda acadêmica para outras empresas, incluindo outras distribuidoras do grupo do qual a organização examinada faz parte, a fim de identificar outras técnicas de *endomarketing* e meios de comunicação interna.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, L. M. S.; SOUZA, L. G. M.; MELLO, C. H. P. **A comunicação interna como um instrumento de promoção da qualidade: estudo de caso em uma organização global de comunicação.** Gestão da Produção, São Carlos, v. 17, n. 1, p. 19-34, 2010.

ANDRADE, A.; LESSA, M.; FILHO, M. **Gestão por competência. [Monografia].** Faculdade Castro Alves. Salvador, 2011, 99p. Disponível em <https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/53124.pdf> Acesso em: 09 de março, 2018.

ARGENTI, Paul. **Comunicação Empresarial** 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2006.

BARZOTTO, L.P. **A importância do endomarketing para os funcionários da agência Alfa no banco X.** 2011. 62 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão de Negócios Financeiros, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: Acesso em: 25 março, 2018.

BEKIN, Saul F. **Conversando sobre o endomarketing.** São Paulo: Makron Books, 1995.

BERRY, L., HENSEL, J., ; BURKE, M. **Improving retailer capability for effective consumerism response.** Journal of Retailing, 52(3), 3-14, 1976.

BRUM, A. M. **Endomarketing: Estratégias de Comunicação Interna para empresas que buscam a qualidade e a competitividade.** 2ed. Porto Alegre: Ortiz, 1994.

BRUM, A. M. **Face a face com o endomarketing: O Papel estratégico das lideranças no processo da informação.** Porto Alegre: L&PM, 2005.

CARVALHO, C; JUNIOR, E. G. S.; SILVA, F. A. A. S. **Um estudo da influência da gestão de pessoas no desempenho do trabalhador e na melhoria da qualidade.** Revista UNIVAP – revista.univap.br, v. 22, n. 40, edição especial 2016.

DESSLER, G. **Administração de recursos**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

EWING, M. T. ; CARUANA, A.– “**An internal marketing approach to public sector management: the marketing and human resources interface**”, *The International Journal of Public Sector Management*, V. 12, Nº 1, p. 17-29; 1999.

FARIAS, S. A. **Internal marketing (IM): a literature review and research propositions for service excellence**. *Brazilian Business Review*, 7(2), 99-115. doi: 10.15728/bbr.2010.7.2.6, 2010.

FERNANDES, A. R.; FERREIRA, K.; LEBARCKY, F. V. Gestão da diversidade e endomarketing: existe uma relação? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 35., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. p. 1-17.

FERREIRA FILHO, E.P.; PEREIRA, F. A.; PASSOS, G. S. **A influência do endomarketing e da comunicação interna na cultura organizacional**. 2013. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/43318476.pdf>>. Acesso: em 24 maio de 2018.

FLIPO, J. P.– “Service Firms: Interdependence of External and Internal Marketing Strategies”, **European Journal of Marketing**, Vol. 11, p. 755-768; 2007.

GIL, A. C. **Gestão de Pessoas. Enfoque nos Papéis Profissionais**. São Paulo: Atlas, 2006.

GOUNARIS, S. Internal-market orientation and its measurement. **Journal of Business Research**, 59(4), 432-448. doi: 10.1016/j.jbusres.2005.10.003, 2006.

INKOTTE, A. L. **Endomarketing: elementos para a construção de um marco teórico**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2000.

KOTLER, P. **Administração de Marketing: Análise, Planejamento, Implementação e Controle**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LLATAS, V; SILVA JR., W de **Administradores.com. Liderança Organizacional -Reflexões sobre Liderança Organizacional**. Publicado em 07 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informese/artigos/liderancaorganizacional/30579/> Acesso em 14 de maio de 2018.

LOTTA, G. S. Avaliação do desempenho na área pública: perspectivas e propostas frente a dois casos práticos. **RAE eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

LOVIZZARO, M. **Comunicação de liderança**. Disponível em: <<http://www.rh.com.br/Portal/Comunicacao/Artigo/3467/comunicacao-delideranca.html>>. Acesso em 27 de maio de 2018.

MARQUIS, B.L.; HUSTON, C.J. **Administração e liderança em Enfermagem: teoria e prática**. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

MATOS, G. G. **Comunicação empresarial sem complicação**. 3º Edição. Barueri – SP: Manole, 2014.

MEDRANO, J. V. **Comunicação organizacional integrada: alicerce intrínseco da economia de comunhão**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2007.

MEIRA, P; OLIVEIRA, R. **O endomarketing**. Rio Grande do Sul, 12 p. Out. 2004. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/829665-O-endomarketing-prof-paulomeira-msc-uniritter-prof-renato-oliveira-m-sc-ucpel-autores-do-livro-comportamentodo-cliente.html>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

MELLO, F. **Perfis de Líderes**. Disponível em: <http://www.gportal.com.br/2010/08/10-perfis-de-lideres.html>. Acesso em 30 de Maio de 2018.

MOREIRA, T. S. **O que é comunicação empresarial**. Disponível em <<https://gerindoareputacao.wordpress.com/?s=o+que++comunica%C3%A7%C3%A3o+empresarial%3F&submit=Pesquisar>>. Acesso em: 01 maio de 2018.

MUSSAK, E. **Gestão humanista de pessoas: o fator humano como diferencial competitivo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade: teoria e casos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. XVII, 355p.

PESSONI, A; PORTUGAL, K M. T. **A transição da comunicação corporativa. Possibilidade de participação nas mídias organizacionais**. São Paulo: Intercom Rbcc 2011.

ROBBINS, S. P. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson, 2010.

SARESHKEH, S. K.; BAKHSHALIPOUR, V.; AZIZI, B. The Relationship between Satisfaction Components and Service Quality with the Intention of Customers' Future Presence in Private and Government Pools (A Case Study in Sport Pools of Guilan Province). **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 18, n. 1, p. 7-31, 2018.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Tradução de Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DETERMINANTES DA ESTRUTURA DE CAPITAL: UM ESTUDO SOBRE EMPRESAS MINEIRAS DE CAPITAL FECHADO

Ewerton Alex Avelar

Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
ewertonaavelar@gmail.com

Joyce Mariella Medeiros Cavalcanti

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
joyce_mariella@yahoo.com.br

Helen Rose Pereira

Especialista em Marketing pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
helenrp33@hotmail.com

Terence Machado Boina

Mestrando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
tmboina@gmail.com

RESUMO

Objetivo: Identificar variáveis determinantes da estrutura de capital de empresas em geral (tanto de capital aberto quanto fechado) bem como desenvolver modelos econométricos que expliquem a relação entre as variáveis determinantes identificadas e a estrutura de capital das empresas estudadas (considerando diferentes horizontes temporais).

Fundamento: Trata-se de um estudo baseado nas principais teorias de estrutura de capital, a *trade-off theory* e a *pecking order theory*.

Método: Realizou-se uma análise de 126

empresas de capital fechado pertencentes a 17 diferentes setores de atividade econômica conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas [CNAE] por um período de 4 anos. Foram coletadas demonstrações financeiras publicadas no Diário Oficial de Estado de Minas Gerais. Utilizou-se o modelo de regressão múltipla com dados em painel.

Resultados: Constatou-se uma preferência média de capitais de terceiros das empresas analisadas em relação ao capital próprio, sendo o vencimento de curto prazo o mais utilizado. As variáveis investigadas apresentaram um comportamento similar ao apresentador pelas empresas de capital aberto. Verificou-se também que as variáveis determinantes da estrutura de capital seguiram as orientações teóricas da TOT ou da POT de forma alternativa e que ambas coexistem na explicação do nível de endividamento das empresas investigadas.

Contribuições: Os achados da pesquisa contribuem para a compreensão de que o comportamento das variáveis determinantes da estrutura de capital é semelhante ao verificado em empresas de capital aberto. Ademais as *proxies* porte da empresa e tangibilidade de ativos apresentaram consistência estatística nas estimações realizadas enquanto os escudos fiscais demonstraram não serem *proxies* relevantes.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura de capital. Determinantes. Empresas Mineiras. Capital Fechado.

DETERMINANTS OF CAPITAL STRUCTURE: A STUDY ON PRIVATE COMPANIES OF MINAS GERAIS STATE

ABSTRACT

Objective: Analyzing the determinant variables of the capital structure of private companies of Minas Gerais State between 2011 and 2014.

Background: It is a study based on the main theories of capital structure: *trade-off* e *pecking order*.

Method: This quantitative study was developed from secondary data of 126 private companies of Minas Gerais State. These companies belong to 17 different activity sectors. For developing the research we were employed financial data from financial statements published by Official Press of Minas Gerais State. We also employed some data from the website of the Brazilian Internal Revenue Service. In analyzing data, we employed descriptive statistics and panel data regression analysis. Using the regression analysis, we estimated three models considering different manners of measuring the companies' debt: (a) total debt; (b) short term; (c) long term.

Results: These models pointed out that the determinants of capital structure had followed the theoretical orientations of trade-off or pecking order. In other words, both theories explain the variations of analyzed companies' debt. Moreover, the most consistent variables (in statistics terms) in the three models were size and tangibility of assets. On the other hand, the non-debt tax shields were considered irrelevant proxies.

Contributions: The results contribute to understanding that the behavior of the determinants of capital structure. It was verified that this is similar to verified at public companies. Moreover, the proxies size and tangibility presented coherent statistics in estimations. Meanwhile the non-debt tax shields were considered irrelevant proxies.

KEYWORDS: Capital structure. Determinants. Companies of Minas Gerais State. Private companies.

1 | INTRODUÇÃO

Considera-se que os trabalhos de Modigliani e Miller (1958, 1963) inauguraram uma nova fase na discussão sobre a estrutura de capital das empresas, que tem se estendido ao longo de várias décadas. Iquiapaza, Amaral e Araújo (2008) ressaltam que, desde a publicação dos trabalhos de Modigliani e Miller (1958, 1963), pesquisadores tentam explicar a escolha da estrutura de capital das empresas por meio da violação das hipóteses que fundamentaram aquele seminal trabalho.

Duas teorias têm se destacado na explanação deste fenômeno: a *Trade-off Theory (TOT)* e a *Pecking Order Theory (POT)*. Sob a lógica da TOT, de acordo com Hovakimian, Kayhan e Titman (2012), as empresas escolheriam sua estrutura de

capital pelo equilíbrio entre os benefícios do financiamento por meio de dívida (por exemplo, a dedutibilidade fiscal dos juros) e seus respectivos custos (risco de problemas financeiros e falência), no intuito de maximizar o valor da empresa. Já no caso da POT, conforme Frank e Goyal (2003), devido à seleção adversa, as empresas prefeririam empregar primeiramente recursos internos para financiamento, posteriormente captar recursos de terceiros e, por último, emitir ações.

Para se analisar a capacidade explanatória de ambas as teorias, usualmente os estudos realizados ao longo das últimas décadas têm empregado uma série de variáveis consideradas determinantes da estrutura de capital das empresas, tais como o porte, a lucratividade, a tangibilidade e o crescimento (Katagiri, 2014; Fama & French, 2002; Harris & Raviv, 1991; Titman & Wessels, 1988). Entretanto, Ceretta, Vieira, Fonseca e Trindade (2009) e Oliveira, Tabak, Resende e Cajueiro (2013) evidenciam que a relação esperada entre algumas dessas variáveis e a estrutura de capital se difere significativamente entre ambas as teorias.

Diante do exposto, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que visou analisar as variáveis determinantes da estrutura de capital de empresas mineiras de capital fechado no período de 2011 a 2014. Para tanto, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: (a) identificar variáveis determinantes da estrutura de capital de empresas em geral (tanto de capital aberto quanto fechado); (b) desenvolver modelos econométricos que expliquem a relação entre as variáveis determinantes identificadas e a estrutura de capital das empresas estudadas (considerando diferentes horizontes temporais); e (c) discutir e contextualizar os resultados obtidos.

O desenvolvimento desta pesquisa pode ser justificado por diferentes razões. Primeiramente, tem-se a escassez de estudos que investigam os determinantes da estrutura de capital em empresas de capital fechado no Brasil, especialmente as empresas mineiras, devido principalmente à baixa disponibilidade de dados. Ademais, destaca-se a importância da economia mineira para o Brasil, responsável pelo terceiro maior produto interno bruto (PIB) do país, além de uma ampla diversidade econômica (Estado de Minas Gerais, 2016). Por fim, ressalta-se a importância das empresas de capital fechado para Minas Gerais, considerando o baixo número de empresas de capital aberto do Estado (Laguardia, 2014).

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Para Oliveira *et al.* (2013), a estrutura de capital corporativa é a proporção entre o capital próprio e o capital de terceiros que os gestores utilizam para financiar as operações de uma empresa. Por sua vez, de acordo com Thippayana (2014), a estrutura de capital se refere à escolha da proporção entre capital próprio e de terceiros e se relaciona essencialmente ao financiamento de longo prazo, que possibilita a realização de investimentos pelas empresas. Conforme Handoo e Sharma (2014), a estrutura de

capital mais adequada a uma empresa é uma questão bastante controversa.

Harris e Raviv (1991) afirmam que a moderna teoria da estrutura de capital se iniciou com o trabalho de dois estudiosos: Franco Modigliani e Merton H. Miller. Conforme An (2012), desde a publicação do artigo intitulado “*The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment*” pelos referidos estudiosos, em 1958, a teoria da estrutura de capital se tornou um tema central em Finanças e foi rapidamente desenvolvida pelos pesquisadores da área a partir de relaxamentos nos pressupostos apresentados por aqueles autores, tais como as inexistências de custos de transação e assimetria informacional.

Modigliani e Miller (1958) apresentaram a teoria da irrelevância da estrutura de capital sobre o valor da empresa, indo de encontro ao *status quo* sobre o tema. Após a publicação desse estudo, os referidos autores foram bastante criticados por significativas limitações de seu trabalho. Assim, o estudo de Modigliani e Miller (1963) foi desenvolvido com o propósito de corrigir o erro da irrelevância do capital de terceiros na estrutura de capital (especificamente, a dedutibilidade do pagamento de juros para cálculo de tributos sobre o lucro) que havia sido subestimada no estudo anterior.

Mesmo após sérias críticas, pode-se dizer que os trabalhos de Modigliani e Miller (1958, 1963) foram pioneiros no desenvolvimento das pesquisas acerca da estrutura de capital, pois possibilitaram novas perspectivas de análise e questões a serem discutidas (An, 2012; Tucker & Stoja, 2011).

Conforme Jong, Verbeek e Verwijmeren (2011), as discussões sobre estrutura de capital têm sido dominadas por duas teorias nas últimas décadas: a TOT e a POT. A subseção seguinte discute ambas as teorias (subseção 2.1). Em seguida, na subseção 2.2, apresentam-se as principais variáveis determinantes empregadas nas últimas décadas em pesquisas que analisam a estrutura de capital de empresas fundamentando tais determinantes de acordo com as duas teorias especificadas anteriormente. Por fim, evidências empíricas sobre os determinantes da estrutura de capital em empresas brasileiras de capital fechado são apresentadas na subseção 2.3.

2.1 Principais teorias sobre a Estrutura de Capital

Jong *et al.* (2011) ressaltam que, apesar de muitos estudos terem sido realizados sobre as teorias TOT e POT, não há consenso sobre a superioridade de uma sobre a outra. Nesse sentido, Tucker e Stoja (2011) afirmam que ambas as teorias têm condições de explicar certos aspectos da estrutura de capital das empresas. Contudo, nenhuma foi capaz, até o momento, de apresentar resultados definitivos da configuração da estrutura de capital das empresas, uma vez que o ambiente em que as empresas atuam e determinam sua estrutura de capital são dinâmicos. Embora tenham sido desenvolvidas em mercados consolidados (em especial, no mercado norte-americano), tais teorias são testadas em vários países com mercados menos desenvolvidos, tais como o brasileiro (Oliveira *et al.*, 2013), o tailandês (Thippayana, 2014) e o indiano (Handoo & Sharma, 2014), e os resultados são, por vezes, diferentes

daqueles encontrados em mercados desenvolvidos e consolidados.

Sob a perspectiva da TOT, Fama e French (2005) afirmam que os gestores das empresas objetivam encontrar a proporção ótima entre capitais próprios e de terceiros, analisando os custos e os benefícios de uma unidade monetária adicional de dívida. Dessa forma, a dedutibilidade dos juros da dívida para fins de tributos sobre o lucro e a redução de conflitos de agência advindos dos fluxos de caixa livres seriam benefícios da dívida. Por outro lado, o potencial de falência e os conflitos de agência entre acionistas e credores seriam exemplos de custos da dívida.

Nessa perspectiva, a proporção ótima entre capitais próprios e capital de terceiros seria obtida quando o custo da última unidade monetária de dívida se igualasse ao seu benefício, o que minimizaria o custo médio ponderado de capital e, conseqüentemente, maximizaria o valor da empresa.

Thippayana (2014) ratifica a concepção de Fama e French (2005) sobre a TOT, quando destaca alguns aspectos referentes aos benefícios e aos custos do emprego de capitais de terceiros na estrutura de capital da empresa. Sobre o benefício do uso de dívidas, o referido autor salienta o “poder disciplinador da dívida”, que reduz os fluxos de caixa livres disponíveis aos administradores, induzindo-os a investir em projetos com valor presente líquido positivo. Podemos dizer que ao se assumir um maior volume de capital de terceiros, os gestores da empresa tendem a aumentar seu risco e simultaneamente seu retorno.

A POT é uma outra teoria de Finanças Corporativas, desenvolvida por Myers (1984) e Myers e Majluf (1984), que explica como os gestores escolhem a estrutura de capital de suas empresas (Lin, Hu, & Chen, 2008). Nessa teoria, conforme Leary e Roberts (2010), os gestores escolheriam as fontes de financiamento para suas empresas na seguinte ordem: (1) lucros retidos; (2) dívidas de baixo risco; (3) dívidas de alto risco; e (4) emissão de ações. Shen (2014) ressalta que a lógica da POT está relacionada à assimetria informacional entre os gestores da empresa e os seus investidores.

Ainda segundo Oliveira *et al.* (2013), a TOT e a POT, apesar de competirem em certos aspectos da estrutura de capital das empresas, também oferecem algumas explicações semelhantes sobre outros aspectos do mesmo fenômeno. Os referidos autores destacam algumas variáveis, denominadas de determinantes da estrutura de capital, para discutir as explanações da TOT e da POT.

Um exemplo de convergência entre as duas teorias, apresentado por Jong *et al.* (2011), é o caso de uma empresa que possui condição de emitir títulos de dívida e sua alavancagem financeira ainda é inferior à meta de alavancagem estabelecida. Na perspectiva da TOT, a empresa ainda não atingiu a proporção ótima entre capital próprio e de terceiros, enquanto que, no caso da POT, a empresa utilizará recursos externos de emissão de título de dívida até quando julgar necessário, desde que não tenha limitações na sua capacidade de endividamento (JONG *et al.*, 2011).

A subseção seguinte detalha as variáveis determinantes da estrutura de capital

das empresas, assim como sua relação com as duas teorias supracitadas.

2.2 Variáveis determinantes da Estrutura de Capital

Dentre as variáveis utilizadas na análise da estrutura de capital das empresas, algumas se destacam, tais como: porte da empresa (Oliveira *et al.*, 2013); lucratividade/rentabilidade (Titman & Wessels, 1988); tangibilidade (Rajan & Zingales, 1995); crescimento (Handoo & Sharma, 2014); singularidade (Titman & Wessels, 1988); escudo fiscal não proveniente de dívida (De Angelo & Masulis, 1980) e risco de falência, (Fama & French, 2002).

Salienta-se que, apesar de amplamente empregadas há décadas, Fama e French (2002) ressaltam que muitas das proxies das variáveis determinantes utilizadas em estudos sobre estrutura de capital podem ser aproximações distantes do que se pretende mensurar efetivamente.

É importante destacar, ainda, que vários estudos recentes têm usado diversas variáveis alternativas como determinantes da estrutura de capital de empresas ao redor do mundo, por exemplo: tratamento de stakeholders – clientes, fornecedores e funcionários (Bae, Kang, & Wang, 2011), características institucionais (Oztekin & Flannery, 2012), otimismo gerencial (Lin *et al.*, 2008) e política de tributação (An, 2012). Todavia, nenhuma delas ainda se consolidou como aquelas apresentadas no parágrafo anterior, que são consideradas clássicas no estudo sobre estrutura de capital.

O “porte da empresa”, por exemplo, é uma variável amplamente utilizada em estudos sobre estrutura de capital como um determinante desse fenômeno. Segundo Oliveira *et al.* (2013), fontes de financiamento e empréstimos a taxas favoráveis são normalmente mais acessíveis a empresas maiores do que a empresas menores. Os autores Ceretta *et al.* (2009) acreditam que a interpretação dos efeitos do porte no endividamento depende da teoria empregada para fundamentar a análise, sendo que, sob a perspectiva da TOT, espera-se que o maior porte da empresa implique em um maior nível de endividamento, enquanto tal relação não é clara sob a perspectiva da POT. Como proxies do porte da empresa, são usados geralmente os logaritmos naturais das vendas ou do ativo total (Titman & Wessels, 1988; Oliveira *et al.*, 2013).

Por sua vez, a “lucratividade/rentabilidade” é outra variável importante na análise da estrutura de capital das empresas, uma vez que se refere aos lucros passados da empresa e seu montante de recursos disponíveis para serem retidos internamente (Titman & Wessels, 1988). Todavia, as interpretações de como a lucratividade influencia a estrutura de capital das empresas são antagônicas de acordo com cada uma das teorias que fundamentam a análise: no caso da TOT, espera-se uma relação positiva entre a lucratividade e a estrutura de capital e, no caso da POT, presume-se uma relação negativa (Correa, Basso & Nakamura, 2013). Como proxies da lucratividade, pode-se citar o uso do lucro operacional sobre as receitas operacionais e o uso do *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA) sobre o ativo total (Titman & Wessels, 1988; Oliveira *et al.*, 2013).

Já a “tangibilidade”, de acordo com Rajan e Zingales (1995), é uma variável importante na análise dos determinantes da estrutura de capital, pois ativos tangíveis são geralmente aceitos como garantias a empréstimos e podem reduzir os custos de agência do endividamento. Ainda segundo os referidos autores, os ativos imobilizados divididos pelo ativo total da empresa são usualmente empregados como proxy da tangibilidade. Ceretta *et al.* (2009) ressaltam que, tanto na perspectiva da POT quanto da TOT, um maior nível de tangibilidade implicaria um maior nível de endividamento por parte da empresa.

Sobre a variável “crescimento”, Handoo e Sharma (2014) destacam que empresas com maiores opções de crescimento têm uma relativa maior capacidade de expandir projetos, novas linhas de produtos e aquisição de novas empresas, assim como substituir os ativos existentes. Uma variável adotada como proxy para mensurar o crescimento é a variação do ativo total da empresa entre dois períodos (Handoo & Sharma, 2014). Saliencia-se que, enquanto sob a perspectiva da TOT espera-se que um maior crescimento da organização gere um menor nível de endividamento, o inverso é verificado sob a perspectiva da POT (Brito & Lima, 2005).

A “singularidade”, segundo Titman e Wessels (1988), está relacionada ao fato de que os clientes, os funcionários e os fornecedores das empresas são específicos de um dado ambiente empresarial. Assim, esses autores ressaltam que é esperado que a singularidade seja negativamente relacionada ao endividamento. Como proxy da singularidade, podem-se citar as despesas com pesquisa e desenvolvimento sobre vendas (Titman & Wessels, 1988).

No que tange à variável “escudo fiscal não proveniente de dívida”, Titman e Wessels (1988) destacam que deduções fiscais relacionadas à depreciação e à amortização, assim como os créditos fiscais de investimentos, são substitutas para o benefício fiscal do endividamento. Dessa forma, salientam os autores, empresas com um amplo escudo fiscal não proveniente de dívida tendem a ser menos endividadas. Como exemplo de indicador que pode ser usado como proxy dessa variável, Titman e Wessels (1988) ressaltam a depreciação sobre o ativo total ou a estimativa direta do escudo fiscal não proveniente de dívida sobre o ativo total.

Sobre a variável “risco de falência”, Fama e French (2002) destacam que se trata de uma variável muito importante na análise da estrutura de capital e que possui uma estreita relação com outros determinantes já citados, tal como a lucratividade. Ceretta *et al.* (2009) ressaltam que uma proxy normalmente empregada para essa variável é o indicador financeiro de liquidez seca. Espera-se que uma maior probabilidade de falência faça com que as empresas se endividem menos sob a perspectiva tanto da TOT quanto da POT. No Quadro 1, é ressaltado um resumo das variáveis e a relação esperada com o nível de endividamento de uma empresa conforme as duas teorias apresentadas na subseção 2.1.

Variáveis determinantes	Relações esperadas	
	TOT	POT
Tamanho da empresa	Positiva	Negativa ou positiva
Lucratividade/Rentabilidade	Positiva	Negativa
Tangibilidade	Positiva	Positiva
Crescimento	Negativa	Positiva
Singularidade	Negativa	Negativa
Escudo fiscal não proveniente de dívida	Negativa	Negativa
Risco de falência	Negativa	Negativa

Quadro 1: Relações esperadas pelas principais teorias da estrutura de capital entre as variáveis determinantes

Fonte: Elaborado com base em Titman e Wessels (1988), Brito e Lima (2005) e Ceretta *et al.* (2009).

2.3 Evidências empíricas

De modo geral, as evidências empíricas nacionais que reportam sobre os determinantes da estrutura de capital apresentam como unidades amostrais (cross-section) companhias de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA. Contudo, a legislação societária brasileira permite a existência de outras formas jurídicas de empresas, tais como as empresas de capital fechado.

Nessa categoria, os resultados encontrados nas pesquisas empíricas nacionais que versam sobre os determinantes da estrutura de capital tratam, especificamente, das empresas de capital fechado, como em Gonçalves (2014), ou procedem com uma comparação entre os determinantes da estrutura de capital das empresas de capital aberto e fechado, a exemplo de Eid (1996), Brito, Corrar e Batistella (2007) e Colman (2014). Resumidamente, no Quadro 2, destacam-se as pesquisas nacionais que apresentaram evidências empíricas sobre os determinantes da estrutura de capital de empresas de capital fechado.

Autores	Amostra	Período	Principais Achados
Eid (1996)	161 empresas: 19 c.a, 76 c.f, 66 o.	1994 – 1995	A teoria da estrutura de capital não é seguida pela maioria das empresas. As empresas de c.a utilizam emissão de ações.
Brito <i>et al.</i> (2007)	466 empresas: 185 c.a e 281 c.f	1998 – 2002	Os determinantes da estrutura de capital de empresas de capital aberto ou fechado são similares: crescimento, risco, tamanho e ativos fixos (garantias).
Gonçalves (2014)	62 c.f. sediadas em Minas Gerais	2009 – 2012	As variáveis rentabilidade, crescimento e tamanho das empresas foram as mais relevantes para explicar o endividamento de curto prazo e total.

Colman (2014)	98 empresas: 91 c.f e 7 c.a	2008 –2009	As <i>proxies</i> - tamanho e crescimento - foram significativas para explicar a alavancagem de curto prazo. As de lucratividade, a tangibilidade de ativos e o tamanho foram as variáveis significativas para explicar a alavancagem total e de longo prazo.
---------------	--------------------------------	---------------	--

Quadro 2: Descrição dos estudos anteriores

Legenda: c.a – capital aberto; c.f. capital fechado e o. outras.

Fonte: Elaborado pelos autores.

As evidências empíricas exibidas no Quadro 2 utilizaram diferentes metodologias no desenvolvimento da pesquisa. Análises de dados secundários (essencialmente financeiros) de empresas foram realizadas por Brito, Corrar e Batistella (2007), Gonçalves (2014) e Colman (2014), enquanto que a aplicação de questionários (dados primários) foi utilizada por Eid (1996).

Desse modo, pressupõe-se que pesquisas de cunho qualitativo e quantitativo podem permitir o delineamento de um panorama geral das evidências empíricas encontradas, embora que ainda incipientes quando comparadas com as pesquisas desenvolvidas em empresas de capital aberto.

Sobre isso, possivelmente uma das principais motivações para a menor expressividade de pesquisas empíricas com empresas de capital fechado recaem na maior dificuldade de acesso e de coleta de dados dessas empresas.

Além disso, pode-se dizer considera-se que as empresas de capital fechado usualmente possuem um menor porte em relação às empresas de capital aberto, de acordo com (Eid, 1996). Apesar disso, tal característica parece não influenciar significativamente os determinantes de sua estrutura de capital quando comparados com empresas de capital aberto, conforme Brito *et al.* (2007).

Por outro lado, é possível identificar algumas similaridades nos determinantes da estrutura de capital de empresas nacionais e regionais de capital fechado. Com ressalva para aspectos específicos do período e das empresas analisadas, percebe-se que as evidências empíricas apresentadas por Gonçalves (2014) para empresas mineiras no período de 2002 a 2009, por exemplo, apresentaram alguns determinantes da estrutura de capital em comum com Brito *et al.* (2007), cujos resultados foram encontrados com base nas 500 maiores empresas que exerceram suas atividades no Brasil no período de 1998 a 2002.

Em Gonçalves (2014) e Colman (2014), assim como em Brito *et al.* (2007), as variáveis significativas estatisticamente para explicar as variações do endividamento foram crescimento, porte da empresa e ativos fixos. Em todas essas pesquisas, entretanto, os sinais do coeficiente desses determinantes variaram, permanecendo apenas com o sinal positivo e consistente a variável “porte”. A identificação de fatores semelhantes e divergentes em pesquisas empíricas sobre os determinantes

da estrutura de capital são comuns em empresas de capital aberto, assim como em empresas de capital fechado.

3 | METODOLOGIA

Para verificar os determinantes da estrutura de capital de empresas mineiras durante o período de 2011 a 2014, foram analisadas 126 empresas de capital fechado pertencentes a 17 diferentes setores de atividade econômica (baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas). O período de 4 anos e o número de empresas investigadas perfazem um total de 504 observações, organizadas em uma estrutura de dados balanceada, isto é, todas as empresas investigadas apresentaram todas as informações necessárias para calcular as variáveis definidas nas subseções 3.2 e 3.3 deste trabalho.

Para o desenvolvimento do estudo, foram coletados especialmente dados financeiros provenientes das seguintes demonstrações financeiras publicadas pelas empresas: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração dos Fluxos de Caixa. As demonstrações financeiras das empresas foram obtidas junto ao Diário Oficial do Estado (Imprensa Oficial de Minas Gerais), desde que acompanhadas pelos respectivos relatórios de auditoria independente.

Para obter os dados sobre as operações principais das empresas, assim como sua localização (de forma a não incluir empresas de outros estados do país), foram coletados dados junto ao site eletrônico da Receita Federal.

A variável dependente utilizada nesta pesquisa é o endividamento. Como a definição dessa variável não é uniforme na literatura (Rajan & Zingales, 1995), adotou-se a mensuração do endividamento em termos de passivos totais, circulantes e não circulantes, conforme o exposto no Quadro 3.

Variável	Sigla	Fórmula	Autores
Endividamento Total	End_tot	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$	Gonçalves (2014); Colman (2014); Brito <i>et al.</i> (2007);
Endividamento de Longo Prazo	End_lp	$\frac{\text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$	Gonçalves (2014) e Brito <i>et al.</i> (2007)
Endividamento de Curto prazo	End_cp	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Ativo Total}}$	Gonçalves (2014) e Brito <i>et al.</i> (2007)

Quadro 3: Variáveis Dependentes

Fonte: Elaborado pelos autores.

Devido às particularidades do cenário econômico brasileiro, foram utilizadas essas três medidas diferentes de endividamento (variáveis dependentes), conforme evidencia o Quadro 3. Esse cenário contribui para que alguns dos determinantes da estrutura de capital apresentem diferenças que variam de acordo com a forma como

o endividamento é calculado em termos de curto ou longo prazo. Essa situação é apontada por diversos estudos, tais como Gonçalves (2014), Colman (2014) e Brito *et al.* (2007) em empresas de capital fechado, e Brito e Lima (2005) em empresas de capital aberto.

Para Leal (2008), empresas brasileiras apresentam forte dependência por fontes de recursos de curto prazo, cujas principais características são elevadas taxas de juros e comprometimento da liquidez, ao passo que, de forma geral, as fontes de financiamento de longo prazo são escassas e de difícil acesso. Esse autor afirma ainda que esse ambiente pode contribuir para que os determinantes da estrutura de capital de empresas nacionais apresentem relações ambíguas quando comparadas com as relações esperadas de acordo com a literatura internacional, que se baseia principalmente na realidade econômica norte-americana.

Ressalta-se que as variáveis dependentes e independentes foram divididas pelo ativo total do período (com exceção das variáveis “porte” e “risco de falência”), com o objetivo de padronizar as variáveis em índices e minimizar a dispersão dos dados, visto que algumas empresas informaram os valores de suas contas em milhares de reais nas demonstrações financeiras, enquanto que outras não realizaram essa uniformização. Além disso, esse procedimento visa minimizar a heterogeneidade das empresas que compõem a amostra delimitada nesta pesquisa. Tal procedimento também foi adotado diversos autores, tais como Colman (2014), Gonçalves (2014), Ceretta *et al.* (2009), Brito *et al.* (2007), Nakamura, Forte, Martin, Costa e Amaral (2007), Perobelli e Famá (2002; 2003), Brito e Lima (2005).

O Quadro 4 apresenta as variáveis independentes, assim como suas siglas e fórmulas. Detalhes sobre a relação esperada entre essas variáveis e a estrutura de capital, sob a perspectiva da TOT e da POT, são foram apresentadas na seção 2.2 deste trabalho, assim como estudos anteriores que dão suporte ao emprego de tais variáveis.

Variável	Sigla	Fórmula	Autores
Porte da Empresa	PE	$\ln(\text{Ativo Total})$	Ceretta et al. (2009)
Lucratividade Rentabilidade	RENT	$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Ativo Total}}$	Colman (2014), Nakamura et al. (2007) e Brito e Lima (2005)
Escudos Fiscais não provenientes de dívida	EF	$\frac{\text{Depreciação} + \text{Amortização} + \text{Exaustão}}{\text{Ativo Total}}$	Perobelli e Famá (2003, 2002)
Tangibilidade (ativos fixos)	AF	$\frac{\text{Imobilizado} + \text{Estoques}}{\text{Ativo Total}}$	Brito e Lima (2005), Perobelli e Famá (2003, 2002)
Crescimento	CRES	$\frac{\text{Ativo Total}_t - \text{Ativo Total}_{t-1}}{\text{Ativo Total}_{t-1}}$	Colman (2014) e Perobelli e Famá (2002)
Risco de Falência	RISK	$\frac{\text{Ativo Circulante} - (\text{Estoques} + \text{Desp. antecipadas})}{\text{Passivo circulante}}$	Ceretta et al. (2009)
Singularidade	IND	$\frac{\text{Intangível}}{\text{Ativo Total}}$	Perobelli e Famá (2002)

Quadro 4: Variáveis Independentes

Em pesquisas empíricas nacionais que investigaram a associação entre as variáveis determinantes da estrutura de capital em relação ao endividamento corporativo, identifica-se que o modelo de regressão múltipla com dados em painel foi o mais utilizado, sendo aplicado por Nakamura *et al.* (2007), Brito *et al.* (2007), Gonçalves (2014) e Colman (2014), dentre outros. Esse modelo apresenta como vantagem a possibilidade de analisar as unidades de corte transversal (*cross-section*) ao longo do tempo (*time-section* – corte longitudinal), possibilitando que uma empresa, exemplo de unidade de corte transversal, tenha suas observações analisadas durante um determinado período de tempo. Na pesquisa apresentada neste artigo, o período anual foi adotado.

Desse modo, em linha com esses estudos anteriores, utilizou-se como técnica de análise o modelo de regressão de dados em painel. No total foram estimadas três regressões, conforme a notação geral das equações de regressão a seguir.

Na Equação 1, a variável dependente “End_tot” denota o endividamento total, compreendido pela soma dos passivos circulantes e não circulantes. Os determinantes da estrutura de capital, por sua vez, estão representados pelas variáveis: porte da empresa (PE), lucratividade/rentabilidade (RENT), Escudos Fiscais (EF), Tangibilidade (AF), Crescimento (CRESC), Risco (RISK) e Singularidade (IND), denotadas como proxies das variáveis determinantes da estrutura de capital (tal como evidenciado no Quadro 4 da subseção anterior). O β_0 é o intercepto, o ε é o termo de erro, ao passo que os subscritos i e j especificam as observações quanto às empresas e aos anos abrangidos na pesquisa, respectivamente.

$$End_tot_{it} = \beta_0 + \beta_1 PE_{it} + \beta_2 RENT_{it} + \beta_3 EF_{it} + \beta_4 AF_{it} + \beta_5 CRESC_{it} + \beta_6 RISK_{it} + \beta_7 IND_{it} + \varepsilon_{it} \quad [1]$$

Sobre a Equação 2, sua diferença em relação à equação anterior reside na variável dependente. Nessa segunda equação, o endividamento está expresso em termo de longo prazo pela sigla “End_lp”, considerando passivos não circulantes que representam obrigações financeiras que desencadearão desembolsos futuros de caixa em período superior a um exercício social.

$$End_lp_{it} = \beta_0 + \beta_1 PE_{it} + \beta_2 RENT_{it} + \beta_3 EF_{it} + \beta_4 AF_{it} + \beta_5 CRESC_{it} + \beta_6 RISK_{it} + \beta_7 IND_{it} + \varepsilon_{it} \quad [2]$$

Por fim, na Equação 3, a mudança recai novamente sobre a variável dependente. Nela, o endividamento está representado em termo de curto prazo pela sigla “End_cp”. Assumem-se como endividamento de curto prazo as obrigações financeiras vencíveis em prazo inferior a um exercício social, compreendidas no passivo circulante.

$$End_cp_{it} = \beta_0 + \beta_1 PE_{it} + \beta_2 RENT_{it} + \beta_3 EF_{it} + \beta_4 AF_{it} + \beta_5 CRESC_{it} + \beta_6 RISK_{it} + \beta_7 IND_{it} + \varepsilon_{it} \quad [3]$$

Para identificar se o painel de dados apresenta efeitos fixos ou aleatórios ou, ainda, se é mais adequado o modelo pooled, alguns testes foram aplicados. Nesse sentido, foram verificados os testes de Hausman (modelo de efeitos fixos versus

aleatórios), de Breusch-Pagan (modelo de efeitos aleatórios versus modelo pooled) e o teste de Chow (modelo de efeitos fixos versus modelo pooled), conforme orientado por Gujarati e Porter (2011). Para testar a adequação do modelo no que tange aos pressupostos de ausência de multicolinearidade e de autocorrelação, foram efetuados os testes de *variance inflation factor* (VIF) e de Wooldridge (2002), respectivamente. Por fim, os erros padrões foram estimados robustos a heterocedasticidade.

4 | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Discussão e análise da estatística descritiva

Dentre as 126 empresas mineiras de capital fechado analisadas durante o período de 2011 a 2014, cerca de 20% apresentaram demonstrações financeiras consolidadas e em torno de 28% das companhias padronizaram os valores de suas contas em milhares de reais (R\$). Constatou-se também que a distribuição das empresas por setores, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi bastante diversificada.

As principais concentrações de empresas ocorreram nos setores de “indústrias de transformação”, com 29%, e de “construção”, com 17%. Por outro lado, setores como “água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação”, “alojamento e alimentação”, “atividades imobiliárias” e “educação” apresentam apenas uma empresa.

Na Tabela 1, apresentam-se os valores referentes à estatística descritiva, como a média, o desvio padrão e os valores de mínimo e máximo das variáveis dependentes e independentes que estão sendo analisadas, bem como o total de observações da amostra.

De acordo com a Tabela 1, as empresas mineiras de capital fechado fazem uso médio de 55% de capital de terceiros, sendo 23% no longo prazo e 32% no curto prazo. Tal característica coaduna com as particularidades da composição do endividamento das companhias de capital aberto brasileiras, conforme apontado por (Leal, 2008).

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo	Quantidade de observações
End_tot	0,5582	0,5590	7,2274	0,0007	504
End_lp	0,2368	0,2797	3,7022	0	504
End_cp	0,3214	0,5127	7,2274	0	504
PE	13,9913	2,9973	22,0114	1,9459	504
RENT	0,1016	0,3662	1,3479	-7,1244	504
EF	0,0321	0,0356	0,2814	-0,0738	504
AF	0,4228	0,2842	0,9881	0	504
CRES	-3,6265	50,7844	0,9992	-729,048	378
RISK	3,0125	12,9356	252,3949	0,0391	504
IND	0,0482	0,1224	0,8961	0	504

Tabela 1: Estatística Descritiva

Ao comparar os resultados encontrados com aqueles achados por Gonçalves (2014), que igualmente utilizou em sua base de dados empresas mineiras de capital fechado (mas, em um período anterior), verifica-se que as obrigações vencíveis no curto prazo foram, em média, também superiores às obrigações de longo prazo, entretanto, em termos de endividamento global, a necessidade de captação de recursos junto a terceiros foi em torno de 32%, inferior ao observado neste estudo. Por outro lado, o valor médio de 55% dos passivos totais desta pesquisa foi próximo ao de 53% de empresas nacionais de capital fechado, conforme reportado em Brito *et al.* (2007).

No tocante às variáveis proxies determinantes da estrutura de capital, identificou-se que, em média, os ativos fixos (tangibilidade) representaram 42% do volume total de ativos, contra aproximadamente 5% dos ativos intangíveis. A rentabilidade, medida em termos do EBITDA, equivale a cerca de 10% do total de ativos, ao passo que os escudos fiscais não advindos de dívidas representaram em torno de 3%.

Todavia, as distâncias entre os valores de mínimo e máximo demonstraram que as empresas analisadas variaram bastante em termos de recursos líquidos para quitar suas obrigações de curto prazo.

A variável “crescimento”, medida em termos da variação do total de ativos no período corrente em relação ao período anterior, apresentou excepcionalmente 126 observações a menos em relação às demais variáveis. Isso ocorreu devido às primeiras observações, referentes a cada uma das 126 empresas no ano de 2011, não terem suas variações calculadas em relação ano de 2010. Somado a esse fato em particular, verificou-se ainda que apenas essa variável não apresentou correlação significativa com nenhuma das variáveis dependentes investigadas na matriz de correlações, conforme a Tabela 2. Além disso, nas regressões estimadas a variável “crescimento” não foi significativa estatisticamente. Nesses casos, a retirada da variável foi justificada para garantir que os erros das estimações do modelo de regressão sejam menores (Hair *et al.*, 2009).

	end_tot	end_cp	end_lp	PE	RENT	EF	AF	CRESC	RISK	IND
end_tot	1									
end_cp	0,8672 0,0000	1,0000								
end_lp	0,4088 0,0000	-0,1000 0,0248	1,0000							
PE	-0,0868 0,0515	-0,0363 0,4159	-0,1069 0,0164	1,0000						
RENT	-0,5971 0,0000	-0,6185 0,0000	-0,0595 0,1821	0,1037 0,0198	1,0000					

EF	-0,0797	-0,0380	-0,0896	0,0494	0,1477	1,0000				
	0,0738	0,3942	0,0444	0,2683	0,0009					
AF	0,0294	-0,0621	0,1725	0,0994	0,0773	0,2799	1,0000			
	0,5103	0,1640	0,0001	0,0257	0,0828	0,0000				
CRESC	-0,0223	-0,0245	-0,0021	0,0399	0,0115	-0,0146	-0,0512	1,0000		
	0,6652	0,6355	0,9674	0,4389	0,8238	0,7770	0,3206			
RISK	-0,0939	-0,0939	-0,0156	-0,0010	-0,0118	-0,0942	-0,1629	0,0134	1,0000	
	0,0351	0,0352	0,7264	0,9829	0,7910	0,0345	0,0002	0,7953		
IND	-0,0699	-0,0759	-0,0007	-0,0669	-0,0369	-0,0036	-0,2452	0,0260	-0,0151	1,0000
	0,1169	0,0888	0,9882	0,1337	0,4081	0,9362	0,0000	0,6146	0,7349	

Observações: Os números em negritos apresentam significância estatística. Os números superiores são os coeficientes de correlação e os números inferiores são os níveis de significância.

Tabela 2: Matriz de Correlação

4.2 Discussão e Análise do Modelo Econométrico

Na Tabela 2 são apresentados os resultados estimados da regressão com dados em painel para as três equações propostas para o endividamento de curto e longo prazo, bem como para o endividamento total. Também estão exibidos, na Tabela 2, os resultados dos testes dos efeitos fixos, aleatórios e pooled, assim como os resultados dos testes de multicolinearidade, autocorrelação e heterocedasticidade.

Observando a Tabela 2, verifica-se, para os três tipos de endividamento, que o teste de Chow, Breusch-Pagan e Hausman indicaram a determinação de efeito aleatório para equação 1 e de efeitos fixos para as equações 2 e 3. Também foi constatada presença de autocorrelação e heterocedasticidade. Assim, nos três modelos de regressão, o estimador utilizado foi o *Generalized Least Squares* (GLS), que é robusto aos problemas detectados. De acordo com Bressan (2009), esse estimador é indicado quando se identificam essas violações de pressupostos para modelo de dados em painel. No que se refere ao teste VIF, não foi observada a presença de multicolinearidade.

Com base nos resultados encontrados, os valores exibidos na Tabela 2 sugerem que alguns determinantes da estrutura de capital correspondem às orientações teóricas, enquanto outros não apresentaram significância estatística no modelo analisado e, conseqüentemente, a interpretação de seus efeitos associativos com a variável dependente foi desconsiderada.

Para Leal (2008), esse comportamento demonstrado pelas variáveis, aplicadas ao contexto brasileiro, contribui para que as investigações dos determinantes da estrutura de capital variem de acordo com a forma como o endividamento é calculado, de modo que fica percebida a coexistência das correntes teóricas da POT e da TOT para explicar as variáveis determinantes da estrutura de capital.

Nesse sentido, verificou-se que as variáveis proxies para porte, rentabilidade, tangibilidade e risco de falência foram relevantes para explicar as variações do endividamento total ao nível de significância de 1%; enquanto que porte, tangibilidade e singularidade foram significantes para o endividamento de longo prazo ao mesmo nível de significância; ao passo que a rentabilidade, tangibilidade, risco de falência e singularidade foram estatisticamente significativas para o endividamento de curto prazo. Percebe-se, então, que a variável mais consistente para explicar o endividamento foi a tangibilidade.

Variáveis	Equação 1	Equação 2	Equação 3
Porte	0,0092*** (0,0021)	0,0131*** (0,0006)	-0,0015 (0,0018)
Rentabilidade	-0,2234*** (0,0379)	-0,0022 (0,0016)	0,0814*** (0,0263)
Escudos Fiscais	0,1799 (0,1535)	0,0617 (0,0427)	0,0753 (0,0978)
Ativos Fixos	-0,0362* (0,0196)	0,1892*** (0,0074)	-0,0434** (0,0179)
Risco Falência	-0,0016*** (0,0004)	0,0001 (0,0001)	-0,0025*** (0,0005)
Singularidade	-0,0374 (0,0455)	0,1931*** (0,0290)	-0,1458*** (0,0364)
Intercepto	0,3936*** (0,0275)	-0,1517*** (0,0081)	0,2262*** (0,0256)
AR(1)	0,7211	0,6813	0,7109
Observações	504	504	504
Wald Chi ²	73,20	1537,79	63,37
Prob > Chi ²	0,0000	0,0000	0,0000

Testes de pressupostos posteriores à estimação

Teste Chow	F (125,372) = 15,84 Prob > F = 0,0000	F (125, 372) = 10,43 Prob > F = 0,0000	F (125, 372) = 15,89 Prob > F = 0,0000
Teste Breusch-Pagan	Chi ² = 458,11 Prob > Chi ² = 0,0000	Chi ² = 348,46 Prob > Chi ² = 0,000	Chi ² = 453,39 Prob > Chi ² = 0,0000
Teste Hausman	Chi ² = 17,11 Prob > Chi ² = 0,0043	Chi ² = 21,55 Prob > Chi ² = 0,0015	Chi ² = 11,89 Prob > Chi ² = 0,06
VIF(médio)	1,08	1,08	1,08
Teste Wooldridge	F (1, 125) = 10,650 Prob > F = 0,0014	F (1, 125) = 9,944 Prob > F = 0,0020	F (1, 125) = 8,098 Prob > F = 0,0052
Teste Wald	LR Chi ² (125) = 1022,86 Prob > Chi ² = 0,0000	LR Chi ² (125) = 938,57 Prob > Chi ² = 0,0000	LR Chi ² (125) = 1356,38 Prob > Chi ² = 0,0000

Observações: Os erros-padrões estão representados em parênteses. Os asteriscos *, ** e *** representam os níveis de significância de 10%, 5% e 1%, respectivamente. O estimador utilizado foi o *Feasible Generalized Least Squares* (FGLS), robusto à autocorrelação e à heterocedasticidade. Para analisar os testes de hipótese, adotou-se o nível de significância de 1%. Os passos dos procedimentos estatísticos e econométricos foram desenvolvidos com base em Bressan (2009).

Tabela 2: Resultado do modelo de regressão com dados em painel e demais testes

Fonte: Elaborada pelos autores.

A tangibilidade, por seu turno, apresentou sinais negativos para o endividamento

total e de curto prazo e positivo para o endividamento de longo prazo. Esse resultado pode indicar que para captar recursos de longo prazo, a tangibilidade se torna relevante como mecanismo sinalizador de que o credor pode recuperar parte do investimento realizado por meio da venda dos ativos dados em garantia, reduzindo o risco da operação.

Por outro lado, o relacionamento inversamente proporcional sinalizou que quanto maior a proporção de ativos fixos, menor o endividamento de curto prazo e total, assim como também identificado em Brito e Lima (2005). Entretanto, esse resultado divergiu daqueles encontrados por Colman (2014) e Brito *et al.* (2007).

O risco de falência apresentou uma relação inversamente proporcional com o endividamento, sinalizando que empresas com maior probabilidade de falência endividam-se menos, conforme prevê a TOT e a POT. A rentabilidade, para o endividamento de longo prazo, está de acordo com a POT, em que hierarquicamente as empresas preferem se financiar com capital interno, ao passo que o sinal positivo para o endividamento de curto prazo está de acordo com a TOT, que pressupõe que as empresas mais rentáveis conseguem captar mais recursos de terceiros, sendo uma forma de sinalizar que pode honrar com o compromisso financeiro assumido.

A singularidade, por sua vez, apresentou relação inversamente proporcional para o endividamento de curto prazo, demonstrando que empresas com maior intensidade de ativos intangíveis endividam-se menos, enquanto que a relação contrária é identificada no longo prazo, sugerindo que essas empresas conseguiriam comunicar aos credores que sua especificidade capturada pelos ativos intangíveis representaria uma vantagem competitiva.

O Quadro 5 apresenta os sinais encontrados no estudo ora apresentado e os compara com pesquisas anteriores que analisaram empresas de capital fechado e a associações das variáveis determinantes da estrutura de capital com o endividamento total. Ressalta-se que não foi possível comparar os resultados obtidos com o endividamento de curto e longo prazo, pois nem todos os estudos anteriores realizaram essa classificação.

Variáveis	Relação Esperada	Relação Encontrada	Colman (2014)	Gonçalves (2014)	Brito <i>et al.</i> (2007)
Porte	+	+	+	+	+
Rentabilidade	-	-	-	-	N/S
Escudos Fiscais	-	N/S	N/S	N/S	N/A
Ativos Fixos	+	-	+	N/S	+
Crescimento	+/-	N/S	N/S	+	+
Risco Falência	-	-	N/A	N/A	+
Singularidade	-	N/S	N/A	N/A	N/A

Quadro 5: Comparação entre os sinais encontrados nesta pesquisa em relação aos sinais esperados pela teoria e, também, em relação aos sinais encontrados em Colman (2014), Gonçalves (2014) e Brito *et al.* (2007) para o endividamento total.

Observações: O símbolo de “+” refere-se à relação positiva das variáveis explicativas com o endividamento de longo prazo, o símbolo “-“ denota a relação negativa. As siglas N/S e N/A significam que a variável em questão foi não significativa e não se aplica à pesquisa (ou seja, não a utilizou como *proxy*), respectivamente.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 5, é possível verificar que a variável porte da empresa foi consistente e alinhada com a TOT e com evidências empíricas consultadas. Outra variável que também apresentou consistência de resultados, exceto em Brito *et al.* (2007), foi a rentabilidade, que está em concordância com a POT. A *proxy* para escudos fiscais, por exemplo, que representa os benefícios fiscais não advindos de dívidas, apresentaria teoricamente uma relação esperada negativa, enquanto que nas evidências empíricas consultadas, bem como na pesquisa apresentada neste artigo, essa variável não apresentou significância estatística.

5 | CONCLUSÕES

Há mais de meio século, evidências empíricas acerca dos determinantes da estrutura de capital são apresentadas em trabalhos internacionais que investigam a realidade de empresas de capital aberto norte-americanas. Pesquisadores brasileiros, por sua vez, também têm desenvolvido estudos na área, porém os achados se baseiam, em sua maioria, em dados de companhias de capital aberto que estão listadas na BM&FBOVESPA. Contudo, em relação a empresas de capital fechado, poucas pesquisas empíricas nacionais foram desenvolvidas. Para preencher essa lacuna, o objetivo da presente pesquisa foi analisar as variáveis determinantes da estrutura de capital em empresas mineiras de capital fechado no período de 2011 a 2014.

Com base nos resultados encontrados, constatou-se uma preferência média de capitais de terceiros por parte das empresas analisadas em relação ao capital próprio. Salienta-se que a maior parte do capital de terceiros tinha vencimento no curto prazo. Verificou-se também que as variáveis determinantes da estrutura de capital seguiram as orientações teóricas da TOT ou da POT de forma alternativa, de modo que ambas coexistem na explicação do nível de endividamento das empresas investigadas.

Durante o período investigado, para explicar as variações do endividamento, as variáveis analisadas apresentaram um comportamento similar ao apresentado pelas empresas de capital aberto. Além disso, a *proxy* que mais apresentou consistência nas três estimações realizadas foi a tangibilidade de ativos. Por outro lado, os escudos fiscais não provenientes de dívida demonstraram não serem proxies relevantes nas estimações realizadas.

A principal limitação do estudo apresentado neste artigo se refere ao emprego de uma amostra não probabilística, o que impossibilita a generalização dos resultados. Ademais, salienta-se o período abrangido restrito, devido à baixa disponibilidade de dados. Por outro lado, os achados da pesquisa contribuem para a compreensão de que

o comportamento das variáveis determinantes da estrutura de capital é semelhante ao verificado em empresas de capital aberto. Além disso, evidenciou-se que, no Brasil, as principais teorias da estrutura de capital (TOT e POT) se complementam.

Ressalta-se, ainda, como limitação desta pesquisa o método utilizado, uma vez que tal modelo econométrico não torna robustos possíveis problemas de endogeneidade entre as variáveis analisadas, a exemplo do risco e endividamento.

Pesquisas futuras poderiam focar a análise em setores específicos da economia mineira, assim como desenvolver análises semelhantes em empresas de capital fechado de outras unidades da federação.

REFERÊNCIAS

- An, Z. (2012). Taxation and capital structure: Empirical evidence from a quasi-experiment in China. *Journal of Corporate Finance*, 18, 683–689.
- Bae, K. H.; Kang, J. K.; Wang, J. (2011). Employee treatment and firm leverage: A test of the stakeholder theory of capital structure. *Journal of Financial Economics*, 100, 130–153.
- Bressan, V. G. F. (2009). *Seguro depósito e moral hazard nas cooperativas de crédito brasileiras*. 2009. 373 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Viçosa.
- Brito, R. D.; Lima, M. R. (2009). A Escolha da Estrutura de Capital sob Fraca Garantia Legal: O Caso do Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 59(2), 177-208.
- Brito, G. A. S.; Corrar, L. J.; Batistella, F. D. (2007). Fatores determinantes da estrutura de capital das maiores empresas que atuam no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, 43, 9-19.
- Ceretta, P.S.; Vieira, K. M. V.; Fonseca, J. L. da F. & Trindade, L. de L. (2009). Determinantes da estrutura de capital: uma análise de dados em painel de empresas pertencentes ao Ibovespa no período de 1995 a 2007. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, 16(4), p. 29-43.
- Colman, D. L. (2014). *Testes empíricos das teorias de pecking order e trade off estático em companhias fechadas brasileiras*. 2014. 60 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo.
- Correa, C. A.; Basso, L. F. C. & Nakamura, W. T. (2013). A estrutura de capital das maiores empresas brasileiras: análise empírica das teorias de *pecking order* e *trade-off*, usando *panel data*. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, 149(4), 106-133.
- DeAngelo, H. & Masulis, R. (1980). Optimal Capital Structure under Corporate and Personal Taxation. *Journal of Financial Economics*, 8, 3-29
- Eid, W., Jr. (1996). Custo e estrutura de capital: o comportamento das empresas brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, 36(4), 51-59.
- Estado De Minas Gerais. (2016). *Boas razões para se investir em Minas Gerais*. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/11972-investa-em-minas/11972/5042>>. Acesso em: 2 fev. 2016.
- Fama, E. F. & French, K. R. (2005). Financing decisions: who issues stock? *Journal of Financial Economics*, [s.l.], 76, p. 549–582.

- Fama, E. F. & French, K. R. (2002). Testing Trade-Off and Pecking Order Predictions about Dividends and Debt. *The Review of Financial Studies*, 15(1), 1-33.
- Frank, M. Z. & Goyal, V. K. (2003). Testing the pecking order theory of capital structure. *Journal of Financial Economics*, 67(2), 217–248.
- Gonçalves, D. L. (2014). *Determinantes da estrutura de capital de sociedades anônimas mineiras de capital fechado*. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Gujarati, D. & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 924 p.
- Hair, J.,F, Jr; Black, W.C.; Babin, B.J.; Anderson, R.E. & Tatham, R.L. (2009). *Análise multivariada de dados*. 6.ed. Porto Alegre: Bookman .
- Handoo, A.; Sharma, K. (2014). A study on determinants of capital structure in India. *IIMB Management Review*, 26, 170-182.
- Harris, M. & Raviv, A. (1991). The Theory of Capital Structure. *The Journal of Finance*, 46(1), 297-355.
- Hovakimian, A.; Kayhan, A. & Titman, S. (2012). Are Corporate Default Probabilities Consistent with the Static Trade-off Theory? *The Review of Financial Studies*, (25)2, 315-340.
- Iquiapaza, R. A.; Amaral, H. F.; Araújo, M. da S. B. de. (2008). Testando as previsões da *pecking order theory* no financiamento das empresas brasileiras: uma nova metodologia. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, 9(3), p. 157-183.
- Leal, R. P. C. (2008). Estrutura de capitais comparada: Brasil e mercados emergentes. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, 48(4), 67-78.
- Leary, M. T. & Roberts, M. R. (2010). The pecking order, debt capacity, and information asymmetry. *Journal of Financial Economics*, 95, 332–355.
- Jong, A.; Verbeek, M.; Verwijmeren, P. (2011). Firms’ debt–equity decisions when the static trade-off theory and the pecking order theory disagree. *Journal of Banking & Finance*, 35, 1303-1314.
- Katagiri, M. (2014). A macroeconomic approach to corporate capital structure. *Journal of Monetary Economics*, 66, 79-94.
- Lin, Y. H.; Hu, S Y.; Chen, M. S. (2008). Testing pecking order prediction from the viewpoint of managerial optimism: Some empirical evidence from Taiwan. *Pacific-Basin Finance Journal*, 16, 160–181.
- Modigliani, F.; Miller, M. H. (1958). The cost of capital, corporation finance and the theory of investment. *The American Review*, [s.l.], 48(3), p. 261-297.
- _____. (1963). Corporate income taxes and the cost of capital: a correction. *The American Review*, [s.l.], 53(3), p. 433-443.
- Myers, S. C (1984). The effect of Capital Structure on a Firm’s Liquidation Decision. *Journal of Financial Economics*, 13, 51-137.
- _____. (1984). The capital structure puzzle. *The Journal of Finance*, 39(3), 574-592.
- Myers, S. C. & Majluf, N. S. (1984). Corporate financing and investment decisions when firms have information that investors do not have. *Journal of Financial Economics*, 13(2), 187-221.

- Nakamura, W. T.; Forte, D.; Martin, D. M. L.; Costa, A. C. F. da & Amaral, A. C. do. (2007). Determinantes de estrutura de capital no mercado brasileiro - análise de regressão com painel de dados no período 1999-2003. *Revista de Contabilidade & Finanças*, São Paulo, 44, 72-85.
- Laguardia, H. (2014). Minas Gerais tem só 15 empresas ativas na Bovespa. *O Tempo*, 23 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/economia/minas-gerais-tem-s%C3%B3-15-empresas-ativas-na-bovespa-1.887721>>. Acesso em: 2 fev. 2016.
- Oliveira, G. R.; Tabak, B. M.; Resende, J. G. DE L. & Cajueiro, D. O. (2013). Determinants of the level of indebtedness for Brazilian firms: A quantile regression approach. *Economía*, 14, 123-138.
- Öztekin, Ö. & Flannery, M. J. (2012). Institutional determinants of capital structure adjustment speeds. *Journal of Financial Economics*, 103, 88-112.
- Perobelli, F. F. C.; Famá, R. (2002). Determinantes da estrutura de capital: aplicação a empresas de capital aberto brasileiras. *Revista de Administração da USP*, São Paulo, 37(3), 33-46.
- _____. (2003). Fatores determinantes da estrutura de capital para empresas latino-americanas. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, 7(1), 9-35.
- Rajan, R. G.; Zingales, L. (1995). What Do We Know about Capital Structure? Some Evidence from International Data. *The Journal of Finance*, 50(5)1421-1460.
- Shen, C. H-h. (2014). Pecking order, access to public debt market, and information asymmetry. *International Review of Economics and Finance*, 29, 291–306.
- Thippayana, P. (2014). Determinants of Capital Structure in Thailand. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 143, 1074-1077.
- Titman, S. & Wessels, R. (1988). The Determinants of Capital Structure Choice. *The Journal of Finance*, 43(1), 1-19.
- Tucker, J. & Stojan, E. (2011). Industry membership and capital structure dynamics in the UK. *International Review of Financial Analysis*, 20, 207–214.
- Wooldridge, J. M. (2002). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. Cambridge: MIT Press. 1064 p.

REDE DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS: O CASO DA AGÊNCIA DE INOVAÇÃO DO IFES

Rodolpho da Cruz Rangel

Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), Agência de Inovação do Ifes (Agifes), Vitória - ES

João Paulo do Carmo

Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), Agência de Inovação do Ifes (Agifes), Vitória - ES

RESUMO: O estudo apresenta um modelo de gestão em rede para as incubadoras dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) compreendido como um trabalho pioneiro na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Este trabalho se adapta ao contexto dessas instituições multicampi, integrando ações de ensino, pesquisa extensão para que, por meio dos Núcleos Incubadores (NI) sejam gerenciados e promovidos os processos de desenvolvimento de inovação e apoio ao empreendedorismo. Sendo assim, o objetivo deste estudo é estruturar um programa em rede de incubação de empreendimentos nos IF's. A metodologia utilizada foi um estudo de caso único, de caráter qualitativo, majoritariamente descritivo sobre a experiência da Incubadora do Ifes, e seguiu os procedimentos de levantamento bibliográfico, pesquisa documental e observação participante. O resultado dessa articulação e

estruturação deste Programa em Rede, foi a captação de recursos financeiros via editais de apoio à incubadora, onde cerca de 60% dos recursos foram destinados a realização e manutenção do programa. Além disso, foi verificado a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, por meio de capacitações de potenciais empreendedores, utilização de laboratórios e participação de pesquisadores (P&D/Pesquisa), e Acordos de Cooperação Técnica (Extensão). Por fim, observou-se maior difusão do empreendedorismo e inovação por meio do trabalho integrado das equipes de gestão e sua capilaridade por todo o Estado do Espírito Santo, em sintonia direta com os Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL) além da vocação e competência de cada NI.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação, Incubadora, Rede de Incubação de Empreendimentos, Instituto Federal, Agência de Inovação.

ABSTRACT: This work presents a network management model to be implemented in business incubators at the Federal Institutes for Education, Science and Technology (IF) and may be pointed out as being pioneer among the IF branches. This study is molded to the paradigm of these institutions, which holds a variety of campi, thus integrating actions for education, research and extension through the

Incubator Centers (NI), with the purpose of managing and promoting development processes of innovation and support to entrepreneurship. Therefore, the objective of this study was to build an algorithm to be applied in networks of business incubators at the IF's. The methodology applied consisted in a single qualitative case study, majorly descriptive based on previous experiences of business incubators from the Federal Institute for Education, Science and Technology of Espírito Santo (IFES), and followed the procedures from the bibliography adopted, documental analysis and participant observation. By implementing this network process resulted in obtaining funding through the Research Foundation of Espírito Santo (FAPES), wherein about 60% of the financial resources were directed to the accomplishment and maintenance of the program. Afterwards, was performed a search for the indissociability of education, research and extension through the courses offered at the academic institution while "Introductory Formation" (FIC/Ensino), laboratory usage and researches in the process of development of innovation (P&D/Pesquisa), as well as the realization of partnerships and Technical Cooperation Agreements (Extensão). Finally, it was observed a greater diffusion of entrepreneurship and innovation through integrated work of management workgroups and their dispersion all over the State of Espírito Santo, harmonized with the Innovative and Productive Local System Arrangements (ASPIL), additionally the vocation and expertise of each NI.

KEYWORDS: Innovation, Incubator, Business Incubators Network, Federal Institute, Innovation Agency.

1 | INTRODUÇÃO

A Agência de Inovação do Ifes (Agifes) é um órgão gerenciado pela Diretoria de Extensão Tecnológica - DIREX, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão (Proex), que cumpre a função de NIT, em atendimento à Lei 10.973/2004 – Lei de Inovação. Esta agência foi instituída pelo artigo 42 do Estatuto Geral do Ifes, publicado em 08 de dezembro de 2010 no Diário Oficial da União, como missão gerir a política pública de inovação e desenvolver as ações voltadas para o desenvolvimento regional por meio da capilaridade do Ifes. As principais atividades desenvolvidas pela Agifes encontram-se sustentadas em 03 (três) segmentos: Rede Institucional de Incubação de Empreendimentos; Propriedade Intelectual, e Serviços Tecnológicos.

De acordo com um estudo realizado pela ANPROTEC em parceria com o SEBRAE, o Brasil tem 369 incubadoras em operação, que abrigam 2.310 empresas incubadas e 2.815 empresas graduadas, gerando 53.280 postos de trabalho. O faturamento das empresas apoiadas por incubadoras ultrapassa os R\$ 15 bilhões (ANPROTEC, 2016).

As incubadoras de empresas são organizações voltadas para apoiar os empreendedores a superar o alto índice de mortalidade das empresas brasileiras (SEBRAE, 2013), o baixo índice de empreendedorismo da população brasileira por falhas nas políticas governamentais, a dificuldade de apoio financeiro, e de falta de

capacitação (IBQP, 2012).

Para Al-Mubarak e Busler (2011), o principal objetivo de uma incubadora de empresas é amadurecer as ideias de empresas nascentes por um sólido programa de incubação, para ajudar no suporte tecnológico de seu empreendimento, visando seu desempenho e crescimento. As principais funções que as incubadoras disponibilizam para empreendimentos incubados são as parcerias com outras empresas, fortalecimento de redes de relacionamentos, diversos tipos de consultorias, e construção de redes de inovação (RATINHO; HENRIQUES, 2010).

As redes de inovação podem ser compreendidas enquanto interconexões de processos de interação entre atores sociais heterogêneos produzindo inovações em qualquer nível de agregação (regional, nacional, global). Ou seja, trata-se de uma estrutura social, geralmente auto-organizada, criada em uma situação instável porque os atores envolvidos (empresas, universidades e agências governamentais) não podem definir o problema de inovação ou sua solução por si (Pyka, 2000). A rede é um modo de organizar as atividades sociais que oferece condições para a potência criativa de cooperação social, ela não pode se limitar a uma instituição e ser submetida ao seu controle hierárquico (Corsani, 2003). Considerando que essa palavra vem sendo utilizada por muitas vezes ao ponto de ter seu significado muitas vezes deturpado ou difundido de modo vago, neste trabalho o conceito de redes de inovação considera fundamentalmente as interações sociais por atores que estabelecem trocas de informação e conhecimento entre si, que possuem uma percepção de pertencimento a um determinado grupo e que são capazes, ainda que potencialmente, de empreender ações conjuntas visando fomentar a geração de inovação. Essa rede está definida nas conexões estabelecidas por atores que formam um grupo coeso que compartilham de um objetivo comum de promover inovação e inovar no poder público, tanto em relações dualistas (entre apenas dois pontos/atores) ou em relações multifocais (entre três ou mais atores).

O objetivo deste estudo é apresentar a estrutura de um Programa em Rede para Núcleos de Incubação de empreendimentos nos IF's. Para que este objetivo seja atingido, é necessário a institucionalização dos NI nos campi dos IF; viabilizar a capacitação das equipes de gestão; sistematizar os processos de gestão; impulsionar o compartilhamento de boas práticas entre os NI e facilitar o networking dos gestores, e entre os empreendedores incubados.

O estudo se justifica pois apresenta um modelo de gestão em rede para as incubadoras dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que é reconhecido como pioneiro na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, se adapta ao contexto dessas instituições multicampi integrando ações de ensino, pesquisa extensão para que por meio dos NI sejam gerenciados e promovidos os processos de desenvolvimento de inovação e apoio ao empreendedorismo.

2 | INOVAÇÃO: AGENTE ESTRATÉGICO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Os estudos sobre inovação tem nas contribuições de Schumpeter, uma tentativa de teorizar a relação entre inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico. Segundo Schumpeter (1984), a Teoria do Desenvolvimento Econômico buscou integrar inovações que foram impulsionadas pelo rápido crescimento da economia. Foi esse impulso que manteve o movimento da máquina capitalista que decorreu de novos métodos produtivos, novos mercados, novas formas de organização que a empresa capitalista criou. Ainda, segundo Shumpeter (1984), o capitalismo trabalhou em função do surgimento dos empreendedores criativos e inovadores que foram os responsáveis por todos os avanços tecnológicos.

Nesse sentido, a Lei 10.973/04, conhecida como Lei de Inovação do governo federal tem como finalidade regulamentar algumas atividades de inovação como parcerias entre universidade e empresas, a gestão da propriedade intelectual e transferência de tecnologia nas ICT e incentivos à inovação na empresa. A seguir a referida lei é apresentada, assim como seus principais pressupostos.

Regulamentada pelo Decreto nº 5.563 11 de outubro de 2005, a Lei da Inovação estabelece uma nova visão sobre as relações entre conhecimento e inovação e sobre o papel dos agentes e instrumentos inseridos nesse contexto, que são ICT, governo e empresas privadas. A Lei está relacionada diretamente às políticas educacionais, industriais e tecnológicas do país uma vez que foi desenvolvida em um contexto de integração de políticas públicas. A essência da lei é criar um ambiente dinâmico que incentive a inovação, e em que seus agentes estabeleçam relações de cooperação para a que o conhecimento produzido nas universidades e institutos se transforme em inovação (processos e/ou produtos) nas empresas e, desta forma, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento industrial do país (MCT, 2015).

Para Torkomian (2009), o início das preocupações das ICT com o tema inovação se deve ao amadurecimento institucional e o atendimento à Lei de Inovação. A exigência da lei para a criação desses núcleos provocou as instituições que nunca haviam trabalhado na gestão e estímulo à institucionalização de uma política de inovação.

A Lei da Inovação foi criada com o objetivo de estimular a cooperação entre universidades e empresas e gerar inovações tecnológicas para aumentar a capacidade competitiva do país. É nesse sentido que o NIT tem papel fundamental como mediador entre a ICT e o setor produtivo, assim como tem a responsabilidade de zelar pela proteção do conhecimento desenvolvido na instituição e consequente transferência de tecnologia às empresas para disponibilizar tal conhecimento à sociedade.

3 | INCUBADORAS E A FORMAÇÃO DE AMBIENTES INOVADORES

Um dos primeiros estudos registrados sobre incubadoras de empresas, segundo Bruneel *et al.* (2012), deu-se na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, em 1959.

Os programas de incubação surgiram no final dos anos 1970, e até a década de 1980, apenas um pequeno número de incubadoras tinha o processo de incubação nos seus negócios (AERNOUDT, 2004). Dados mais recentes, divulgados por Cooper, Hamel e Connaughton (2012), apontam que existam aproximadamente 5.000 incubadoras espalhadas pelo mundo. Dentre essas, cerca de 900 estão instaladas na Europa, e 1.400 estão nos Estados Unidos (BRUNEEL; et al., 2012).

Segundo a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC, 2015), no Brasil, as primeiras iniciativas datam de 1985, quando foi fundada a primeira incubadora de empresas em São Carlos. Mas foi em 1997 que o movimento ganhou importância, com a realização do Seminário Internacional de Parques Tecnológicos, no Rio de Janeiro (DORNELAS, 2002).

Para Al-Mubarak e Busler (2011), o principal objetivo de uma incubadora de empresas é amadurecer as ideias de empresas nascentes, por um sólido programa de incubação, para ajudar no suporte tecnológico de seu empreendimento, visando seu desempenho e crescimento.

Incubadoras são ambientes que desenvolvem empreendimentos inovadores, dando todo suporte necessário para que a empresa crie novas ideias e as transforme em negócios bem-sucedidos. As incubadoras de empresas possuem diversos objetivos e podem ser definidas de diversas maneiras. São ambientes que oferecem apoio a empreendedores inovadores, para que desenvolvam seus projetos e os transformem em empreendimentos de sucesso. Para que isso ocorra, a incubadora oferece suporte em infraestrutura, planos de capacitação e análise gerencial, orientando as empresas incubadas sobre aspectos administrativos, comerciais, financeiros e jurídicos, essenciais para o crescimento de qualquer empresa (ANPROTEC, 2015).

A experiência brasileira, apresentada pelo estudo de Engelman *et al.* (2015), confirma que incubadoras tecnológicas representam uma possibilidade de criar ambientes favoráveis ao surgimento de grandes projetos inovadores, são espaços que fornecem a empreendedores, espaços físicos e recursos organizacionais, acompanhamento e consultoria em negócios. Em uma incubadora, os empreendimentos também têm a oportunidade de compartilhar experiências e conhecimentos com outras empresas incubadas e formar relações de rede de inovação.

Dados da ANPROTEC (2015) mostram que 40% das incubadoras brasileiras são de base tecnológica, 18% são tradicionais, 18% são mistas, 2% são de base cultural, 7% são de base social, 7% são de setores agroindustriais e 8% são incubadoras com foco em serviços.

O tipo de inovação observado em uma incubadora é a principal característica que os empresários observam na hora de escolher a incubadora para incubar seu empreendimento (BARBERO et al., 2014).

4 | REDES: ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA A INOVAÇÃO

A revisão de literatura conduz a verificar que significativas alterações estão ocorrendo nos processos de produção, gestão de projetos, nas formas de obtenção e uso das informações e acesso ao conhecimento. Observamos ainda, mudanças na própria organização social.

Castells (2000) argumenta que estamos vivenciando o advento de um momento histórico que ele prefere chamar de “*Sociedade informacional*” ou ainda, “*capitalismo informacional*”, período o qual vivenciamos a “*Era da Informação*” (Castells, 1999), no qual o conteúdo digital tornou possível a criação de uma nova organização social em rede.

A “*Sociedade em Rede*” (Castells, 1999) encontra-se dessa forma em um contexto de capitalismo globalizado, e sua infraestrutura é baseada na rede de comunicação proporcionada pelo uso disseminado das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Vale lembrar, que a formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas que ganham força e papel fundamental em nossos dias atuais. Castells (2003) compreende que as redes têm se apresentado como ferramentas de organização social em virtude de sua flexibilidade e adaptabilidade, são características essenciais para se sobreviver e prosperar num ambiente social de rápidas mutações.

Nessa dinâmica contemporânea de aceleradas mudanças na organização social, Dertouzos (1997, p.26) enfatiza sobre a importância deste processo na história:

Em um ritmo pausado, porém incessante, em pouco tempo a “tecnologia informática” transformaria o mundo tão profundamente que o movimento ocuparia lugar na história comparável, em escala e impacto, ao ocupado pelas duas revoluções industriais.

Conforme enfatizam Hardt e Negri (2005), organizar a produção ocorre mais nas relações difusas das redes, do que na linearidade fordista da linha de montagem. A sociedade contemporânea se apresenta estruturada no paradigma da produção em rede:

“Hoje em contra partida vemos redes por todas as partes – organizações militares, movimentos sociais, formações empresariais, modelos de migração, sistemas de comunicação, estruturas fisiológicas, relações linguísticas, transmissores neurológicos, e até mesmo relações pessoais. [...] A rede tornou-se uma forma comum que tende a definir nossas maneiras de entender o mundo e agir nele. E, sobretudo, da nossa perspectiva, as redes são as formas de organização das relações cooperativas, e comunicativas. [...] “A tendência dessa forma comum para se manifestar e exercer sua hegemonia é o que define o período” (Hardt e Negri, 2005, p.191).

Nesse sentido, o sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira, na busca por compreender os fenômenos de organização social em redes, sistema produtivo, desenvolvimento e distribuição de bens informacionais, convergência, e desorganização dos modelos de negócios antigos, escreveu o artigo: “Convergência Digital, diversidade cultural e esfera

pública”. Da Silveira (2008 p.31) expressa que “a revolução informacional, culminou num cenário de convergência que está reorganizando a produção, o desenvolvimento e distribuição de bens informacionais, desorganizando velhos modelos de controle”.

Ao se constituírem um mecanismo para a gestão, geração e difusão da inovação por meio da colaboração e interação entre atores que buscam inovar, as redes de inovação emergem como um eficiente e eficaz modelo adaptável de organização para a produção de informação e conhecimento. Neste sentido torna-se relevante destacar que essas redes podem apresentar três pontos chaves:

- a) Constituem um mecanismo de gestão que favorece a aprendizagem (*learning by interaction*) e cooperação entre os atores sociais, fato que favorece o surgimento de inovações.
- b) Permite o trabalho complementar, fundamental na busca por novas soluções tecnológicas caracterizadas pela complexidade e diversidade de áreas de conhecimento envolvidas.
- c) Proporciona interações entre os atores, abre a possibilidade de atividades mais sinérgicas, troca de experiências, compartilhamento de diferentes competências e desafios. Em uma economia baseada no conhecimento (*knowledge-based economy*), a inovação tecnológica passa a incorporar uma parcela muito mais significativa de conhecimento científico. Ao considerar o caráter multifacetado das tecnologias modernas, as soluções tecnológicas e o seu desenvolvimento tornam-se um processo interativo que envolve diferentes idéias, relações e atores (Küppers et Pyka, 2002).

As interações sociais envolvendo uma maior diversidade de atores compõem a base essencial a partir do qual são construídas as Redes de Inovação. A diversidade de atores e as relações de troca entre eles são o que dão origem às redes, uma vez que os componentes essenciais da estrutura de uma rede são a existência de nós (atores) e fluxos (relações de troca - informação).

5 | METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso na Agência de Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Nesse aspecto, segundo Yin (2005), o estudo de caso é caracterizado como estratégia de pesquisa e representa uma maneira de se investigar empiricamente, seguindo um conjunto de procedimentos pré especificados, quando se pretende conhecer o “como?” e o “por quê?”. É utilizado quando o pesquisador detém pouco controle dos acontecimentos reais e quando o campo de investigação se concentra naturalmente dentro de um contexto real.

Ao investigar quais processos estão sendo utilizados pelos Núcleo de Inovação Tecnológica do Ifes, esta pesquisa apresenta-se como qualitativa descritiva. Devido à

escassez de literatura relacionada a estudos sobre redes de incubadoras de empresas no Brasil e conseqüentemente no Espírito Santo, o estudo também assume a natureza exploratória.

O processo de comparação entre dados de diferentes fontes (triangulação), segundo Gil (2009), torna o trabalho mais realista e as informações mais precisas e fiéis. A triangulação dos dados permite que o pesquisador realize uma melhor análise e tratamento dos dados, e, conseqüentemente, obtenha um estudo válido, com as mais variadas descobertas (GIL, 2009). Além da pesquisa bibliográfica, foi realizado uma pesquisa documental e observação participante na rede de incubação de empreendimentos da incubadora do Ifes.

Segundo Oliveira (2007) e Gil (2002), a pesquisa documental tem o intuito de buscar informações em documentos que não foram tratados de forma analítica, tais como relatórios das instituições em estudo, reportagens de revistas e jornais, cartas, filmes, gravações ou quaisquer outros materiais de divulgação. O pesquisador que deseja realizar uma pesquisa documental deve construir um material satisfatório, além de esgotar todas as informações interessantes e recolhê-las (CELLARD, 2008).

A **análise documental** ocorreu nos NI do Ifes e se baseou nas seguintes fontes: boletins informativos, editais de pré incubação e incubação de empresas, editais de fomento e projetos para captação de recursos, convênios diversos, atas de reuniões, relatório de eventos, relatórios de gestão dos NI, relatórios semanais de atividades, apresentações sobre as ações dos núcleos e das empresas incubadas, além de notícias envolvendo a rede em questão. Esses arquivos contribuíram na construção e estruturação do modelo de gestão baseado no Programa em Rede de Incubação de Empreendimentos. Os documentos foram obtidos por meio dos gestores de cada NI e com o gestor da Agência de Inovação.

O método de **coleta de dados** na observação participante consiste em que o pesquisador participe de atividades cotidianas relacionadas a uma área da vida social, a fim de estudar um aspecto de vida por meio da observação de eventos em seus contextos sociais. Ou seja, consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo social observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação específica (GIVEN, 2008). Ainda o autor, o propósito da observação participante é obter uma compreensão profunda de um tema ou situação particular através dos significados atribuídos ao fenômeno pelos indivíduos que o vivem e experimentam, sendo especialmente adequada para o estudo de fenômenos sociais sobre o qual pouco se conhece e onde o comportamento de interesse não está prontamente disponível.

As **observações** dos fatos e fenômenos sociais mais relevantes foram registradas, em trabalho cooperativo, por um sociólogo, e por um engenheiro de produção, ambos profissionais integrantes da Agifes. O período de registro ocorreu durante um ano e seis meses (2016-2017), quando iniciou-se a institucionalização dos NI e a formação

de uma Rede de Incubação. A sistematização do registro consistiu em acompanhar e documentar as principais ações que fizeram parte do processo de estruturação e desenvolvimento de um NI, a saber:

- Palestras de sensibilização;
- Visitas Técnicas aos NI;
- Evento de prospecção de novos empreendimentos (Desafios de Inovação);
- Construção dos editais de pré incubação e incubação;
- Bancas de seleção dos empreendimentos;
- Cursos de pré incubação;
- Capacitação dos empreendedores incubados;
- Gestão e acompanhamento contínuo das empresas incubadas;
- Processo de graduação de empresas incubadas;
- Redes de relacionamento entre os NI.
- Capacitação das equipes técnicas e gestão dos NIs

Todas essas ações inserida na etapa de coletas de dados serviram para a construção e estruturação de um modelo em Rede de Incubação de Empreendimentos, a partir da experiência da incubadora do Instituto Federal do Espírito Santo, que constitui um modelo adaptável com possibilidades de ser replicado e fomentar o desenvolvimento de incubadoras em toda a Rede Federal formada pelos Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia capilarizados pelo país.

6 | REDE DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS

A Incubadora do Instituto federal do Espírito Santo (Ifes) é reconhecida enquanto um ambiente educacional propício para o desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) empreendedoras e atividades inovativas que contemplam alunos, servidores (docentes e técnicos) e comunidade externa, e encontra-se institucionalizada pela resolução do Conselho Superior n.º 70/2011, de 08 de dezembro de 2011, que define regras e procedimentos para a institucionalização de Núcleos Incubadores de Empreendimentos de base tecnológica, social e cultural.

A organização da Incubadora do Ifes, estruturada através de Núcleos Incubadores (N.I) localizados nos campi, proporcionaram condições para a institucionalização do Programa Institucional em Rede de Incubação de Empreendimentos, desenvolvido e gerenciado pela Agência de Inovação do Ifes (Agifes), com o objetivo de articular e oferecer suporte aos trabalhos da rede constituída pelas atividades desenvolvidas pelos NI do Ifes, e com potencial de abrangência em todos os campi.

Dessa maneira todas as atividades, processos, e projetos institucionais desenvolvidos pelos NI do Ifes estão diretamente relacionados com a função estratégica. integradora e articuladora do Programa Institucional em Rede de Incubação de Empreendimentos. O mapa esquemático abaixo apresenta visualmente as principais programas, projetos e procedimentos.

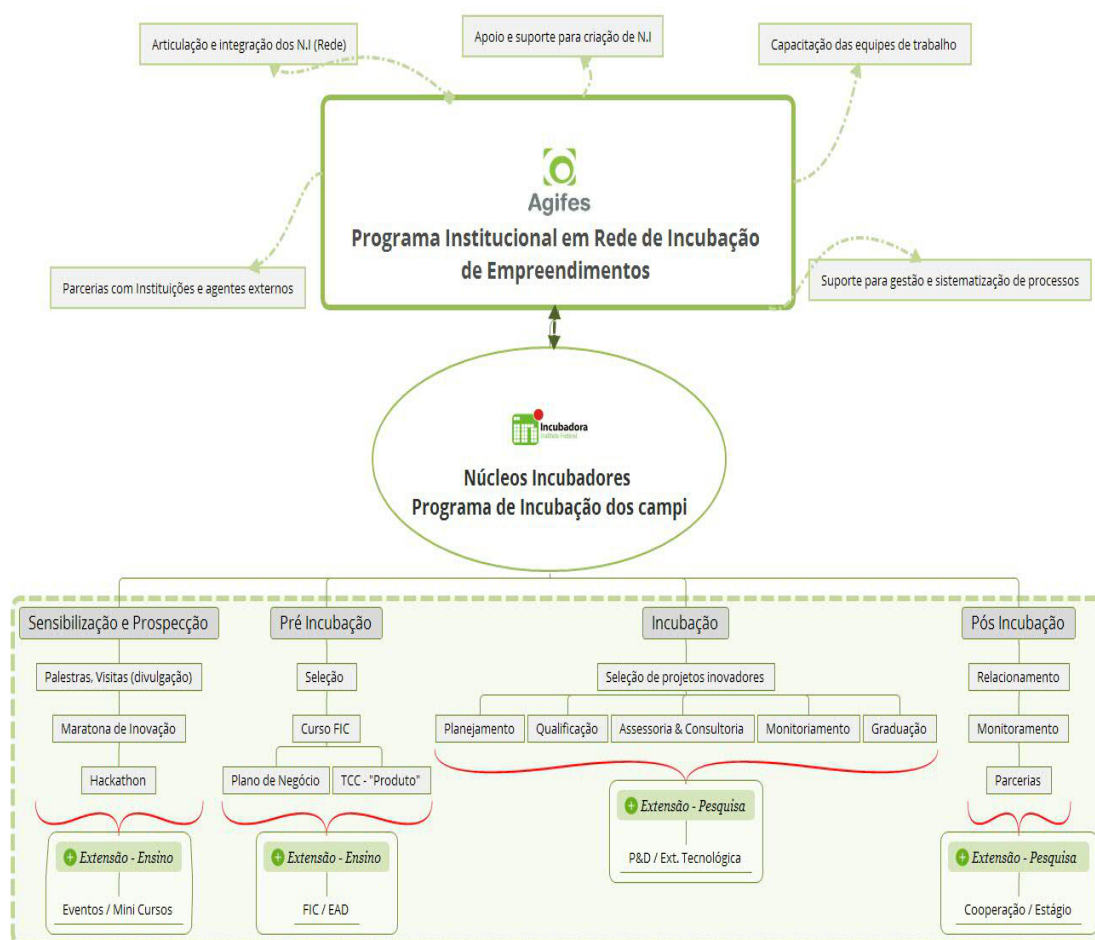


Figura 1: Relação do Programa Institucional em Rede de Incubação de Empreendimentos com os Núcleos Incubadores e seus processos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A Rede de Incubação de Empreendimentos encontra-se institucionalizada no Ifes como um Programa Extensionista que oferece um conjunto de apoio em gestão aos NI, e realiza: Suporte para a criação de novos NI; Capacitação das equipes de trabalho integrantes da rede; Parcerias e acordos com instituições e agentes externos; Sistematização de processos. Essas atividades são realizadas pela gestão sistêmica da Rede de Incubação de Empreendimentos, inserida na Agifes, que por sua vez promove interação e troca de informações constantes com as equipes localizadas nos campi.

Considera-se que um dos principais avanços da articulação dos NI em rede, diz respeito a sistematização de etapas fundamentais para a gestão de procedimentos da incubadora. Nesse sentido, o programa supramencionado apresenta as seguintes

etapas a serem desenvolvidas e compartilhadas em rede:

1. Sensibilização e Prospecção: Consiste no desenvolvimento de atividades com o objetivo de apresentar ao público (interno e externo) o NI, e a Rede de Incubação a qual faz parte em todo o Estado do Espírito Santo, além de apresentar as principais oportunidades de apoio e fomento a projetos inovadores. Nessa etapa, podem ser realizados eventos que integram apresentações de empreendedores, desafios de inovação, “hackathon”, etc. Nestes eventos a participação é aberta para qualquer pessoa física que tem uma ideia ou projeto de inovação, pois ao participar dos eventos haverá um desafio para que através de oficinas de curta duração (ensino) organizem melhor a ideia ou projeto inovador, conheça as principais ferramentas de modelo de negócios, técnicas de *pitch*, e realize com qualidade uma apresentação oficial ao final do evento. Na sistematização do Programa em Rede, os empreendedores que participam desta etapa são classificados por uma banca avaliadora de projetos inovadores, e ao final são premiados podendo vir a receber pontuações que são computados pelos editais públicos relacionados às demais etapas deste programa (pré incubação e incubação). Assim, a finalidade dessas ações são fomentar a inserção e participação de novos empreendedores nos N.I, torná-los mais conhecidos pelo público alvo, e oferecer melhores oportunidades para o aprimoramento das ideias e projetos apresentados pelos empreendedores nos eventos. Os eventos de sensibilização e prospecção são organizados e realizados pela Incubadora do Ifes em parceria, por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACT), como o SEBRAE, Aceleradora (StartYouUp) e Prefeituras.

2. Pré Incubação: Diz respeito ao momento de capacitação de empreendedores com vista a construção de um modelo de negócio, amadurecimento do projeto inovador, e desenvolvimento de um trabalho de conclusão do curso que pode ser um protótipo, ou ainda um *Minimum Viable Product* (MVP). Esta etapa compreende institucionalmente a oferta de um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) organizado por servidores (docentes e técnicos), no qual o público-alvo são os empreendedores que necessitam se capacitar para os desafios e incertezas relacionados ao projeto de inovação, e ainda aprender a utilizar as principais ferramentas de gestão da inovação, captação de recursos, infraestrutura, rede de contatos, rede de laboratórios do Ifes, mentoria de pesquisadores, e orientação jurídica inicial. Nessa etapa, o empreendedor é selecionado através de edital específico e necessita se matricular no curso FIC oferecido pelo NI, ou seja, o empreendedor passa a ser reconhecidamente um aluno da Instituição, e estará sob o conjunto de regimentos internos educacionais e códigos discentes do Ifes, com todos os seus direitos e deveres de discente da instituição (relação estabelecida). Nesse processo ganha o empreendedor que se torna aluno do Ifes por meio de uma capacitação (ensino) voltada ao desenvolvimento de competências empreendedoras, e também a instituição que formaliza o procedimento, permite o devido registro do atendimento de um direito fundamental à educação, sendo que os professores podem registrar em seus respectivos planos de trabalho (PIT) a carga horária lecionada, bem com os técnicos administrativos serem reconhecidos com certificação pelo trabalho

realizado. Na etapa de pré incubação, é válido dizer que há 02 (duas) modalidades: **Pré Incubação - Competências Empreendedoras**, que compreende a oferta de um curso FIC para os empreendedores, organizado em atividades presenciais e à distância (via plataforma Moodle-EAD); **Pré Incubação - Residência**, onde o empreendedor selecionado realizará o curso FIC e ainda terá como adicional o direito de frequentar o ambiente de inovação do NI com acesso a uma sala de “*co-working*” para que possa desenvolver o protótipo ou MVP, estabelecer novos contatos, acessar oportunidades, e vivenciar aspectos do processo de incubação. Vale destacar que o objetivo da pré incubação é fundamentalmente capacitar os empreendedores para se conhecerem melhor, organizar e gerir equipes, compreender as potencialidades e fraquezas da inovação em construção, além de fomentar a inserção de projetos de inovação com qualidade na incubadora.

3. Incubação: Trata-se do processo mais amplo e dinâmico na sistematização deste programa, pois compreende uma gama de procedimentos realizadas pelos NI que contempla desde a seleção do empreendimento a ser incubado, por meio de processo seletivo (edital público) e avaliação de banca, até o acompanhamento de indicadores referente ao desenvolvimento do empreendedor e sua equipe de trabalho, gerenciamento de contratos, tecnologia, captação de recursos, acesso ao mercado e gestão da inovação. A etapa de Incubação é regulamentada por meio de instrumento jurídico específico (contrato) entre o empreendimento (regularizado como Pessoa Jurídica) e o Ifes (contrato assinado pelo Reitor com parecer da Procuradoria Federal). Integra a oferta de diversos tipos de capacitações, consultorias e assessorias aos empreendedores, planejamento, participação em eventos, orientação de professores e técnicos do Ifes, utilização de infraestrutura de laboratórios, articulação com outros empreendedores e pesquisadores do Ifes que são membro da rede de incubação. Nessa etapa, torna-se claro o desenvolvimento de atividades institucionais que promovem o desenvolvimento de inovação considerando a relação indissociável de ações no campo do **Ensino (capacitações) - Pesquisa (P&D) - Extensão (Sociedade/Mercado)**, o objetivo é através desse conjunto de procedimentos interligados gerar inovações para a sociedade com desenvolvimento humano e socioeconômico (regional). Constata-se ainda as atividades de participação em eventos, fóruns empresariais e acesso a investidores e demais parceiros articulados pela Rede de Incubação do Ifes.

4. Pós Incubação: Contemplam ações para a manutenção do relacionamento entre o NI e a empresa graduada, sendo realizadas: Parcerias; Acordos de Cooperação Técnica; Convênios e convites para palestrar em eventos (por exemplo: “sensibilização e prospecção”). Essa etapa busca criar condições para que exista uma relação de reciprocidade e apoio mútuo entre os partícipes do processo de incubação (etapa anterior), além disso proporciona a empresa graduada oportunidades de inserção na sociedade/mercado através de ações/programas de extensão e pesquisa, e ao Ifes promove a ampliação do atendimento e reconhecimento no incentivo à inovação. Nesta etapa, a Incubadora do Ifes busca manter relacionamento com a empresa, pois

ambos podem proporcionar novas oportunidades e agregar valor um ao outro.

A Rede de Incubação de Empreendimentos encontra-se alinhada com a missão, visão e valores expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifes, e as ações do Planejamento Estratégico da instituição, conforme descrito acima apresenta o papel de oferecer uma gama de apoio para que os NI se constituam de fato em “*habitat* de inovação”, considerando neste *lócus* específico as dinâmicas das relações sociais de **ensino, pesquisa e extensão**, com reconhecido potencial educacional. Consideram-se fundamentais ações sistematizadas que buscam traduzir projetos e processos no escopo dessa rede, ferramenta educacional para o desenvolvimento de competências empreendedoras e criatividade que atende alunos, servidores e comunidade.

Insta destacar que a Rede de Incubação de Empreendimentos, aprovado como um Programa Institucional, torna-se modelo de sistematização para a gestão de incubadoras, principalmente aquelas inseridas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) do Ministério da Educação (MEC), pois demonstra uma adaptação viável para a gestão de incubadoras acadêmica, que atende à missão institucional, e sincroniza com os princípios e diretrizes estabelecidos pela metodologia do Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos (Cerne).

Segundo a ANPROTEC (2011) o objetivo do modelo Cerne é gerar uma interface de soluções, para que a incubadora crie, de forma sistemática, empreendimentos inovadores e bem-sucedidos. Na mesma visão, a Rede de Incubação de Empreendimentos também trata de um modelo de gestão sistematizado no qual cada etapa é organizada e registrada enquanto um projeto específico que fomenta uma nova etapa sequencial e cíclica que, por sua vez, integra um programa de extensão institucionalizado, onde concebe os processos de ensino-aprendizado como fundamentais para o desenvolvimento humano do empreendedor (aluno, servidor, comunidade) e de seu projeto inovador (empreendimento), bem como a pesquisa aplicada enquanto meio estratégico para o desenvolvimento de inovação, sendo que o papel da extensão, em relação dialógica com atores sociais, instituições acadêmicas, aceleradoras, agentes de inovação e setores da indústria, busca cumprir com a etapa de promover o novo produto/serviço que foi desenvolvido na incubadora, para acessar o mercado e apresentar soluções para a sociedade. Visa assim, cumprir com a etapa a qual uma novidade somente se torna inovação de fato quando é acessada e difundida por pessoas no mercado, com soluções para setores da sociedade.

Articular ações integradas e a sistematização de processos dos NI torna-se condição *sine qua non* para que a Incubadora do Ifes promova um conjunto de ações de apoio necessário ao desenvolvimento de inovação, se constituindo em agente estratégico para o desenvolvimento social e econômico em todas as regiões do Estado do Espírito Santo, por meio de um Programa em Rede.

7 | CONSIDERAÇÕES

O percurso deste estudo permite apresentar a estrutura de um modelo de gestão em rede para as incubadoras, principalmente aquelas que estão inseridas na realidade organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Constata-se ser este um modelo pioneiro na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e se adapta ao contexto dessas instituições multicampi integrando ações de ensino, pesquisa extensão. Para isso foram institucionalizados oito NI. A partir de então, buscou-se desenvolver melhores condições e fluxo processual para as atividades administrativas de constituição e reconhecimento dos NI; realização de capacitação contínua das equipes de gestão; sistematização dos processos de gestão e padronização das ações possíveis, compartilhamento de boas práticas entre os NI, e a ampliação do networking entre os gestores e entre os empreendedores incubados.

A Agência de Inovação do Ifes (NIT) integra esforços articulados diretamente com uma incubadora pública vinculada a instituição de ensino. A organização da Incubadora do Ifes, estruturada através de NI localizados nos campi, proporciona oportunidades para a estruturação desta Rede de Incubação de Empreendimentos, desenvolvido e gerenciado pela Agência de Inovação do Ifes, para realizar a articulação necessária e oferecer suporte aos procedimentos desta rede. Destaca-se ainda que a inserção dos campi do Ifes por todas as regiões e Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL) do estado do Espírito Santo, torna essa Rede de Incubação de Empreendimentos mais sólida, capilarizada e relevante para o desenvolvimento regional e educacional.

O trabalho constatou que o resultado dessa articulação e estruturação em Rede, foi a captação de recursos financeiros via edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) com apoio à incubadora, onde cerca de 60% dos recursos destinou-se a realização e manutenção deste programa. Além disso, foram capacitados mais de cinquenta empreendedores através dos cursos de Pré Incubação, sendo que em um deles destacou-se o fortalecimento e organização de uma Associação de Produtores Rurais detentores do reconhecimento de Indicação Geográfica (IG).

A estruturação deste Programa em Rede evidencia que no trabalho sistêmico e articulado pela Incubadora do Ifes, ocorre de fato nos campi a promoção da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, por meio das capacitações e cursos ofertados na instituição acadêmica enquanto “Formação Inicial e Continuada” (FIC/Ensino), utilização de laboratórios e mentoria/orientação dos pesquisadores no processo de desenvolvimento de inovação (P&D/Pesquisa), bem como a realização de parcerias e Acordos de Cooperação Técnica (Extensão). Observou-se maior difusão do empreendedorismo e inovação por meio do trabalho integrado das equipes de gestão e sua capilaridade por todo o Estado do Espírito Santo, em sintonia direta com os Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL) além da vocação e competência de cada NI.

A Rede de Incubação de Empreendimentos encontra-se alinhada com valores expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes, portanto o estudo constatou que por parte da instituição há necessidade de criar incentivos a professores, pesquisadores e técnicos para articular na prática um trabalho em rede de cooperação entre os servidores e os empreendedores. Nesse aspecto, verificou-se que para efetivar o modelo aqui proposto a instituição necessita estar empenhada e promover caminhos para gerar inovação, pois estruturar e gerenciar tal rede requer criar condições de infraestrutura, sistemas de gestão, e valorização do capital humano. O estudo verifica a importância de reconhecer a incubadora enquanto “*habitat de inovação*”, espaço educacional dinâmico para o fomento de projetos inovadores. Assim, consideram-se fundamentais ações sistematizadas que buscam traduzir projetos para o desenvolvimento de competências e desenvolvimento humano para comunidade interna e externa ao Ifes.

Vale destacar por fim, que este estudo de caso indica um modelo de Rede de Incubação de Empreendimentos, enquanto instrumento de gestão adaptável que contribuí diretamente para a sistematização e desenvolvimento de incubadoras inseridas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT). Espera-se que o estudo contribua para a implantação e gerenciamento de outras Redes de Incubação de Empreendimentos pelo país, com possibilidades das Redes de Inovação se conectarem e promoverem melhores condições de avanços para o desenvolvimento de inovação enquanto agente estratégico para o desenvolvimento educacional e econômico do país.

REFERÊNCIAS

AERNOUDT, R. Incubators: tool for entrepreneurship? **Small Business Economics**, v. 23, n. 2, p. 127–135, 2004.

ANPROTEC. **Associação Nacional de Entidades Promotoras de Investimentos de Tecnologias Avançadas**. Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

BARBERO, J. L.; CASILLAS, J. C.; WRIGHT, M.; GARCIA, A. R. Do different types of incubators produce different types of innovations? **Journal of Technology Transfer**, v. 39, n. 2, p. 151-168, 2014.

BRUNEEL, J.; RATINHO, T.; CLARYSSE, B.; GROEN, A. The evolution of business incubator: comparing demand and supply of business incubation services across different incubator generations. **Technovation**, v. 32, n. 2, p. 110-121, 2012.

CARMO, J. P.; PELISSARI, A. S. Estratégia de posicionamento de produtos em empresas inovadoras de base tecnológica: o caso da intecho. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO SOCIEDADE E INOVAÇÃO, 2015, Rio de Janeiro. **Anais...**, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: **Paz e Terra**, 1999.

CASTRO, B. S.; SOUZA, G. C. O papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nas universidades brasileiras. **Liinc em Revista**. v. 8, n. 1, p. 125-140, 2012.

COOPER, C. E.; HAMEL, S. A.; CONNAUGHTON, S. L. Motivations and obstacles to networking in a university business incubator. **Journal of Technology Transfer**, v. 37, n.4, p. 433-453, 2012.

CORSANI, Antonella. "Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo" in Galvão, Alexander P. et al. **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes inovação** Rio de Janeiro, DP&A Editora. 2003

DERTOUZOS, Michael. **O que será** – Como o novo mundo da informação transformará nossas vidas. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ENGELMAN, R.; CARNEIRO ZEN, A.; FRACASSO, E. M. The impact of the incubator on the internationalization of firms. **Journal of Technology Management & Innovation**, v. 10, n. 1, p. 29-39, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

HEWITT-DUNDAS, N. The role of proximity in university-business cooperation for innovation. **The Journal of Technology Transfer**, p. 1-23, 2011.

MIRANDA, E. C.; FIGUEIREDO, P. N. Dinâmica da acumulação de capacidades inovadoras: evidências de empresas de software no Rio de Janeiro e em São Paulo. **Revista de Administração de Empresas – FGV**. v. 50, n. 1, p. 75-93, 2010.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PYKA, A. Informal networking and industrial life cycles in **Technovation**, Vol. 20, 2000.

KUPPERS, G.; PYKA, A. The Self-organization of Innovation Networks: introductory remarks in Innovation Networks: Theory and Practice. **Cheltenham, Edward Elgar Publishing**. 2002.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, socialism and democracy**. 1ª ed. Harper USA, 1984.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MOTIVAÇÃO HUMANA NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA COMERCIAL

Manoel Carlos de Oliveira Júnior

Universidade Federal do Amazonas –
Departamento de Administração
Manaus-Amazonas

Sandro Breval Santiago

Universidade Federal do Amazonas –
Departamento de Administração
Manaus-Amazonas

Lumara dos Anjos da Silva

Universidade Federal do Amazonas –
Departamento de Administração
Manaus-Amazonas

RESUMO: Entender a realidade dos colaboradores de uma organização faz-se necessário, principalmente se o objetivo da organização é ser bem-sucedida, tendo em vista que conhecendo seus colaboradores e suas necessidades, a organização tem condições de oferecer os estímulos certos para mantê-los motivados. Partindo deste pressuposto o presente artigo teve por objetivo descrever por meio de pesquisa bibliográfica e de um estudo de caso a importância da motivação humana para as organizações. Para tanto buscou-se identificar e entender quais os fatores preponderantes na motivação dos colaboradores da empresa denominada com nome fictício de “Empresa X”, fazendo uso da aplicação de questionários para obtenção

de dados que, após coletados e analisados, permitiram identificar que o quadro funcional desta empresa apresenta um perfil motivacional movido preponderantemente por interesses individuais, onde não se identifica espírito de equipe e que o fator motivacional mais relevante é a remuneração obtida. Concluiu-se desta forma que os colaboradores dessa organização não se sentem valorizados, são motivados pela remuneração, o trabalho em equipe existe, no entanto, em casos isolados, e teoricamente continuam na organização para suprir necessidades básicas. Finalmente, mediante o exposto, buscou-se apresentar à organização propostas de melhorias para que consiga mudar a realidade organizacional e obter um quadro de colaboradores mais motivados.

PALAVRAS-CHAVE: Motivação, Clima organizacional, satisfação.

ABSTRACT: Understanding the reality of an organization’s employees is necessary, especially if the organization’s goal is to be successful, since knowing its employees and their needs, the organization is able to offer the right incentives to keep them motivated . Based on this assumption the present article had the objective of describing, through bibliographic research and a case study, the importance of human motivation for organizations. In order to

do so, we sought to identify and understand the predominant factors in the motivation of the employees of the company denominated with the fictitious name of “Company X”, making use of questionnaires to obtain data that, after being collected and analyzed, allowed to identify that the functional relationship of this company presents a motivational profile driven predominantly by individual interests, where no team spirit is identified and the most relevant motivational factor is the remuneration obtained. It was concluded in this way that the employees of this organization do not feel valued, are motivated by the remuneration, teamwork exists, however, in isolated cases, and theoretically continue in the organization to meet basic needs. Finally, through the above, we tried to present to the organization proposals for improvements so that it can change the organizational reality and obtain a more motivated staff.

KEYWORDS: Motivation, Organizational climate, satisfaction.

1 | INTRODUÇÃO

A motivação é algo individual, ou seja, o que estimula alguém a conquistar algo pode não ser o mesmo que irá incentivar outro indivíduo, pois cada ser humano é diferente do outro. Isso acontece porque cada pessoa busca motivações nas mais diversas áreas de sua vida para conquistar objetivos e metas que possam trazer a felicidade e satisfação pessoal.

Bergamini (1994) comenta que a motivação nasce das necessidades humanas e não das coisas que satisfazem essas necessidades. Entende, portanto, que ninguém pode jamais motivar ninguém, pois não se incutem necessidades em quem quer que seja. A motivação deve partir da própria pessoa. Então, para que haja melhor desenvolvimento nas organizações, é preciso que os gestores se preocupem com as condições de trabalho que oferecem aos seus funcionários, visando proporcionar fatores que contribuam positivamente nas condições e qualidade de vida dos trabalhadores (BORTOLOZO; SANTANA, 2011).

Faz-se necessário que as organizações passem a preocupar-se não apenas com o ambiente físico, mas também com os aspectos psicológicos e físicos de seus funcionários, que passem a ver além do trabalho que é desenvolvido e sim quem os desenvolve. Alcançar a qualidade de vida é a verdadeira vontade do ser humano, que busca tudo que possa proporcionar maior bem-estar e o equilíbrio físico, psíquico e social, ou uma regra para se obter uma vida mais satisfatória (SUMARIVA; OURIQUES, 2010).

Considerando as observações anteriores, o presente estudo teve por objetivo identificar os fatores que influenciam a motivação dos colaboradores de uma empresa e qual sua importância para a organização, bem como identificar o clima organizacional existente.

Ao se analisar as organizações, forçosamente se fala em pessoas, as quais as representam, que as vivenciam e que lhes dão personalidades próprias, o que nos

leva a afirmar que são as pessoas que formam as organizações. A maneira pela qual as pessoas se comportam, decidem, agem, trabalham, executam, melhoram suas atividades, cuidam dos clientes e tocam os negócios das empresas varia em enormes dimensões. E essa variação depende, em grande parte, das políticas e diretrizes das organizações a respeito de como lidar com as pessoas em suas atividades. (CHIAVENATO, 2010). Entende-se que a motivação funciona em termos de forças ativas e impulsionadoras, traduzidas por palavras como desejo e receio. A pessoa deseja poder e deseja status, receia o ostracismo social e as ameaças à sua autoestima.

Bergamini (1994) afirma que a motivação cobre uma grande variedade de aspectos comportamentais. A diversidade de interesses percebida entre indivíduos permite aceitar, de forma razoavelmente clara, que as pessoas não fazem as mesmas coisas pelas mesmas razões. É dentro dessa diversidade que se encontra a mais importante fonte de informações a respeito desse fenômeno que mostra até aspectos paradoxais. Quando se fala de motivação humana, parece desapropriado que uma simples regra geral seja o recurso suficiente do qual se possa lançar mão para se conseguir uma abrangente e mais precisa explicação sobre as verdadeiras razões que levam as pessoas a agirem.

2 | A TEORIA DA HIERARQUIA DAS NECESSIDADES DE MASLOW

Maslow (apud Chiavenato, 2010), criou um conceito de hierarquia das necessidades que influencia o comportamento humano. Idealizou essa hierarquia porque o homem é uma criatura que amplia as suas necessidades no decorrer da vida. À medida que o homem satisfaz suas necessidades básicas, outras mais elevadas surgem tomando domínio do comportamento.

As hierarquias das necessidades de Maslow são divididas conforme a figura 1 a seguir.



Figura 1. Pirâmide das Necessidades de Maslow

Fonte: CHIAVENATO, 2010.

Maslow buscava entender o homem em várias dimensões, embasando sua teoria na afirmativa de que ao conseguir conquistar um nível de sua pirâmide o ser humano sentia-se motivado a continuar, até alcançar o próximo.

3 | TEORIA DOS DOIS FATORES

Para Herzberg, (apud Chiavenato, 2010), a motivação para trabalhar depende de dois fatores. Fatores higiênicos: referem-se às condições que rodeiam a pessoa enquanto trabalha, englobando as condições físicas e ambientais de trabalho, o salário, os benefícios sociais, as políticas das empresas, o tipo de supervisão recebido, o clima de relações entre a direção e os empregados, os regulamentos internos e as oportunidades existentes. No entanto, Herzberg considera os fatores higiênicos muito limitados em sua capacidade de influenciar o comportamento dos empregados. Fatores motivacionais: referem-se ao conteúdo do cargo, as tarefas e aos deveres relacionados com o cargo em si. Produzem efeito duradouro de satisfação e de aumento de produtividade em níveis de excelência, isto é, acima dos níveis normais. Herzberg fala que o termo motivação envolve sentimentos de realização, de crescimento e de reconhecimento profissional manifestado por meio do exercício das tarefas e atividades que oferecem desafio e significado para o trabalho.

Em outra abordagem, a Teoria X e Y desenvolvida por Douglas McGregor, verifica-se que os objetivos/metast dos colaboradores e os da empresa vivem em constante conflito, onde os mesmos são anteriormente motivados por fatores extrínsecos e/ou pelo receio da punição. Em contrapartida em sua Teoria Y, salienta que os interesses

personais não são conflitantes com os interesses organizacionais, onde o colaborador é motivado tanto por fatores intrínsecos quanto extrínsecos.

Considerando estas teorias, muitos são os fatores que justificam a motivação. Na realidade, a motivação está contida dentro das próprias pessoas e pode ser amplamente influenciada por fontes externas ao indivíduo ou pelo seu próprio trabalho na empresa. A motivação intrínseca e a extrínseca devem se complementar por meio do trabalho gerencial. Ambas não podem ser deixadas ao acaso, simplesmente a mercê dos acontecimentos (CHIAVENATO, 2010).

Segundo Chiavenato (2010), Vroom salienta três fatores que motivam cada indivíduo a produzir, à saber:

- a) Os objetivos individuais, ou seja, a força do desejo de atingir objetivos.
- b) A relação que o indivíduo percebe entre a produtividade e o alcance dos seus objetivos individuais.
- c) A capacidade de o indivíduo influenciar seu próprio nível de produtividade, à medida que acredita poder influenciá-lo.

Em uma visão geral verifica-se que em todas as teorias tem-se um fator motivador, seja ele intrínseco ou extrínseco, que leva o indivíduo à ação, seja ela por meio de recompensa ou por temor à punição.

4 | CLIMA ORGANIZACIONAL

Litwin (apud LUZ, 2005) conceitua o clima organizacional como a qualidade ou propriedade do ambiente organizacional, que é percebida ou experimentada pelos membros da organização e influencia o seu comportamento.

Para Luz (2005), “clima organizacional é o reflexo do estado de ânimo ou do grau de satisfação dos funcionários de uma empresa, num dado momento”.

Chiavenato (2009), afirma que o termo clima organizacional se refere aos aspectos internos de uma organização, à atmosfera psicológica e às características da empresa, ele pode ser sentido psicologicamente e está relacionado especificamente às propriedades motivacionais do ambiente interno da organização.

Desta forma, pode-se dizer que o clima representa a qualidade do ambiente da empresa, sendo entendido pelos colaboradores da organização e influenciando diretamente o comportamento dos mesmos.

5 | METODOLOGIA

A metodologia adotada partiu da construção do referencial teórico e estudo de caso, onde por meio do referencial bibliográfico e investigação da influência dos

fatores motivacionais apontaram caminhos que possibilitaram descrever a importância da motivação humana no ambiente organizacional.

Gil (2002) define que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já existente. Propiciando assim o estudo “[...] de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS; MARCONI, 2001). Ela é desenvolvida com base nos materiais que já estão disponíveis, como livros e artigos científicos possibilitando ao autor um maior conhecimento e uma melhor abordagem sobre o tema a ser pesquisado.

Em outra vertente deste artigo, Yin (2005), define que o estudo de caso é uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. O presente trabalho tem natureza exploratória e descritiva, onde Yin (2005), conceitua que é exploratório pela aplicação de pesquisas junto a funcionários com objetivos de tentar responder perguntas “como” e “porquê”. Descritiva, pois tem por objetivo descrever de modo sistemático o fenômeno estudado, como no caso a motivação dos indivíduos.

A pesquisa foi realizada em uma microempresa denominada “Empresa X”. Criada em 1992, sua estrutura é de base familiar, sendo os acionistas majoritários o irmão mais velho juntamente com sua esposa e os acionistas adjacentes dois irmãos mais novos. Trabalha com comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de alimentos ou de insumos agropecuários. Seu quadro de funcionário é composto por 12 colaboradores, sendo 7 (sete) mulheres e 5 (cinco) homens, divididos em dois setores, sendo eles, administrativo e vendas, sendo o setor de venda subdivididos em dois outros setores, o de venda no varejo e o de vendas no atacado. Foi desenvolvido no período de 18/02/2017 à 20/05/2017, tendo como universo os colaboradores da empresa.

Referente à amostragem utilizada neste artigo, tornou-se possível que todos participassem do levantamento, desta forma a amostra foi composta pelo total de 12 pessoas, sendo 7 (mulheres) e 5 (homens), na faixa etária entre 22 a 46 anos de idade, com tempo de exercício em suas funções entre 3 meses a 10 anos.

A utilização de questionários em pesquisa de campo é definida por Gil (2002), “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

O questionário utilizado foi baseado e adaptado de um modelo proposto por Azzi e Bardagi (2009), o motivograma, que “permite identificar, no geral, perfis de média e alta motivação, demonstrando que a empresa consegue atingir bons resultados com uma estratégia administrativa que adota a filosofia da autonomia e estima como ferramentas”; sendo composto por 10 (dez) perguntas fechadas, cada uma com 4 (quatro) ou 5 (cinco) possíveis respostas, onde o respondente expressa sua opinião sobre a pergunta somente a partir do que lhe é apresentado.

6 | RESULTADOS

Após a aplicação dos questionários todos as respostas foram contabilizadas, sendo organizadas em planilhas excel. Em seguida estes valores foram transformados em porcentagem e inseridos em gráficos para melhor visualização dos resultados.

O gráfico 1, relacionado ao que estimulava o desempenho do colaborador obteve os seguintes resultados:

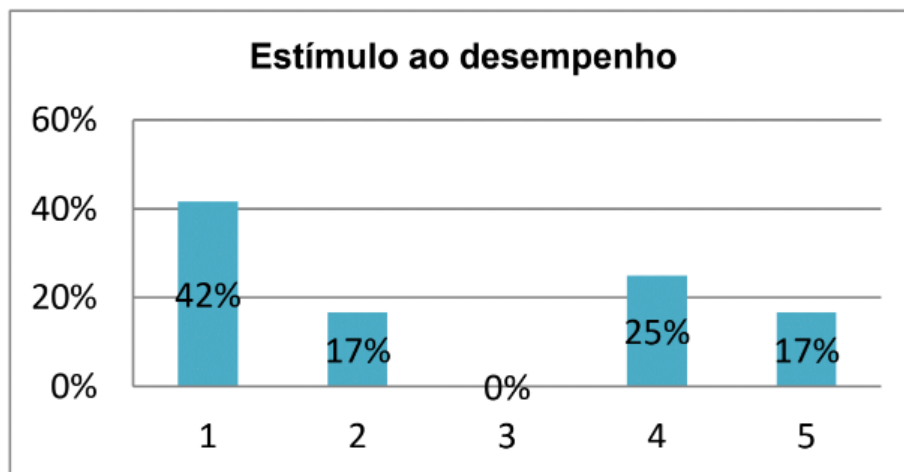


Gráfico 1 – Estímulos ao desempenho

Fonte: Elaborado pelos autores

Verifica-se que 42% dos respondentes se sentem mais estimulados com um salário compatível às suas necessidades e de sua família, enquanto 25% sentem-se estimulados ao solucionar problemas que seus colegas julgavam difíceis, 17% com o reconhecimento de seus méritos e os outros 17% com a segurança de ter seus salários depositados ao final do mês.

No gráfico 2 que indagava a respeito de optar por outra empresa observou-se que 67% optariam por uma organização que lhes oferecesse estabilidade tanto salarial quanto por meio de benefícios, 25% optariam por uma organização que lhes oferecesse boas condições ambientais de trabalho e apenas 8% optariam por uma que lhes oferecesse maior poder e prestígio.

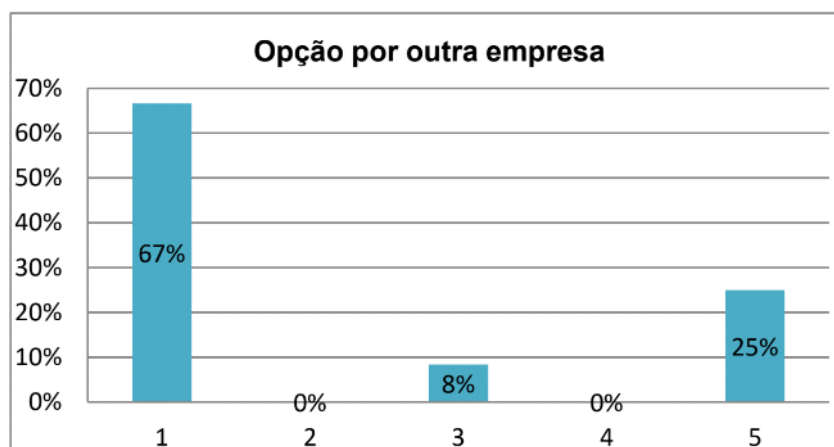


Gráfico 2 – Opção por outra empresa

Fonte: Elaborado pelos autores

O gráfico 3, trata de qual estilo de superior mais causa insatisfação, 67% afirmaram que é aquele que não confere devido respeito e consideração, 25% disseram que é aquele que não colabora na experimentação de novas ideias e 8% responderam que é aquele anti social que enxerga tudo como “puxa-saquismo”.

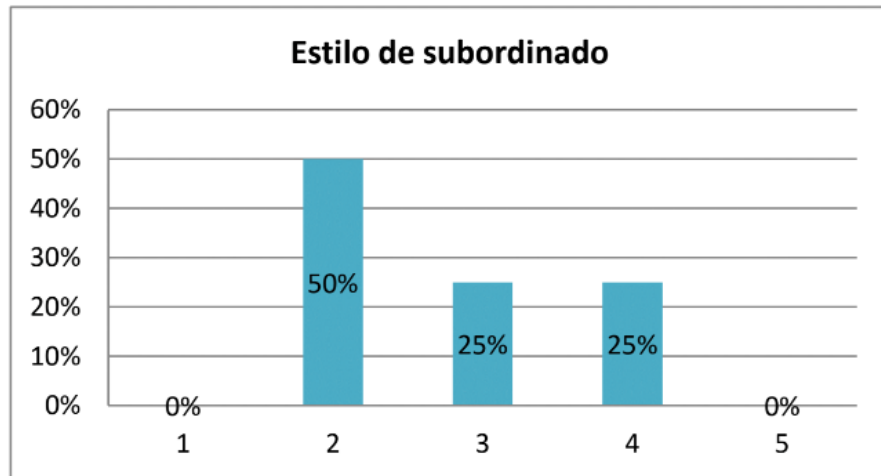


Gráfico 3 – Estilo de subordinado

Fonte: Elaborado pelos autores

No gráfico 4 se questionava quanto ao relacionamento entre as pessoas da equipe e foram obtidos os seguintes resultados, 83% dos respondentes disseram que é bom, desde que nenhum atrapalhe o trabalho do outro, e apenas 17% responderam que é harmonioso e que mantinham um bom convívio.

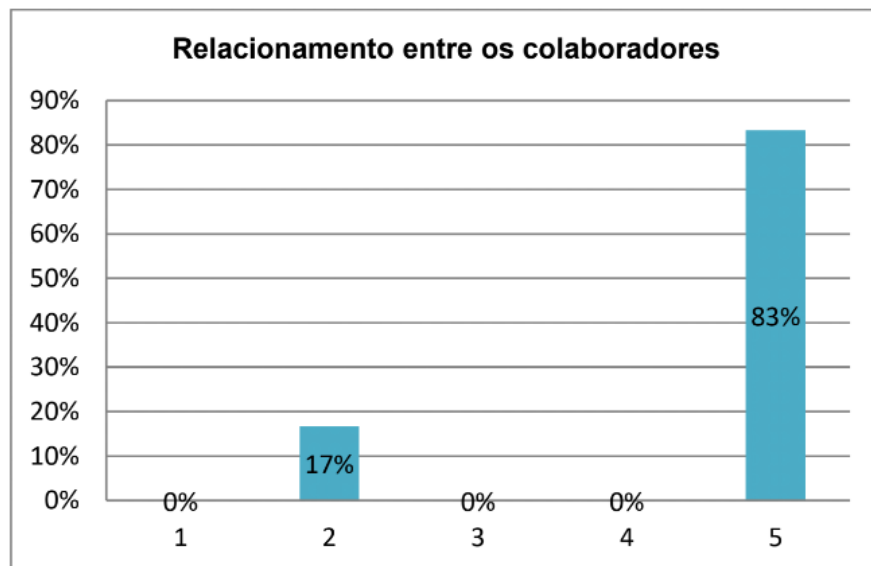


Gráfico 4 – Relacionamento entre os colaboradores

Fonte: Elaborado pelos autores

O gráfico 5 indagava sobre a autonomia para propor melhorias na execução de trabalho, 75% disseram que era boa, principalmente quando isso beneficiasse a eles, e somente 25% optaram em responder que era regular, entretanto preferiam não fazer

por receio de serem demitidos

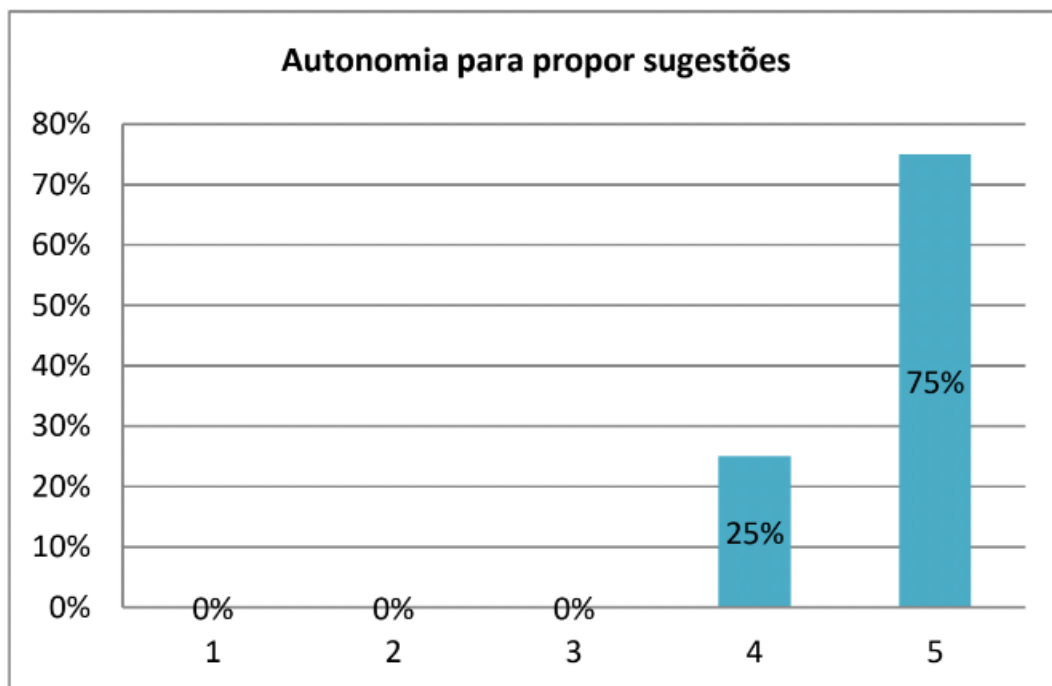


Gráfico 5 – Autonomia para propor sugestões

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao serem questionados em relação à desenvolver suas atividades com entusiasmo e eficiência, 42% disseram que isso ocorre somente quando recebem salário compatível às suas necessidades básicas, 25% afirmaram que ocorre quando se tem um superior imediato em que possa confiar e condições de trabalho bem organizadas, 17% quando mantem um relacionamento cordial e harmonioso com seus colegas, sendo aceito por eles e os outros 17% afirmaram que acontece quando podem ajudar seus colegas em alguma atividade, conforme Gráfico 6.

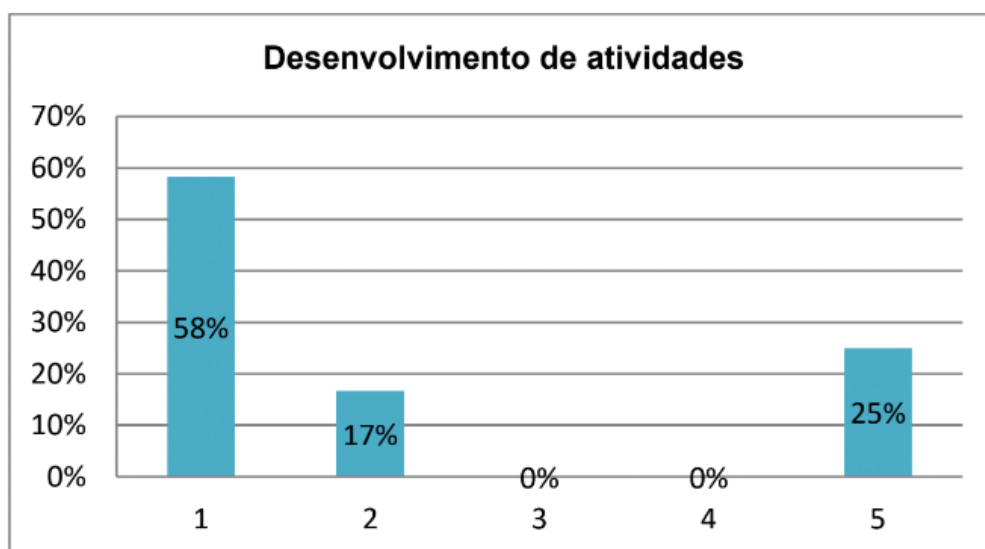


Gráfico 6 – Desenvolvimento de atividades

Fonte: Elaborado pelos autores

Referente ao gráfico 7, ao se tratar de promoção entre cargos, 50% disseram que optariam por aquele que lhes oferecessem normas de trabalhos claramente definidos, garantias, benefícios e estabilidade, 33% optariam pelo que lhes ofertassem melhores condições de trabalho e os outros 17% escolheriam o que lhes conferisse maior poder e prestígio.

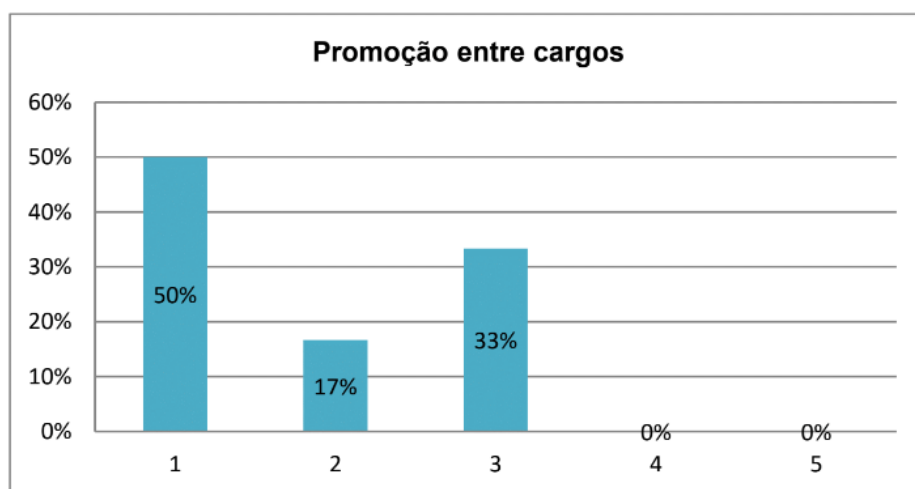


Gráfico 7 – Promoção entre cargos

Fonte: Elaborado pelos autores

No gráfico 8 onde se questionava o que poderia prejudicar a produtividade dos colaboradores, 33% responderam que ao delegarem responsabilidades que demandem dedicação pessoal impedindo de compartilhar seus problemas e ideias com os colegas, outros 33% responderam a possibilidade de promoção de alguém desqualificado por mero favorecimento, 17% disseram que se lhes colocassem em um setor diferente e 17% se suas responsabilidades deixassem de ser um desafio.

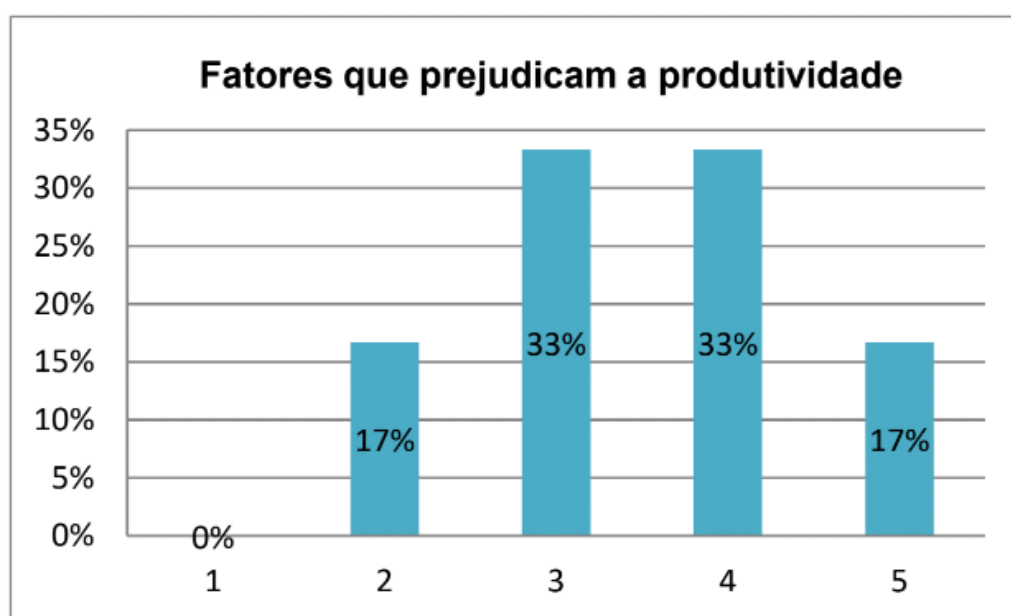


Gráfico 8 – Fatores que prejudicam a produtividade

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao se questionar, conforme gráfico 9, se o respondente se sente reconhecido pelo trabalho que executa, 50% responderam que não, pois por mais que se esforcem nunca receberam um elogio ou agradecimento, 25% disseram que não sabiam dizer, mas que não se importavam desde que tivessem seus salário depositado final do mês, e os outros 25% responderam que talvez, pois já estavam a muito tempo neste emprego.

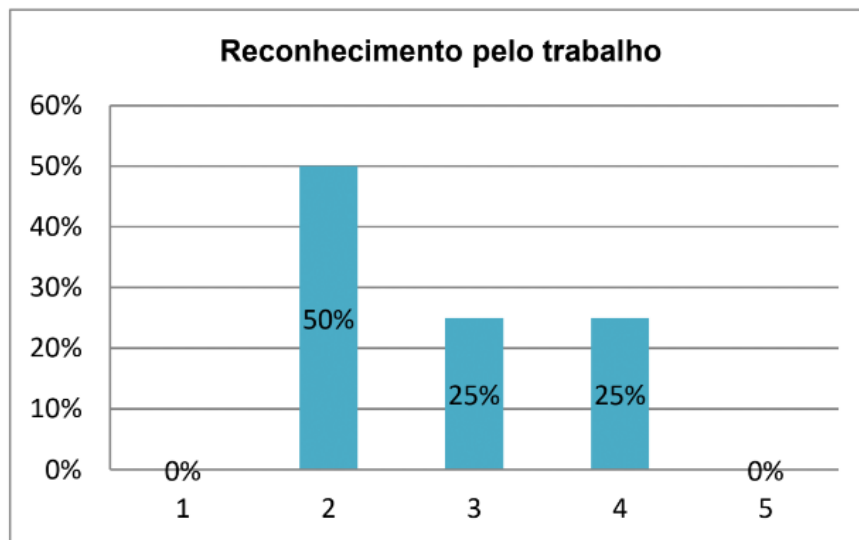


Gráfico 9 – Reconhecimento pelo trabalho

Fonte: Elaborado pelos autores

O gráfico 10, apresenta a respeito da estabilidade no trabalho, sendo que 58% dos respondentes responderam que se sentem inseguros, devido à crise que o país apresenta, e os outro 42% que se sentiam seguros, pois a empresa oferece estabilidade.

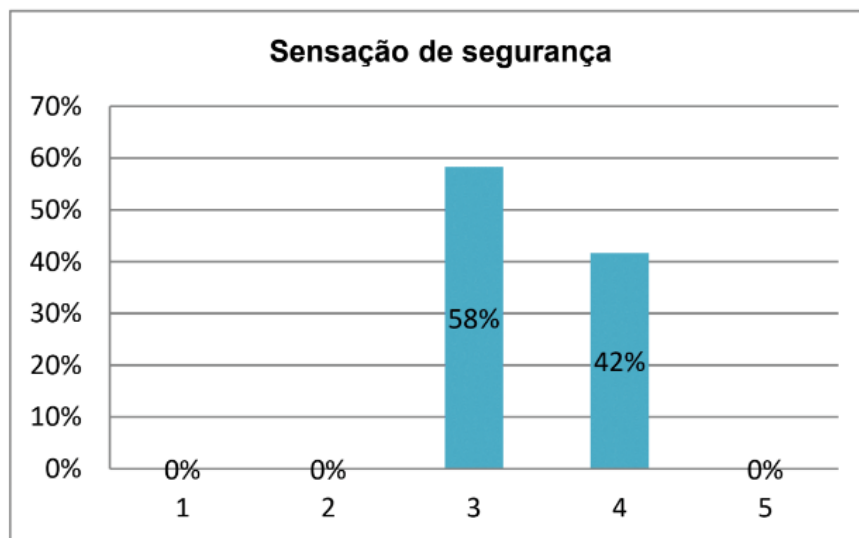


Gráfico 10 – Sensação de segurança

Fonte: Elaborado pelos autores

7 | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Não se esperava encontrar um perfil tão irregular ao que foi proposto por Maslow, ou seja, que obedecesse de maneira uniforme aos níveis de sua pirâmide. Desta forma o perfil encontrando já era esperado, devido ao porte da empresa em estudo, o que conforme se observa no gráfico abaixo apresentou maior preocupação às necessidades básicas do que com as superiores (Gráfico 11).

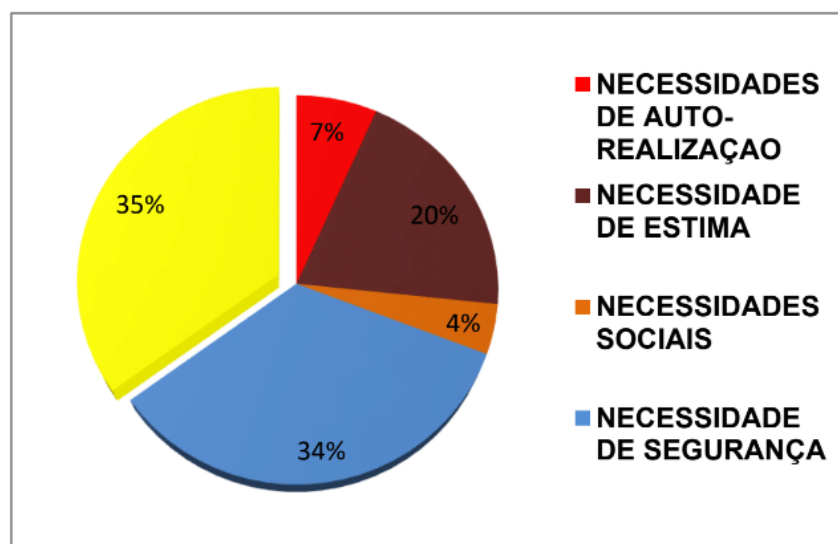


Gráfico 11 - Percentual de Importância baseado das Necessidades de Maslow

Fonte: Elaborado pelos autores

Pode-se afirmar que os entrevistados valorizam mais ter como suprir suas necessidades básicas, tais como alimentação, conforto físico, horários flexíveis, entre outros, assim como valorizam também estabilidade no emprego, condições seguras de trabalho, remuneração boa, manter boas relações, cultivar amizades, ter superiores gentis, entre outros fatores que caracterizam as necessidades de segurança e de estima, respectivamente, do que as necessidades relacionadas aos estágios, social e de auto realização o que se mostra visível nos dados do gráfico percentual das questões 1, 2, 3, 6 e 7, respectivamente.

Os respondentes do estudo estão sendo impulsionados mais pelos fatores higiênicos do que pelo motivacionais, o que não instiga a motivação e sim impede que o indivíduo sinta-se insatisfeito, o que caso ocorra pode ter como consequência a desmotivação do mesmo. Esta afirmativa levanta uma preocupação, pois de acordo com os dados, as necessidades sociais estão em último plano o que pode ser um problema para a organização se levado em consideração a afirmação de Dubrin (2003) que “as frustrações das necessidades neste nível podem levar a sérios problemas pessoais”, onde tal problemática traria consequências tais como, queda de rendimento, constante absenteísmo, descaso com a execução das atividades e inúmeros outros problemas nocivos à organização.

Outro dado importante, já que a “Empresa X” é uma microempresa com um

pequeno número de colaboradores, é a questão da auto realização. Mediante os dados coletados e observações pessoais notou-se que os colaboradores desta organização não têm grandes ambições e nem almejam promoções futuras, sejam elas, salariais ou profissionais, tendo como base para tal afirmação os dados da questão numero 8, onde 33% dos respondentes afirmam que prejudicaria sua produtividade a atribuição de mais responsabilidades, fato este que pode ser um empecilho ao crescimento organizacional, partindo do pressuposto que se o colaborador não tem um estímulo que o impulse a desenvolver seu trabalho da melhor forma possível, a atividade que lhe foi incumbida acaba por se realizada de maneira relapsa.

Desta forma, buscando entender a razão dos dados indicarem que 35% dos colaboradores buscam suprir primeiramente suas necessidades fisiológicas e de segurança, retoma-se aos dados do gráfico da questão 10, que indica que 58% dos respondentes sentem-se inseguros em relação a sua permanência dentro da organização, devido à crise e a onda de desemprego que assola o país. Aliando esses dados aos obtidos no gráfico da questão 2, verificasse que há o receio de demissão, mas que se houver oportunidades de emprego que lhes ofereçam melhores condições de trabalho, os mesmos optariam por outra organização, tal fato que pode ter como explicação pelos dados visualizados no gráfico 9, onde 50% dos respondentes afirmam que não são reconhecidos. Ou seja, pode-se afirmar que os colaboradores podem almejar promoções, mas em outras organizações.

Mediante o exposto e em relação aos dados obtidos nas questões 4, relacionados com os dados das questões 5, 6 verifica-se que os colaboradores desta organização apresentam um perfil motivacional movido por interesses próprios, onde não se identifica espírito de equipe, e sim individualista, que tem como fator motivacional preponderante, a remuneração obtida ao final do mês.

8 | CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Buscou-se com este artigo entender o verdadeiro sentido de motivação, conceito este que acaba sendo complexo tomando por base as teorias já desenvolvidas para entendê-la e nenhuma ainda foi capaz de apresentar uma resposta unânime, pois com constantes mudanças tanto organizacionais quanto pessoais os estímulos que hoje motivam um indivíduo, podem não ser os mesmos em outro momento.

O estudo motivacional nas organizações ganha espaço neste cenário como uma estratégia competitiva, tendo em vista que pessoas motivadas exercem melhor suas funções e com entusiasmo, o que reflete conseqüentemente em sua produtividade.

Em qualquer ambiente é necessário que as pessoas se sintam motivadas para colaborar e produzir, mas motivar alguém não é fácil, pois cada ser humano é diferente do outro.

Existem várias maneiras de motivar o funcionário seja por meio de gratificação,

aumento de salário, ambiente saudável e organizado, reconhecimento, gestos cordiais de agradecimentos, brindes, perspectivas de crescer dentro da empresa, dentre outros. Uma empresa que investe em seu pessoal e tenta de todas as maneiras motivá-los terá um quadro de funcionários produtivos.

Com o objetivo de verificar a importância da motivação humana no ambiente organizacional, desenvolveu-se o presente estudo de caso na empresa denominada “Empresa X”, com o intuito de identificar se os colaboradores da referida empresa estariam motivados ou não, o que possibilitou ao fim desse trabalho apresentar possíveis melhorias na gestão do fator mais importante existente dentro das organizações, o fator humano.

Durante a realização desse estudo verificou-se que a organização, possui colaboradores insatisfeitos, que se encontram motivados pela remuneração mensal recebida pelas suas atividades, visto que não se sentem reconhecidos dentro da organização.

Diante do exposto buscou-se identificar e oferecer meios que possam auxiliar a organização a mudar seu quadro funcional de colaboradores, de um perfil de insatisfeitos, motivados apenas pelo fator salarial, para um perfil de colaboradores satisfeitos e motivados não por um, mas por diversos outros fatores, para que desta forma tanto a empresa quando seus colaboradores sintam que suas necessidades estão sendo atendidas dentro do âmbito organizacional. Com o intuito de colaborar com a empresa, recomenda-se como possíveis melhorias:

- Estimular o trabalho em equipe como forma de incentivar o relacionamento interpessoal entre os colaboradores;
- Promover dinâmicas grupais, assim como oferecer cursos motivacionais e palestras;
- Desenvolver medidas que aproximem os colaboradores de seus superiores, incentivando o compartilhamento de ideias e possíveis melhorias para que o colaborador se sinta respeitado e valorizado diante da organização;
- Realizar reuniões, nas quais o colaborador se sinta à vontade para apontar suas dificuldades, o que em contrapartida pode ser usado pelos gestores como uma forma de detectar falhas e solucionar problemas que podem não ser visto por eles;
- Desenvolver medidas de valorização dos colaboradores seja por meio de bonificações, assim como por concessão de títulos, como, por exemplo, funcionário do mês.

Outras questões correlatas à motivação podem também ser abordadas em pesquisas futuras, buscando adensar a compreensão do tema.

REFEFÊNCIA

AZZI, A. e BARDAGI, M. **A avaliação motivacional de funcionários de uma empresa de serviços assistenciais em saúde.** Porto Alegre: 2009.

BERGAMINI, C. **Liderança: administração do sentido.** 1ª ed. Atlas. São Paulo, 1994.

BORTOLOZO, A. e SANTANA, D. **Qualidade de vida no trabalho: os fatores que melhoram a qualidade de vida no trabalho.** 1. Simpósio Nacional de Iniciação Científica, 2011.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações.** 9. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** 3. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DRUCKER, P. **Administrando em tempos de grandes mudanças.** São Paulo: Cengage Learning, 2011.

KOTLER, P. e KELLER, K. **Administração de marketing.** 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed.-SãoPaulo:Atlas,2002.

LAKATOS, E. e MARCONI, M. **Fundamentos da metodologia científica.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LUZ, R. **Gestão do clima organizacional.** Rio de Janeiro. Qualitymark, 2005.

SUMARIVA, A. e OURIQUES, M. **Qualidade de vida ocupacional dos profissionais de educação física que atuam nas academias de Blumenau SC nas modalidades de musculação e ginástica.** Blumenau, 2010.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001

IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO DE UMA START-UP/TIC: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA GEEKIE

Herivelto Lulia Filho

Graduado em Administração, Uninove
São Paulo, SP

Silvia Novaes Zilber Turri

Doutora em Administração, Programa de
Mestrado em Engenharia de Produção, Centro de
Engenharia Ciências Sociais CECS - Universidade
Federal do ABC (UFABC)
Santo André, SP

Eduardo Corneto Silva

Mestre em Administração, Programa de Pós-
graduação em Administração
PPGA, Uninove
São Paulo, SP

Edna de Souza Machado Santos

Mestre e Doutora em Administração, Programa
de Mestrado e Doutorado em Administração
PMDA, Coordenadora e Docente do curso de
Administração Uninove
São Paulo, SP

RESUMO: Este estudo permite não apenas compreender o estado da arte sobre Start-ups mas também entender como uma pequena empresa de base tecnológica se estruturou e formou seu modelo de negócio para crescer e sobreviver no mercado. Este artigo teve como objetivo de pesquisa identificar e descrever o modelo de negócio de uma Start-up/TIC brasileira atuante na área da educação. Foi

utilizado o método de estudo de caso, ao se analisar a empresa Start-up/TIC Geekie. Foram utilizados apenas dados secundários, constituindo-se essa pesquisa numa pesquisa documental. Os resultados mostram que a plataforma de ensino adaptativo da Start-up/TIC Geekie oferece serviço inovador personalizando e customizando o ensino das escolas onde atua. O modelo de negócios gera valor para alunos, professores e escolas. As limitações deste artigo encontram-se na não obtenção de dados primários diretos com a empresa Geekie e ter apenas uma empresa como foco de estudo, o que limita a compreensão do modelo de negócio das empresas situadas no setor educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Start-up; Modelo de Negócios; Proposta de valor; Geekie; Personalização do ensino.

ABSTRACT: This study does not only understand the state of the art of the startups, but also understand how a small company of technology-based structure, shape its business model to grow and strengthen their business. For this this article has how objective of research, identify and describe the business model of a Startup/ICT Brazilian that work in the area of the education. It was used the concepts of case study, when analyzing the company Start-up/ICT Geekie, but will be used only secondary data, being this research a documentary research.

The results show that the adaptive learning platform Start-up/ICT Geekie offers innovative service, personalizing and customizing education schools where works. The business model creates value for students, teachers and schools. Limitations of this article are in not obtaining primary data direct in the Geekie company and have only one company as study focus which limits the understanding of the business model of firms in the education sector.

KEYWORDS: Startup; Business model; Value offer; Geekie; Customization of study.

1 | INTRODUÇÃO

A expansão da internet e o avanço tecnológico no Brasil permite o uso da internet como meio de oferta e consumo de produtos e serviços. Observa-se alterações no padrão de comportamento no consumo e no ambiente econômico do mercado com o surgimento de empresas que aproveitam o potencial da internet para fazer negócios (OECD, 2013). Entre as empresas que aproveitam as oportunidades oferecidas pela internet existem as Start-ups/TIC, pertencentes ao segmento das empresas de pequeno porte de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que operam uma inovação em base tecnológica. (Groenewegen & Langen, 2012).

As micro e pequenas empresas (MPEs) de tecnologia possuem um importante papel no cenário econômico nacional. Uma pesquisa do SEBRAE nacional intitulada “Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa”, revela que entre 2003 e 2013, houve o aumento de 33,8% no número de criação de MPEs, o que fez quase dobrar o número de empregos formais gerados por estes estabelecimentos (SEBRAE SP, 2014). A diferença essencial entre uma empresa normal e uma Start-up é sua taxa de crescimento, uma vez que, uma Start-up/TIC é uma empresa concebida para crescer rápido, fazendo algo desejado e que possa ser comercializado para um grande mercado (Graham, 2012).

Segundo uma pesquisa do IBGE (2010) intitulada “Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nas Empresas”, no Brasil 2,2 milhões de empresas utilizam computador, 2,1 milhões fizeram uso da Internet e 2,3 milhões de telefone celular para finalidades de trabalho. Esses dados mostram a importância do uso da internet pelas micro e pequenas empresas de tecnologia e também a importância e potencial crescimento do uso de telefones celulares com acesso à internet para fazer negócio. Segundo o SEBRAE SP (2014), há um grande crescimento de Startups no Brasil em várias áreas da Economia, não apenas no setor tecnológico. O site de cadastro de start-ups do Brasil possui um banco de dados com cerca de 4.000 Start-ups cadastradas e 38 mil empreendedores cadastrados (ABSTARTUPS, 2016).

Como as Start-ups/TIC são empresas de pequeno porte, algumas características desse segmento podem ser observadas como sendo as principais causas de fechamentos dessas empresas: características empreendedoras insuficientes, falta

de planejamento antes da abertura, deficiências na gestão do negócio, insuficiência de políticas de apoio, baixo crescimento da economia e problemas particulares com os sócios (SEBRAE, 2005). As empresas nascentes enfrentam outras dificuldades como: desconhecimento de aspectos legais do mercado onde atuarão, a falta de experiência em lidar com clientes e deficiências sobre aspectos técnicos dos produtos e serviços que ofertam (Mizumoto et al., 2010).

Souza (2014) afirma que mesmo na fase inicial, uma Start-up se beneficia ao possuir um processo estruturado de gestão conseguido através de seu modelo de negócios. Muitas pequenas e médias empresa não conseguem crescer exatamente pela falta de gestão e estrutura geradora de valor ao cliente, pois não possuem um modelo de negócio formalizado. Não há um consenso sobre a definição de modelo de negócio, porém, segundo Demil e Lecocq (2010), um modelo de negócio é definido como uma lógica de criação, entrega e captura de valor por parte de uma organização.

Estudar pequenas empresas e as formas como elas se estabelecem seguindo um modelo de negócio que possa garantir a sobrevivência, permite entender como uma pequena empresa consegue estruturar um negócio e ser bem sucedida (Osterwalder & Pigneur, 2011; Teece, 2010; Morris, Schindehutte & Allen, 2005). Observando o espaço que as Start-ups/TIC estão ocupando no cenário nacional e a necessidade de conceituação de planos de negócios que auxiliam as empresas a crescer, este trabalho teve como objetivo de pesquisa identificar e descrever o modelo de negócio de uma Start-up/TIC brasileira atuante na área da educação. Para realização deste trabalho foram utilizados dados secundários da empresa selecionada, e analisados por meio de um quadro analítico estruturado desenvolvido pelos autores com base no modelo Canvas e RCOV.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial a seguir descreve o que é uma Start-up, seguido pela definição e apresentação do que é modelo de negócio e os principais modelos apresentados na literatura. Ao final desta sessão será apresentado um quadro analítico estruturado desenvolvido pelo autores com base nos modelos existentes Canvas e RCOV, que fundamentaram a identificação do modelo de negócio utilizado pela empresa objeto de estudo do presente trabalho.

2.1 Start-up

Durante a época da bolha da Internet, entre 1996 e 2001, nos EUA o termo “Start-up” começou a ser usado e se referia a iniciar uma empresa e colocá-la em funcionamento. Para os especialistas, pode-se dizer que Start-up é um empreendimento onde pessoas empreendem em um ambiente de extrema incerteza, isto é, trata-se de um grupo de pessoas buscando empreender em mercados onde as variáveis

são pouco conhecidas, com objetivo de alcançar um modelo de negócios que seja repetível e escalável (Gitahy, 2011; Ries, 2012; Nardes e Miranda, 2014). Um cenário de incertezas significa que não há como afirmar que o negócio dará lucros ou se será sustentável; nesse sentido o modelo de negócios é útil como uma forma de identificar como a empresa poderá transformar o trabalho em valor (Gitahy, 2011).

Para Ries (2012) a inovação é essencial em uma Start-up, a organização se dedica a revelar uma nova fonte de valor para os clientes e se preocupa com o impacto do seu produto sobre esses clientes. De acordo com Blank e Dorf (2012), essas empresas só possuem uma série de hipóteses não testadas a respeito do que os clientes precisam ou desejam e sobre seus próprios produtos e serviços, tudo o que podem fazer é estabelecer uma abordagem que os levem a sair em busca dos consumidores para obter comentários, críticas e sugestões e testar suas hipóteses.

Durante o desenvolvimento de Start-ups, elas se baseiam em interações reais com o mercado, em achismos e suposições e em hipóteses não comprovadas de modelos de negócios (Nardes & Miranda, 2014).

2.2 Modelo de Negócio

Um modelo de negócio articula a lógica, os dados e outras evidências que suportam uma proposta de valor para o cliente. É também responsável por uma estrutura viável de receitas e custos que fazem com que a empresa entregue esse valor e mostre o benefício que a empresa vai entregar aos clientes, como é que vai organizar a fazê-lo, e como ele irá capturar uma parcela do valor que ele oferece. Um bom modelo de negócios irá fornecer um valor considerável para o cliente e recolher uma parte viável de presente em receitas. Usar um quadro é uma maneira eficiente de representar um modelo de negócio (Teece, 2010).

O termo “Modelo de Negócio” não apresenta uma definição única. Um modelo de negócio é uma ferramenta conceitual que contém um conjunto de elementos e seus relacionamentos e permite expressar a lógica de negócios de uma empresa específica. É uma descrição do valor que uma empresa oferece a um ou vários segmentos de clientes e da arquitetura da empresa e sua rede de parceiros para criação, marketing, e entrega de valor e relação de capital, para gerar fluxos de receitas lucrativas e sustentáveis (Osterwalder, Pigneur & Tucci, 2005; Orofino, 2011). Valor é um benefício, recebido pelo cliente, e pode ser monetário ou qualitativo (Teece, 2010).

A definição de modelo de negócio está ligada a uma série de conceitos gerenciais e áreas como econômica, operacional e estratégica. Os elementos que compõem um modelo de negócio são diversificados, o que dificulta formar uma definição única sobre o que é um modelo de negócio. Esses elementos abordam seis questões-chave que facilitam a formulação de um modelo de negócio: (Morris, Schindehutte & Allen, 2005).

Elementos-chave na formulação de um modelo de negócio	
1. Como a empresa cria valor?	Esta questão se refere à oferta de valor da empresa. Como a empresa lida com a natureza dos produtos e serviços, a produção e entrega do serviço e como a oferta é disponibilizada aos clientes
2. Pra quem a empresa cria valor?	Esta questão tem o foco na natureza e no alcance de mercado que a empresa quer atingir. Os tipos de clientes, localização geográfica, as necessidades de recursos e o que vende.
3. Qual a fonte interna de vantagem da empresa?	Esta questão diz que uma empresa precisa desenvolver e valorizar uma competência interna para possuir vantagem e valor externo.
4. Como a empresa se posicionará no mercado?	A empresa deve definir e solidificar um nicho que será a base para o posicionamento externo.
5. Como a empresa ganhará dinheiro?	O modelo econômico é fundamental para a empresa ganhar lucros.
6. Qual é o tempo, o escopo e o tamanho das ambições do empresário?	Um modelo de negócio integrado deve capturar tempo, alcance e as ambições do tamanho do empreendimento.

Figura 1: Elementos-chave em um modelo de negócio

Fonte: Adaptado pelos autores de Morris, M., Schindehutte, M., & Allen, J. (2005). The entrepreneur's business model: toward a unified perspective. *Journal of business research*, 58(6), 726-735.

Osterwalder e Pigneur (2011) descrevem as vantagens de ter uma abordagem conceitual e formal rígida para descrever a oferta de uma empresa: facilita o entendimento e a compreensão da proposta de valor, obter vantagem competitiva através da comparação de propostas de valor com a concorrência e melhor identificação de ofertas de produtos e serviços de uma empresa o que permite fazer experiências com novos modelos.

2.2.1 Modelo de negócio Canvas

Osterwalder e Pigneur (2011) definem modelo de negócio como sendo a lógica de criação, entrega e captura de valor por parte de uma organização. Eles criaram uma ferramenta de modelo de negócio denominada Business Model Canvas, que é um modelo baseado em nove componentes (blocos) e mostra a lógica de como a empresa pretende gerar lucro. Consiste em uma interface gráfica acessível em que qualquer pessoa pode criar seu próprio modelo de negócio de maneira eficiente.

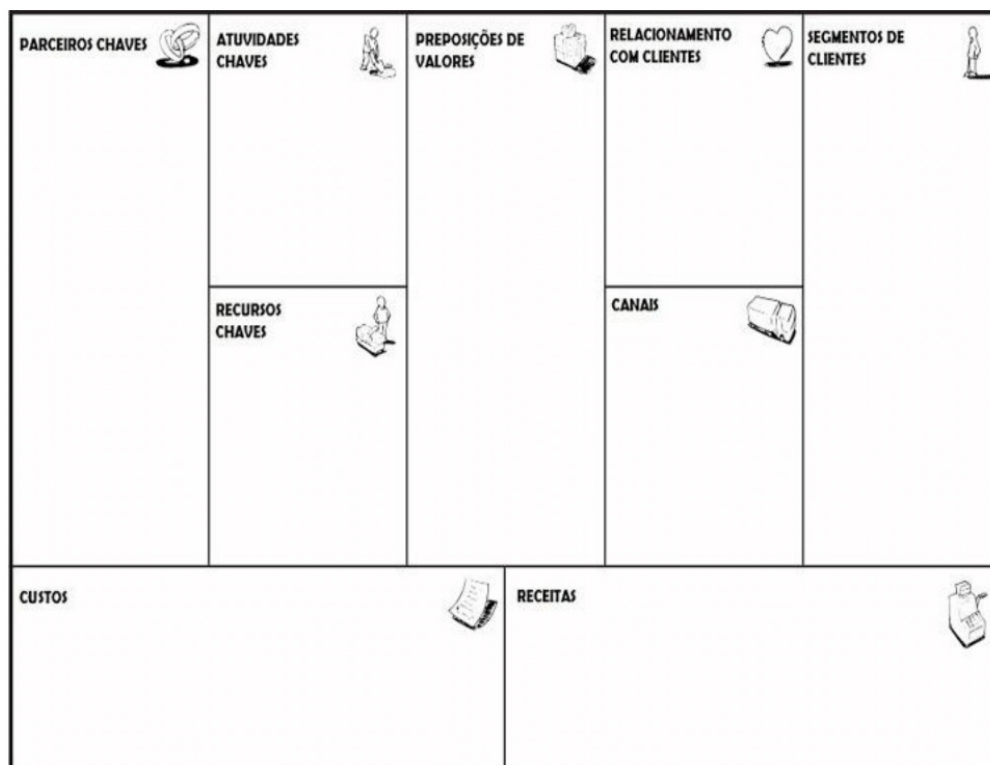


Figura 2: Modelo de negócio Canvas

Fonte: Osterwalder, A., & Pigneur, Y. (2011). Business model generation: inovação em modelos de negócios. Alta Books Editora

Osterwalder e Pigneur (2011) propõem nove dimensões para o Modelo de negócio Canvas que facilitam a identificação do modelo de negócio de uma empresa.

Área	Nove Dimensões	Definição
Clientes	Segmentos de clientes	Este componente propõe para a empresa dividir os clientes em grupos e segmentos distintos, com a mesma necessidade para melhor satisfazê-los. Para isso precisam possuir necessidades que justificam diferentes ofertas, usarem diferentes canais de comunicação, diferentes tipos de relacionamentos, diferentes rentabilidades e uma predisposição a pagarem por diferentes ofertas.
	Relacionamento com os clientes	Trata do tipo de relação que a empresa quer estabelecer com cada segmento de clientes para conquista e retenção do cliente e ampliação das vendas.
	Canais	Meio em que a empresa comunica com os clientes através dos canais de comunicação, distribuição e vendas. Permite que um segmento de clientes conheça um produto ou serviço da empresa, avaliem a proposta de valor e adquiram produtos ou serviços. É dividida em 5 fases: conhecimento, avaliação, compra, entrega e pós-venda.
Oferta	Proposta de valor	Conjunto de valores e benefícios que uma empresa oferece aos clientes e são direcionados especificamente para um segmento de clientes.
Infraestrutura	Recursos-chave	São os recursos que uma empresa precisa para criar e oferecer valor, alcançar mercados, manter relacionamentos com clientes e obter receitas. Os recursos podem ser físicos (veículos, edifícios, etc.), financeiros, intelectuais (patentes, marcas, etc.) ou humanos.
	Atividades-chave	São as principais ações que uma empresa precisa executar para criar e oferecer valor, alcançar mercados, manter relacionamentos com clientes e obter receitas.
	Parceria-chave	As parcerias são fundamentais em um modelo de negócios e servem para otimizar os modelos, reduzir riscos e obter recursos. Promovem otimizações e economia de escala, reduzem custos e compartilham infraestrutura.
Viabilidade financeira	Fontes de receitas	É o valor, em dinheiro, pelo qual um segmento de clientes paga por um produto ou serviço. Podem vir de transações de pagamento único ou constantes. Os mecanismos de precificação também entram neste componente.
	Estruturas de custo	Descreve os principais custos envolvidos em um modelo de negócios.

Figura 3: Componentes do modelo de negócio

Fonte: Adaptado pelos autores do artigo Osterwalder, A., & Pigneur, Y. (2011). Business model generation: inovação em modelos de negócios. Alta Books Editora.

Gava (2014) verificou em sua pesquisa que o Business Model Canvas está sendo usado por empresas de diversos portes e que contribui para o modelo de negócios inovadores nos seguintes aspectos: trabalho em equipe, agilidade, adaptabilidade, foco no ambiente externo do cliente, facilidade de visualização do modelo de negócios como um todo.

O Canvas é um mapa simples, visual e eficiente como vimos na Figura 01 que permite o gerenciamento estratégico do negócio, ajuda no ganho de competitividade, oferece agilidade ao processo e é flexível para aceitar modificações constantes. É uma excelente ferramenta para a diferenciação do seu negócio no mercado, pois fornece uma visão objetiva do todo, sendo possível entender seu potencial e planejar melhor como atingir o seu público alvo e obter o retorno financeiro desejado. É útil também para empresas já maduras, mas que desejam entender melhor como seus setores interagem e ou inovar em seus processos (Endeavor, 2014).

2.2.2 Modelo RCOV

Outro modelo de negócio bastante conhecido é RCOV desenvolvido por Demil e Lecocq (2010), este modelo demonstra como a empresa consegue um crescimento firme dos resultados, a sua organização e a capacidade de sugerir novas propostas de valor no mercado. A geração de riqueza acontece por meio da interação de três componentes básicos do modelo de negócio que são: Recursos e Competências (RC) usados na geração de valor; a Organização (O) do negócio dentro de uma rede de valor ou dentro dos limites da firma; e a proposta de Valor (V) através do fornecimento de produtos e serviços e determinação do volume de custos e receitas de uma empresa.

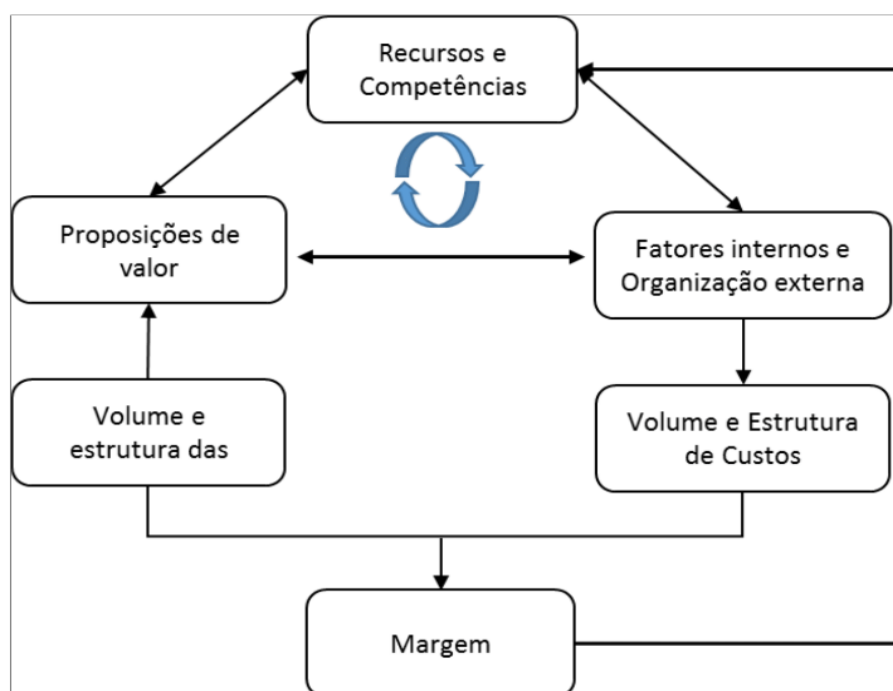


Figura 4: Modelo RCOV

Fonte: Traduzido pelos autores do modelo trazido por Demil, B., & Lecocq, X. (2010). Business model evolution: in search of dynamic consistency. Long range planning, 43(2), 227-246.

A dinâmica em curso do modelo de negócio mostrada na Figura 4 provêm das interações entre e dentro dos componentes do modelo. Interações entre os componentes acompanhará escolhas para desenvolver uma nova proposta de valor, para criar novas combinações de recursos ou fazer alterações no sistema organizacional e os impactos que essas adaptações terão sobre os outros componentes e seus elementos subsidiários (Demil & Lecocq, 2010).

Com base nas questões de geração e captura de valor abordados pelos modelos de Negócios Canvas de Osterwalder e Pigneur (2011) e o modelo RCOV de Demil e Lecocq (2010), foi desenvolvido pelos autores deste artigo um quadro analítico estruturado demonstrado a seguir que ajudara no levantamento e comparação do modelo de negócio das empresas estudadas.

Competência	Dimensões da pesquisa	Questões a serem trabalhadas
Fatores Organizacionais externos	Relacionamento com os clientes	Que tipo de relacionamento os segmentos de clientes podem esperar? Qual o custo de cada um? Como se integram ao restante do modelo de negócios?
	Canais de distribuição	Para quem estamos criando valor? Características do segmento? Quais os clientes mais importantes?
Produto	Propósito de valor	Qual valor entregamos ao cliente? Qual problema estamos ajudando a resolver? Quais necessidades estamos ajudando a resolver? Que tipo de produtos e serviços estamos oferecendo para cada segmento de clientes?
Fatores Organizacionais internos	Parceria-chave	Quem são os principais parceiros e fornecedores? Quais recursos são adquiridos dos parceiros?
	Atividades-chave	Quais atividades chave serão usadas pela proposta de valor?
	Recursos-chave	Quais recursos serão usados pela proposta de valor?
Aspectos financeiros	Custos do negócio	Quais os custos mais importantes para o modelo de negócios? Quais recursos e atividades são mais caras?
	Fontes de Receita	Quais valores os clientes estão dispostos a pagar? Pelo o que eles pagam atualmente? Como pagam? Como prefeririam pagar? Quanto cada fonte de receita contribui para o total da receita?

Figura 5: Quadro analítico estruturado

Fonte: Elaborados pelos autores

O modelo apresentado buscara identifica qual o processo de relação da empresa com os clientes, qual o modo que a empresa utilizara para gerar valor ao seu produto e ou serviço, o modelo de processo interno e parcerias que possui e quais as fontes de receita e custos que ela terá na busca da criação de valor para o cliente.

3 | MÉTODO

Este artigo utilizou uma pesquisa de caráter qualitativo, realizando um estudo descritivo utilizando dados secundários. O objeto de estudo foi a empresa Geekie, uma empresa Start-up/TIC de base tecnológica situada na área da educação. O estudo de caso é um tipo de pesquisa qualitativa que coleta e analisa dados e informações sobre

determinado indivíduo, comunidade ou empresa, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa (Prodanov & Freitas, 2013).

Foi estudada a empresa Geekie, pois ela atende aos requisitos da presente pesquisa, quais sejam, ser uma empresa do segmento start up TIC que teve êxito no mercado através de seu modelo de negócio. Segundo Aidar (2015), os fundadores da Geekie identificaram uma oportunidade de negócio pela deficiência no ensino brasileiro e perspectivas de negócios na área, utilizando a tecnologia no ramo da educação e um produto inovador e inédito com a proposta de identificar deficiências na aprendizagem dos alunos e orientar os estudos de forma individualizada e personalizada.

O caráter descritivo da presente pesquisa é entendido segundo Lakatos e Marconi (2003), como investigações de pesquisa empírica cuja finalidade é a descrição ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis chave. O estudo tem características exploratória pois visa maior familiaridade com o problema, fato ou fenômeno através de um levantamento bibliográfico visando clarificar os conceitos existentes (Gil, 1991).

As fontes de informação para realização da presente pesquisa foram dados secundários, obtidos através do site da empresa Geekie, entrevistas dos proprietários a jornais e revistas de circulação nacional e outros documentos relevantes obtidos através de pesquisa na internet como reportagens sobre a empresa e artigos acadêmicos. Um quadro analítico estruturado foi criado pelos autores com base nos modelos Canvas e RCOV, sendo utilizado para identificar e evidenciar as dimensões de produto, Recursos e competências internas, fatores organizacionais externos e os aspectos financeiros que constituem o Modelo de negócio da empresa estudada.

4 | RESULTADOS

4.1 Apresentação da empresa

A start-up/TIC Geekie é uma plataforma de ensino adaptativo que oferece soluções educacionais que personalizam e adaptam o ensino ao perfil de cada aluno para que ele possa aprender da forma mais adequada às suas características e necessidades com o objetivo de melhorar a qualidade da educação no Brasil. Personaliza a aprendizagem com tecnologia, de forma que todos os alunos possam explorar todo o seu potencial e melhorar o seu desempenho acadêmico (GEEKIE, 2016; EXAME, 2015).

A Geekie foi fundada por Eduardo Bontempo e Claudio Sasaki em 2011. Claudio é formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo e possui MBA e mestrado em educação em Stanford. Trabalhou 10 anos no mercado financeiro em Nova York e trilhou toda a sua carreira no setor, tendo atuado como vice-presidente dos bancos Goldman Sachs e Credit Suisse, no Brasil e CFO da Petra Energia. Eduardo Bontempo é formado em Administração de Empresas e MBA em tecnologias para educação no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o famoso MIT, era colega de

trabalho de Claudio no banco de investimentos Credit Suisse. Os dois pesquisaram novas tecnologias que poderiam fazer a diferença no projeto deles e largaram tudo para investir no novo negócio (EXAME, 2013). Em uma entrevista a Folha (2014), Bontempo diz: Foi época de abertura de capitais no Brasil. Às vezes não tínhamos energia nem para ficar em pé, mas foi um baita aprendizado. Um deles foi o de que, a educação, no Brasil, não era vista como oportunidade de negócio.

Eduardo Bontempo, um dos fundadores da Geekie, explica como surgiu a ideia de montar uma startup na área da educação: “Eu e o meu sócio Claudio Sasaki fomos os fundadores. A gente já se conhecia da nossa carreira profissional anterior. A gente trabalhou durante muito tempo no mercado de banco de investimentos. E desde aquela época a gente compartilhava uma paixão por educação por diversos motivos. Então, sempre tivemos essa vontade de empreender no setor”. (ADMINISTRADORES, 2014). Eles identificaram que, o problema de aprendizado e baixo desempenho dos alunos, estaria na forma padronizada como o conteúdo é passado nas escolas. A proposta da Geekie seria cada aluno aprender do jeito próprio e no seu próprio ritmo, ou seja, personalizar e customizar os planos e métodos de ensino utilizando a tecnologia (ENDEAVOR, 2016). Cada um aprende de um jeito diferente e a educação precisa se adaptar a isso. Por isso criamos a Geekie, diz Sasaki (FOLHA, 2014).

Com uma equipe em áreas como educação, marketing, engenharia da computação, comercial e administrativo eles montaram a empresa que oferece salários compatíveis com os de mercado, esquema de trabalho flexível, pautado pela entrega e não pela carga horária (EXAME, 2013). Sasaki diz: é preciso contar com uma equipe muito bem preparada, ser ágil para adaptar seus produtos ao mercado e ter um plano de negócios consistente. Tudo isso aumenta suas chances de conseguir o apoio de investidores. Mesmo a escolha desses investidores precisa ser muito bem planejada, eles precisam estar alinhados a seus valores e estratégias, senão, você corre o risco de entrar em zona de conflito (ESTUDARFORA, 2013).

A aprendizagem adaptativa é um método de ensino que utiliza sistemas educacionais computadorizados, como plataformas on-line ou softwares, que monitoram e produzem dados sobre os níveis de proficiências em habilidades, conhecimentos e domínio de conteúdos dos estudantes. A partir desses dados e alternando testes e conteúdos, o sistema monta e desenvolve um plano de estudos personalizado com conteúdos que se adaptam às necessidades específicas de cada aluno (INFOGEEKIE, 2015).

Em uma entrevista ao site Panorama Mercantil (2014), Sasaki explica que, conforme os alunos estudam em nossa plataforma nossos algoritmos aprendem sobre eles e passam a recomendar para cada aluno o conteúdo que for mais importante para ele de acordo com a identificação de suas principais deficiências de aprendizado, na ordem que atende suas necessidades e na melhor forma para ajudá-lo a atingir seus objetivos. Os benefícios da aplicação do aprendizado adaptativo alcançam todos os envolvidos no processo de educação, sejam eles alunos, professores ou gestores

escolares.

Como funciona a plataforma: (GEEKIE, 2016)

1. Aluno é diagnosticado com as matérias e assuntos da escola.
2. Cada aluno recebe um plano de estudos baseado em suas deficiências de aprendizagem.
3. O aluno estuda em seu plano de estudos personalizado e acompanha sua evolução.
4. Professores e gestores acompanham seus alunos em tempo real.

Os produtos de aprendizagem da Geekie demonstram melhores resultados de aprendizagem e é a única empresa desse tipo no Brasil que oferece uma plataforma integrada de avaliação e aprendizagem para administradores de escola, professores e alunos (EXAME, 2015).

4.2 Síntese e análise dos resultados

Apresenta-se na Figura 6 a seguir uma síntese dos dados secundários encontrados e analisados com base em um quadro analítico estruturados que permite a identificação do modelo de negócio da empresa GEEKIE.

Competência	Dimensões da pesquisa	Empresa GEEKIE
Fatores Organizacionais externos	Relacionamento com os clientes	<ul style="list-style-type: none"> • Contato com os clientes via website, e-mail, redes sociais e telefone. • Canais específicos voltado para atendimento a cada seguimento de clientes. • Recebe o feedback dos clientes e faz adaptações a necessidades.
	<i>Canais de distribuição</i>	<ul style="list-style-type: none"> • A empresa trabalha com escolas privadas e públicas além de serviço direto ao usuário físico. • Atende alunos, professores e escolas presencialmente. Serviço disponibilizado por plataforma online.
Produto	<i>Propósito de valor</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho com personalização do ensino e estudos por meio de três produtos: Geekie Test, Geekie Lab, Geekie Games que possibilitam: <ol style="list-style-type: none"> 1. Monitoração dos dados pedagógicos da escola. 2. Conteúdos e exercícios interativos em plataforma digital. 3. Autonomia para o aluno utilizar PC, tablet e smartphones em qualquer lugar. • Cada aluno aprender do jeito próprio e no seu próprio ritmo estudos personalizados e planos e métodos de ensino utilizando a tecnologia • A empresa divulga através do site próprio, em redes sociais e através de clientes parceiros. • Mostrar a todos os alunos, professores e gestores, que as soluções oferecidas são complementares ao trabalho feito pela educação tradicional. • Propósito de fornecer maior atratividade a escola. Reduzir a taxa de evasão e aumentar o desempenho do alunos e escola nos rankings nacionais.

Fatores Organizacionais internos	<i>Parceria-chave</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Secretarias Municipais e Estaduais de Educação • MEC (Ministério da Educação) • Fundação Lemann e Virtuose (fundos de investimento em educação) • Artemísia (aceleradora de startups) • Endeavor (programa de aceleração de startups). • Fundação Telefônica, Editora Moderna, Estácio, Fundação • Via Varejo, FTB Sistema de Ensino, Guaraná Antarctica, Microsoft e Instituto Unibanco. • Parcerias para Captação de recursos financeiros.
	<i>Atividades-chave</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Plataforma de ensino adaptativo que identifica as necessidades distintas de cada aluno e personaliza o aprendizado. • Desenvolvimento de software. • Atualização dos produtos. Plataforma digital utilizada para estudo.
	<i>Recursos-chave</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas envolvidas no desenvolvimento dos softwares. • Plataforma online para atendimento a prestação de serviço. • Recursos financeiros. • Local de instalação da empresa. • Equipamentos tecnológicos. • Mentoria com empreendedores com expertise.
Aspectos financeiros	<i>Custos do negócio</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe em áreas como educação, marketing, engenharia da computação, comercial e administrativo. • Equipamentos tecnológicos. • Tecnologia de terceiros.
	<i>Fontes de Receita</i>	<ul style="list-style-type: none"> • A cada venda de licença para escola particular. • Venda direta do acesso à plataforma ao aluno. • Recebe financiamento por meio de empresas privadas e órgãos públicos.

Figura 6: Modelo de negócio da Geekie

Fonte: Desenvolvido pelos autores

4.2.1 Fatores Organizacionais externos

O relacionamento externo com os clientes e o meio que a empresa Geekie utiliza para realizar a distribuição e divulgação de seus produtos é tão inovador como a ideia de serviço prestado. A empresa presta seus serviços quase que exclusivamente pela internet, os contatos diretos presenciais com os clientes acontecem quando os vendedores vão oferecer os produtos as escolas e quando ocorre o processo de implantação e adaptação da estrutura da escola para utilização dos programas oferecidos pela Geekie.

A empresa possui setores e funcionários específicos para cada plataforma e público que ela atende. O contato com a comunidade é bem amplo tendo parcerias com escola privadas, sites de ensino e escolas publicas. A rede de relacionamentos não fica restrita apenas a quem adquire um de seus produtos. A cada compra de um produto por uma escola privada, a empresa disponibiliza o mesmo serviço gratuitamente para uma escola pública o que faz com que seja melhor conhecida dentro do setor que atua.

4.2.2 Produto

Os produtos e serviços disponibilizados pela Geekie ao mercado ajudam a empresa a alcançar o valor proposto pelo projeto inicial da empresa. Com a equipe constituída, iniciaram-se o desenvolvimento dos produtos ao mesmo tempo em que eram diagnosticadas as necessidades dos nossos clientes. Perguntado sobre a dificuldade da Geekie em mostrar o valor de seus produtos para as escolas brasileiras, Sasaki responde: “O nosso desafio é mostrar que o professor é o nosso herói e o principal protagonista no processo de aprendizado. Nosso dever é ajudá-lo a tornar realidade todo o impacto que ele pode ter na vida dos alunos. Assim, com acesso as informações disponíveis em nossos relatórios, eles podem traçar atividades para melhorar a experiência de aprendizado do aluno. Plataformas adaptativas vão muito além de somente organizar informações educacionais, elas são na realidade uma forma de personalizar o aprendizado e a organização das informações é apenas consequência deste processo” (PANOMARAMERCANTIL, 2014).

A Geekie possui três produtos em seu portfólio: O Geekie Test é um simulado do ENEM, vendido para escolas, que mostra o desempenho do aluno, seus pontos fortes e fracos e um roteiro de estudos para melhorar a nota (ENDEAVOR, 2016). O Geekie Lab, também vendido para escolas, é uma plataforma online que se integra a uma sala do ensino médio. Uma parte do programa corrige automaticamente os deveres de casa dos alunos, para que o professor possa focar em intervenções mais pontuais e personalizadas. Dessa forma, ele deixa de ser um simples transmissor de informação e passa a ser um tutor, gerando mais conhecimento e valor (ENDEAVOR, 2016). A Geekie Games é uma plataforma que utiliza textos, vídeo-aulas, simulados e jogos para fins educacionais em ambiente virtual e tem o conteúdo da prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o objetivo da plataforma é ajudar o aluno a melhorar o desempenho no ENEM e use a nota para conquistar uma vaga em uma instituição no ensino superior.

4.2.3 Fatores Organizacionais internos

As parcerias que a empresa possui somada a seus recursos e atividades chave dão força as competências internas da Geekie. O apoio de vários órgãos municipais estaduais e federal aonde atua, as parcerias com instituições privadas na área da educação e entidades financeiras junto com o valor que arrecada com a venda e suporte dos produtos permite a empresa captar investimentos para novas tecnologias e desenvolver o negócio.

Os principais recursos que a empresa possui são o conhecimento de seus funcionários e a tecnologia que desenvolve ou compra de seus fornecedores. Sem esses recursos as atividades chave da empresa não seriam exercidas e tampouco a

proposta de valor aos clientes seria atendida. Um diferencial que a empresa possui é a multidisciplinaridade de talento de seus funcionários, Sassaki afirma em uma entrevista: temos vários casos de funcionários que deixaram empresas como Facebook, Google, entre outras grandes companhias pelo atrativo de poder construir algo inovador e com grande potencial de impacto social. (PANORAMAMERCANTIL, 2014).

4.2.4 Aspectos Financeiros

Como uma start-up, a empresa Geekie possui um custo relativamente baixo para manutenção e sobrevivência do negócio. A equipe de tecnologia e administrativo conseguem atender a uma grande quantidade de funcionários, sem aumentar expressivamente seus custos. Segundo Aidar (2015), a empresa passou pelo processo de aceleração com a Endeavor, que investiu financeiramente na empresa para crescimento. Outros parceiros como Artemísia e Fundação Lehman também investem e proporcionam aporte financeiro. O modelo de faturamento fica por conta da receita vinda com as vendas diretas as escolas e das vendas diretas aos alunos. A diversificação de produtos sugere que foi bem sucedido o produto inicial, pois gerou valor para os clientes com o ensino personalizado gerando a possibilidade de novos produtos voltados para outros clientes.

5 | CONCLUSÕES

O estudo do modelo de negócio da empresa Geekie identificou os produtos oferecidos nas plataformas interativas Geekie Lab e Geekie Test, através dos quais a empresa entrega o valor de educação customizada ao cliente escola e ao aluno enquanto que o Geekie Games entrega valor aos alunos, usando uma infraestrutura totalmente digital através de plataforma, sendo que o desenvolvimento das operações é feito todo pela Geekie. Pode-se perceber também que os pais dos alunos são beneficiários e participantes desse sistema, já que podem acompanhar, a partir de relatórios gerados pelas plataformas, as notas e desempenho dos filhos nos estudos. O professor também é beneficiário, pois recebe um relatório sobre notas e desempenhos dos alunos, informando quais matérias precisam de reforço em sala de aula. Com base nessas informações o professor pode orientar melhor suas aulas, itens de reforço ou necessidades de itens de reforço. Do mesmo modo as escolas também recebem relatórios das plataformas obtendo uma visão geral do desempenho de seus alunos separados por turmas e professores possibilitando ajustes nos programas e metodologias de ensino.

Mesmo com as limitações deste trabalho, pela não obtenção de dados primários com a empresa Geekie e por focar apenas em uma empresa, este trabalho vem ao encontro de uma lacuna na teoria acadêmica sobre essas novas pequenas empresas e como elas estão crescendo tão rapidamente e alcançando um público tão diverso em

seus serviços. Outra contribuição deste trabalho é para os pequenos proprietários que buscam inovar em seus negócios para conviver com os novos entrantes e sobreviver à crise que atinge todo o mercado. Pesquisas futuras serão necessárias para fornecer um estudo mais amplo do modelo de negócios de várias Start-ups, numa abordagem de cunho quantitativo, possibilitando identificar um modelo de negócio voltado a start ups TIC, que possa ser aplicado visando o bom desempenho das mesmas.

REFERÊNCIAS

ABStartups. (2016). Recuperado em 20 de julho, 2016, de: <http://www.abstartups.com.br/tudo-sobre-a-abstartups/sobre/associacao/>.

ADMINISTRADORES “Especial Startups Geekie: novas soluções para melhorar a educação do país”. 2014. Recuperado em 20 de julho, 2016, de: <http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/especial-startups-geekie-novas-solucoes-para-melhorar-a-educacao-do-pais/84506/>.

AIDAR, M. M. (2015). Caso Geekie: identificando oportunidades sociais e de negócios na educação. Recuperado em 20 de julho, 2016, de: http://ice.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Geekie_ICE.pdf.

Blank, S., & Dorf, B. (2012). The startup owner’s manual: The step-by-step guide for building a great company.

Demil, B., & Lecocq, X. (2010). Business model evolution: in search of dynamic consistency. Long range planning, 43(2), 227-246.

ENDEAVOR “A fórmula para ensinar é não ter fórmula: a empresa que está revolucionando a educação tradicional”. 2016. Recuperado em 20 de julho, 2016, de: <https://endeavor.org.br/historia-geekie-claudio-sasaki-eduardo-bontempo/>.

ENDEAVOR “Como utilizar o modelo Canvas em seu negócio”. 2014. Recuperado em 20 de julho, 2016, de: <https://endeavor.org.br/como-utilizar-modelo-canvas-negocio/>.

ESTUDARFORA “Os desafios de se criar uma startup de educação.” 2013. Recuperado em 20 de julho, 2016, de: <http://www.estudarfora.org.br/os-desafios-de-se-criar-uma-start-up-de-educacao/>.

EXAME “Geekie anuncia financiamento série B da Gera Venture, Mitsui, Omidyar Network e Virtuose”. 2015. Recuperado em 20 de julho, 2016, de: <http://exame.abril.com.br/negocios/releases/geekie-anuncia-financiamento-serie-b-da-gera-venture-mitsui-omidyar-network-e-virtuose.shtml>.

EXAME “Os nerds da educação online estão contratando”. 2013. Recuperado em 20 de julho, 2016, de: <http://exame.abril.com.br/revista-voce-sa/edicoes/178/noticias/os-nerds-estao-contratando>.

Ferreira, M. (2015). Pesquisa em Administração e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: LTC.

FOLHA “Amigos deixam mercado financeiro para criar start-up de educação”, 2014, Recuperado em 20 de julho, 2016, de: <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2014/12/1546387-amigos-deixam-mercado-financeiro-para-criar-start-up-de-educacao.shtml>.

GAVA, E. M. (2014). Concepção e análise de modelos de negócios por meio do Business Model Canvas. Recuperado em 06 de julho, 2016 de <http://repositorio.unesc.net/handle/1/2457>.

GEEKIE. 2016. Site institucional. Recuperado em 20 de julho, 2016, de: <http://www.geekie.com.br/sou->

aluno/.

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, 5, 61.

GITAHY, Y. (2011). O que é uma start up? Recuperado em 06 de julho, 2016 de <http://www.empreendedoronline.net.br/o-que-e-uma-startup/>.

Graham, P. (2012). Startup= growth. Paul Graham. <http://www.paulgraham.com/growth.html> (accessed july, 06, 2016).

Groenewegen, G., & de Langen, F. (2012). Critical success factors of the survival of start-ups with a radical innovation. *Journal of Applied Economics and Business Research*, 2(3), 155-171.

IBGE (2010). Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nas Empresas. Rio de Janeiro. Recuperado em 20 de julho, 2016, de: ftp://ftp.ibge.gov.br/Tecnologias_de_Informacao_e_Comunicacao_nas_Empresas/2010/tic_empresas_2010.pdf.

INFOGEEKIE. “Cinco perguntas respondidas sobre o Geekie Lab”, 2015, Recuperado em 20 de julho, 2016, de: <http://www.geekie.com.br/infogeekie/cinco-perguntas-respondidas-sobre-o-geekie-lab/>.

Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos de metodologia científica. In *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas.

Mizumoto, F. M., Artes, R., Lazzarini, S. G., Hashimoto, M., & Bedê, M. A. (2010). A sobrevivência de empresas nascentes no estado de São Paulo: um estudo sobre capital humano, capital social e práticas gerenciais. *Revista de Administração*, 45(4), 343-355.

Morris, M., Schindehutte, M., & Allen, J. (2005). The entrepreneur’s business model: toward a unified perspective. *Journal of business research*, 58(6), 726-735.

Nardes, F. B. S., & da Rocha Miranda, R. C. (2014). Lean Startup e Canvas: uma proposta de metodologia para startups. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 5(3), 252-272.

OECD (2013). *Measuring the Internet Economy*. Paris. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/measuring-the-internet-economy_5k43gjjg6r8jf-en.

OROFINO, M. A. R. (2011). Técnicas de criação do conhecimento no desenvolvimento de modelos de negócio. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95255>.

Osterwalder, A., & Pigneur, Y. (2011). *Business model generation: inovação em modelos de negócios*. Alta Books Editora.

Osterwalder, A., Pigneur, Y., & Tucci, C. L. (2005). Clarifying business models: Origins, present, and future of the concept. *Communications of the association for Information Systems*, 16(1), 1.

PANORAMAMERCANTIL “Empreender no Brasil é um desafio”, 2014. Recuperado em 20 de julho, 2016, de: <http://www.panoramamercantil.com.br/empreender-no-brasil-e-um-desafio-claudio-sassaki-cofundador-da-plataforma-de-ensino-geekie/>.

Prodanov, C. C., & de Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição*. Editora Feevale.

Ries, E. (2014). *A startup enxuta*. Leya.

SEBRAE SP (2014). Mercado de startups é incentivado em evento. Recuperado em 06 julho, 2016,

de: <http://www.sebraesp.com.br/index.php/component/content/article/40-noticias/inovacao/11455-feira-incentiva-mercado-de-startups>.

SOUZA, A. L. S. (2014). Concepção de modelo de negócio de startup: um estudo sobre a aplicação do modelo de desenvolvimento de clientes. Trabalho de conclusão de graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. 2014. Disponível: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/103734>.

Teece, D. J. (2010). Business models, business strategy and innovation. *Long range planning*, 43(2), 172-194.

MAPEAMENTO DAS EMPRESAS FILHAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO: EMPREENDEDORES EGRESSOS

Ivana Aparecida Ferrer Silva

Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Cuiabá-Mato Grosso.

Simone Hirata

Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Cuiabá-Mato Grosso.

Elba de Oliveira Pantaleão

Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Cuiabá-Mato Grosso.

Caryna Paes Barreto

Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Cuiabá-Mato Grosso.

RESUMO: O curso de Administração da UFMT campus Cuiabá iniciou em 1975 e formou mais de 2500 profissionais que estão movimentando o cenário econômico e social do estado e fora dele. O objetivo do estudo é mapear as empresas-filhas do curso de Administração da UFMT. Realizou-se um histórico do curso, identificando o perfil do egresso e apontou os resultados e os respectivos impactos do curso de administração para Mato Grosso. Para tal foi realizada uma survey aplicada através de formulário googleforms com perguntas fechadas e aberta, enviada por correio eletrônico, entre outras mídias sociais como

facebook, whatsapp. O universo corresponde a todos os egressos do curso e será realizada uma estratificação por década de curso para compreender as diferentes fases do egresso e momentos políticos e institucionais do curso. A amostra tem confiança de 92% e erro amostral 0,7. Tais resultados viabilizam o fortalecimento do ecossistema empreendedor através da ampliação da rede de contato e cooperação destes, com a possibilidade de criar ações para envolver egressos e empresas-filhas. Trata-se de uma pesquisa inicial que vislumbra posteriormente um aprofundamento em relação aos resultados gerados pelo curso e nas diferentes formas de melhor impactar a sociedade, pois acredita-se que a inovação e o empreendedorismo são condutores das trajetórias socioeconômicas das localidades. O trabalho é inédito e foi baseado em iniciativas de centros como o MIT (Roberts et. al, 2015) e a UNICAMP (Inglez et al, 2016) para entender como o egresso do curso está atuando no mercado e mapear as empresas filhas.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo, Empresas filhas, Perfil egresso.

ABSTRACT: The Business Administration course UFMT- Cuiabá began in 1975 and formed more than 2500 professionals who are moving the economic and social scenario of the state and abroad. The objective is to map the

companies whose entrepreneur had studied at Business Administration course UFMT. A history of the course was carried out, identifying the egress profile and pointed out the results and the respective impacts to Mato Grosso. The research was done a survey applied through googleforms with closed and opened questions, sent by electronic mail, among others social media like facebook, whatsapp. The universe corresponds to all graduated students informed by UFMT and will be held a stratification by decade of course to understand the different phases of the egress, political and institutional moments by the 40 years course. The sample will have confidence of 92% and sample error 0.7. These results enable the strengthening of the entrepreneurial ecosystem through the expansion of the network of contact and cooperation of these, with the possibility of creating actions to involve alumni and theirs companies. It is an initial research that later sees a deepening in relation to the results generated by the course and in the different ways to better impact society. It is believed that innovation and entrepreneurship are drivers of the socioeconomic trajectories of localities. The work is unprecedented and was based on initiatives from centers such as MIT (Roberts et al., 2015) and UNICAMP (Inglez et al, 2016) to understand how the graduate of the course is working in the market and mapping the spin-off companies.

KEYWORDS: Entrepreneurship, UFMT, Graduates Profile.

1 | CONTEXTUALIZAÇÃO

A sociedade se organiza institucionalmente por meio de empresas que identificam oportunidades para oferecer serviços e produtos viabilizando relações interinstitucionais que movimentam e preenchem a vida das pessoas. Acredita-se que a inovação e o empreendedorismo sejam condutores das trajetórias socioeconômicas das localidades, no sentido em que ao incorporar conhecimento aos produtos, processos e serviços, esses se tornam desencadeadores de novas conexões, estímulos e ciclos de desenvolvimento para as regiões.

De acordo com North (1993) as instituições fortes asseguram relações de confiança e geram um ambiente negocial mais previsível e com regras claras. Dentre os fatores de produção relevantes ao processo de desenvolvimento territorial estão associados a qualificação dos recursos humanos e a presença de instituições fortes subsidiando a construção da base científica de vanguarda capaz de transferir o conhecimento gerado na academia ao mercado, gerando conhecimento aplicável em produtos e serviços. Nesse sentido, a formação de um corpo gerencial coeso é fundamental para promover a articulação institucional, gerencial e comercial dos negócios cuja consequência se estabelece por meio de melhoria dos padrões de desenvolvimento nas regiões.

O curso de Administração da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) campus Cuiabá, tem consciência de seu papel institucional e vem através do presente artigo levantar os resultados gerados nos mais de 40 anos de funcionamento do curso. O objetivo maior é mapear as empresas-filhas do curso de Administração da

UFMT, campus Cuiabá. E para isso propõe-se realizar um histórico das diferentes fases do curso, identificar o perfil do egresso, apontar os resultados e os respectivos impactos do curso de administração para o estado de Mato Grosso. A relevância de tal estudo está na possibilidade de autoavaliação dos resultados e impactos do serviço público prestado pelo departamento de Administração da UFMT - campus Cuiabá para a sociedade. Contudo, os resultados viabilizam o fortalecimento do ecossistema empreendedor através da ampliação da rede de contato e cooperação destes, com a possibilidade de criar ações para envolver egressos e empresas-filhas.

Para tal foi realizada uma *survey* aplicada através de formulário *googleforms* com perguntas fechadas e abertas, cujo convite à participação da enquete foi enviado por correio eletrônico, entre outras mídias sociais como facebook e *whatsApp*, na qual os próprios egressos iam repassando a suas redes de contato. O universo corresponde à base de dados fornecida pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), unidade responsável pelos registros dos dados dos discentes na UFMT por meio do Sistema do Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) que apresentou o número de egressos de 1984 a 2016 na qual apontou um total de 2.703 concluintes. O plano amostral determinou a estratificação por década de curso para compreender as diferentes fases do egresso e momentos políticos e institucionais do curso. A taxa de resposta foi de 5%, a amostra foi de 148 respondentes dado o intervalo de confiança de 92% e margem de erro 0,7.

Além da presente introdução, o artigo se estrutura em quatro outras seções, sendo estas uma breve revisão da literatura que apresentará o contexto do curso de Administração da UFMT, discutiu-se a questão da universidade empreendedora e como o empreendedorismo pode gerar desenvolvimento às regiões. Na sequência tem-se a metodologia, as análises dos dados com discussão dos resultados e finaliza-se o artigo com as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 | CONTEXTO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFMT

A década de 1970 se revela um período político movimentado ao estado de Mato Grosso, cujo projeto de interiorização do Brasil, as políticas de incentivo à migração e os projetos desenvolvimentistas foram implementados para a ampliação do mercado consumidor interno. A meta era viabilizar a produção em escala para exportação e gerar divisas ao país (PIAIA, 2003). Em 1974 existiam 56 cursos de Administração no Brasil e Cuiabá era a única capital que ainda não possuía o curso.

Nesse ambiente institucional surge o curso de Administração da UFMT em 1975. Anos depois, com a segunda divisão do estado, Mato Grosso passou a ter 38 municípios e uma população de aproximadamente 1.138.691 habitantes, 1,2 habitantes por km², dados do IBGE, censos demográficos em 1980 (PIAIA, 2003). Era um estado pequeno, com pouca relevância nacional e com uma população que ansiava pela formação em

terceiro grau.

O curso de Administração da UFMT no campus Cuiabá teve a primeira colação de grau 1979, a clara missão de qualificar a mão de obra local para dar suporte a demanda institucional criada pelo Estado em instrumentalizar os órgãos públicos existentes e impulsionar a agroindústria de suporte ao beneficiamento de commodities. A unidade universitária ficou vinculada ao Centro de Ciências Sociais (CCS) e a matriz curricular possuía duas habilitações, elegia-se, após ter cursado um tronco comum, entre Administração de Empresas e Administração Pública, esse formato atendia ao mercado de trabalho da época para absorção dos egressos nos órgãos governamentais, autarquias e a criação do polo agroindustrial.

O projeto desenvolvimentista nacional que transformou a paisagem do estado e sua configuração político geográfico e impactou de forma significativa o cenário social, cultural e ambiental foi economicamente considerado um grande sucesso (FERRER SILVA, 2012). O curso atravessou o período militar, a transição para democracia com instabilidade política e barreiras comerciais. O número de vagas se limitava a 20 no período noturno, com entradas semestrais. O quadro de docentes, nem sempre especialistas em Administração, mas com grande experiência prática, exerciam carreira profissional no horário convencional e a docência de ensino superior no turno noturno. Pouco se gerou em conhecimento gerencial aplicado e contextualizado com a realidade regional.

Os anos 1990 ocorreram algumas transformações, em 1992, foi aprovado um novo currículo de Administração. A partir de 1997 passam a existir turmas nos períodos diurno e noturno, as vagas foram replicadas e o acesso ao ensino superior aumentou. A UFMT aderiu as demandas municipais em abrir turmas especiais nos municípios de Sorriso 1996 e 1998, Juína 1997, Água Boa 1997, Primavera do Leste 1998 e 2003, Canarana 2000. Nesse momento, o ensino ainda estava centrado na figura do professor, mas parte do quadro acadêmico já estava sendo incentivado a se qualificar em nível *Stricto Sensu*. Inicia-se uma fase de maiores possibilidades no sentido de gerar conhecimento local.

O século XXI trouxe grandes contribuições em termos tecnológicos ao processo de ensino-aprendizagem, acesso aos computadores pessoais, a internet, viabilidade de oferecer cursos na modalidade a distância, recursos não acessados anteriormente. Contudo o perfil do discente também se modificou com o excesso de informações disponíveis, o que o tornam seu saber raso e disperso, dificilmente esses se aprofundam em conhecimento clássico. A partir de 2007, em função de uma grande política nacional acesso ao ensino, amplia-se o número de vagas para ingresso no curso presencial, que passou a oferecer 80 vagas, distribuídas em 40 para cada turno. Em 2010, foi alterado o total de vagas ofertadas para 126, distribuídas em 02 entradas: 63 vagas para cada turno. O inchaço das salas de aula acaba dificultando a transmissão do conhecimento, contudo novas estruturas físicas e didáticas foram inseridas como o Ambiente Virtual de Aprendizagem, no qual o docente interage de forma online

com o discente, disponibilizando material, interagindo em chats e agregando novas tecnologias de aprendizagens. Hoje o papel do professor se transformou, atua como um mediador, que estimula e vislumbra as possibilidades que o discente em uma postura diferenciada dos anos anteriores e como um sujeito ativo e consciente de onde quer chegar, caminha por uma infinidade de mídias, projetos e programas que o leva a construir sua própria maneira de aprender e evoluir.

Em 2011 a UFMT adere a política de cotas afirmativas, permitindo o acesso diferenciado a alunos de escolas públicas, afrodescendentes, indígenas. A instituição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU) modifica em partes a dinâmica de acesso, às vezes o candidato tem o curso como uma segunda opção. Outra dinâmica recorrente é a de alunos já graduados e pós-graduados que estão voltando para sala de aula, as demandas externas que surgem são acompanhadas como uma evolução natural que se constituem parte da vida em sociedade.

O presente artigo tem como foco o curso presencial, mas desde 2006 o departamento de Administração oferece o curso na modalidade a distância em diferentes polos espalhados pelo Estado e possui o curso presencial de Administração no Campus de Rondonópolis.

2.1 A Universidade Empreendedora

O curso de Administração da UFMT foi na sua concepção formatado para capacitar o capital humano para alimentar as instituições aqui existentes, sejam elas públicas, privadas ou sociedade civil. Contudo, o mundo contemporâneo demanda transformações na forma de conduzir as relações trabalhistas e os arranjos produtivos. Há a necessidade de fomentar inovações e acompanhar as tendências do mercado. Nesse sentido, exige-se das universidades, de modo geral, adequação de sua função tradicional (formar mão de obra), para a adoção de uma postura mais próxima ao mercado e a sociedade (gerar conhecimento ao mercado). A universidade tornou-se elemento fundamental para o desenvolvimento econômico e social por meio de transferência de tecnologia e inovação difundida pelos acadêmicos, através de empresas criadas com base no conhecimento gerado na academia. Assim, ela assume dois desafios: fomentar o empreendedorismo e auxiliar as empresas no mercado. A universidade empreendedora dissemina a cultura do empreendedorismo por meio de novas empresas (spin-offs, startups) gerando renda, emprego por meio de infusão de economia local, regional ou nacional com base no conhecimento, inovação e tecnologia, ou seja, transforma o conhecimento em propriedade intelectual. ZANATA et al (2016); ETZKOWITZ (2001)

Para Etzkowitz (2001) as universidades estão se tornando organizações híbridas, na qual integra os seus objetivos entre ensino, pesquisa e desenvolvimento local, e faz parte da Hélice Tríplice (Universidade, indústria e governo). Esses atores interagem

entre si, e juntos contribuem para o ecossistema empreendedor: das Incubadoras de base tecnológicas, empresas juniores, pesquisa, mentores, professores considerados como promotores do empreendedorismo; a indústria e seus investidores, serviço de suporte ao negócio; e o governo fomentando os Parques tecnológicos, acesso ao crédito e políticas públicas podem viabilizar um suporte operacional e comercial para alavancar e estimular o funcionamento de novas empresas.

No Brasil, segundo a quarta edição da pesquisa feita nas universidades brasileiras realizada pelo SEBRAE em parceria com a ENDEAVOR (2016), cerca de 5,7% dos estudantes nacionais já empreendem. A pesquisa mostrou que a maior parte dos empreendedores universitários são micro e pequenos empresários e 0,7% possui média ou grande empresa (a partir de 50 contratados). O resultado apontou que 73,3% não tem a intenção de abrir um negócio, a grande maioria (43%) dos que não querem empreender pretendem trabalhar no setor público, já a segunda opção (27%) é trabalhar em uma grande empresa. Apesar disso, o principal motivo para não ter interesse de empreender (29,9%) nunca pensou no assunto.

Nessa visão, Oliveira et al (2013) corrobora que a educação de empreendedorismo no Brasil é limitada ao ensino clássico voltado para formar profissionais, que em sua grande maioria, sairão aptos para trabalhar em grandes organizações públicas ou privadas, e não para gerar o próprio emprego. Em função disso e de outras variáveis como a falta de cultura empreendedora quanto ao medo do fracasso e de se arriscar é uma barreira para o ecossistema empreendedor no Brasil.

O Curso de Administração da UFMT campus Cuiabá tem se mobilizado no sentido de acompanhar o fenômeno do empreendedorismo, trabalhado através do estímulo as maratonas empreendedoras, desafios, hackatons, cursos de extensão e nas atividades complementares. Contudo cabe ao discente a proatividade de aderir às possibilidades oferecidas. Conforme Ferrer Silva et al (2016) identifica-se o fenômeno do aluno-empresário que cedo desperta o potencial empreendedor que possui e inicia seu negócio ainda na academia. Empreendedor nato que se apropria do ferramental da academia e explora o comportamento pessoal e atitude para gerar e gerir negócios.

2.1.1 Como o Empreendedorismo Pode Gerar Desenvolvimento as Regiões

As universidades estão pesquisando sobre seus alunos egressos para promover o fortalecimento da rede de Empresas-filhas e subsidiar o ecossistema de empreendedorismo no entorno da universidade, como é o caso Inova Unicamp. Para Zannata et al (2016) o caso da Unicamp os resultados mostram que os ex-alunos de graduação apresentavam maior propensão a empreender. A taxa de empreendedorismo dos egressos Unicamp respondentes foi de 7,7%. Na vanguarda do empreendedorismo no mundo está o Instituto de Tecnologia de Massachussetts (MIT, 2014), verificou que 25% dos egressos respondentes tinham a intenção de realizar atividades empreendedoras e criaram uma ou mais empresas (Roberts et al.,

2015). No intuito de compreender as capacidades empreendedoras, Martins (2011), baseando-se nos estudos de Rae e Carswell (2000) e também Minniti e Bygrave (2001), considera que, para o desenvolvimento de capacidades empreendedoras, é essencial a habilidade de aprender. Dessa forma no processo de desenvolvimento do empreendedor, a aprendizagem é essencial no empreendedorismo. Sobre a aprendizagem empreendedora, Man (2005) considera uma “competência”, capaz de gerar outras competências. Considera importante analisar o processo de aprendizagem do empreendedor a partir de três abordagens: cognitiva, experiencial e de networking.

Os impactos causados pelo empreendedorismo são diversos, visto que a pessoa empreendedora é capaz de transformar a realidade de uma região com seu conhecimento e criatividade. Schumpeter (1983) enfatiza que o empreendedor é um agente inovador que com sua atitude proativa consegue gerar valor para a sociedade por meio dos negócios, isto é, disponibilização de novos produtos e serviços, mercados e tipos de organizações que solucione algum problema específico e tenham significado para as pessoas.

A pesquisa Global Entrepreneurship Motor- GEM e SEBRAE (2015), aponta que o empreendedorismo vem crescendo no Brasil (39,3%) e que em cada 10 brasileiros, quatro são empreendedores ou fazem parte de alguma maneira da criação de uma empresa, destes, 42% são empreendedores por oportunidade.

Oliveira et al (2013) afirma que o desenvolvimento de um ecossistema empreendedor viabiliza a inovação, mas para isso é preciso atentar para as peculiaridades de cada região visto a necessidade da realidade local e o envolvimento dos atores. Entretanto, a região centro-oeste está em uma posição geográfica desfavorável, longe de grandes centros econômicos e encontra dificuldades de atrair investimentos de Venture Capital, revela o relatório Índice de Cidades Empreendedoras (2016) elaborado pela Endeavor. O mesmo indica que o Índice do empreendedorismo na cidade de Cuiabá teve uma melhora, e ficou em 24º lugar no ano de 2016, mais ainda há fatores que inviabilizam o ecossistema empreendedor no estado, o cenário brasileiro de empreendedorismo é pouco motivador, visto diversas variáveis do modelo regulatório, como as questões burocráticas e legislações tributárias, trabalhista, além da dificuldade quanto a recuperação das empresas que vão a falência. Mostrou também que o governo brasileiro tem adotado medidas que estimulam a abertura de empresas, mas essas possuem limitações e restrições, tornando-se tampouco insuficiente.

3 | METODOLOGIA

O presente artigo é um estudo exploratório descritivo operacionalizado através de uma *Survey* aplicada aos egressos do curso de Administração. E tem por objetivo mapear as empresas-filhas do curso de Administração da UFMT campus Cuiabá, baseando-se em movimentos como o MIT e da Unicamp em entender melhor o perfil

de seu egresso e fortalece-los em rede para otimizar e projetar seus empreendimentos e negócios. A pesquisa qualitativa com dados secundários foi executada via pesquisa documental, analisando documentos e resoluções institucionais. Para o levantamento dos dados primários utilizou-se a técnica de questionário com os egressos do curso de administração e entrevista gravada e transcrita com docentes ativos, que possuem mais de 15 anos na docência nesta, tais coletas subsidiaram a constatação de dados histórico das diferentes fases do curso. As entrevistas aconteceram individualmente no departamento de administração da UFMT entre os dias 01/06/2017 e 06/06/2017, com dois professores efetivos do departamento, neste trabalho denominados como A e B. As principais questões levantadas aos docentes remetem as mudanças percebidas em relação ao perfil dos estudantes e dos docentes, além de como a questão empreendedora vem sendo trabalhada no decorrer desses 40 anos.

Os dados quantitativos foram coletados via formulário eletrônico entre os meses de março a junho de 2017, o questionário foi elaborado através do googleforms e encaminhado nas redes sociais (*facebook, e-mail, whatsapp*). O universo corresponde a base de dados fornecidas pela instituição de 1984 a 2016 na qual apontou um total de 2.703 concluintes do curso de Administração. Houve dificuldade em adquirir os dados internamente em razão da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Os dados foram solicitados pelo Sistema do Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), referente a todos os egressos do Curso de Administração/UFMT – Campus Cuiabá em abril/2017, com resposta em maio/2017 contendo relatório sobre o quantitativo de egressos desde 1984 até 2016. A amostra foi estratificada por década do curso, para compreender as diferentes fases do egresso e momentos políticos e institucionais.

Estratos por Período	Egresso População	Porcentagem dos estratos	Amostragem estratificada proporcional
1984 a 1990	624	0,23085	14
1991 a 2000	910	0,33666	24
2001 a 2010	810	0,29967	71
2011 a 2016	359	0,13282	38
TOTAL	2703	100%	148

Tabela 1-Plano Amostral Estratificado Proporcional por Período

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A amostra foi de 148 discentes dado o intervalo de confiança de 92% e margem de erro 0,07. O formulário foi construído tomando por base pesquisas pré-existentes (Unicamp, 2016) e a revisão de literatura utilizada e lançado nas redes sociais em 27 de março de 2017 o formulário no *googleforms* contendo 22 perguntas fechadas e abertas, continha o convite a participação da enquete e foi enviado por correio eletrônico, via mídias sociais e próprios egressos iam repassando a suas redes de contato. Houve a preocupação em ser bem objetivo para não inviabilizar que os egressos rejeitassem

a pesquisa. A maior dificuldade foi em chegar até o egresso e a estratégia utilizada foi o contato pelas redes sociais. A UFMT por meio do site institucional e o CRA-MT auxiliaram na divulgação do *link* a os discentes egressos e os docentes do quadro, em especial os egressos. Uma das limitações do estudo está na dificuldade em ter acesso ao egresso e o mesmo aceitar responder ao questionário. Outro fator que merece destaque é que o perfil da maioria dos respondentes é a de jovens, cuja familiaridade com as mídias digitais é maior, fato que justifica a menor adesão por parte dos respondentes da meia idade. Os dados coletados foram tabulados em planilhas eletrônicas e nos trazem informações relevantes a autoavaliação do curso e posteriormente poderá gerar uma rede de cooperação entre as empresas filhas.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Fatos relevantes na história do curso de Administração da UFMT

A fundação do curso de administração ocorreu no ano de 1975, período de formação econômica e social, pois já se falava sobre a segunda divisão do estado em função de disputa política e econômica, entretanto somente dois anos depois essa separação ocorre oficialmente, por meio da lei complementar que cria o estado de Mato Grosso do Sul. Buscava-se naquela época o desenvolvimento e crescimento do estado de Mato Grosso, que recebia migrantes de outras regiões e países, era preciso estruturar a gestão pública, que na ocasião estava abalada. Esse contexto fica claramente evidenciado na resposta da professora Dra. A., quando diz que:

[...] O curso surge com um viés para administração pública, porque se buscava isso naquela ocasião, dar estruturas para a área pública e também se buscou na área privada, só que aquele momento era o momento do fazer, então embora a Universidade buscava se inserir como uma unidade do saber, ela vem colaborar para o desenvolvimento regional do Mato Grosso e do Brasil.

Na década de 90, houve a política a interiorização do curso de administração, através de convênios com as prefeituras de cidades que não possuem campus da UFMT. Com essa alternativa, os municípios de Sorriso, Juína, Água Boa, Primavera do Leste e Canarana puderam ter turmas especiais do curso de Administração.

Na década de 2000, a adesão do Departamento de Administração ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e expansão da Educação a Distância (EaD), possibilitaram o aumento no número de vagas ofertadas nas modalidades presencial (dobro do número de vagas nos turnos matutino e noturno) e à distância, sendo esta em primeiramente em parceria com o Banco do Brasil.

O pioneirismo do curso na área de empreendedorismo inicia-se em 2008, um Seminário de empreendedorismo coordenado pela professora Dra. C., com objetivo de disseminar o empreendedorismo. Dois anos depois juntamente com dois

estudantes de administração que trabalhavam na Empresa Junior da Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis (FAECC), hoje Fácil Consultoria, fundam a incubadora, que foi a semente do Escritório de Inovação e Tecnologia (EIT). Esse período é lembrado pelo prof. Dr. B, quando perguntamos sobre a orientação dos alunos para o empreendedorismo:

[...] nessa década tentava levar aos nossos alunos a questão do empreendedorismo, que prova é que nesse período aconteceu até um seminário aqui na universidade eu me lembro muito bem que foi no teatro Universitário, coordenado pela professora C. e o centro acadêmico de administração né, [...] que o objetivo era mostrar a questão dessa ação empreendedora para o profissional de administração e para outros profissionais da universidade, [...] então esse seminário foi bem aberto né e aconteceu bem na época que estava muito falado aquele livro “O Segredo de Luísa”. [...]

Com a criação do EIT, que de acordo com a Resolução CD/UFMT 17/2016 tem por finalidade a gestão de política institucional de inovação da UFMT, buscou-se no âmbito institucional a promoção e o apoio às iniciativas de inovação tecnológica e empreendedorismo dos estudantes, criando inclusive a possibilidade de concessão de bolsas aos estudantes de graduação e aos graduados com pós-graduação *stricto sensu*. Além disso, identifica-se um cenário mais propício para o empreendedorismo na última década, em função de ter professores mais qualificados com grupos de pesquisas e atividades de extensão, conforme a fala da professora Dra A. quando perguntamos sobre o perfil do professor e a orientação dos alunos para o empreendedorismo:

[...] hoje os professores são voltados a pesquisa, assumem projetos de pesquisa, coisa que não existia. E hoje nós temos um corpo profissional de excelência, muda totalmente o grau do departamento porque você tem um corpo docente doutores. [...] O empreendedorismo é mais visto até porque antigamente não existia nem essa palavra empreendedorismo, não existia essa formatação. É recente isso, só que é recente, mas com muita força.

Houve diversas transformações no curso, e um contínuo de conhecimento, e hoje os docentes já reconhecem o empreendedorismo e sua importância.

4.2 Perfil dos egressos do curso de administração

Cerca de 8,3% dos respondentes egressos concluíram o curso na década de 2001 a 2010, período de maior difusão da internet e mídias sociais. Apesar de 70,5% dos egressos considerarem empreendedores, 65,5% responderam que o curso de administração despertou o empreendedorismo, mas menos de 20% tem o seu próprio negócio.

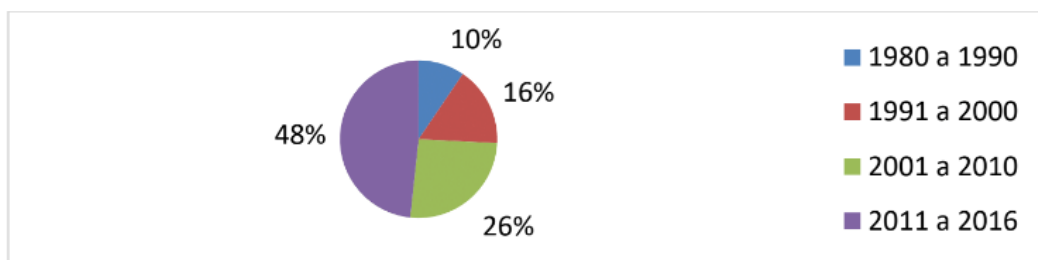


Gráfico 1- Período de Conclusão do Curso de Administração na UFMT

Fonte: Elaboração dos autores

Os egressos em sua maioria são jovens com idade entre 25 a 32 anos (31,3%), acredita-se que seja pelo fato da maioria ser formados na última década, e são do sexo feminino (55,1%), indicando uma maior participação em sala de aula nas últimas décadas.

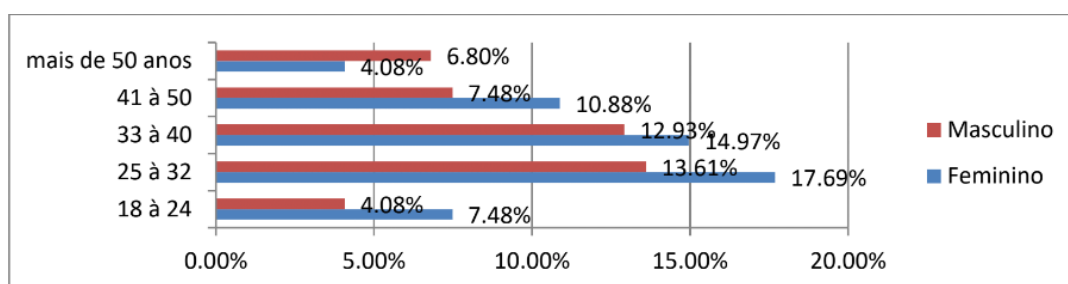


Gráfico 2- Perfil geral –Sexo e Idade

Fonte: Elaboração dos autores

No contexto da empregabilidade 41,8% são funcionários públicos, o que converge com os resultados da pesquisa nas universidades feita pela Endeavor (2015) e pelo Sebrae (2016) que aponta que a maioria dos alunos após concluir o ensino superior vão trabalhar no setor público, por não querer correr riscos e não saber lidar com o insucesso do negócio. A ocupação dos egressos é dominante no mercado de trabalho, pois cerca de 89,4% trabalham atualmente, e 6,1% atuam como bolsista/estudante de pós-graduação ou estudam para concursos públicos.

Ocupação	1980 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2010	2011 a 2016	Total Geral
Sou empresário	1,4%	4,8%	10,3%	1,4%	17,8%
Sou funcionário de uma empresa privada	0,0%	2,7%	9,6%	9,6%	21,9%
Sou funcionário público	6,2%	8,2%	20,5%	6,8%	41,8%
Desempregados	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	2,7%
Outras ocupações	2,1%	0,0%	8,2%	5,5%	15,8%
Total Geral	9,6%	15,8%	48,6%	26,0%	100,0%

Tabela 2 . Ocupação por período de conclusão do curso

Fonte: Elaboração dos autores

Outro fator relevante foi que 4,79% dos que responderam que estão desempregados são egressos que formaram entre 2011 a 2016 que por algum motivo não conseguiram se colocar no mercado de trabalho, mas não estão desocupados, estão se qualificando para inserção no mercado de trabalho como estudantes de pós-graduação *stricto sensu* e para concursos públicos. Entre estes, um relata na questão aberta (opcional) que antes de concluir o curso era microempresário, e que o curso ajudou muito enquanto tinha o empreendimento.

Busca oportunidade e toma iniciativa	52%
É comprometido	44%
É persistente	37%
Exige qualidade e eficiência	33%
Planejamento e monitoramento sistemático	33%
Busca informações	30%
Corre riscos calculados	30%
Persuasão e rede de contatos	19%
Independência e Autoconfiança	15%
Estabelecimento de metas	7%

Tabela 3 - Características que os empreendedores veem em si

Fonte: Elaboração dos autores

Dentre as características que os egressos empreendedores indicaram possuir, solicitamos que escolhessem apenas 3 opções sendo as principais: 1) busca oportunidades e toma iniciativa, apontada por 52% dos respondentes, seguida de 2) é comprometido, indicada por 44% e, por 3) é persistente (37%), indicando que são características individuais que predominam na percepção dos empreendedores.

4.3 Perfil das empresas filhas

Aproximadamente 18,2% dos egressos ousaram a empreender, foram abertas empresas principalmente no ramo de serviços (57,7%), seguido do comércio, com (26,9%). Na década de 2010 em diante foi o período apurado com maior abertura de empresas, isso se justifica pelo trabalho e empenho de algumas empresas fomentadoras de colocar em prática a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, pois apesar de ser sancionada em 2006, somente em 2012 essa política governamental realmente estimulou o empreendedorismo.

Microempresa é o porte predominante das empresas filhas (53,8%), empresa de pequeno porte (23,1%), empresa de médio porte (11,5%), microempreendedor individual (7,7%) e empresa de grande porte (3,8%), conforme o gráfico 3. As empresas filhas contribuem para o desenvolvimento local de Mato Grosso, pois 50% são localizadas em Cuiabá, e (19,2%) em outro município do Estado, entretanto, pelo porte das empresas, o seu impacto na geração de emprego e renda é pequeno. O resultado

da pesquisa apontou que são poucos que empreendem na cidade de Várzea Grande (7,7%), que apesar de estar a 7 km a leste de Cuiabá e ser a segunda maior cidade do estado em termos populacionais e considerada a cidade industrial, demonstra não ter um ambiente favorável ao empreendedorismo.

A quantidade de empresas filhas no Estado de Mato Grosso é predominante (74%), entretanto, desse total por corresponderem em 80% como microempresas ou empresa de pequeno porte e apenas 15% de grande e médio porte, os empregos na região representam 49,46% do total gerado pelas empresas filhas.

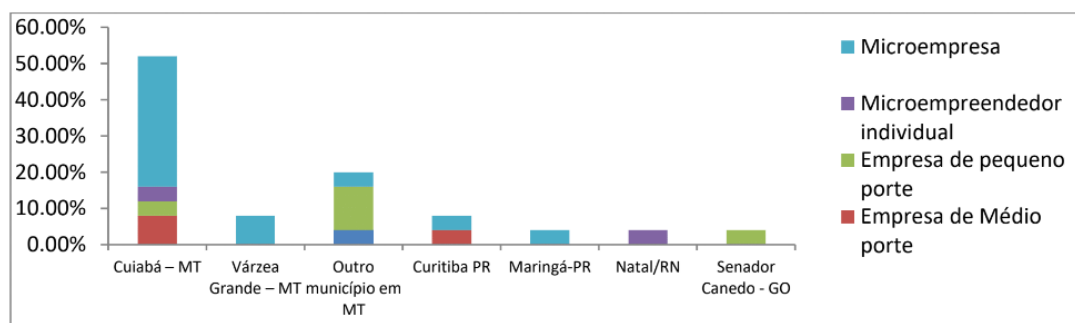


Gráfico 3 - Empresas por porte e localização

Fonte: Elaboração dos autores

As empresas que mais geram postos de trabalho (200 cada) estão localizadas 1 em Curitiba/PR e outra em outra no interior de Mato Grosso. Entre outros municípios com empreendedores egressos estão: Senador Canedo – Goiás e Natal-Rio Grande do Norte, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual respectivamente. Esses dados vão ao encontro com a pesquisa feita pela Endeavor (2015) e Sebrae (2016) que apontam que 95% dos empreendedores universitários são de pequenos negócios.

Cidade Estado	Empregos Diretos
Cuiabá/MT	75
Várzea Grande/MT	5
Outros municípios de MT	279
Curitiba/PR	201
Maringá/PR	2
Natal/RN	1
Senador Canedo/GO	1
Total	564

Tabela 4. Total de empregos diretos gerados por localização da empresa

Fonte: Elaboração dos autores

Com relação à contribuição dos conhecimentos adquiridos no curso para a gestão da empresa, temos que as contribuições nas opções total (16%) e muito (32%), correspondem ao percentual de 48% do total, e que as percepções de contribuição

razoável (40%) ou pouca (12%), somam 52%, indicando ponto para melhoria na visão dos empreendedores para que o curso possa atender melhor as necessidades para gestão.

Os egressos demonstraram que possuem um perfil de empreendedor muito comum no mercado, com modelos de negócios já existentes, de forma que não geraram nenhuma ruptura com a criação de negócios inovadores, apesar da pesquisa apontar que 96,30% deles fazem busca por inovação, dos 18,52% por meio de Pós-graduação/ Mestrado/ Doutorado.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora existam 27 empresas-filhas abertas e mais de quinhentos postos de trabalhos diretos oriundos do desdobramento dos serviços prestados pelo curso de Administração Cuiabá a sociedade, em uma amostragem de 148 pelos egressos do curso de Administração da UFMT respondentes à pesquisa, verifica-se que o curso não gerou inovação local, mesmo que 74% das empresas filhas estejam localizadas dentro do Estado de Mato Grosso, a formação de capital humano e intelectual se limitou a cumprir as funções de instrumentalizar o corpo técnico burocrático do Estado e pouco se gerou em conhecimento que pudesse aproveitar as idiossincrasias regionais. Nesse sentido, Mato Grosso evolui nos indicadores de educação de terceiro grau, mas ainda mantém uma estrutura socioeconômica dependente de uma trajetória produtiva que gera crescimento econômico, mas muita desigualdade social e impacto ambiental, mantendo a produção de commodities para exportação como sua principal fonte de receita.

Disciplinas e eventos que colaboram no desenvolvimento de competências empreendedoras foram desenvolvidos pontualmente nas décadas passadas, de forma que o curso de Administração pouco contribuiu ou incentivou os egressos a empreenderem e ou gerarem conhecimento, produtos e serviços oriundos de sua própria realidade regional. Observou-se que falta uma articulação sistêmica entre as empresas-filhas criadas pelos egressos do curso de Administração ou da universidade, sugere-se que por meio dessa pesquisa tais atores possam viabilizar um processo sinérgico de cooperação, criar uma rede de empresas filhas do curso de administração, sendo esta também um incentivo para criar a rede das spin-offs da UFMT.

Cabe observar que é papel da universidade incentivar a formação de novos conhecimentos, produtos, serviços e empreendedores inclusive com mecanismo de ingresso ou permanência no mercado de trabalho. Identificou-se, nos últimos anos, tanto a UFMT, o EIT, como o governo estadual tem intensificado as ações que fomentam o empreendedorismo por meio de atividades extracurriculares como Maratona Células Empreendedoras, *Startup Weekend* Cuiabá, Conferência Anprotec e o MT *Stars*, MT Criativo, além da idealização do Parque Tecnológico.

Tais reflexões nos levam a perceber que o curso sempre atendeu aos objetivos institucionais maiores e capacitou o capital humano do estado, imprimindo significativo resultado na estruturação da matriz produtiva do estado, refletido no PIB, qualificou capital humano e intelectual e é tido como um exemplo de crescimento econômico. Contudo o século XXI exige novos desafios, em especial o de trabalharmos transversalmente temas como a sustentabilidade, o empreendedorismo, os negócios de impacto. É fundamental voltar os olhares para a própria realidade local e construirmos conhecimento, produtos e serviços inovadores e sendo, acima de tudo, grandes empreendedores. Para irmos além do crescimento econômico e passarmos a gerar desenvolvimento, ou seja, um crescimento qualitativo a sociedade. Ao ponto de transformar os indicadores estaduais, através de uma legião de Administradores comprometidos com a qualidade de vida de nossa sociedade. Cabe às instituições viabilizar o desenvolver de um ecossistema empreendedor local, com práticas inovadoras que sejam capazes de transformar o estado de Mato Grosso, oportunizando justiça social, equilíbrio ambiental, valorização cultural e igualdade de oportunidade a sociedade.

Sugere-se para estudos futuros uma pesquisa com as empresas filhas da UFMT para verificação de negócios de base tecnológica, verificando a quantidade de patentes criadas e a gestão da propriedade intelectual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 82.737, de 28 de novembro de 1978.** Concede reconhecimento ao curso de Administração, da Universidade Federal de Mato Grosso, com sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Diário Oficial da União.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <https://goo.gl/DCD6kW> . Acesso em: 19/06/2017.

Endeavor Brasil. **Índice de Cidades Empreendedoras (2016).** Disponível em <<http://superaparque.com.br/upload/20161214-041220-cidadesempreendedoras.pdf>>Acesso em 25 de maio de 2017.

ETZKOWITZ, H. **The Second Academic Revolution and the Rise of Entrepreneurial Science.** IEEE Technology and Society Magazine, Summer, 2001.

FERRER SILVA, I.A. **Inovação sustentável na indústria do Estado de Mato grosso: setores de alimentos e madeireiro -1970-2012** .Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012. 232 f.

FERRER SILVA, I. A., et al.Elementos empreendedores em acadêmicos do Curso de Administração da UFMT, campus Cuiabá. **26ª Conferencia Anprotec de Empreendedorismo e Ambientes de Inovação.** 2016 Fortaleza CE. Disponível em:<http://www.anprotec.org.br/moc/anais/ID_101.pdf> Acesso em 09 de maio de 2017.

GLOBAL ENTREPRENUERSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil: 2015.** Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; Mariano de Matos Macedo [et al] Curitiba: IBQP, 2015.

MAN, T. W. Y. **Profiling th Entrepreneurial Lernaning Patterns: A Competency Approach.**, School of Management, University of Surrey. IntEnt, 2005.

MARTINS, Eber L. C. **Monitoramentoinformacional do ambiente de negócios na micro e pequena empresa (MPE): estudo do comércio varejista de materiais para construção de Cuiabá/MT.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação- UnB. Brasília/DF, 2011.

MINNITI M. e BYGRAVE W.A **A Dynamic Model of Entrepreneurial Learning, Entrepreneurship Theory and Practice**, vol. 25, pp. 5-16, 2001.

NORTH, D. **Institutions, institutional change dnd economic Performance.**[S. I]: Cambridge CambridgeUniversity Press. 1993.

OLIVEIRA, C. A. A. de, et. al. **O Ecosystema Empreendedor Brasileiro de Startups: Uma análise dos determinantes do empreendedorismo no Brasil a partir dos pilares da OCDE.** Nova Lima, MG, Fundação Dom Cabral (2013). 51 p

PIAIA, I. I. **Geografia de Mato Grosso.** 3 ed. Cuiabá: UNIC, 2003.

RAE, D; CARSWELL, M. Towards a conceptual understanding of entrepreneurial learning. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, vol. 8 nº. 2. 2000.

ROBERTS, E.B; MURRAY, F; KIM, J.D. **“Entrepreneurship and Innovation at MIT: Continuing Global Growth and Impact”.** Dezembro 2015.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: AbrilCultural, 1983.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E ENVEAVOR. Relatório digital: **Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras**, 2016. Disponível em <<https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F6588%2F1476473621Relatorio+Endeavor+digital+%283%29.pdf>> Acesso em 25 de maio de 2017.

ZANATTA INGLEZ, M. N.,et al. **O perfil empreendedor dos egressos da UNICAMP. 26ª Conferencia Anprotec de Empreendedorismo e Ambientes de Inovação.** 2016 Fortaleza CE. Disponível em:<http://www.anprotec.org.br/moc/anais/ID_91.pdf> Acesso em 09 de maio de 2017.

_____. Resolução CD ° 77/1974.Dispõe sobre a criação do curso de Administração na UFMT. Disponível em: <<https://goo.gl/5271Fg>>. Acesso em 23/04/2017.

_____. Resolução CD nº 17/2016. Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica para o ambiente produtivo e a proteção da propriedade intelectual, no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Disponível em: <https://goo.gl/t7z4S2> . Acesso em: 17/06/2017.

_____. Resolução CD nº 02/15. Dispõe sobre criação do programa de apoio à inovação tecnológica e empreendedorismo da Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em: <https://goo.gl/t7z4S2> . Acesso em: 17/06/2017.

PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO INOVADOR DO SENAI: “DESAFIO SENAI+INDÚSTRIA - FASE PRÉ-CELERA”

Carla Santos de Souza Giordano

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do
Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - RJ

Gabriela Maria Amorim Padilha

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do
Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - RJ

Fabircius Nascimento Garcia Neto

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do
Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - RJ

Ricardo Marques Diniz

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do
Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - RJ

William Guimarães Lima

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do
Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: O Programa SENAI Mais Indústria (PSMI) Fase Pré-acelera alia inovação à educação profissional no intuito de preparar mão de obra qualificada para superar os desafios das indústrias em tempos atuais, desenvolvendo habilidades empreendedoras e adquirindo conhecimentos e ferramentas de inovação. A fase de pré-aceleração consistiu em um pacote de mentorias técnicas, de empreendedorismo

e inovação que permitiram aos alunos desenvolverem protótipos funcionais de suas ideias e validarem seu modelo de negócios com futuros clientes. De forma expressiva, em dois ciclos do programa realizados, atingimos resultados relevantes, como 32 projetos apresentados, 124 alunos capacitados e a formalização de duas empresas.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo; Pré-aceleração; empreendedorismo inovador; soluções inovadoras; Demoday.

1 | INTRODUÇÃO

O mundo está em plena mudança, as novas tecnologias estão proporcionando transformações profundas nos processos industriais, nas relações entre as pessoas, nos modelos de negócios. A inovação se fortalece na pauta das empresas como saída para a competitividade e perpetuação no mercado.

Nesse contexto, emerge algumas questões: quais são as competências necessárias para os desafios do novo cenário? Como preparar a mão de obra para atuar nesse cenário.

O Programa Desafio SENAI Mais Indústria (PDSMI) na sua Fase Pré-acelera traz para os alunos dos cursos técnico do SENAI

o conceito de empreendedorismo e inovação contribuindo para o desenvolvimento de competências para atuação em projetos de inovação por meio da experiência de atuação como empreendedor. Assim, pretende-se preparar esses alunos para trabalharem no novo cenário mundial. O PDSMI é um programa de empreendedorismo no qual projetos são acelerados em um ambiente de coworking situado em Escolas do SENAI-RJ. Hoje o programa conta com cinco espaços espalhados no Estado e com perspectiva de chegarem a oito espaços até meados de 2019.

Além da possibilidade de estarem fisicamente estabelecidos nos espaços de coworking, os alunos empreendedores contam com o acompanhamento de mentores de inovação, e as infraestruturas dos Fablab, e apoio dos Institutos de Tecnologia e de Inovação do SENAI para apoio aos projetos.

O objetivo principal dessa etapa do programa é a validação da ideia dos alunos para a solução de um problema real da indústria e o desenvolvimento de um mínimo produto viável (alguns chegam até um MVP Concierge que consiste em fazer manualmente o que o produto faria automaticamente). Em resumo, buscamos fomentar o desenvolvimento de competências profissionais dos participantes como forma de qualificar mão de obra para inovação.

2 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Desenvolver um programa de pré-aceleração de projetos de alunos empreendedores do SENAI-RJ;
- Capacitar os alunos com conceitos de empreendedorismo e inovação;
- Desenvolvimento de MVP para solução de problemas reais da indústria;

3 | DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

O PDSMI é dividido em duas fases: Fase Integra na qual os alunos ainda nos cursos técnicos recebem desafios enviados pela Indústria e desenvolvem propostas em equipes multidisciplinares e a Fase Pré-Acelera na qual os alunos empreendedores validam as ideias e desenvolvem um MVP. Esta última fase será o foco do presente trabalho.

A Fase Pré-Acelera é iniciada com a pré-seleção de projetos com maior potencial de inovação que terminaram a 1ª fase do programa. Os projetos são avaliados pelos seguintes critérios, por uma equipe da área de tecnologia e inovação do SENAI-RJ:

- Analisar se o projeto pode ser caracterizado como negócio inovador de base tecnológica. Não é necessário que seja uma inovação radical, mas algum elemento do projeto deve trazer um aprimoramento de produto/serviço, de

processos ou de modelo de negócios. Pretende-se também valorizar projetos que tenham impacto inovador em alguma cadeia produtiva;

- Avaliar, de maneira geral, a proposta apresentada como solução para um problema real;
- Analisar se existe ou poderá existir demanda para o produto ou serviço apresentado e se essa demanda atende a um setor
- Capacidade de desenvolvimento do projeto a partir dos conhecimentos/competências adquiridas ao longo dos cursos praticados pelos alunos.

Após a primeira pré-seleção, os projetos são selecionados em bancas regionais compostas por atores do sistema regional de inovação. Os alunos empreendedores apresentam os pitches de 5 minutos, a banca faz perguntas e avalia os projetos com base em critérios como: Grau de Inovação e Impacto na Indústria, Solução de um Problema Real, Abrangência da proposta para o setor, e Perfil da equipe. No final, os resultados são consolidados e o resultado anunciado.

As equipes selecionadas ficam dedicados nos espaços de pré-aceleração (sala de coworking próxima aos SENAI FabLabs) durante quatro meses. Nesse período, eles recebem auxílio alimentação e transporte além de recurso para desenvolverem os protótipos, mentorias, e acompanhamento da equipe da Gerência de Inovação da Firjan semanalmente em encontros presenciais e virtuais. Contam também com acesso aos Fablabs das escolas para testes e prototipação e com a estrutura dos Institutos SENAI de Tecnologia e Inovação.

Após os quatro meses, os alunos empreendedores apresentam seus pitches no Demoday do Pre-Acelera no qual empresários, representantes de empresas, aceleradoras e demais atores do Sistema Regional de Inovação tem a oportunidade de conhecerem os projetos, e eventualmente estabelecerem parcerias para o desenvolvimento do negócio.

No segundo ciclo particularmente, os alunos participaram ainda de um Bootcamp, realizado um dia antes do Demoday. O foco foi trabalhar as habilidades de Pitch dos participantes por meio de apresentações para uma equipe composta pela aceleradora Sai do Papel e setores estratégicos da Firjan. Dessa maneira as equipes puderam aprimorar ainda mais suas apresentações para o dia de apresentações principal.

4 | RESULTADOS

No 1º ciclo do Programa foram pré-selecionados 60 projetos em um universo de 277 e, após as seleções regionais, 20 foram selecionados para participarem do programa, e 18 se apresentaram no Demoday. O programa contou com a participação total de 66 alunos.

Resultados gerais do 1º ciclo do programa:

- 66 alunos participantes
- 2 alunos foram contratados por empresa participante da 1ª etapa do programa.
- Dois projetos se formalizaram como MEI;
- 3 Empresas ficaram interessadas nos projetos.
- 1 grupo em parceria com investidor anjo teve seu projeto aprovado na 1ª etapa do Edital da Industria.

No 2º ciclo, foram pré-selecionados 160 projetos em um universo de 333. Após a etapa de seleção regional foram selecionados 18 grupos para participarem do programa, e 14 se apresentaram no Demoday. Neste ciclo, o programa contou com 58 alunos participantes.

Resultados do 2º ciclo

- Parceria com uma aceleradora local para mentoria sobre a metodologia de pré-aceleração para a equipe de inovação da Firjan, e para os alunos participantes da fase Pré-acelera.
- Treinamento da equipe de inovação pela equipe da Universidade de Berkeley (Califórnia). Durante a fase Pré-acelera foram utilizados conhecimentos e técnicas baseadas na metodologia aprendida.
- Palestras de 2 empresas de sucesso do Estado do Rio de Janeiro
- As duas Startups selecionadas no Demoday do segundo ciclo participaram do evento SIC – Startup Insight & Connection da aceleradora Sai do Papel e foram incubadas no OITO, tendo acesso à rede de Startups dessa iniciativa.
- Acordo de cooperação entre uma empresa e um dos projetos apresentados no Demoday para teste do protótipo na linha de produção.

4.1 Percepção dos Alunos sobre o Programa

No final dos dois ciclos, os alunos participaram de uma pesquisa sobre o programa. Os principais resultados foram:

1. Posicionamento dos alunos quanto à participação em programa de aceleração (1º ciclo).

- Dos alunos que participaram, cerca de 90% não tiveram contato com programas de pré-aceleração antes do Pré-acelera.
- Cerca de 70% dos alunos entendem que a participação no Pré-acelera impactará muito positivamente na entrada no mercado de trabalho e no desenvolvimento pessoal.

- A capacitação em desenvolvimento de Produto Mínimo Viável foi considerada a mais importante de todas, levando 43% dos votos dos alunos.

•

2. Avaliação do Programa Senai Mais Indústria: Fase Pré-acelera (1º ciclo).

- Infraestrutura e Capacitação foram os quesitos mais bem pontuados, levando 58% dos votos.
- Aquisição de materiais e equipamentos foi considerada como processo que dificulta no desenvolvimento do protótipo por 90% dos alunos devido à complexidade.

3. Pontos Fortes (1º ciclo).

- Infraestrutura
- Capacitações
- Mentorias

4. Pontos Fracos (1º ciclo).

- Processo para aquisição dos materiais

5. Posicionamento dos alunos quanto à participação em programa de aceleração (2º ciclo).

- Dos alunos que participaram, cerca de 81% não tiveram contato com programas de pré-aceleração antes do Pré-acelera.
- Cerca de 83% dos alunos entendem que a participação no Pré-acelera impactará muito positivamente na entrada no mercado de trabalho.
- A capacitação em “Inovação” foi considerada a mais importante de todas, levando 50% dos votos dos alunos.

6. Avaliação do Programa Senai Mais Indústria: Fase Pré-acelera (2º ciclo).

- Infraestrutura e Capacitação foram os quesitos mais bem pontuados, levando 53% dos votos.
- Aquisição de materiais e comunicação com a equipe do programa foram considerados como pontos que podem ser melhorados pelo programa.

7. Pontos Fortes (2º ciclo).

- Infraestrutura
- Capacitações

- Mentorias

8. Pontos Fracos (2º ciclo).

- Processo para aquisição dos materiais
- Comunicação com a equipe do programa

5 | DESAFIOS FUTUROS

Além de estabelecer o Programa como um processo e conseguir disseminar para todas as escolas do SENAI-RJ, a equipe tem como desafio desenvolver novas estratégias para melhorar os pontos fracos apontados nos dois ciclos.

6 | LIÇÕES APRENDIDAS

Após a conclusão dos dois ciclos da fase Pré-acelera e do feedback dos participantes e colaboradores envolvidos nas escolas, destacam-se as seguintes lições aprendidas.

Após a conclusão do primeiro ciclo do programa e a partir dos feedbacks dos participantes e dos colaboradores envolvidos nas escolas, destacam-se as seguintes lições aprendidas:

- A oferta de bolsa auxílio no 1º ciclo não estimulou o melhor desenvolvimento dos projetos.
- A presença de um mentor por grupo foi fundamental para o avanço do desenvolvimento dos projetos
- A aproximação com os Fablabs permitiu uma aprendizagem significativa pelos alunos, que puderam experimentar os espaços e desenvolverem os protótipos com auxílios de técnicos especializados.
- O enfoque dado na construção de um MVP foi determinante para o entendimento do projeto e por vezes a modificação da proposta de valor da equipe.
- A parceria estabelecida com uma aceleradora agregou muito valor ao programa, tanto para a melhoria do conhecimento da equipe que executa o programa, quanto para as equipes de alunos.

7 | CONCLUSÕES

Por meio da vivência em um ambiente de coworking, a proposta do PDSMI é

trazer para os alunos do curso técnico do SENAI o conceito de empreendedorismo e inovação contribuindo para o desenvolvimento de competências para atuação em projetos de inovação. Assim pretende-se preparar esses alunos para trabalharem no novo cenário mundial que está em constante transformação e exigindo cada vez mais competências empreendedoras, seja para abrir um novo negócio, ou para o uso dessas habilidades dentro de uma empresa já estabelecida.

Em 2 ciclos, 124 alunos já passaram pelo Programa e considera-se que o principal objetivo do programa foi atingido: estimular e alavancar nas equipes participantes competências e habilidades empreendedoras para atuação em projetos de inovação.

FREQUÊNCIA DE COMPRA DE PEÇAS JEANS PELOS CONSUMIDORES DA GERAÇÃO Z E *BABY BOOMERS*

Onnara Custódio Gomes

ESPM

São Paulo – SP

Lívia Lopes Custódio

Universidade Estadual do Ceará

Fortaleza – Ceará

Rachel Marinho Aquino Cavalcanti

Universidade de Fortaleza

Fortaleza – Ceará

Thelma Valeria Rocha

ESPM

São Paulo – SP

Vivian Iara Strehlau

ESPM

São Paulo – SP

RESUMO: No Brasil, o segmento de *jeanswear* ocupa uma posição estratégica no mercado, mas também faz parte de um setor mais complexo, que é o da moda, onde há constantes mudanças e inovações. Pretendeu-se avaliar dois grupos distintos, os pertencentes à Geração Z, indivíduos que nasceram a partir de 1995 até 2012, e os *Baby boomers*, indivíduos nascidos a partir do ano de 1946 até 1964. Teve-se como objetivo verificar a frequência de compra de peças jeans pelos consumidores da Geração Z e pelos *Baby boomers*. Trata-se de uma pesquisa *survey*, com abordagem quantitativa, amostra do tipo não probabilística

e por conveniência. A pesquisa foi executada na internet através de um questionário *online*, que ficou acessível entre os meses de novembro a dezembro de 2017. A amostra válida foi de 373 respondentes, sendo 230 da Geração Z e 143 *Baby boomers*. Observou-se, a partir dos resultados, que, para as duas gerações analisadas, um total de 73,2% dos respondentes compra peças *jeans* de forma eventual, ou seja, em um período que vai de dois a seis meses no ano. Sugere-se o aprofundamento desta pesquisa e o desenvolvimento de novos estudos nesta temática, de modo a compreender melhor a frequência de compra dos consumidores de diferentes grupos geracionais dentro do mercado de moda, especialmente no segmento de *jeanswear*.

PALAVRAS-CHAVE: Baby Boomers. Geração Z. Moda. *Jeanswear*. Comportamento do Consumidor.

ABSTRACT: In Brazil, the denim wear segment occupies a strategic position in the market, but it is also part of a more complex sector, which is fashion, where there are constant changes and innovations. It was intended to evaluate two distinct groups, those belonging to Generation Z, individuals that were born from 1995 to 2012, and the *Baby boomers*, individuals born from the year 1946 until 1964. The objective was to verify the frequency of purchase of denim pieces by

Generation Z consumers and Baby Boomers consumers. This is a survey research, with a quantitative approach, a non-probabilistic type sample, and for convenience. The survey was conducted on the Internet through an online questionnaire, which was accessible between November and December 2017. The valid sample was 373 respondents, 230 of Generation Z and 143 Baby boomers. It was observed from the results that, for the two generations analyzed, a total of 73.2% of the respondents bought denim pieces eventually, that is, in a period of two to six months in the year. It is suggested to deepen this research and also the development of new studies in this field, in order to better understand the frequency of purchase of consumers from different generational groups within the fashion market, especially in the denim wear segment.

KEYWORDS: Baby Boomers. Generation Z. Fashion. Denim. Consumer Behavior.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, o segmento de *jeanswear* ocupa uma posição estratégica no mercado, é o quinto maior produtor têxtil mundial, o segundo maior produtor de tecido denim e o terceiro maior país consumidor de denim no mundo, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT (2017).

Os produtos feitos com tecido denim são conhecidos como “peças jeans” e fazem parte de um setor do mercado mais complexo, que é o da moda, onde há constantes mudanças e inovações (FIONDA; MOORE, 2008), e que pode ser afetado por fatores demográficos, ecológicos, psicográficos, econômicos e sociológicos (MONTEIRO; VEIGA, 2009).

Algumas empresas do segmento de *jeanswear* notaram disparidade nas vendas quando as preferências de estilo dos consumidores se modificaram (FRANZEN; MORIARTY, 2009), vez que o público mais velho responde de maneira diversa aos consumidores mais jovens (BEAUCHAMP; BARNES, 2015). Essa informação corroborou com a pesquisa realizada por uma empresa de consultoria britânica, que demonstrou que 44% dos jovens da Geração Z previam o aumento de seus gastos com roupas de moda para o ano de 2017, um valor em dobro quando comparado a 22% da geração *Baby boomers* (GILLIES; WHITTINGTON, 2017).

Percebe-se, desse modo, que os consumidores jovens são cada vez mais alvos das empresas, que os enxergam como uma fonte interessante de crescimento no universo de compras *online*, por exemplo, e a roupa de moda é justamente uma das categorias mais populares dentro deste meio (SEOCK; NORTON, 2007).

Nesse sentido, a presente pesquisa pretendeu avaliar dois grupos distintos de consumidores, os mais jovens, indivíduos pertencentes à Geração Z, e os da geração *Baby boomers*, considerando estes últimos como os indivíduos nascidos a partir do ano de 1946 até 1964, e aqueles, da Geração Z, como sendo os indivíduos que nasceram a partir do ano de 1995 até o ano de 2012 (AHLERS; BOENDER, 2016).

Por ser um produto de moda, o *jeans* é amplamente utilizado por pessoas de todas as idades, classes e gêneros e a sua importância se dá em razão de sua praticidade, aceitabilidade em inúmeras ocasiões sociais, além dos números e valores estratégicos de mercado (REGAN, 2015). Assim, nesta pesquisa, teve-se como objetivo verificar a frequência de compra de peças *jeans* pelos consumidores da Geração Z e pelos *Baby boomers*.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa *survey*, com abordagem quantitativa, caracterizada pela quantificação da coleta e do tratamento das informações advindas dos grupos de interesse deste trabalho, que são os indivíduos da Geração Z e os *Baby boomers*.

A presente pesquisa foi executada na internet, através de um *software* chamado *QuestionPro*, no qual foi desenvolvido um questionário *online*, para que as pessoas pudessem responder à pesquisa com maior rapidez e da maneira que fosse mais conveniente, em qualquer momento e em qualquer lugar. Tal instrumento para a coleta de dados, o questionário *online*, ficou acessível entre os meses de novembro a dezembro do ano de 2017.

Os respondentes tiveram quatro itens de alternativas como opções de resposta, a saber: “Constantemente (1 compra ou mais ao mês)”; “Eventualmente (1 compra ou mais entre 2 a 6 meses)”; “Raramente (não compra mais que 1 vez ao ano)”; e “Nunca comprei”.

Para esta pesquisa, foram consideradas “peças *jeans*” como sendo calças, shorts, bermudas, saias, camisas, jaquetas, macacões longos e macacões curtos, e o critério de inclusão designado foi que os participantes de ambas as gerações já tivessem comprado alguma peça *jeans*, ainda que essa compra não fosse feita com tanta regularidade, por isso, as pessoas que nunca compraram nenhuma peça *jeans* foram automaticamente excluídas dos resultados.

Dessa forma, o total de participantes, considerado como amostra válida, foi de 373 respondentes, sendo 230 indivíduos da Geração Z e 143 da geração *Baby boomers*. A amostra foi do tipo não probabilística e por conveniência.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos resultados obtidos, foi possível observar que 271 participantes eram do sexo feminino (72,7%), dentre as quais 166 eram da Geração Z (72,2%) e 105 eram *Baby boomers* (73,4%); e 102 dos participantes da pesquisa eram do sexo masculino (27,3%), sendo 64 deles pertencentes à Geração Z (27,8%) e 38 da geração *Baby boomers* (26,6%).

Sobre a frequência de compra de peças *jeans*, verificou-se que um total de

21 pessoas, apenas 5,6%, compra peças *jeans* constantemente, isto é, faz uma ou mais de uma compra ao mês, sendo 15 delas da Geração Z (6,5%) e apenas 6 da geração *Baby boomers* (4,2%); já aqueles que fazem compras de peças *jeans* de forma eventual, realizando uma ou mais compras entre dois a seis meses, foi um total de 273 respondentes (73,2%), sendo 175 deles pertencentes à Geração Z (76,1%) e 98 pertencentes à geração *Baby boomers* (68,5%); e os que assinalaram o item indicativo de que fazem compras de peças *jeans* raramente, ou seja, aquelas pessoas que compram apenas uma vez ao ano, somou-se um total de 79 respondentes (21,2%), com 40 dessas pessoas sendo da Geração Z (17,4%) e 39 sendo da geração *Baby boomers* (27,3%).

Após análise estatística, observou-se que, para as duas gerações analisadas, o consumo de peças *jeans* ocorre eventualmente (73,2%), ou seja, uma ou mais de uma compra em um período que varia de dois a seis meses no ano, não havendo diferença significativa entre os dois grupos geracionais (valor-p = 0,059).

De maneira contrária aos resultados obtidos nesta pesquisa, em um estudo sobre os hábitos de consumo da Geração Z, Ceretta e Froemming (2011) constataram que essa geração se intitula “consumista” e gasta muito dinheiro em compras diárias, relacionadas à vaidade e à moda. Os consumidores jovens interessam ao mercado “(...) pela influência que exercem sobre a decisão e a consolidação de modas, que transformam os modelos de consumo de muitos adultos” (CALLIGARIS, 2000, p. 59).

Em um estudo realizado na Finlândia, sobre como mulheres mais velhas, com idade entre 50 a 63 anos, compram roupas de moda, foi constatado que a maioria das participantes faz esse tipo de compra de seis a oito vezes por ano, a cada início de temporada, pois tal ação serve mais para atender a uma necessidade específica, como é o caso, por exemplo, de substituir uma peça de roupa já desgastada (HOLMLUND; HAGMAN; POLSA, 2011), o que vai ao encontro dos resultados indicados na presente pesquisa, vez que as compras de roupas de moda por essas mulheres também podem ser classificadas como compras feitas em caráter eventual.

4 | CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou verificar a frequência de compra de peças *jeans* pelos consumidores da Geração Z e pelos *Baby boomers* e, percebeu que, embora haja diferenças entre os anos de nascimento e experiências nos grupos geracionais analisados, a maioria dos indivíduos de ambas as gerações (73,2%) compram peças *jeans* de maneira eventual, em um período que vai de dois a seis meses no ano.

Acredita-se que isso pode estar relacionado, dentre outros fatores, à época de crise econômica em que se encontra o País, o que acarreta em menor poder aquisitivo, mudanças nos hábitos de consumo da população e conseqüente diminuição nas compras de produtos, principalmente os de moda, independentemente do grupo

geracional a que se pertença.

Por essa razão, ainda que os indivíduos mais jovens, pertencentes à Geração Z, figurem um papel central no processo de compras e sejam um grupo de consumidores que chama atenção de várias marcas e empresas, principalmente quando se fala em consumo de moda e de peças jeans, eles são dependentes financeiramente e muitos ainda não estão inseridos formalmente no mercado de trabalho. Quanto aos *Baby boomers*, por uma provável capacidade de discernimento amadurecida e por refletirem mais nas tomadas de decisões das compras familiares, esses consumidores acabam comprando peças jeans também de maneira eventual.

Sugere-se, portanto, o aprofundamento desta pesquisa e o desenvolvimento de novos estudos nesta mesma temática, de modo a compreender melhor a frequência de compra dos consumidores de diferentes grupos geracionais dentro do mercado de moda, especialmente no segmento de *jeanswear*.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO – ABIT. **Perfil do Setor. Dados gerais do setor atualizados em 2017, referentes ao ano de 2016 (estimativa)**. Disponível em: <<http://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>>. Acesso em 30 de setembro de 2017.
- AHLERS, Jos; BOENDER, René C.W. **Generation Z and the fourth (industrial) revolution**. Bertram + de Leeuw Uitgevers, 2016.
- BEAUCHAMP, Michelle Bednarz; BARNES, Donald C. **Delighting baby boomers and millennials: factors that matter most**. *Journal of Marketing Theory and Practice*, v. 23, n. 3, p. 338-350, 2015.
- CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CERETTA, Simone Beatriz; FROEMMING, Lurdes Marlene. **Geração Z: compreendendo os hábitos de consumo da geração emergente**. RAUnP - Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar, v. 3, n. 2, pp. 15-24, 2011.
- FIONDA, Antoinette M.; MOORE, Christopher M. **The anatomy of the luxury fashion brand**. *Journal of Brand Management*, v. 16, n. 5, pp. 347-363, 2008.
- FRANZEN, Giep; MORIARTY, Sandra E. *The Science and Art of Branding*. New York: M. E. Sharpe, 2009.
- GILLIES, Sean; WHITTINGTON, Tom. **Generation Z set to increase fashion spend but are increasingly picky about where they shop**. Savills News. Disponível em: <<http://www.savills.co.uk/news/article/72418/208016-0/9/2016/generation-z-set-to-increase-fashion-spend-but-are-increasingly-picky-about-where-they-shop---savills-and-intu>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2017.
- HOLMLUND, Maria; HAGMAN, Anne; POLSA, Pia. **An exploration of how mature women buy clothing: empirical insights and a model**. *Journal of Fashion Marketing and Management: An International Journal*, v. 15, n. 1, pp. 108-122, 2011.
- MONTEIRO, Plínio Rafael Reis; VEIGA, Ricardo Teixeira. **Personalidade e segmentação do mercado de moda: contrastes e perfil de jovens inovadores segundo o gênero**. *Revista Pretexto*, v. 10, n. 1, 2009.

REGAN, C. **Role of denim and jeans in the fashion industry.** In Denim: Manufacture, Finishing and Applications [pp. 191-217]. Woodhead Publishing Series in Textiles: Number 164, 2015.

SEOCK, Yoo-Kyoung; NORTON, Marjorie. **Attitude toward internet web sites, online information search, and channel choices for purchasing.** Journal of Fashion Marketing and Management: An International Journal, v. 11, n. 4, pp.571-586, 2007.

AS BARRACAS DA PRAIA DO FUTURO E A RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO EM FORTALEZA – CEARÁ – BRASIL

Débora Ferreira Freire Dias

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Fortaleza – Ceará

Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Fortaleza – Ceará

RESUMO: Fortaleza é uma metrópole localizada no nordeste brasileiro, que destaca-se pelas práticas de atividades de lazer e turismo. No litoral leste estão alocadas as barracas da Praia do Futuro que são bares e restaurantes que se constituem em expressões espaciais da história social e em patrimônio cultural de Fortaleza. O patrimônio cultural representa uma identidade territorial, que diferencia essa porção do território das demais partes que o constituem. Este trabalho objetiva compreender a relação entre as barracas de Praia, enquanto patrimônio cultural e a prática do turismo em Fortaleza. Utilizou-se do método dialético que busca compreender conflitos e contradições da realidade em análise. Com o propósito de ir além dos aspectos aparentes para entendimento da essência do fenômeno. Está respaldado na revisão bibliográfica, fundamental a teorização do empírico, na pesquisa hemerográfica, institucional e atividades de campo. A partir da realização desse estudo verificou-se que Fortaleza tem o turismo como relevante

atividade econômica, que influencia a dinâmica urbana. As barracas fazem parte do patrimônio cultural da Metrópole, e compõem a memória coletiva dos indivíduos que buscam práticas de lazer usufruindo do mar como principal elemento natural.

PALAVRAS-CHAVE: Praia do Futuro, Barracas de Praia, Patrimônio cultural, Fortaleza.

ABSTRACT: Fortaleza is a metropolis located in northeastern Brazil, which stands out for the practices of leisure and tourism activities. On the east coast are the tents of Praia do Futuro, bars and restaurants that constitute spatial expressions of social history and cultural heritage of Fortaleza. The cultural heritage represents a territorial identity, which differentiates this part of the territory from the other parts that constitute it. This work aims to understand the relationship between the beach huts, as cultural heritage and the practice of tourism in Fortaleza. It was used the dialectical method that seeks to understand conflicts and contradictions of reality under analysis. With the purpose of going beyond the apparent aspects to understanding the essence of the phenomenon. It is supported in the bibliographical revision, fundamental theorization of the empirical, in the hemerographic research, institutional and field activities. From the realization of this study, it was verified that Fortaleza has tourism as a

relevant economic activity, which influences the urban dynamics. The tents are part of the cultural heritage of the Metropolis, and make up the collective memory of individuals who seek leisure practices enjoying the sea as the main natural element.

KEYWORDS: Praia do Futuro, Beach Tents, Cultural Heritage, Fortaleza.

1 | INTRODUÇÃO

Fortaleza é uma metrópole localizada no nordeste brasileiro, que destaca-se pelas práticas de atividades de lazer e turismo. Concentra considerável parcela da população cerca de 2,5 milhões de habitantes que corresponde a 30% do contingente populacional do Ceará. A economia baseia-se no setor de serviços, com destaque para serviços de alojamento, transportes e alimentação, por conta do intenso fluxo turístico na capital. O “comércio e serviços compõem o carro-chefe da economia. Fortaleza é uma excepcional praça comercial e de serviços”. (SILVA, 2006, p. 48).

A capital é porta de entrada dos turistas que viajam para o Ceará. Em 2016, via Fortaleza, chegaram 3,2 milhões sendo 91,83% turistas nacionais, desses 46,4% tem como principal motivação para viagem e a prática de passeios, enquanto que 19,8% são atraídos pela realização de negócio ou trabalho (SETUR, 2016). Os turistas correntemente visitam apenas alguns espaços, organizados para apresentar a cidade de modo fantástico e belo. Isso ocorre pois, o turismo “não se distribui de maneira uniforme e contínua pela cidade; antes, concentra-se em regiões geográficas relativamente pequenas e bem distintas.” (HAYLLAR; GRIFFIN; EDWARDS, 2011, p, 2). Dentre os espaços da Metrópole que concentra atrativos naturais e culturais o litoral destaca-se por apresentar equipamentos e serviços que atendem os fluxos de turistas e residentes.

O litoral da Metrópole possui mais de 34 km se estende desde o Rio Ceará ao Rio Pacoti contemplando praias urbanas como: Barra do Ceará, Pirambu, Leste-Oeste, Formosa, Iracema, Meireles, Náutico, Mucuripe, Iate Clube, Porto do Mucuripe, Praia Mansa, Titanzinho, Praia do Futuro e Caça e Pesca e a Sabiaguaba. No litoral leste destaca-se a Praia do Futuro, apreciada por dispor de diferenciadas estruturas a beira mar que atendem a públicos diferenciados.

As barracas da Praia do Futuro compõem arranjo socioespacial da paisagem litorânea cearense. “A paisagem constitui-se em herança material e simbólica, patrimônio coletivo, que possui signos e significados historicamente localizados” (PAES, 2009). Constituem-se em equipamentos descritos como bares e restaurantes, próximos a faixa de praia, com infraestruturas diferenciadas, onde ocorre materialização da atividade turística por meio da interação entre diferentes sujeitos sociais.

2 | METODOLOGIA

Para realização deste trabalho optou-se pelo método dialético que dá conta dos conflitos e contradições que perpassam o tema abordado. Adota-se visão crítica que entende que “tudo é em movimento, nada dura para sempre.” (SUERTEGARAY, 1999, p. 11). Dessa forma há esforço para alcançar a dinamicidade dos processos que atuam na constituição da Praia do Futuro, entendida enquanto patrimônio cultural de Fortaleza.

A investigação está respaldada na revisão bibliográfica, fundamental a teorização do empírico, na pesquisa hemerográfica, institucional e atividades de campo. Objetiva-se com a mediação do método compreender as implicações espaciais, decorrentes da atuação dos distintos sujeitos sociais que promovem a produção do espaço.

3 | PRÁTICAS MARÍTIMAS NO LITORAL

A concepção contemporânea de litoral é elaborada ao longo do desenvolvimento das civilizações. Sol, praia e mar são elementos que compõem o litoral apropriado para uso e ocupação que receberam conotações diferenciadas nos distintos períodos históricos. Têm-se como exemplo as modificações das representações do mar, na literatura antiga e em relatos de viagens, contribuem para concepção do imaginário acerca dos oceanos. Havia muitos mitos acerca da existência de monstros marinhos que habitam oceanos, considerados receptáculo de seres medonhos com poderes sobrenaturais. Nas artes, por exemplo, em peças de Shakespeare, o oceano é lugar fúnebre, macabro e frio.

Na literatura religiosa, o mar representa o germe da vida e espelho da morte. Na pintura de marinha flamenga, holandesa, as ondas simbolizavam a fragilidade da vida e precariedade das instituições humanas, que incentivam busca de fé em Deus. O litoral era lugar de insegurança, limite entre residência julgada protegida e o inesperado dos oceanos, de estrangeiros, piratas salteadores, além de receptáculo de excrementos, que ficavam ao longo da praia (CORBIN, 1989).

O século XVIII traz paulatinamente dissolução de imagens repulsivas relacionadas ao oceano, decorrentes do sistema de representação induzido pela teologia, que apresenta Deus criador dos oceanos e praias e, se é produção divina, deixa de ser má e perigosa. Contudo persiste o temor ao mar como elemento que não pode ser controlado pelo homem. Corbin (1989) afirma que o despertar do desejo coletivo das praias ocorre, sobretudo no período de 1750 a 1840. Logo após a primeira metade do século XVIII ao surgir o banho de mar como projeto terapêutico, para dar lugar ao banho de mar como lazer. Outrora prática considerada imoral, realizada apenas por indivíduos desprovidos de educação ou orientados pelo discurso médico, que afirma ser o banho de mar remédio levando posteriormente a prática a ser desejada por todos. O discurso que prevalece é que banho de mar não é somente banho frio, mas

medicinal e terapêutico, destinado aos que recorrem ao mar, na busca da cura de enfermidades.

Dentre as práticas marítimas modernas, citam-se atividades terapêuticas associadas a banhos de mar, caminhadas nas praias e serenatas realizadas à noite. Primordialmente realizadas pelas classes abastadas, as atividades propiciam paulatina aproximação da sociedade com espaços litorâneos. A sociedade se aproxima lentamente de espaços litorâneos, movimento potencializado nas relações com segundas residências, em espaços costeiros agora para lazer. Influenciados por costumes e hábitos trazidos de países europeus contribuem para delinear o modo de vida nas Américas, na relação estabelecida com o mar, quando brasileiros assumem prática de cura, antes de se adotar o litoral como espaço de lazer. (DANTAS, 2011)

No contexto cearense verifica-se que no decorrer do processo de ocupação havia poucas relações com zonas de praia, interessando aos colonizadores portugueses o uso do espaço para implantação de equipamentos de defesa do território. As principais atividades realizadas são atreladas a práticas de pesca artesanal, portos e marinha nacional. A atenção política e as práticas econômicas voltavam-se para o interior dando costas ao litoral por muito tempo. Anteriormente apropriavam-se de espaços contingentes de migrantes pobres do sertão seco e árido, em busca de melhores condições de vida. Enquanto que na modernidade, o litoral é “inventado” como lugar de habitação da classe rica e espaço de lazer e turismo.

Na contemporaneidade a capital do estado é considerada núcleo turístico consolidado, afirmando o *trade* que não há mais sazonalidade, há estações mais e menos altas. Dispõe de aeroporto internacional e aeroportos que atendem as regiões turísticas, porto para atracação de cruzeiros, rede hoteleira equipada, agências de viagem e de turismo, casas de câmbio, feiras de artesanato, polos gastronômicos: Varjota, Av. Beira-Mar, Praia de Iracema, Praia do Futuro, Cidade dos Funcionários, Centro das Tapioqueiras e Eusébio. Espaços culturais e de eventos, Centro de Eventos, Centro Cultural Dragão do Mar entre destaques. Espaços de lazer em *shoppings*, cinemas, teatros, casas de *shows* e barracas da Praia do Futuro.

Metrópole e litoral são espaços inseridos no segmento turístico de sol e praia e de negócios responsáveis por atrair significativo contingente de turistas. O clima tropical é prerrogativa para que territórios litorâneos sejam alvo de disputa de interesses. A brisa marinha ameniza sensação térmica de calor em decorrência da incidência de radiação solar que recebe o Ceará por estar localizado em latitudes próximas a linha do Equador registrando média anual de temperatura de 26° a 28°C.

De acordo com pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo sobre hábitos de consumo do turismo brasileiro o roteiro preferido por 64,9% dos entrevistados inclui a praia, esse dado demonstra a importância atribuída a esse atrativo turístico. (MTUR, 2009). “O segmento do turismo de sol e praia está relacionado à recreação, entretenimento ou descanso em praias, pela presença de água, sol para bronzear o corpo.” (MTUR, 2010, p.14).

Sol e mar são elementos que simbolizam natureza, encantamento buscados por aqueles optam por viajar para fugir do cotidiano. Para Coriolano (2006) há uma correlação entre turismo e meio ambiente, tidos como realidades inseparáveis. A paisagem litorânea está sendo progressivamente associada a equipamentos produzidos pela atividade antrópica que artificializam a natureza para atender as necessidades humanas.

Muitos deslocamentos ocorrem em busca de “paisagem de sol, céu e água, ritmos opostos à rigidez do tempo de trabalho urbano” (CAMARGO, 2006, p. 26). A praia é espaço público que compõe configuração urbana de Fortaleza, é lugar do encontro, descanso, onde há possibilidade de se desvincilhar das atividades rotineiras e estafantes. A mudança na paisagem suscita alteração das vestimentas, dos que vão à praia, que regularmente formais são substituídas outras leves e descontraídas. Os pés que anteriormente estavam cuidadosamente calçados e protegidos, agora tem a liberdade de usufruir do contato direto com a areia, elemento que fora deste contexto é repudiado, mas que na praia é visto como parte da experiência de um dia de lazer.

Na praia os indivíduos dispõem de oportunidades de desfrutar de momentos de convívio com familiares, amigos e até com desconhecidos. Configurara-se como espaço de livre acesso onde todos independente de raça, cor, sexo, idade, condição financeira, podem ir em direção à natureza, e desfrutar de momentos de reflexão, descanso e lazer. Para propiciar comodidades e facilidades ao que escolhem a praia como espaço para a prática do lazer são instalados equipamentos e oferecidos serviços a cidadãos e turistas.

A praia é para mim, no caso de Fortaleza, o lugar da socialidade por excelência. Tudo que queremos pesquisar na cidade de Fortaleza encontra sua corporeidade na praia. Através do estudo da praia, sua estrutura, sua extensão, sua ocupação, sua pluralidade, seu imoralismo, seu ludismo, é possível compreender a singularidade do nosso 'estar junto'. (LINHARES, 1992. p. 253)

No litoral de Fortaleza nem todas são próprias para banho, por não atenderem a padrões de balneabilidade, definida como qualidade de águas destinadas à recreação de contato primário. (BERG; GUERCIO; ULBRICHT, 2013). Dizem-se impróprias ao banho, em função de fatores como: ligações irregulares de esgoto doméstico em redes de drenagem, e presença de lixo. Os diferentes usos praias urbanas relacionam-se com distintas atuações de agentes produtores do espaço.

Dentre as praias urbanas da Metrópole destaca-se no litoral leste a Praia do Futuro com aproximadamente sete quilômetros de extensão, limitada a oeste pelo Porto do Mucuripe e a leste pelo rio Cocó. Administrativamente está dividida, segundo a Prefeitura Municipal de Fortaleza- PMF, em Praia do Futuro I e Praia do Futuro II. Os limites da Praia do Futuro I são: rua Renato Braga até a Praça 31 de Março; oceano Atlântico até a rua Trajano Medeiros. A Praia do Futuro II tem seus limites na Praça 31 de março até o rio Cocó e oceano Atlântico e a rua Trajano Medeiros.

O histórico da ocupação da Praia do Futuro está atrelado à conjugação de fatores, destacando-se a edificação do Porto do Mucuripe na década de 1940 que ocasiona alterações na dinâmica litorânea resultando na erosão da praia, ocasionando estreitamento da faixa de praia, dificultando a prática do banho de mar. Busca por novos espaços para realização de atividades de lazer no litoral de Fortaleza. E a expansão urbana de Fortaleza para o setor leste que se deu inicialmente, na parte oeste e central da cidade, deslocou-se lentamente para a zona leste onde está localizada a Praia do Futuro.

Anteriormente a Praia do Futuro era ocupada por um extenso campo de dunas, definido como “formas de relevo criadas pela ação do vento, que mobiliza areias disponíveis nas praias e as acumulam na forma de cômoros de alturas variadas, no interior da zona costeira.” (SALES, 2010.p. 451)

A Praia do Futuro passa a configurar com opção de lazer, entretanto não ocorria ainda o uso intenso dessa faixa de praia para as práticas marítimas. Quanto à incorporação, ao espaço urbano de Fortaleza Dantas (2011, p.63) assevera que este foi o último trecho de praia a ser incorporado:

[...] incorporou-se ao espaço urbano, ora como periferia de zona portuária (o Porto do Mucuripe), ora como lugar ocupado para responder à demanda das classes abastadas que frequentavam a praia do Meireles.

Na década de 1960 a desabitada e longínqua do centro comercial da cidade de Fortaleza é denominada de Praia do Futuro. Nesse período são alocadas as primeiras barracas. Entre as décadas de 1970 e início de 1980, as barracas eram palhoças com madeira e palha de carnaúba, rústicas como ainda existem poucas. Serviam de apoio aos banhistas e ofereciam somente sombra e água. Posteriormente, são estruturadas objetivando prestar melhores serviços aos frequentadores. E de pequenas palhoças algumas foram transformadas em complexos, contando com piscinas, restaurantes, espaços para realização de shows dentre outros serviços. A Figura 1 apresenta imagem área da ocupação da Praia do Futuro por barracas.



Figura 1. Imagem aérea da Praia do Futuro - CE

Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2012.

Desde o final de 1980, Governos estaduais e gestores municipais adotam políticas públicas que projetam o território cearense para o mercado nacional e internacional. Os espaços litorâneos, na sociedade de consumo, passam a ser mercadorias valorizadas para o turismo.

Praia do Futuro é ocupada pelos diferentes sujeitos sociais com diversas atividades, de moradia ao trabalho, do lazer ao turismo. Destacam-se residências e casas luxuosas, altos condomínios, clubes sociais, hotéis, ocupações informais e barracas de praia. Residentes, veranistas, turistas, trabalhadores formais e informais, em especial vendedores ambulantes interagem em disputas e jogos de interesses com destaque de barraqueiros que, embora assim denominados, são empresários de serviços turísticos.

4 | CORRELAÇÃO ENTRE TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

O turismo é um fenômeno de relações humanas e comerciais decorrentes do movimento de pessoas e da permanência em destinos que são territórios de países, estados, cidades e/ou comunidades. Coriolano e Barbosa (2012, p. 60) afirmam que “como as demais atividades econômicas, seleciona e promove a produção e transformação de espaços, de acordo com o jogo de interesses das classes sociais”. Dessa forma, explicar o turismo implica estudo do espaço geográfico, uma vez que o turista viaja com intento de conhecer lugares.

Para Coriolano e Silva (2005, p. 80) o turismo “é uma abstração o que existe são os lugares e o que eles possuem transformados em atrativos turísticos naturais e culturais a serem usufruídos pelas pessoas que viajam.” A atividade se materializa de forma incisiva na lógica da diferenciação geográfica de territórios e regiões. Há estreita

relação entre paisagem e turismo, que a valoriza, e transforma em recurso turístico a ser apropriado. (OMT, 1999). Os atrativos turísticos influenciam no momento em que o turista precisa decidir para qual destino deseja viajar.

O turismo é atividade eminentemente humana, por estabelecer relações sociais entre os que viajam e os que trabalham para a viagem acontecer. Os preparativos de deslocamento envolvem a esfera emocional do sujeito, que anseia pela oportunidade de fuga da realidade cotidiana, para lugar onde possa estar livre das obrigações diárias.

A prática da atividade turística requer oferta de serviços como: meios de hospedagem, alimentação, entretenimento, entre outros. O núcleo receptor necessita de infraestruturas básicas como aeroportos, rodovias, marinas, redes de esgoto, instalações de tratamento de água, restauração de monumentos históricos, museus e centros de preservação ambiental, que beneficiam a turistas e população residente. Dentre os serviços oferecidos para práticas de lazer e turismo em Fortaleza, destacam-se as barracas da Praia do Futuro.

As barracas de praia destacam-se como fixos que integram conjunto de atrativos turísticos do litoral de Fortaleza. São edificações que oferecem serviços diversificados desde oferta de alimentos, realização de eventos dentre outras atividades. Esses fixos compõem patrimônio cultural de Fortaleza, contribuem na formação da identidade e memória dos sujeitos sociais que vivenciaram momentos de descanso ao utilizar essas estruturas que promovem comodidade aos que vão à praia.

A função das barracas excede a de proporcionar facilidades ao uso do ambiente litorâneo. Apresentam estruturas diferenciadas com distintas dimensões e ofertam variados serviços para atender as demandas dos frequentadores da praia como: segurança particulares, salão de beleza, piscinas para crianças e adultos, wi-fi.

Relevante percentual dos proprietários das barracas integram a Associação dos Empresários da Praia do Futuro. De acordo com dados da associação a Praia do Futuro recebe em média 100 mil pessoas durante uma semana no período da alta estação (BRITO, 2014). O funcionamento de muitas barracas não fica restrito aos fins de semana, são oferecidas atividades como realização de shows, e outros eventos. A dimensão do fluxo de pessoas que transitam demonstra a relevância desses empreendimentos.

As barracas de praia estão relacionadas com a composição da identidade dos diferentes grupos sociais que interagem na ocupação do espaço urbano da cidade e integram o patrimônio cultural de Fortaleza. O conceito de patrimônio está atrelado ao de identidade. A noção de patrimônio surge “quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seus um objeto ou um conjunto de objetos”. (BALLART, 1997, p.17). Aguilera (2017) explica que etimologicamente a palavra patrimônio remete a propriedade ou herança transmitida pelo pai, mas também possui raiz grega com significado relacionado a pátria, lugar de origem e história.

Entende-se que o patrimônio cultural representa uma identidade territorial, que diferencia essa porção do território das demais partes que o constituem. A apropriação

do território pela atividade turística implica na valorização de porções do território em detrimento de outras. No intento de explicar a realidade cearense Martins e Coriolano (2009, p. 111) afirma que “o turismo elabora identificações para o Estado com espaços de novas territorialidades do turismo na Capital e no litoral cearense”.

Esses fixos contribuem na formação da identidade e memória dos sujeitos sociais que vivenciaram momentos de descanso utilizando-se dessas estruturas alocadas para oferecer serviços aos que vão à praia, e que podem ser consideradas como patrimônio cultural de Fortaleza. A Constituição Brasileira, (BRASIL, 1988), em seu artigo 216 define patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Assim, o conceito de patrimônio cultural inclui bens tangíveis e intangíveis, não só manifestações artísticas, que representam a cultura das classes mais abastadas, mas também a dos menos favorecidos (BARRETTO, 2000). “O turismo que, tanto pode contribuir para salvaguardar o patrimônio cultural de uma comunidade, quanto pode explorar, homogeneizar e (des)significar culturas.” (GARBIN; CAMPOS, 2016, p. 56)

As relações estabelecidas no território entre os distintos sujeitos sociais direcionam os modos de vida e apropriação do patrimônio cultural. Há relação entre turismo, patrimônio cultural e território Di méo (1995) diz que o patrimônio cultural possui expressão espacial inerente a territorialidade, composto também por dimensão simbólica em que estão incluídas cultura, formação de identidades de distintos sujeitos sociais que se apropriam do território. Ao analisar a origem da palavra território, verifica-se existência de distintas conotações:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterritor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “temtorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2007, p.20)

As barracas têm territorialidades diferenciadas em decorrência de distintos grupos sociais que se apropriam de empreendimentos comerciais, no litoral leste. Pois o patrimônio tem capacidade de representar simbolicamente identidade de determinado grupo social que ocupa um território.

Incorporadas ao espaço urbano como opções de lazer e entretenimento que compõem as vivências culturais de fortalezenses e turistas. A cultura constitui em um dos centros de interesse do campo de lazer, uma vez que essas atividades são

práticas sociais, materializadas em determinado espaço geográfico, com implicações diferenciadas nas relações sociais e culturais dos povos.

Na contemporaneidade o lazer “é mediado pela mercadoria, que faz com que o cidadão, longe de se apropriar socialmente da cidade, através de brincadeiras, dos jogos, do ócio, se veja obrigado ao consumo da diversão.” (CARLOS, 2001, p. 40). Aprofundando essa reflexão temos a explicação de Marcellino (1987, p. 28):

De fato, a observação da prática do lazer na sociedade moderna é marcada por fortes componentes de produtividade. Valoriza-se a ‘performance’, o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem; estimula-se a prática compulsória de atividades denotadoras de moda ou ‘status’. Além disso, o caráter social requerido pela produtividade, confina e adia o prazer para depois do expediente, fins de semana, para a aposentadoria.

As atividades de lazer são influenciadas pela ‘cultura de massas’ que impõem o que é considerado como diversão, e o que deve ser consumido. As escolhas individuais de lazer são influenciadas por pressões exercidas pela família, comunidade ou pela religião. Entretanto, cada sujeito é responsável por si próprio, e tem a liberdade de optar como usar o tempo livre para as atividades de lazer. Mas os que seguem as recomendações dos lugares a ser visitados, e dos produtos a serem consumidos são inclusos no ‘padrão aceitável’, e adquirem status social. A conceituação de lazer concebida pelo sociólogo francês Dumazedier (1980, p. 19) destaca a liberdade que indivíduos têm no momento da escolha das atividades e define lazer como:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Concordando com Dumazedier tem-se definição proposta por Camargo, (2006, p. 34) “as atividades de lazer são, pois, desinteressadas, liberatórias, escolha pessoal, na busca de algum prazer.” Padilha (2000) questiona-se se na sociedade capitalista exista alguma atividade de lazer desvinculada dos fins apontados, pois, limites entre o que é obrigação e liberdade de escolha não são evidentes. Essa compreensão diverge da caracterização de lazer elaborada por Dumazedier, ao deixar claro que a atividade deve ser ‘desinteressada’, isso significa que, não pode ter fins lucrativos, utilitário ou ideológico.

Para Padilha (2000) o lazer é entendido segundo duas variáveis básicas: tempo e atitude. De acordo com a variável atitude, o lazer é concebido como estilo de vida, configura-se como relação entre sujeito e a experiência de vida de forma que propicie satisfação. A variável tempo relaciona-se à ideia de tempo livre, disponível após cumprimento das obrigações sociais, e restringi momentos de lazer a períodos desassociados das obrigações do trabalho.

Kenneth (2006) compreende o lazer como produto da organização do trabalho,

da economia de mercado, mostrando assim relação estreita entre trabalho e lazer. Andrade (2001) explica que o lazer contribui para gerar condições propícias ao bem-estar individual e social e colaboram para a formação particular e coletiva dos indivíduos, cooperando assim, para desenvolvimento da sociedade em diferentes esferas.

As barracas de praia constituem-se em equipamentos turísticos que são ícones do espaço litorâneo, que compõe o patrimônio cultural de Fortaleza. Onde ocorre a materialização da atividade turística se realiza com interações entre diferentes sujeitos sociais que realizam atividades de lazer e turismo.

5 | CONCLUSÃO

A partir da realização desse estudo verificou-se que Fortaleza, a capital do Ceará, tem originalidade de apresentar bares e restaurantes à beira mar desde a década de 1960, alocados na Praia do Futuro. Que é umas das principais praias da Metrópole que oferece balneabilidade e serviços especializados aos frequentadores.

As barracas da Praia do Futuro compõe o patrimônio cultural de Fortaleza, onde são materializadas práticas de lazer e turismo de residentes e turistas. Esses equipamentos compõem a memória coletiva dos indivíduos que buscam práticas de lazer usufruindo do mar como principal elemento natural.

O turismo é uma relevante atividade econômica com reflexos na estruturação do espaço urbano. Contribui para fortalecimento da cultura e valorização do patrimônio cultural desde que os agentes envolvidos nas práticas de lazer e turismo desenvolvam ações que atuem para efetivação desse objetivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente de. **Lazer** - princípios, tipos e formas na vida e no trabalho. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

AGUILERA, A. V. Patrimonio, turismo y mercado inmobiliario en Tepoztlán , México. **Pasos Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, v. 15, p. 181–193, 2017.

BALLART, Josep. **El Patrimonio Histórico y Arqueológico**: Valor y Uso, Barcelona, Ariel Patrimonio Histórico. 1997

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BERG, Carlos Henrique; GUERCIO, Mary Jerusa; ULBRICHT, Vânia R. Indicadores de Balneabilidade: A Situação Brasileira e as Recomendações da World Health Organization. *Int. J. Knowl. Eng. Manag*, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 83-101, jul./out, 2013

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRITO, F. Praia do Futuro é o principal destino de moradores e turistas. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/praiado-futuro-e-o-principal-destino-de-moradores-e-turistas-1.1040971>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima, 1947- **O que é lazer**/ Luiz Octávio de Lima Camargo. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 6º Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CORBIN, Alain. **O território do Vazio**. A Praia e o Imaginário Ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORIOLANO, L. N.; SILVA, S. C. B de M e. **Turismo e geografia**: abordagens críticas. – Fortaleza: EdUECE, 2005.

_____. Bases Conceituais do Desenvolvimento e do Ecoturismo. In: QUEIROZ, Odaléia Telles Marcondes Machado. (Org.). **Turismo e ambiente**: temas emergentes. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

_____; BARBOSA, L. M. Socialização de saberes em territórios solidários do turismo. In: CORIOLANO, L. N. (Org.) **Turismo, território e conflitos imobiliários**. – Fortaleza: EdUECE, 2012.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. 2.ed.- Fortaleza: Edições UFC, 2011.

DI MÉO, Guy. “Patrimoine et territoire: une parenté conceptuelle” In: **Espaces et Sociétés**, Paris: Édition L’Harmattan, n. 78. 1995.

DUMAZEDIER, Jofre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC. 1980.

GARBIN, S. R.; CAMPOS, L. J. de. Concepções e abordagens conceituais dos termos cultura e turismo. **CULTUR - Revista de Cultura e Turismo**, Ano 10, n.1, p. 54–70, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. **GEOgraphia** - Ano IX - No 17 – 2007.

HAYLLAR, Bruce; GRIFFIN, Tony; EDWARDS, Debora. Turismo em áreas urbanas: compreendendo o campo de estudo. In: HAYLLAS, Bruce. (et al.) **Turismo em cidades**. Tradução Ana Paula Spolon e Jorge Camargo.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KENNETH, Roberts. **Leisure in contemporary society**. 2 nd. ed. CABI Publishing. Wallingford. 2006.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal**: por uma antropologia do litoral Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Fundação D. Rocha, 1992.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. – Campinas, SP: Papyrus, 1987.

MARTINS, J. C DE O; CORIOLANO, L. N. M. T. Ceará turístico: identidades e identificações entre o sertão e o mar. **Caderno Virtual de turismo**, v. 9, no 1, 2009.

MTUR. Ministério do Turismo. **Hábitos de consumo do turismo brasileiro**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/13.11.09_Pesquisa_Hxbitos_2009.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Sol e praia**: orientações básicas. /Ministério do Turismo, Secretaria Nacional

de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Agenda para planeadores locais**: turismo sostenible y gestión municipal. Edición para América Latina y El Caribe. Madrid, 1999.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SALES, Vanda Claudino. Paisagem dunar em área urbana consolidada: natureza, ciência e política no espaço urbano de Fortaleza. Brasil. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 3, n. 22, p.447-459, dez. 2010.

SETUR. Secretaria de Turismo do Estado do Ceará. **Indicadores turísticos 2010/2016**. Setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/images/PDFs/ESTUDOS-PESQUISAS/indicadores-turismo-2010-2016-02.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SILVA, José Borzacchiello da; Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (orgs). **Litoral e sertão**, natureza e sociedade no nordeste brasileiro- José Borzacchiello da Silva et al. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Anutes. Nota sobre Epistemologia da Geografia. In. **Cadernos Geográficos**/ Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências.n.1 - Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.

O PASSEIO PÚBLICO E SUAS VÁRIAS FACETAS IMPRESSAS NAS CAMADAS DO TEMPO

Romulo Augusto Pinto Guina

Universidade Estácio de Sá, curso de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Rio de Janeiro – RJ

Diana Amorim dos Santos da Silva

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estácio de Sá; Graduanda em História da Arte na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – RJ

Diogo Fellipe de Souza Dórea

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estácio de Sá
Rio de Janeiro – RJ

Bianca Cristine Faro Rodrigues

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estácio de Sá
Rio de Janeiro – RJ

RESUMO: O Passeio Público da cidade do Rio de Janeiro é considerado um marco na história da arquitetura e da paisagem por ser considerado o primeiro parque planejado do Brasil. Tombado pelo SPHAN em 1938, sua construção ocorreu entre os anos de 1779 e 1783, e seu desenho inicial foi concebido pelo Mestre Valentim, autor também das obras de arte nele presentes. Desde então a região é palco de sucessivas intervenções até

a presente data, o que torna sua feição atual uma sobreposição de camadas da memória deste trecho da cidade – algumas legíveis, mas muitas outras, não. Com o intuito de contribuir com a documentação existente acerca da memória urbana, este trabalho pretende apontar resultados obtidos a partir da pesquisa desenvolvida entre os anos de 2016 e 2018 acerca da reconstituição das transformações da morfologia urbana do Passeio Público e do seu entorno através de diferentes tipos de representações tridimensionais.

PALAVRAS-CHAVE: Design e arquitetura. Cultura e sociedade. Passeio Público. Representações tridimensionais. Cartografias alternativas.

ABSTRACT: The Passeio Público of the city of Rio de Janeiro is considered a landmark in the history of architecture and landscape for being considered the first planned park in Brazil. Preserved by SPHAN in 1938, its construction took place between the years of 1779 and 1783, and its initial design was conceived by Mestre Valentim, author also of the works of art in him present. Since then the region has been the scene of successive interventions to date, which makes its present feature an overlapping layer of memory of this stretch of the city - some readable, but many others do not. In order to contribute with the existing documentation about

the urban memory, this work aims to show results obtained from the research developed between the years 2016 and 2018 about the reconstitution of the transformations of the urban morphology of the Passeio Público and its surroundings through different types of three-dimensional representations.

KEYWORDS: Design and architecture. Culture and society. Public ride. Three-dimensional representations. Alternative cartographies.

1 | INTRODUÇÃO

O Passeio Público da cidade do Rio de Janeiro é considerado um marco na história da arquitetura da paisagem por ser considerado o primeiro parque construído no Brasil. Tombado pelo SPHAN (atual IPHAN) em 1938, sua construção ocorreu entre os anos de 1779 e 1783, e seu desenho inicial foi concebido pelo Mestre Valentim, autor também das obras de arte nele presentes, dentre elas o chafariz e as esculturas. Desde então a região é palco de sucessivas intervenções até a presente data, o que torna sua feição atual uma sobreposição de camadas da memória deste trecho da cidade – algumas legíveis, mas muitas não. Com o intuito de contribuir com a documentação existente acerca da memória urbana, este trabalho pretende apontar resultados obtidos a partir da pesquisa desenvolvida entre os anos de 2016 e 2018 acerca da reconstituição das transformações da morfologia urbana do Passeio Público e do seu entorno através de diferentes tipos de representações tridimensionais.

Como produtos, a pesquisa produziu uma série de representações como cartografias alternativas as existentes, dentre elas ilustrações e modelos físicos. Tratam-se de cartografias, aquelas que indicam certa característica documental embasada por pesquisas e dados científicos, e são materiais que acrescentam as informações para futuros projetos, principalmente sobre memória. É possível entendê-las também como meras representações visuais, já que sua produção cabe um valor artístico e de presença imagética, não esclarecida sobre o rigor documental, e sim de momentos. Mas tais registros, que garantem o sentido destes materiais inéditos baseados em informações e referenciais passados (como escritos, fotografias, pinturas, gravuras, postais, entre outros arquivos), partes também da memória documental do Passeio Público. Entendem-se como alternativas, pois são possíveis meios de entendimento sobre a história temporal morfológica do lugar e não são excludentes de outras diretrizes. Também podem ser entendidas como atualizações, pelo contexto histórico do momento contemporâneo da pesquisa.

Para tanto utilizaram-se diretrizes metodológicas, onde, num primeiro momento, foi feita uma revisão da literatura, levantamento in loco, e a coleta da iconografia em bases de dados e acervos de instituições como: Arquivo da Cidade, Fundação de Parques e Jardins, Instituto Moreira Salles, entre outras. Num segundo momento foram elaborados desenhos em meio digital (CAD) para registrar os marcos temporais cujas transformações fossem mais significativas, referentes aos anos de 1783, 1887,

1926, 1963 e 2017; e estas serviram de base para produção de dois conjuntos de cartografias alternativas. O primeiro trata de ilustrações seriadas para compreensão tanto das transformações urbanísticas, quanto das diferentes ambiências do lugar ao longo do tempo. Seguindo o conceito de visão serial apresentado por Gordon Cullen foram estabelecidos percursos e pontos de vista fixos. Para a confecção destas “cartografias” utilizaram-se técnicas como aquarela e nanquim sobre papel, sempre em perspectivas cônicas e com ponto de vista na linha de visão do observador. O segundo trata da construção de uma maquete como jogo de montar onde é possível perceber didaticamente como os edifícios e o traçado deste trecho da cidade foi se modificando ao longo do tempo. Para tanto foram utilizados materiais reciclados num primeiro momento para investigação e, posteriormente, a produção dos modelos definitivos em técnicas variadas.

Tais decisões se basearam no alto nível de instrumentalização da equipe e dos recursos disponíveis para elaboração da pesquisa. Percebeu-se durante este processo o potencial da aplicação diferentes tipos de representação como parte da formação de representações urbanas, arquitetônicas e artísticas, exercitando o olhar atento e crítico para a ampliação de conhecimentos, para uma fundamentação teórica e experiencial. Conclui-se também que criar documentos da memória de espaços urbanos atuais, relacionando-os aos anteriores, é estratégico para atualização da documentação acerca da cidade, para o momento atual e os futuros. Por fim, ressalta-se a possibilidade de replicação da experiência para diferentes cidades, relacionando tanto os campos interdisciplinares como transdisciplinares.

2 | MODELOS TRIDIMENSIONAIS FÍSICOS

Através de pesquisas e coletas de dados sobre o objeto de estudo, o Passeio Público do Rio de Janeiro, iniciaram-se as definições das representações tridimensionais. Parte desse processo encontra-se, por exemplo, as maquetes físicas, a criação de uma base em DWG, definições de materiais e outros recursos e o custo para o desenvolvimento das mesmas. Inicialmente, a base usada para os modelos reduzidos foi criada a partir de um arquivo em DWG referente a planta cadastral de 1999 do recorte de estudo. Uma integrante da equipe fez a limpeza do arquivo deixando somente o que seria de interesse, como as edificações, limites de ruas e topografias.

As próximas etapas que se sucederam foram as realizações de duas representações em maquete física. A primeira, com o recorte do estudo do Passeio Público e sua vizinhança; a Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ (ESDI); a Escola da Música da UFRJ e Automóvel Clube e seu entorno nos dias de hoje. A outra maquete seria caracteristicamente cronológica e demonstraria a evolução dos elementos de estudo, suas transformações e as mudanças ocorridas no seu entorno imediato. Após estas partes, iniciaram-se as escolhas dos materiais das maquetes,

através de definições entre o prático e o viável financeiramente.

2.1 RECURSOS

A partir do contato com materiais que iam ser descartados do próprio ambiente acadêmico, observou-se a possibilidade de reaproveitamento. Avaliou-se que nessas maquetes o uso mais frequente e abundante de material usado era o EVA, por seu custo e praticidade de manuseio e a partir desta ideia de reuso de materiais, coletou-se, além do EVA, papel paraná, madeira balsa, papel couro, MDF e madeira.

Após a coleta de todos os recursos possíveis foi feita a seleção através de cores, para facilitar o uso destinado para cada maquete. De acordo com esta separação percebeu-se uma grande quantidade de EVA marrom e preto, de modo que a primeira maquete que mostra os objetos de estudo e seu entorno foi realizado com o material marrom por sua fina espessura. Já para o EVA preto, por ter espessura grossa, foi usado para as edificações do entorno.

2.2 PRODUÇÃO

Para a primeira maquete, a base foi realizada através de uma placa de madeira compensada, obtida na etapa de reutilização de outros fragmentos, como anteriormente explicitado. Em seguida, a topografia foi parte da utilização do EVA marrom e em paralelo foi coletado os gabaritos de cada edificação do entorno, e assim, foram feitos os volumes usando o EVA preto por ter uma espessura de 5mm.



Figura 1: Preparo da base da primeira maquete. Crédito: Romulo Guina.

Fonte: Autoria particular.

Seguindo a lógica da realização dos volumes, alguns equipamentos e monumentos se destacaram ao longo da paisagem a ser produzida em miniatura, como por exemplo, o prédio da Petrobrás, Arcos da Lapa e a Catedral Metropolitana de São Sebastião,

que precisavam ser destacadas, porém sem sobressair dos elementos do estudo. Então, nesses 3 casos trabalhou-se em seus modelos pelas estruturas formais.



Figuras 2, 3 e 4: (da esquerda para direita) volumes do prédio da Petrobrás, Arcos da Lapa e Catedral Metropolitana de São Sebastião. Crédito: Romulo Guina.

Fonte: Autoria particular.

As próximas etapas que se sucederam foram: o arruamento utilizando-se de papel paraná e a montagem das edificações e espaço paisagístico com papel duplex. Com estilo branco e mais fino para um acabamento mais detalhado e destacado dentre as demais cores como o preto e o marrom.

Desta forma, para a criação da segunda maquete, foram selecionados 5 períodos de maior relevância em questão de transformação visual e histórica para o Passeio Público e seus vizinhos. Os anos são: 1783, 1887, 1926, 1963 e 2017. A intenção com este tipo de cartografia é apresentar de forma clara e objetiva as mudanças ocorridas em camadas temporais.

Logo, esta maquete foi idealizada para ser manuseada para detalhes em encaixe. Seria possível então, aplicar sobre uma mesma base os elementos transformadores da paisagem, trocando somente as partes alteradas de cada período, através de volumes. Para a realização deste trabalho foi necessário um estudo mais aprofundado das fachadas e no caso do Passeio Público, suas transformações de composição, usando como referências as imagens, fotos e todos os dados que foram obtidos no início do estudo do local.

Conseqüentemente, ao planificar cada fachada e detalhar no software AutoCAD, para cada elemento foram definidos os níveis de profundidade de detalhes, para que assim, fosse possível uma criação de peças mais verossímeis através da impressão a laser. Já os edifícios do entorno de cada quadra, seriam representados através de volumes feitos de madeira, pintados com uma cor única. Finalmente, a montagem da segunda maquete será feita a partir de uma base, que será um elemento onde algumas partes serão vazadas para o encaixe e desencaixe das peças para demonstrar cada período, e a sua transformação.

2.3 OS RESULTADOS

Os volumes das fachadas da cor branca, impressos a laser, destacam-se dentro

da maquete. Para o Passeio Público, haverá cores para diferenciar áreas verdes, como árvores, gramas e arbustos. Após o término da montagem das maquetes, existiram dois trabalhos como documentos físicos, a fim de apresentar a transformação do tempo, dos elementos de estudo e do seu entorno. E esta parte do processo ainda está em desenvolvimento, pois através da primeira maquete finalizada foi possível desenvolver a pesquisa para uma nova etapa, com refinamento das peças e resultados.



Figuras 5 e 6: (da esquerda para direita) processo da primeira maquete e finalizada. Crédito: Romulo Guina.

Fonte: Autoria particular.

Desta forma, é possível compreender outras relevâncias para a realização destes trabalhos, como por exemplo: o conhecimento obtido através das pesquisas, o entendimento da evolução dos elementos estudados, a experiência com o trabalho com maquete, conhecimento dos usos de matérias, suas facilidades e dificuldades para construção dos elementos tridimensionais e a criação do hábito de reutilizar materiais garantem experiências pessoais e documentais sobre a paisagem.

3 | MODELOS BIDIMENSIONAIS

Outra modalidade cartográfica que foi realizada ao longo da pesquisa sobre o Passeio Público foi a produção de ilustrações das visões seriais temporais. O material produzido tem como gênese os mesmos pontos paradigmáticos da produção tridimensional da maquete, foram restritamente guiados por 5 momentos de mudanças significativas do objeto para que, através das duas formas cartográficas possibilite uma facilidade de leitura das mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Os períodos selecionados foram: 1783, 1887, 1926, 1963 e 2017. Muitos momentos importantes foram vivenciados pelo parque, porém, os anos demarcados foram pontuados por transformações que perpassaram sua linguagem e história. Através de acontecimentos como sua inauguração pelo projeto do Mestre Valentim (1783), a maior reforma formal e estética por Auguste Glazou (1887), construção do Teatro-Cassino alterando parte do projeto anterior (1926), a demolição desta

arquitetura e avanço do aterro sobre o parque (1963) e a manutenção do Passeio Público como objeto cultural e histórico, tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), visando devolver o traçado de Glaziou (2017). A partir deste recorte seguiu-se na busca por materiais visuais para o entendimento inicial, precedendo as produções bidimensionais e tridimensionais.

3.1 MATERIAL ICONOGRÁFICO

A maior parte dos recursos imagéticos encontrados foram possíveis graças a acervos do Arquivo da Cidade, Fundação de Parques e Jardins (FPJ), material iconográfico na Brasileira Fotográfica, Instituto Moreira Salles (IMS), entre outras referências. Assim, materiais como gravuras, fotografias, pinturas, entre outras técnicas foram absorvidas ao imaginário visual dos momentos temporais e a busca se tornou mais destinada às visões a partir do olhar humanizado.

A veracidade dos relatos através das imagens se potencializou pelo encontro da perspectiva do visitante. Desta forma, a reciprocidade de entendimento da visão atual do parque com as de seu passado foram se costurando. Parte desta afirmação pode se aproximar com a teoria de Kevin Lynch com sua obra “A imagem da cidade”.

Os elementos móveis de uma cidade e, em especial, as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias. Não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele; compartilhamos o mesmo palco com os outros participantes. Na maioria das vezes, nossa percepção da cidade não é abrangente, mas antes parcial, fragmentária, misturada com considerações de outra natureza. Quase todos os sentidos estão em operação, e a imagem é a combinação de todos eles. (LYNCH, 1997, p. 2)

Ou seja, a possível potencialidade das imagens está relacionada diretamente a experiência do olhar in loco. Cada indivíduo está sujeito a parte da contribuição para a construção do visual de lugares, e suas mudanças. E como apenas uma pessoa não daria conta das relações transformadoras da paisagem de períodos temporais distintos, se faz necessário a captação de fragmentos destas perspectivas. Transportando para a produção das ilustrações, as imagens obtidas pela pesquisa foram determinantes para cada momento histórico e ao final, com o último ano – a princípio – 2017, foram feitas a partir de visitas pessoais no lugar.

Parte desta lógica também pode ser encontrada pelas experiências pessoais de estudiosos, artistas, naturalistas, entre outros encaminhamentos, nos séculos XVII, XVIII e XIX no Brasil. Impulsionados por descobertas, encomendas e parcelas experimentais, as produções de livros (ou cadernos) de viagem fomentou o interesse pelo Brasil através de seus relatos documentais e mais reproduzidas, as imagens. Dentre os artistas que transpuseram suas perspectivas visuais para as técnicas como gravuras, aquarelas, rascunhos, entre outros, encontram-se Jean-Baptiste Debret; Henry Koster; Hippolyte Taunay, entre outros.

As produções documentais imagéticas são parte da estrutura de uma visualidade

de temporalidade. E esta é a intenção da realização de aquarelas contemporâneas das perspectivas do passado e contribuição com mais material visual com novos desenhos, de novos olhares. Estrutura-se assim uma visão seriada. Partes estritamente consolidadas de anos paradigmáticos até o contemporâneo, de perspectivas fragmentadas no próprio local, no momento temporal e mais abrangente, visões seriais das mudanças históricas, formam assim, a estrutura do material criado ao longo da pesquisa.

Tratando-se de um pensamento seriado, de resíduos de visões, encaminham para a teoria de Gordon Cullen. Quando se afirma que “o percurso de um extremo ao outro da planta a passo uniforme, revela uma sucessão de pontos de vista” (CULLEN, 2008, p.19) indica que a experiência pessoal é um grande fator para a captação destas partes visuais de um lugar. E este, carrega em si simbolismos e significados atribuídos pelos visitantes que a perpassam. Entende-se de um mesmo local, que ele tem diversas perspectivas, alturas, entendimentos, detalhes, cores, entre outros fatores que em casos, são partículas de apropriações do espaço.

Como Cullen afirma em sua teoria, a ocupação de um lugar é um dos elementos que ativam o espaço e o elemento humano proporciona a paisagem suas próprias captações e que são compreensíveis nas imagens que são formadas a partir deste encontro. E “A progressão uniforme do caminhante vai sendo pontuada por uma série de contrastes súbitos que têm grande impacto visual e dão vida ao percurso” (CULLEN, 2008, p.19), desta forma, o percurso realizado também é uma estrutura que indica posições livres de visões. São interessantes ao serem colocadas em análise, sobre a mesma perspectiva, porém em anos diferentes, sobre alterações drásticas.

A partir deste entendimento de uma visão seriada, porém temporal, as ilustrações foram realizadas para a documentação futura destes relatos, ressalta a importância da produção manual de observações e possibilita este acompanhamento imagético das transformações do Passeio Público.

3.2 A TÉCNICA E SEUS INSTRUMENTOS

A técnica utilizada para a realização de 8 desenhos foi a aquarela. Esta decisão é atribuída a facilidade da instrumentalização de uma integrante do grupo de pesquisa e também pela aproximação linguística e estilística de algumas imagens obtidas ao longo das buscas. As aquarelas foram possíveis através de materiais já existentes com a componente do grupo, como pincéis e estojos de tinta próprios. Porém as superfícies trabalhadas, as folhas de papel, foram compradas após a decisão do tamanho que os desenhos seriam. Desta forma, em formato de A3 (42x29,7cm) estruturado em paisagem, em papel de 300g/m², os desenhos foram produzidos em materiais resistentes à quantidade de água utilizada.

Estes recursos foram obtidos através de ajuda entre a orientanda e o orientador da pesquisa. Ao longo da realização destes trabalhos bidimensionais, outros instrumentos

foram utilizados, como fita crepe para imobilização da folha, para facilidade da aplicação de água no papel, canetas nanquim para finalização de detalhes e acompanhamento das imagens obtidas como referências. A técnica de pintura utilizada é tradicionalmente um processo de rápida construção, utilizada para croquis, sketches e visualmente reconhecíveis desde o período dos cadernos de viagens. A facilidade de pigmentação através da união entre a água e o papel conduz o trabalho para um sentido de presença humana ao longo do percurso feito pelo visitante. E deste sutil detalhe, a paisagem incorpora sentidos visualmente de simbolismos e significados.

Inicialmente, foram escolhidos 1 imagem para cada momento (1783, 1887, 1926 e 1963) e para 2017, foram capturados presencialmente no local através de 4 fotografias e estas, posteriormente, desenhadas. As referências são acompanhadas ao longo do processo, sempre indicado a fonte de pesquisa e com respeito artístico aos processos anteriores, as ilustrações tendem a manter o mesmo formato. A preparação dos materiais é padronizada ao longo do processo. Uma folha para cada imagem, emoldurada com fita em outra superfície mais estável e acompanhados dos pincéis, pigmentos, água e um papel simples para a retirada do excesso de água no pincel.



Figura 7: Realização das ilustrações através de referências e material técnico.

Crédito: Diana Amorim. Fonte: Autoria particular.

É necessário assim, ter um conhecimento prévio da técnica, pois a quantidade de gotas no papel, a relação do nanquim com a aquarela e uma liberdade artística são possíveis após um entendimento anterior. Importante ressaltar que as relações realizadas podem ser aplicadas de diferentes maneiras. De acordo com a facilidade de cada indivíduo com a técnica, a ordem de processos, vai tender para uma relação pessoal.

No caso, o desenho no papel de 300 g/m² foi realizado em lápis grafite, depois reforçado com o nanquim de diferentes espessuras para cada efeito desejado, apagou-se o resíduo de lápis ao fundo e ao final, a aplicação definitiva da cor pela aquarela.

Este acompanhamento foi visualizado pela equipe de acordo com cada desenho pronto. Entende-se que a participação do grupo foi indispensável por se tratar de uma pesquisa conjunta, por mais que os desenhos foram realizados por apenas uma pessoa.

3.3 OS RESULTADOS

A série a seguir de imagens, tanto referenciais, quanto os resultados em aquarela são produtos cartográficos e intui-se que são acréscimos artísticos e científicos da memória do objeto de pesquisa. Não são somente representações, são cartografias, pois partem de estudos e relatos documentais que culminam na criação de outras novas perspectivas. E em específico as ilustrações, podem também ser consideradas materiais de referência primária, originais, pois carregam intrinsecamente o percurso pessoal no local e busca atual pelas visualidades de outrora.

Logo, podem ser entendidas como cartografias, serialmente e também isoladas, pois são materiais de seu tempo. A contemporaneidade, mesmo na aplicabilidade de ilustrações de referências de outrem, indicam a vivacidade da reprodutibilidade destas paisagens e a relação temporal. Então, esta associação de imagens dos passados e presentes do Passeio Público é tentativa de contribuição para a memória urbana da cidade. E assim, é possível aplicar esta organização de produção e levantamento a outras situações, entre outros territórios. Entende-se desta forma, que as cartografias propostas são resultados de memórias temporais para a salvaguarda do futuro.

Por exemplo, a imagem que foi escolhida para representar o ano de 1783 foi uma pintura do século XVIII, a princípio anônima, e que apresenta o portão principal do Passeio Público em meio a uma linguagem projetual paisagística de Mestre Valentim. Neste momento, ao longo da fachada, encontram-se organizações de soldados, na esquerda, montados em cavalos e na direita, enfileirados em pé. Elementos interessantes que permaneceram ao longo de diversas mudanças foi o portal com sua estrutura em concreto e o escudo ao centro de ferro. Porém é visível ao fundo um parque com estilo francês, por sua ortogonalidade e ordem simétrica. Um grande caminho principal derivava os outros percursos ao longo.



Figuras 8 e 9: (da esquerda para direita) Pintura anônima do século XVIII e ao lado, a ilustração em aquarela. Crédito: Anônimo e Diana Amorim.

Fonte: WikiCommons e Autoria particular.

Outro momento relevante, 1887, foi destinado à fotografia postal do terraço do Passeio. Este elemento foi posteriormente realizado por diversas camadas de alterações, dentre elas, as de Auguste Glaziou. Este paisagista transformou a linguagem do parque com o estilo inglês. Este período do Passeio indica novos percursos sinuosos, estruturas ao longo para lazer como café e um aquário e também se criou um corredor do jardim ao mar. Ao longo deste passeio encontravam-se dois torreões e margeados por iluminações. A imagem referência apresenta ao fundo o antigo Palácio Monroe, ainda não demolido, uma vegetação monumental ao lado esquerdo, do parque e um caminho que já na próxima grande alteração vai desaparecer para dar lugar ao Teatro-Cassino.



Figuras 10 e 11: (da esquerda para direita) Fotografia anônima e ao lado, a ilustração em aquarela. Crédito: Anônimo e Diana Amorim.

Fonte: WikiCommons e Autoria particular.

Para o ano de 1926, o fator significativo foi a construção do Teatro-Cassino. Esta estrutura se apropriou da frente do parque direto para o mar, já com a presença maciça do aterro que fora sendo alargada e afastando o parque de sua antiga dimensão. O Cassino se encontrava de frente para o que é hoje, a Praça Paris. Seu estilo arquitetônico tendia para referências latino-americanas e outros elementos ecléticos. Formando-se assim uma quimera entre a paisagem carioca. Porém, este equipamento não fora tão bem recepcionado pela população em sua época, pois trazia a problematização de uma barreira física na principal frente do parque, restando assim, a sua outra entrada pela Rua do Passeio e não mais pela Rua Mestre Valentim.

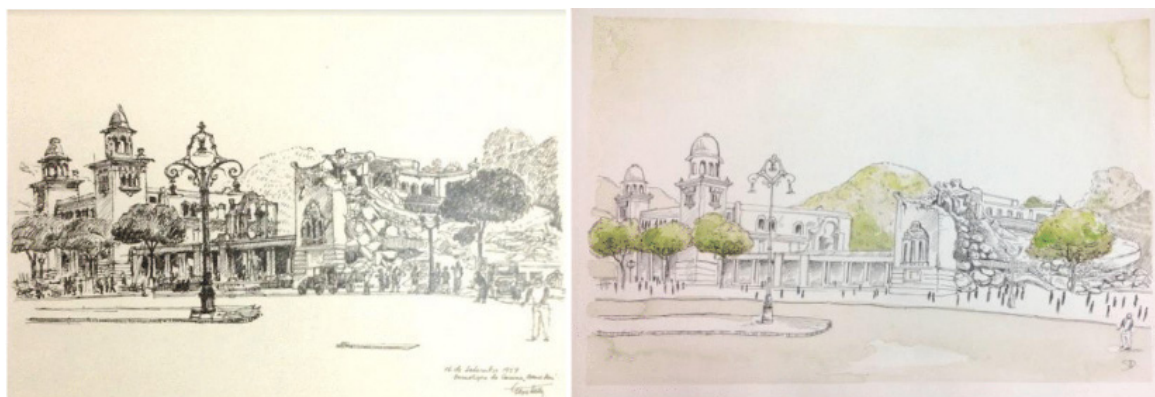


Figuras 12 e 13: (da esquerda para direita) Fotografia anônima e ao lado, a ilustração em aquarela.

aquarela. Crédito: Anônimo e Diana Amorim.

Fonte: WikiCommons e Autoria particular.

Desta forma, em 1963 foi o momento do desmanche do cassino e de mais uma fase do avanço do aterro ao mar. A partir destas mobilizações, fragmentos do Teatro-Cassino foram deixados pelo tempo. É possível encontrar atualmente no parque, a plataforma com escadas do hall, porém é um percurso que não tem destino. No momento, é um elemento atrás da grande fonte dos jacarés e de frente para as grades. Trata-se de uma cicatriz destas mudanças.



Figuras 14 e 15: (da esquerda para direita) Gravura de Peter Fuss e ao lado, a ilustração em aquarela. Crédito: Peter Fuss e Diana Amorim.

Fonte: Rio: capital da beleza (2001) e
Autoria particular.

A partir destes períodos encaminham-se para a contemporaneidade do parque. E a decisão de realizar 4 imagens foi pela riqueza de visualidades seriais pessoais no local e a possível documentação original que é realizada pelos desenhos e pesquisa. A primeira imagem é parte do memorial originário do Passeio Público do Mestre Valentim. A fonte dos jacarés, e atrás o do querubim, são fundamentais para a identidade do Passeio, logo, são incorporadas em todas as leituras feitas pelos anos.



Figuras 16 e 17: (da esquerda para direita) Fotografia e ao lado, a ilustração em aquarela. Crédito: Diana Amorim.

Fonte: Autoria particular.

A segunda ilustração é parte de um dos caminhos do jardim, que consolida a forma não linear de Glaziou. Apresenta também um parque atualmente não tão movimentado como em sua iniciativa, porém é presente o cuidado após seu tombamento pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 2004.



Figuras 18 e 19: (da esquerda para direita) Fotografia e ao lado, a ilustração em aquarela.
Crédito: Diana Amorim.

Fonte: Autoria particular.

A terceira fotografia transformada em desenho foi a do portão pela Rua do Passeio. Este elemento se faz presente no primeiro momento, em 1783. Porém neste instante, é possível reconhecê-lo de trás. Permanece assim, um conjunto de grade, portal e maior estrutura em concreto intacta também. Mas a paisagem que se encontra deste lado da entrada é de uma modernidade latente na cidade e uma movimentação à parte da calma do antigo parque. Agora, grandes prédios com fachadas de vidro e intensos tráfegos tomam parte de sua vizinhança.



Figuras 20 e 21: (da esquerda para direita) Fotografia e ao lado, a ilustração em aquarela.
Crédito: Diana Amorim.

Fonte: Autoria particular.

Desta forma, a última documentação realizada foi do principal percurso identitário do Passeio Público, as duas pirâmides do momento de Mestre Valentim. É possível reconhecer também na paisagem um cuidado com a manutenção dos elementos como postes, pontes e o pequeno lago entre estes dois monumentos. Do lado de fora, grandes prédios aparecem à sombra das copas das árvores, formando dentro do parque um lugar encoberto de significados e vivências, tais quais estas coletadas pelo percurso seriado.



Figuras 22 e 23: (da esquerda para direita) Fotografia e ao lado, a ilustração em aquarela.

Crédito: Diana Amorim.

Fonte: Autoria particular.

4 | CONCLUSÃO

Conclui-se que este artigo propõe uma apresentação da aplicabilidade das representações bidimensionais e tridimensionais, embebidos por teorias do paisagismo e contextualizados por suas próprias experiências. As novas cartografias realizadas são produções a fim da manutenção das camadas temporais de um dos equipamentos de maior relevância na paisagem da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, considerado o primeiro parque público construído.

Desta forma, a necessidade de captação de memórias do passado e do presente são fundamentais para as escalas temporais seriais de uma visualidade mais facilmente compreensível. E o interesse pelas principais mudanças indica uma forte contextualização com etapas da história da cidade e do Passeio Público. Acredita-se fundamentalmente na importância da prática de maquetes e desenhos para a interdisciplinaridade e para campos relacionados. Assim, através da experiência pessoal, a apropriação dos lugares seja parte do percorrer da cidade e de seus elementos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. **Espaços da arte brasileira/ Mestre Valentim**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1999.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Portugal, Edições 70, 2008.

FUSS, Peter. 1904-1978. HELLER, Géza. 1902-1992.

LECHOWSKI, Bruno. 1887-1941. **Rio: capital da beleza**. Prefeitura do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo. Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

HUTCHISON, Edward. **O desenho no projeto da paisagem**: tradução Denise de Alcântara Pereira. – Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2012.

LATIF, Miran de Barros. **Uma Cidade no Tropicó - São Sebastião do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Agir. 1965.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OS HOMICÍDIOS NA PARAÍBA: DINÂMICA E RELAÇÕES CAUSAIS DA VIOLÊNCIA MEDIDA PELOS HOMICÍDIOS NAS PRINCIPAIS CIDADES DA PARAÍBA

Eduardo Souza Silva

Mestrando em Ciência Política, UFCG, Campina Grande - PB,

E-mail:eduardocaico@hotmail.com

José Maria Pereira da Nóbrega Júnior

Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande.

Lotado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA). Coordenador do Grupo de Pesquisa NEVU (Núcleo de Estudos da Violência da UFCG). Pesquisador do INCT-InEAC jmnobrega@ufcg.edu.br

RESUMO: O Nordeste apresenta os maiores números de homicídios do Brasil. Apesar da situação ser preocupante, há poucos estudos sobre esse fenômeno em nível dos estados nordestinos. A Paraíba apresentou incremento percentual significativo no período 2000/2011 com 189% de crescimento nas taxas de homicídios por grupo de cem mil habitantes. Campina Grande, João Pessoa, Patos e Santa Rita concentram as maiores populações e, também, a maioria dos homicídios. Dessa forma, a pesquisa buscou responder as seguintes questões: 1. Qual a dinâmica dos homicídios perpetrados nos municípios paraibanos com populações a partir dos 100 mil habitantes? 2. Há relação/correlação/associação entre a desigualdade social, a

pobreza e o desenvolvimento econômico com o número de homicídios naqueles municípios? 3. Qual o papel do estado (estadual e municipal) no controle dos homicídios naqueles municípios? A pesquisa utilizou bancos de dados disponíveis no SIM e no IBGE, bem como informações resgatadas no decorrer da mesma em outros institutos e bancos de dados. O período analisado foi de 2000 a 2012. A metodologia da pesquisa foi preponderantemente quantitativa, com a utilização da estatística descritiva e inferencial. Os objetivos gerais foram: avaliar a dinâmica dos homicídios; testar variáveis socioeconômicas em relação aos homicídios; e avaliar qual o impacto das políticas públicas, ou seja, da capacidade das instituições de segurança, no controle desse tipo de morte violenta nos municípios selecionados. Os principais resultados alcançados foram, a crescente violência homicida na Paraíba, tendo como perfil da vítima, homens, entre 15-29 anos, solteiro, de pele parda e com baixos níveis de escolaridade. Em decorrência do estudo foi viável também apresentar que para a redução desses índices, se mostra necessário uma dedicação exclusiva por parte dos gestores públicos na área de segurança pública, numa tentativa de levantar planejamentos estratégicos e inteligentes, para que dessa forma possam agir com eficiência na Sociedade. Para tanto, apesar de políticas de segurança pública

eficiente não serem necessariamente sinônimo de baixos índices de violência, se apresentam como principal Proxy para a redução da insegurança social que assola o nosso cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Homicídios, Dinâmica, Relações Causais e Segurança Pública.

INTRODUÇÃO

A violência crescente na contemporaneidade demonstra ser um dos principais problemas a ser solucionado pelos governos. Do outro lado, são escassos os estudos sobre segurança pública numa perspectiva dos governos em ação e isso nos leva a entender porque esses meios administrativos apresentam dificuldades em identificar as causalidades da violência. Para o sucesso das políticas públicas em segurança é necessário avaliar a dinâmica e os possíveis nexos que causam esta crescente, sobretudo no Nordeste e, em específico, na Paraíba.

Campina Grande, João Pessoa, Patos e Santa Rita concentram as maiores populações e, também, a maioria dos homicídios. Nossa análise focará estes quatro municípios, sendo um deles localizado no Sertão do Estado.

A insegurança pública encontrada hoje na sociedade brasileira tem nos homicídios um dos principais, senão o principal, termômetro para a avaliação da criminalidade e da violência (NÓBREGA JR., 2014). A vida do indivíduo é o seu maior bem, o principal direito natural, se não há garantia à vida dificilmente a sociedade tem seus direitos mais amplos garantidos. Assim, utilizaremos da violência homicida como proxy¹ de avaliação da criminalidade e violência neste trabalho.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa utiliza bancos de dados disponíveis no Sistema de Informação de Mortalidade e Sistema de Dados do Sistema Único de Saúde (SIM/DATASUS), órgão ligado ao Ministério da Saúde. No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos dados secundários disponíveis no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014), nos dados secundários do Ministério da Justiça e do Depen/Infopen (Departamento Penitenciário Nacional/Sistema de Informação Penitenciária). Também foram extraídos os dados socioeconômicos do Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil (2013). O período analisado foi de 2000 a 2012. A metodologia da pesquisa é preponderantemente quantitativa, com a utilização da estatística descritiva.

As taxas de homicídios são calculadas por cada grupo de cem mil habitantes:

$$TxHomY = NabsHomY/PopY = x 100.000 = RtxHomY$$

A taxa de homicídios de Y é resultado da divisão dos números absolutos de Y

¹ Em estatística o termo proxy é o mesmo que substituto. A variável homicídios será explicada em sua metodologia em seção específica neste Relatório.

sobre sua população. O produto desta divisão é multiplicado por 100 mil o que resulta na taxa.

A variável *proxy* de violência, o Homicídio, será conceitualmente definido conforme a codificação X85-Y09 do Banco do SIM/DATASUS, onde tem-se registrado o óbito por causas externas “mortes por agressão”.

Definição de dados socioeconômicos:

O índice de Gini (GINI) mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda).

O percentual de extrema pobreza é a proporção dos indivíduos com renda domiciliar (PIND) per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010.

A renda *per capita* (RDPC), é a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais. O índice vai de 0 a 1, onde entre 0 e 0,499 o IDHM é considerado muito baixo; entre 0,500 e 0,599, baixo; entre 0,600 e 0,699, médio; entre 0,700 a 0,799, alto e a partir de 0,800, muito alto.

RESULTADOS TEÓRICOS (REVISÃO DA LITERATURA)

A partir dessa revisão da literatura, pretendemos prestar uma investigação a respeito das possíveis causalidades da violência homicida, tendo como base a produção de estudos acadêmicos relevantes e recentes, com pesquisadores que utilizam de métodos empíricos e concretos. Esse exercício é importante, pois nos dá a dimensão das principais variáveis a serem testadas em nossa pesquisa.

Desde 1980, as taxas de homicídios passam por grande incremento, alcançando números inaceitáveis em muitos dos estados da federação. Os jovens do sexo masculino são os mais vitimados pela criminalidade homicida. Além das perdas humanas, isto gera um impacto negativo tanto na sociedade como na economia. As explicações para este significativo crescimento são múltiplas. Desde as que apontam a pobreza e a desigualdade social até as que levam em consideração o cálculo estratégico dos atores criminosos as práticas dos delitos. A ineficácia institucional também aparece como causa para o fortalecimento dos crimes violentos (Nóbrega Júnior, Zaverucha e Rocha, 2009).

Para Wolf (1971) o desenvolvimento econômico influencia o crime. Wolf afirmava

que países pobres e ricos têm um padrão diferente de crimes, mas o homicídio diminuiria com o desenvolvimento ao passo que alguns outros crimes aumentariam.

Krohn (1976) confirmou a relação negativa entre desenvolvimento econômico e taxas de homicídios, e a relação positiva entre modernização e crimes contra a propriedade. Segundo este estudo, as taxas de desemprego não teriam qualquer relação com as taxas de crimes.

Nesta linha de relação entre desenvolvimento e criminalidade, Nóbrega Jr. e Zaverucha (2013) ressaltaram a relação inversa entre desenvolvimento econômico e a violência medida pelos homicídios nas duas principais cidades paraibanas, João Pessoa e Campina Grande. Esses autores, através de um modelo de correlação, mostraram que, não obstante o crescimento do PIB², a violência homicida continuou na ascendente com nível alto de correlação entre as variáveis. Concluíram que o crescimento econômico poderia abrir espaços para práticas violentas num ambiente de maiores oportunidades econômicas.

Beato e Reis (2000) concluíram que o desenvolvimento social e econômico motiva o crescimento da violência especialmente os crimes contra o patrimônio. Os modelos de regressão e os de correlação mostraram baixa significância de relação entre pobreza/desigualdade e criminalidade violenta. Os indicadores de pobreza/desigualdade foram o Coeficiente de Gini e a percentagem de chefes de família com menos de um salário mínimo. Os modelos de regressão apresentados não mostram relação significativa entre pobreza/desigualdade e violência (Beato e Reis, 2000, pp. 389-90).

Soares (2008) afirma que a renda média cresceu, ocorreu um aumento significativo na esperança de vida ao nascer, um aumento considerável na escolarização e na alfabetização da população e, em contrapartida, um crescimento nas taxas de homicídio. No Brasil, a distribuição de renda foi quase constante: em mais de três décadas mudou pouquíssimo, não contribuindo para explicar o crescimento da taxa de homicídios. Portanto, não se pode esperar encontrar uma relação entre desigualdade e homicídios no Brasil.

Mas, o que há de mais relevante nos estudos da violência homicida é ação do governo no que diz respeito ao controle social, mais precisamente a segurança pública. As políticas públicas são, para Saporì (2007), a resolução para os conflitos existentes na sociedade. É o Estado trabalhando para resolver “problemas” que afetem o coletivo, utilizando-se do aparato administrativo-burocrático, como forma de planejamento de políticas. Zelando pela preservação do patrimônio dos cidadãos e suas respectivas integridades físicas.

Saporì (2007) encontrou uma correlação entre gestão da política de segurança pública na capacidade da redução da incidência da atividade criminosa, provendo de forma eficiente a ordem pública como bem coletivo. Assegura que política de segurança pública efetiva é aquela capaz de atuar sobre as causas mais profundas do fenômeno

² Produto Interno Bruto.

criminoso devendo essa combinar ações que diminuam a disponibilidade de alvos, aumentando a proteção e a vigilância dos mesmos, e reduzindo a possibilidade de que surjam novos atores sociais motivados para o crime, pois a obstaculização do ator motivado é uma das estratégias de inibição do crime. Ou seja, a criação de obstáculos aos atores motivados para o crime diminui a probabilidade de que venham a cometer ações criminosas.

No que se refere ao perfil dos homicídios, o cenário não muda muito com o passar dos anos. Estudos como os de Muchembled (1989) confirmam que os homicidas e suas vítimas são muito semelhantes aos de hoje, a maioria era composta por homens, jovens, pobres e que o contexto mais frequente do homicídio tinha semelhança com o de hoje: no fim do dia (tal como cultural e tecnologicamente definido), no fim de semana, perto de local de venda de bebidas.

Estudos voltados para compreender as causalidades das práticas criminosas, demonstram as mais diversas perspectivas ideológicas dentro dos estudos sobre a violência. Esses vão desde as necessidades de consumo básico do indivíduo, até a prática como resultado da escolha racional, passando por imposições sociais ou até mesmo pelo “o que é mais vantajoso”.

Mendonça (2000) afirma que o agente possui um consumo referencial imposto pelos padrões da sociedade. A partir do momento em que esse agente não tem o consumo satisfeito, gera-se uma insatisfação que o leva à prática criminosa.

Nóbrega Jr. (2012) assegura a ideia da teoria da escolha racional como fundamental para explicar os motivos que levam os indivíduos a cometerem homicídios. Se aquele que comete o delito de homicídio não é preso, seria vantajoso cometer assassinatos, já que a polícia e o sistema de justiça pouco fazem para inibir este tipo de crime.

RESULTADOS EMPÍRICOS

Depois de apontados estudos empíricos sobre a realidade da violência e da segurança pública no Brasil, vamos analisar a luz dos dados de Campina Grande, João Pessoa, Patos e Santa Rita o comportamento da violência homicida nas principais cidades paraibanas. Sua dinâmica, principais nexos causais socioeconômicos e institucionais e o papel do estado como dissuasão da criminalidade.

Município	Nº Hom. 2000	Tx.Hom. 2000	Nº Hom. 2012	Tx.Hom 2012	Var. % 00-12 Nº Hom.	Var. % 00-12 Tx. Hom.
C. Grande	106	29,8	175	45	65%	50,4%
J. Pessoa	191	32	489	66	156%	106,2%
Patos	21	23	60	59	185,7%	157%
Sta. Rita	30	26	149	122	396,6%	371,5%
Paraíba	507	14,7	1525	40	200,7%	172%

Tabela 1. Número Absoluto de Homicídio, Taxas de Homicídios, Variação percentual Número Absoluto de Homicídios 00-12, Variação Percentual Taxas de Homicídios 00-12 (2000-2012) - Campina Grande, João Pessoa, Patos, Santa Rita e Paraíba.

Como a tabela 1 demonstra os números de homicídios nas cidades de Campina Grande, João Pessoa, Patos e Santa Rita vem aumentando gradativamente em desproporção ao crescimento da população. Os cálculos da variação das taxas de homicídio nesse período reforçam a preocupação com o incremento da violência homicida no estado da Paraíba. No período de 2000 a 2012, houve um crescimento de 172% nas taxas de homicídios, destacando uma redução apenas no ano de 2012 em comparação a 2011 (referente ao maior registro com 1614 casos).

Est. Civil	Solteiro	Casado	Viúvo	Sepa- rado judicial- mente	Outro	Ignora- do		
	4158	792	36	89	169	1955		
Sexo	Mascu- li- no	Feminino	Ignora- do					
	6677	506	16					
Escolari- dade	Nenhuma	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 11 anos	12 ou mais	Ignora- do		
	346	935	864	189	61	4788		
Cor/Raça	Branca	Preta	Amarela	Parda	Índíge- na	Ignora- do		
	290	115	3	6119	7	665		
Faixa Etá- ria	Menor 1 ano	1 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 79 anos	80 anos ou mais	Ignora- do
	7	123	4488	1475	641	392	13	60

Tabela 2. Explanção sobre o perfil da vítima de homicídio nas principais cidades da Paraíba, identificando o Estado Civil, Sexo, escolaridade, cor da pele e faixa etária das vítimas.

Fontes: MS/SVS/CGIAE/SIM. Os números são resultado da soma total dos homicídios no período de 2000/2012 em Campina Grande, João Pessoa, Patos e Santa Rita, podem ser analisados detalhadamente em suas fontes.

É possível identificar em vários aspectos o perfil da vítima na tabela acima. Os dados nos mostram informações em alguns quesitos com um pouco mais de imprecisão, a todo modo, é compreensível as dificuldades na metodologia de coleta, mas neste trabalho trataremos apenas os dados identificados como válido/real em nossa análise. No Estado da Paraíba pelo menos 64% do total de homicídios tem o nível de escolaridade ignorado, nas quatro principais cidades a porcentagem é ainda maior atingindo 66%. Não obstante, foi possível observar que os mais vitimados têm entre 1 a 7 anos de escolaridade (ensino fundamental incompleto), seguido de uma boa parcela de vítimas que não possui nenhum ano de estudo.

O que essas informações nos apresentam é que assim como nos estudos de outras regiões brasileiras, ressaltados na literatura anterior, o perfil da vítima de homicídio na Paraíba não se difere do restante do País. São indivíduos preponderantemente solteiros; do sexo masculino; com baixos níveis de escolaridade; da cor negra (pardos e pretos); entre 15 e 29 anos.

A partir destes elementos, é possível afirmar que qualquer perfil que seja contrário aos supracitados, distancia-se o “risco de ser vítima” de homicídio, principalmente partindo da ideia de que grande parte dessa violência está relacionada à criminalidade³.

Portanto, é válido pontuar que variáveis como a “escolaridade”, são de alta importância para o afastamento do crime, promovendo impacto positivo na queda dos homicídios. Também é importante acrescentar que há uma necessidade de realçar a atenção no que se refere a políticas públicas para os jovens de 15 a 29 anos, no intuito de diminuir esta vulnerabilidade, compreendendo que um conjunto de ações podem articular-se para o afastamento à criminalidade, a exemplo de incentivos educacionais e ocupação empregatícia na intenção de gerar ofícios de responsabilidade aos indivíduos.

Os dados socioeconômicos que serão abordados a seguir, são de grande importância para avaliar possíveis correlações com a violência homicida.

Campina Grande	1991	2000	2010
GINI	0,61	0,62	0,58
RDPC	302,81	449,24	630,03
PIND	20,36%	12,07%	5,02%
IDHM	0,476	0,601	0,720
TX HOM	24,8	30	48,5
João Pessoa	1991	2000	2010
GINI	0,62	0,62	0,62
RDPC	483,07	662,85	964,82
PIND	12,28%	6,56%	3,48%
IDHM	0,550	0,644	0,763
TX HOM	16,4	32	48,5

Tabela 3. Dados Socioeconômicos - Campina Grande/João Pessoa - 1991/2000/2010

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil (2013).

Como tratado na tabela 3, tanto Campina Grande como João Pessoa, apresentaram melhorias expressivas no que se refere a condição socioeconômica de suas localidades, todos os índices socioeconômicos mostraram melhorias significativas, saindo de baixos patamares para altos. Em contrapartida, às taxas de homicídios como ponto de referência/medição da violência, praticamente dobraram em vinte anos, numa questionável situação inversa entre crescimento da violência e melhoria da “qualidade de vida” dos paraibanos.

Assim, a desigualdade social e a extrema pobreza diminuíram drasticamente; A renda per capita e os índices de desenvolvimento humano aumentaram em todos os seus componentes, contudo, as taxas de homicídios seguiram a ascendente, ou seja, a melhoria dos índices socioeconômicos não foram preditores para a redução da criminalidade nas cidades destacadas.

³ Segundo dados do Mapa Da Violência em Campina Grande no Ano de 2014 (2014), produzido por policiais civis da Paraíba.

Seguiremos, portanto, em caminho das variáveis institucionais sobre a dissuasão do controle da criminalidade homicida. Outra observação metodológica deve ser feita. Como a política de segurança pública é estatal, não há dados municipais a respeito. Dessa forma, a análise será empreendida no estado como um todo.

Paraíba 2003	PM+PC	Pop	Taxa	
	9444	3.518.607	268,40	
Paraíba 2012	PM+PC	Pop	Taxa	Dif. na Tx %
	11401	3.791.315	300,71	12,04 %

Tabela 4. Efetivo policial no Estado da Paraíba nos anos 2003 e 2012 com cálculo da taxa por grupo de 100 mil habitantes e o crescimento no período.

Fonte: Ministério da Justiça/SENASP. Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública. IBGE. Cálculos das taxas do autor.

O Estado da Paraíba aumentou o efetivo policial em 12% no período 2003/2012, esse crescimento se comparado friamente aos índices de violência foram extremamente baixos e sem nenhuma associação como variável contribuinte para a redução dos homicídios. Nossa hipótese é que o crescimento do efetivo policial por si só não impacta necessariamente na redução da violência, sobretudo, quando o crescimento contingencial é de apenas 1,3% ao ano. Mas que é necessário um investimento voltado para a qualidade do serviço policial, modificações estruturais e aprimoramento na forma de trabalho, somado a capacidade de formular planejamento de ações. Um contingente número é importante, porém, sozinho não gera efeito. No entanto, um grupo preparado e inteligente certamente resulta na garantia do reforço institucional no poder da incapacitação da ação delituosa,

PB 2003	Homens	Mulheres	Prisional	Habitantes	Taxa Presos	Vagas	Déficit	Taxa Hom.
	5267	147	5414	3.518.607	153,87	3.005	2.409	17
PB 2012	Homens	Mulheres	Prisional	Habitante	Taxa Presos	Vagas	Déficit	Taxa Hom.
	8149	574	8723	3.791.315	230,08	5394	3329	40

Tabela 5. População carcerária no Estado da Paraíba nos anos 2003 e 2012, com cálculo da taxa por 100 mil habitantes, número de vagas, déficit prisional, junto a taxa de homicídio daquele ano.

Fonte: Órgãos Estaduais responsáveis pelo sistema prisional nos estados. Disponível no Ministério da Justiça/DEPEN. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen. Cálculos das taxas pelo autor.

A Paraíba aumentou seu efetivo policial no período de 2003 a 2012 assim como prendeu 66% mais. No entanto, isso não se refletiu na diminuição direta dos homicídios, as taxas do Estado cresceram 135% no mesmo período. Logo, se as informações apresentadas nos mostram um aumento expressivo de apreensão destes sujeitos, é questionável em que tipo de crimes essas prisões estão sendo focalizadas, pois estudo como o de NÓBREGA JR. 2014, demonstra que quando as prisões se

mostram focadas em homicidas seriados, o resultado para a redução dos homicídios pode ser alcançado.

No entanto, por falta de precisão nas informações recolhidas, não conseguimos aferir detalhadamente em que estão concentradas estas apreensões, mas que pelo contingente de medição observamos que há uma desconexão entre o aumento das apreensões e a redução da violência homicida. Vale ressaltar que junto ao aumento expressivo da população carcerária, o déficit de vagas é cada vez maior, isto por sua vez é responsável por gerar parcas condições de vivência dentro do sistema, podendo suscitar exaltação, reclamações e estresses dos apenados, condicionando a situações de descontrole institucional, como rebeliões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que durante todo o estudo a proposta principal da atividade estava sendo vigorada seja de forma direta ou indiretamente. O período analisado foi relativamente curto apenas 12 anos, mas foi suficiente para atentar para a violência crescente nas principais cidades paraibanas e por consequência de todo o Estado.

O esboço da ampla bibliografia abordada na revisão da literatura que trata sobre os homicídios no Brasil serviu nesse estudo para apontar como é medida e analisada a dinâmica dos estudos sobre violência no país e no exterior, além, é claro para dar sustentação teórica e empírica para o estudo.

Apesar de poucos estudos que trabalhem a temática de segurança pública com o propósito de buscar as causalidades e a explicação para o crescimento significativo da violência na Paraíba, nosso trabalho demonstra através de um esboço teórico e empírico, diretrizes para o funcionamento aperfeiçoado e planejado do “poder público”, isto é, a dedicação de gestores na elaboração de políticas públicas como mecanismo de redução da violência nos municípios.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2014), 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo.

BEATO, C.C.; REIS, I.A. (2000), “Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime”, in R. Henriques (org.), Desigualdade e pobreza no Brasil, Rio de Janeiro, IPEA.

KROHN, M. (1976) Inequality, unemployment and crime: a cross-national analysis. *Sociological Quarterly*, v.17, p.303-313, Summer 1976.

MENDONÇA, M. J. (2000), Um modelo de criminalidade para o caso brasileiro. Rio de Janeiro, Ipea. [Manuscrito]

MUCHEMBLED, Robert. (1989) *La violence au village: Sociabilité et comportements populaires en Artois du Vau XVII siècle*. Turnhout: Brepols, 1989.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da, (2012) “Homicídios no Nordeste: Dinâmica, Relações Sociais e Desmistificação da violência homicida”. 1a Edição. EDUFMG Editora: Campina Grande.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da; Zaverucha, Jorge e ROCHA, Enivaldo C. da (2009).

“Homicídios no Brasil: revisando a bibliografia nacional e seus resultados empíricos”, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB, N. 67, PP. 75-94. ISSN 1516-8085.

NÓBREGA JR., José Maria Pereira da; ZAVERUCHA, Jorge (2013), Violência Homicida em Campina Grande e João Pessoa: dinâmica, relações socioeconômicas e correlação com o desempenho econômico. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 102, p. 321-336.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da (2014) “Políticas públicas e segurança pública em Pernambuco: o case pernambucano e a redução da violência homicida”, Latitude, Vol. 8, nº 2, pp. 315-335, 2014.

SAPORI, Luís Flávio (2007) Segurança Pública no Brasil: Desafio e Perspectiva. Rio de Janeiro, 1 edição, FGV, 2007.

SOARES, Gláucio Ary D. (2008), Não matarás. Desenvolvimento, desigualdade e homicídios. FGV Editora. Rio de Janeiro.

WOLF, Preben (1971) Crime and development; an international comparison of 1971 crime rates. Scandinavian Studies in Criminology, V. 3, p. 107-120. 1971.

A AFIRMAÇÃO DA TRÍADE: LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE COMO FUNDAMENTO DA CONCRETA IMPLEMENTAÇÃO DO ESTADO LAICO

Luciele Moreira Leão

Graduanda do curso de Direito, Universidade de Rio Verde

lucieleleao@hotmail.com

Fabiana Cintra Sielskis Porto

Orientadora, Profa. Me da Faculdade de Direito, Universidade de Rio Verde

fabianasielskis@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho, apresenta a evolução da Sociedade ressaltada em determinados momentos da história da humanidade, com a intenção de demonstrar a estruturação de um Estado Laico, concebido como aquele que não reconhece uma crença religiosa e não pertence, nem se vincula a uma religião específica. A partir dos ideais da Revolução Francesa, inúmeras nações adotaram, como direitos e garantias fundamentais, a igualdade, a liberdade e a fraternidade. Contudo, notou-se que a fraternidade não recebeu o mesmo tratamento dado à igualdade e à liberdade. E por ser um tema pouco debatido a pesquisa se voltou para uma constatação imprescindível de como uma sociedade fraterna é de essencial relevância para a afirmação de um Estado Laico, composto de um governo laico e uma sociedade com as mesmas concepções. Conclui-se ao final ser essencial que o Estado tenha como fundamentos valores éticos e morais, mas que

seja laico, garantindo a efetiva aplicação do direito positivo e da prestação jurisdicional.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade, laicismo, religião

THE AFFIRMATION OF THE TRIAD: FREEDOM, EQUALITY AND FRATERNITY AS THE FOUNDATION OF THE CONCRETE IMPLEMENTATION OF THE LAY STATE

ABSTRACT: The present work presents the evolution of the Society emphasized in certain moments of the history of humanity with the intention of demonstrating the structuring of a Lay State, conceived as one that does not recognize a religious belief and does not belong and is not linked to a specific religion. From the ideals of the French Revolution, countless nations have adopted, as fundamental rights and guarantees, equality, freedom and fraternity. However, it was noted that the fraternity did not receive the same treatment given to equality and freedom. And because it is a little debated topic, research has turned to an essential observation of how a fraternal society is of essential relevance for the affirmation of a Lay State, composed of a secular government and a society with the same conceptions. It is concluded at the end that it is essential that the State should be based on ethical and moral values, but that it be a layperson, guaranteeing the effective

application of positive law and judicial provision.

KEYWORDS: society, laicism, religion.

1 | INTRODUÇÃO

As relações pessoais são tangidas e administradas pelo direito, que é uma ciência em plena evolução, nesse contexto são observados vários desafios a serem solucionados em um cenário globalizado, e com grande aceleração do desenvolvimento social e interpessoal, fazendo com que as relações humanas resultem em um clima quente.

Em virtude da grande diversidade cultural e social, surgiram conflitos advindos das diversas crenças existentes. Esses conflitos são observados no âmbito jurídico e político, de forma que os detentores do poder inserem nas discussões uma pitada de sua crença, deixando a laicidade e interagindo com pessoalidade.

As Constituições Democráticas asseguraram diversos direitos e garantias fundamentais, dentre elas o direito de viver em um Estado Laico e possuir liberdade de culto. Com isso criou-se uma nova perspectiva com relação às diversas religiões. A temática ora proposta é de difícil discussão, e de lenta solução. Mas deve ser abordado de forma onde todos sejam amparados pelo seu direito de liberdade e limitado a praticarem somente aquilo que for fraterno, que se trata do incomensurável, núcleo do ser/estar em comum, onde o “nós” é anterior ao “eu”, não porque seja um sujeito antes, mas porque é o fazer parte e o repartir que nos permite escrever o “eu” (SILVÉRIO JÚNIOR, 2014, p. 51).

O laicismo do Estado é caracterizado pelo não reconhecimento de nenhuma crença principal, e pela aceitação de sua pluralidade ou até mesmo a falta dela. Dessa forma todos os indivíduos têm a oportunidade e o direito de escolher a crença e a liberdade de cultuar, porém é preciso que se observe a composição do Estado e qual dos seus elementos é de fato laico, já que laico significa o que ou quem não pertence ou não está sujeito a uma religião (MIRANDA, 2003, p. 304) para que se tenha a justa medida social.

Ao passo que, se faz importante o estudo das garantias liberdade, igualdade e fraternidade, como elas interferem, e sua relação com o Estado Laico. De maneira que elas são de supra importância para obter os direitos garantidos em uma mesma proporção para todos, inclusive o direito ao credo e o direito de não ser prejudicado pela influência dele.

O trabalho foi desenvolvido para obter a clara compreensão de como a religiosidade é parte de um povo participe de um Estado que, deve possuir um governo Laico. Garantindo assim, o direito a todos de forma igualitária, tanto para quem detém o poder, quanto para aqueles que estão sujeitos a este poder.

Não podendo assim, o credo ser inserido, mesmo que de forma indireta nas

relações públicas, mantendo a imparcialidade entre os deveres do Estado para com a sociedade e a sociedade para com o Estado, de modo que o Estado seja Laico em seus atos e a sociedade fraterna em suas condutas, preservando uma relação saudável entre as partes, sem deixar de garantir a liberdade de religião.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica realizada através de uma revisão sistemática da literatura disponível para o aprofundamento do tema. A pesquisa ressaltou apontamentos necessários para devida conceituação dos tópicos tratados com a finalidade de elucidação do tema proposto.

Além dos artigos fornecidos pelas bibliotecas virtuais, revistas científicas e livros que abordam temas constitucionais foram utilizados para formação das ideias contidas neste trabalho. Procurando a evolução para o Estado Laico e a concreta afirmação da tríade proposta nos ideais da Revolução Francesa.

Trata-se a presente pesquisa, portanto, de bibliográfica e indireta, quanto ao objeto e procedimento. Isto porque a pesquisa é caracterizada pela utilização de informações obtidas através de livros, artigos, teses, dissertações, entre outros.

Quanto à metodologia faz-se a opção pelo método hipotético-dedutivo que se justifica em virtude do método escolhido permitir ao pesquisador a elaboração uma hipótese, partindo, por meio da dedução, para sua comprovação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao passo que se compreende a evolução social, jurídica e política de um Estado nota-se que não há um ponto final, pelo contrário segue um rumo crescente para novas indagações e novos discursos. Nesse limiar notou-se que a fundamentação do Estado Laico foi possível através de direitos adquiridos por uma democracia que garante aos seus cidadãos um Governo Laico e a liberdade, igualdade e a fraternidade como Direitos Fundamentais, mas que essa realidade pode vir a ser outra pelo fato do homem estar sempre buscando novos direitos e novos fundamentos que os justifique de forma adequada.

A ciência jurídica muda constantemente, por isso os resultados podem ser desatualizados rapidamente, mas é observado que em sua totalidade o direito depende do comportamento humano e que o Estado acompanha o seu desenvolvimento tendo como reflexos as constantes atualizações jurídicas e os fundamentos terão sempre uma evolução histórica com o paralelo: homem e direito.

Portanto os objetivos de afirmar como o Estado Laico foi fundamento diante de uma estrutura de direitos democráticos suscitados no século XIX e o de demonstrar a necessidade de o Governo ser Laico e a sociedade Fraterna foram alcançados e

delineados durante a pesquisa.

CONCLUSÃO

Os mistérios envolvidos nas relações humanas são desvendados durante a história, muitos deles referente à sua convivência em sociedade, a necessidade pela organização e logo a busca pelo poder. Nesse sentido o homem se relaciona por distintos motivos como, a identidade racial, as identidades linguísticas e até mesmo por sua religião, como percebido a religião foi o destaque no estudo proposto.

Durante a evolução do Estado foi possível notar o quanto a religião influenciou na organização e até mesmo na desorganização da sociedade, tendo que por fim o homem buscou direitos fundamentais que lhe concederia uma qualidade de vida melhor e seria também abolido das intervenções religiosas que ocorria no Estado.

Buscou-se então a liberdade, a igualdade e a fraternidade que abriu caminho para outros inúmeros direitos, inclusive o direito de escolher qual religião seguir sem ser discriminado ou sofrer alguma sanção.

Contudo não foi algo adotado por todos os Estados mundiais, mas há alguns que ainda vivem em regime religioso, ou seja, sobre os comandos de pessoas que representam seu deus. Por outro lado, houve Estados que adotaram como regime a democracia e garantiram aos seus cidadãos a liberdade religiosa, como por exemplo, o Brasil “(...) a liberdade, ..., a igualdade, e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna...” (BRASIL, 1988).

Porém no contexto atual o Estado Laico passa por diversas confusões quando destrinchamos o seu significado, o Estado Laico não é inteiramente Laico, ele é composto por pessoas religiosas ou que não possuem crença e por um Governo que deve ser Laico.

Portanto, para que o Estado Laico seja afirmado em uma democracia é preciso que entenda que somente o Governo sendo Laico e a sociedade fraterna a afirmação estará concretizada na tríade fundamental: Liberdade, Igualdade e Fraternidade e a partir desses direitos poderão escolher sua religião ou abstenção de qualquer credo.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Editora Malheiros, 2006. 627p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 out. 2016.

FRIEDE, Reis. **Curso de ciências políticas e teoria geral do Estado: teoria constitucional e relações internacionais**. 5.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2013.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. 398p.

MIRANDA, Jorge. **Constituição e cidadania**. Coimbra: Coimbra Editora, 2003. 517p.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 36.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. 349p.

RESTA, Eligio. **O direito fraterno**. Tradução e coordenação: Sandra Regina Martini Vial. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2004. 137p.

SILVÉRIO JÚNIOR, João Porto. **Processo Penal Fraterno: O dever de fundamentar o provimento acusatório pelo Ministério Público no sistema processual brasileiro**.

TRABALHO, POLIDEZ E O JOGO DAS FACES: VIOLÊNCIA E SENTIDOS DISCURSIVOS NA FALA DOS “SAMUZEIROS”

Letícia Adriana Pires Ferreira dos Santos

Doutora e Pós-Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Professora Titular do Centro Universitário Estácio do Ceará e Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará e do Programa de Pós- Graduação em Linguística Aplicada-PosLA-UECE.

leticia.santos@uece.br

Ana Maria Almeida Marques

Advogada, Psicóloga Organizacional, Professora Assistente do Centro Universitário Estácio do Ceará, Coordenadora da Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário do Centro Universitário Estácio do Ceará, Mestra em Políticas Públicas e Sociedade.

mrqsana@gmail.com

RESUMO: Este estudo apresenta considerações acerca de análise da linguagem de profissionais do SAMU/Ce – unidades móveis – a partir do trabalho de Marques, tendo como foco o fenômeno da polidez linguística, a partir da figuratividade. Para tanto, procuramos verificar como os participantes da conversação interagem uns com os outros, fazendo o trabalho com as faces (E.Goffman), e como eles utilizam o fenômeno da linguagem figurada, mais especificamente da metáfora, como estratégia de polidez linguística. a teoria da polidez, neste trabalho, é vista como historicamente situada e não de forma homogênea e

abstraída da realidade sociocultural, uma vez que as estratégias de polidez, o uso da figuratividade e o da metáfora, utilizadas por esses trabalhadores, só podem ser entendidas a partir da compreensão dos processos de “invisibilidade social” que essas pessoas sofrem. Tais pessoas, por conta principalmente da necessidade de manterem seus postos de trabalho, mesmo que precarizados, usam as estratégias de polidez buscando a preservação de suas faces, com uma forma de se manterem e manterem a sobrevivência digna dos seus. A presente reflexão pretende contribuir para uma nova visão do fenômeno da polidez, ao conclamar, em todos os seus momentos, um olhar para os seus usos, não como fenômenos isolados, sintomas da racionalidade humana, demonstrada através da linguagem. Mas sim, como um modo de ação de pessoas que vivenciam experiências sociais variadas, especialmente por meio da preservação de suas faces para a preservação de seus postos de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho – Polidez – Violência – Faces – Linguística.

1 | INTRODUÇÃO

O objeto de investigação a que se propõe esse estudo pauta-se nas narrativas dos

trabalhadores das unidades móveis do Serviço Móvel de Atendimento de Urgência – SAMU, pertencentes ao serviço no Estado do Ceará que, a partir do trabalho de Marques, 2013, apontam para uma invisibilidade da atuação e, talvez, contenção discursiva para a preservação de uma face política e não necessariamente polida, na preservação do trabalho enquanto atividade elementar garantidora da sobrevivência do trabalhador.

De fato, a invisibilidade do cotidiano dos trabalhadores da saúde inicia-se pela dificuldade de o Estado reconhecer que há um processo de precarização, adoecimento e conflitos advindos da atividade desenvolvida pelos profissionais vinculados à Assistência Pré-Hospitalar (APH). Por isso, parece não haver dados, informações ou talvez análises suficientes e claras que sejam trazidas a público, com acesso facilitado, que apontem adoecimentos, agravos e problemas cujas manifestações se materializem por meio de sentimentos experimentados por esses trabalhadores, tais como: somatizações, sofrimento, medo e angústia. A suposição de tal ausência de informações leva a refletir, em um primeiro momento, sobre a necessidade de pesquisas nessa área, a fim de subsidiarem iniciativas que se refiram ao planejamento e concretização de políticas públicas específicas.

No espaço de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme Portaria GM/MS Nº 1.863 de 29 de setembro de 2003, a APH foi instituída pela Política Nacional de Atenção às Urgências (PNAU) e se divide em quatro vertentes de trabalho que, na verdade, representam a rede de atendimento nacional de saúde. Essa rede organiza-se através de quatro componentes: o pré-hospitalar fixo (constituído por unidades de atendimento básico em saúde, agentes comunitários e unidades não hospitalares de atendimento, todos conforme o estabelecido pela Portaria GM/MS Nº 2.048/2002); o hospitalar, constituído pelas unidades hospitalocêntricas que dispõem de leitos para internação, áreas especializadas de atendimento e espaços fixos para tratamento de longa permanência, além de terapias dos tipos semi-intensiva e intensiva; o pré-hospitalar móvel, que interessa mais diretamente o nosso estudo e representa o pilar desta dissertação, a saber, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e as iniciativas que lhe dão suporte, especialmente através da chamada gratuita que pode ser realizada por qualquer aparelho telefônico para o número 192; e o pós-hospitalar, definido como aquele que se volta para a efetivação de projetos de reabilitação comunitária de saúde, atenção domiciliar e hospitais-dia.

E conta com dois últimos componentes que são o pré-hospitalar móvel, que diretamente interessa ao presente estudo e representa o pilar desse projeto de pesquisa, a saber, o SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e as iniciativas que lhe dão suporte, especialmente por meio de chamada gratuita de qualquer aparelho telefônico para o número 192. Por fim, o último componente é o pós-hospitalar, definido como aquele que se volta para a efetivação de projetos de reabilitação comunitária de saúde, atenção domiciliar e hospitais-dia.

O SAMU é o mais relevante serviço que compõe a PNAU que, segundo o Ministério

da Saúde (2003), é responsável por organizar o fluxo de atendimento e organizar os encaminhamentos para as unidades fixas de atendimento em saúde. No ano de 2011, segundo relatório de gestão do Ministério da Saúde, o serviço cobria 115.576.023 milhões de brasileiros, o que corresponde a 60,5% de cobertura, indicando que ainda se encontra em fase de implantação, ampliação e efetivação.

Em pesquisa realizada sobre o SAMU em um dos municípios de Minas Gerais por Mendes, Ferreira e De Martino (2011), foi afirmada que as circunstâncias ou experiências que geram os sentimentos vivenciados pelos trabalhadores dessa área da saúde se caracterizam como estressoras. São considerados também como geradores de estresse a sobrecarga de trabalho mental, físico e psíquico a que estão submetidos os trabalhadores dos serviços de emergência, assim como a gravidade de sua clientela, além de todo o contexto das condições de trabalho, que exige equilíbrio na tomada de decisões para que o atendimento seja adequado.

A realidade indicada para os municípios pesquisados no estado de Minas Gerais também contribuiu como incentivo para se tentar conhecer a realidade do SAMU da região metropolitana da cidade de Fortaleza (RMF). A atividade em urgência é um desafio para trabalhadores da saúde, população e pacientes. É uma intensa rotina na qual os profissionais correm contra o tempo, seja o tempo cronológico, seja o tempo da vida de cada um dos envolvidos no processo de atendimento e na luta pela sobrevivência.

Integram as categorias básicas desta proposta de pesquisa analisar o sentido dos enunciados a partir de entrevistas orais sobre a temática do entrelaçamento entre fala, trabalho, polidez e violência no trabalho, sob a perspectiva enunciativa-discursiva-pragmática, buscando-se ressaltar as particularidades e o caráter relevante das categorias que se apresentam na fala dos trabalhadores das unidades móveis do SAMU, considerando-se o vetor tempo, já que o binômio tempo-resposta à ocorrência é capaz de determinar o sucesso ou insucesso de uma intervenção específica, podendo contribuir para a revitalização ou óbito do socorrido, o que certamente contribui para um ambiente de trabalho mais ou menos tenso; ou mesmo gera adoecimento em razão de não se poder resolver de pronto os desafios que um atendimento de urgência impõe. Daí a inferência de que o profissional do SAMU está exposto a diversos riscos e situações que podem ocasionar ou agravar alguma situação de fragilidade referente à sua saúde, já que sempre trabalha sob o rigor dos protocolos de atendimento e envolto em situações geradoras de constante tensão e, nas zonas geográficas percorridas, de exposição à situações de violência.

É relevante indicar que o interesse em analisar as falas dos integrantes das unidades móveis do SAMU Polo I (que se autodenominam samuzeiros), Ceará, busca levantar a configuração da enunciação discursiva desses trabalhadores, integrando aspectos da contemporaneidade, ao mesmo tempo levantando dados que apontem as perspectivas histórico-culturais, tanto no que diz respeito aos aspectos semânticos, como pragmáticos, para daí possibilitar análise dos discursos e seus efeitos no sentido

objetivo que relaciona trabalho a violência.

Sob essas considerações, a investigação considerará as estratégias de polidez linguística e sua relação com as faces, assim como a relação entre as pessoas submetidas ao processo de pressão e violência no trabalho, especialmente quando correm contra o tempo e buscam preservar seus postos de trabalho por uma questão de sobrevivência: a ideia de desvelar um discurso silenciado em nome da preservação da ocupação no mercado.

Para que seja possível esse intento, analisamos entrevistas orais obtidas por Marques (2013) quando coletou falas dos “samuzeiros”, nos períodos 2012 -2013. O estudo privilegia as discussões em torno da teoria da polidez de Brown e Levinson (1987) e da teoria das faces de Goffman (1967), analisando, em tempo, fenômenos que tratam da polidez linguística e aspectos reveladores da violência que sofrem os “samuzeiros”, muitas vezes calada para preservação de seus postos de trabalho.

A título de resultados, acredita-se que será possível perceber que as falas consubstanciam uma realidade de trabalho precarizado, perpassada pela violência linguística e simbólica, em razão da preservação das faces, no sentido de indicar que os sentidos do texto (expresso e não dito) estão situados no contexto de uma realidade que exige um modo de atuar específico e regrado, que na fala é a própria ação, mesmo quando não expressa.

Tomando por referência Fairclough (2016, p.22) poder-se-ia falar de um intertextualidade, de uma construção discursiva que não apenas reflita ou represente entidades e relações sociais, mas que efetivamente criam diferentes discursos e lugares de fala (considerando-se o silêncio também como fala).

Nesse sentido afirma Fairclough (2016, p.22): “os discursos constituem diferentes entidades-chave (sejam elas a ‘doença mental’, a ‘cidadania’ ou o ‘letramento’) de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise do discurso”.

A noção é a de se pensar uma dinâmica discursiva que compreenda o enunciado como um todo complexo, na perspectiva semântico-pragmática de tomar o discurso como unidade simbólica e estruturante, que no presente estudo, pretende, por meio da interação dos “samuzeiros” nas suas rotinas de trabalho, evidenciar traços da socialização de um fazer-ser-profissional no contexto coletivo.

2 | TEORIA LINGUÍSTICA: CAMPO DA HETEROGENEIDADE?

A Análise da Conversação estabeleceu, desde o início, sua preocupação básica com a vinculação situacional e, em consequência, com o caráter pragmático da conversação e de toda atividade linguística diária. Marcuschi (1991, p.8) ressalta isso, evidenciando que a vinculação contextual da ação e interação social faz com que

toda atividade de fala seja vista ligada à realidade local, mas de uma forma complexa, uma vez que a contextualidade é reflexiva e o contexto de agora é, em princípio, o emulador do contexto seguinte.

Nesse processo, são os próprios interlocutores que fornecem ao analista as evidências das atividades por eles desenvolvidas. A Análise da Conversação, no início, interessava-se somente pelos mecanismos organizadores e pela descrição de suas estruturas. Hoje, como menciona Marcuschi (1991) e Gumperz (1982), a Análise da Conversação (AC) preocupa-se com a especificação dos conhecimentos linguísticos, paralinguísticos e socioculturais que devem ser partilhados para que haja uma interação bem - sucedida.

Essa perspectiva ultrapassa a análise de estruturas e atinge os processos cooperativos presentes na atividade conversacional.

A cognição é pragmaticamente orientada. De fato, há um intercambiamento interacional entre elas. Austin (1962) estabeleceu os primórdios da concepção de linguagem como ação e como uso, delineando a pragmática, subárea da linguagem, que se estabeleceu como a ciência da ação e do uso pela linguagem – acreditamos que elas caminham lado a lado constituindo e se fazendo constituir.

Para mostrar que na linguagem proferimos enunciados que não sejam descritivos, nem muito menos constituem casos de proferimento sem sentido, Austin introduziu a famosa distinção Constativo/Performativo. Os enunciados ou proferimentos constativos são aqueles que simplesmente “descrevem, relatam ou constatam a realidade”. Já os enunciados ou proferimentos performativos são, no todo ou em parte, a realização de uma ação, que não seria descrita consistindo em dizer algo (AUSTIN, 1962, 1990, p. 24). Desse modo, ao considerar que dizer algo é fazer algo, Austin desenvolve a noção de performatividade, criando o ato de fala e desdobrando-os em atos simultâneos: um ato locucionário, o “dizer algo” (AUSTIN, 1962, p. 85), e um ato ilocucionário, ato de fazermos algo ao proferir uma sentença (AUSTIN, 1962, p. 88). Desenvolvida a noção de performatividade, Austin, então, nos mostra que ao enunciar simplesmente algo, estaremos também realizando um ato de promessa e não somente dizendo algo ou transmitindo uma informação apenas, podendo essa declaração, como qualquer performativo, tornar-se feliz ou infeliz. A partir da noção de performatividade, introduzida pela proposta de Austin acerca dos atos de fala, podemos perceber a passagem de uma visão monológica e estreita de linguagem para uma visão de ação na e pela linguagem (ALENCAR, 2010).

Assim, não se consegue analisar a conversação sem se entender de pragmática. Elas estão imbricadas em um fenômeno social e interacional que é a linguagem. Os estudos que fundamentaram os conceitos de Polidez tiveram sua origem na Pragmática e também foram fortemente influenciados pela Sociolinguística Interacional, que tem como um de seus principais teóricos o sociólogo Ervin Goffman que fez uma análise clara do funcionamento da linguagem como um fato sociointeracional. Segundo Goffman, a interação social consiste em uma relação estabelecida por uma sequência

de encontros que possibilitam a constituição do papel social do indivíduo.

3 | POLIDEZ E VIOLÊNCIA

A polidez neste ensaio é compreendida e estudada como uma estratégia sociointeracionista que pode contribuir para o “desenrolar” do processo comunicativo em que estão em jogo elementos culturais e sociais, determinantes na administração das “faces”, estudadas inicialmente por Goffman (1967) e posteriormente por Brown e Levinson (1987). O ponto de partida para a pesquisa de Goffman (1967, p.5) se estabelece a partir do pressuposto de que as pessoas vivem em um mundo de encontros e desencontros sociais e que, em cada um desses contatos, elas tendem a agir de uma determinada forma. Com isso, Brown e Levinson (1987) ampliaram o conceito de face de Goffman, afirmando que a autoimagem é construída socialmente e se subdivide em duas faces: uma positiva, pública, e outra negativa, de caráter mais reservado.

Nossa investigação buscará compreender melhor as articulações de habilidades cognitivas e linguísticas que não podem deixar de ser analisadas sem levar em conta a cultura e os aspectos psicossociais de cada interlocutor envolvido em um processo de interação centrada. Essa perspectiva, que considera aspectos sociais e culturais não como meros adornos ou como pano de fundo, mas como elementos fundamentais para o entendimento do nosso objeto de estudo, aponta para a necessidade urgente de garantir que o trabalho feito em pragmática seja socialmente relevante, dando atenção à necessidade dos estudos da linguagem para a sociedade.

Consideramos, pois, o fenômeno da polidez como um processo de interação que é social e envolve múltiplos fatores, entre os quais, podemos citar as relações de poder, o distanciamento social, a cultura, entre outros.

Dos estudos da Pragmática, da Teoria dos Atos de Fala, do Princípio de Cooperação, da Sociologia, do Comportamento do Indivíduo – da Teoria da Face, da Sociolinguística Interacional e da Análise da Conversação surgiu, como mencionamos, esse novo domínio de investigação que suscitou nos anos 80-90 uma série de pesquisas, as quais deixaram de lado a abordagem sobre a polidez de caráter puramente normativo dos manuais de etiqueta social e deram lugar às reflexões que visam à verificação do lugar que a polidez ocupa e que papel ela desempenha nas interações cotidianas e aos estudos que buscam descrever o conjunto dos procedimentos postos em funcionamento para preservar o caráter harmonioso das relações interpessoais (MAINGUENEAU, 2002).

A polidez passa, dessa forma, a ser entendida em sentido amplo, recobrando todos os aspectos do discurso que são regidos por regras, cuja função é preservar o caráter harmonioso da relação interpessoal. Assim concebida, é, portanto, um sistema complexo de estratégias que ajudam no distanciamento de atos ameaçadores de face,

que são, em outros termos, geradores potenciais de conflito na interação. (BROWN; LEVINSON, 1987).

Retornando à Teoria da Face, a Teoria da Polidez de Brown; Levinson (1987), integrada a Teoria da Face do sociólogo Erving Goffman (1967), revela-nos o sucesso e o fracasso de estratégias de preservação das faces e dos territórios dos indivíduos em situações sociais diversas. A Teoria de Goffman, analisando as produções linguísticas orais em interações face a face sob uma perspectiva social do discurso e dos seus entornos, ressalta que todo ser humano procura manter suas faces em um determinado grau. De acordo com Goffman (1967), em toda interação social existe uma ação exercida mutuamente entre duas ou mais pessoas onde, os interagentes seguem linhas de procedimentos morais, positivos e negativos, onde enunciam o seu ponto de vista dos acontecimentos através de gestos ou palavras faladas ou escritas.

Como resultado dessa interação, há uma análise dos agentes envolvidos e de si próprio. Suas análises partem do pressuposto de que as pessoas vivem em um mundo de encontros sociais e que, em cada um desses encontros, elas se comportam de uma determinada forma. Goffman (1980, p. 76) formou o conceito de “face” que definiu como sendo “[...] o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico. Face é uma imagem do self delineada em termos de atributos sociais aprovados”. Ele assevera que numa interação, um indivíduo tem, está em ou mantém uma face, no momento em que a linha de procedimento moral adotada expressa uma representação de si mesmo interiormente sólida.

A face positiva refere-se ao ego que o indivíduo possui e, a partir dessa característica nata que ele tem, compõe uma imagem envaidecida do próprio semblante. Ou seja, ele só expõe a “face” a qual ele deseja aparentar. Ao defender a tese da face positiva, Goffman diz que ela corresponde a “grosso modo ao narcisismo e ao conjunto de imagens valorizantes que os interlocutores constroem em si e que tentam impor na interação” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1992, p.78). Um indivíduo pode cometer deslizos e evidenciar, em determinados processos comunicativos, uma face negativa.

Quando uma pessoa não tem certeza da conduta a seguir durante uma interação face-a-face, acaba evidenciando, quase sempre, sua face negativa, aquela que ela almeja esconder. Essas pessoas podem se tornar inseguras, envergonhadas e se sentirem inferiorizadas em relação às outras pessoas envolvidas no processo de interação social. Dessa forma, sentem receio de destruir uma autoimagem já construída anteriormente. Esse receio que os indivíduos sentem é chamado por Goffman de ameaça as faces.

O conceito de face, proposto por Goffman, é o símbolo de um processo internalizado de autoproteção, elaborado pelo indivíduo com o objetivo de tornar evidente um padrão de desempenho comportamental esperado pelas pessoas e, que geralmente é adequado para o papel que se atua na sociedade. Desse modo, “face é a

imagem do self delineada em termos de atributos sociais aprovados [...] fazendo uma boa demonstração de si mesmo.” (GOFFMAN, 1967, p. 5).

3.1 AS ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ

As estratégias de polidez linguística são fundamentais aos princípios que regem a comunicação humana. São importantíssimas à preservação das faces dos interlocutores de diferentes situações sociocomunicativas. O uso dessas estratégias pode ocorrer de forma consciente ou não nas interações cotidianas. A forma e a distribuição positiva e negativa de polidez se correlacionam com o grau de envolvimento, a intimidade e o status dos interlocutores e variam como uma função da dinâmica do processo de interação social, modificando e sendo modificado também pelas regras pragmáticas de cada cultura.

Kasper (1990, p. 200) diz que as estratégias e os modos de polidez não são dotados de polidez de valor absoluto, apesar de a polidez ser considerada um fenômeno “universal”. Poderíamos dizer que a polidez é descrita em termos do que é socialmente aceitável. A conveniência é uma pré-condição para comportamentos polidos. Diante disso, Craig et al (1986) propõem uma distinção entre dois tipos de polidez: mensagens polidas e julgamentos sociais. Essas estratégias são capazes de influenciar os julgamentos, mas não é seu único determinante de formalização.

Para Brown e Levison o comportamento polido é equivalente a comportamento social conveniente, aceitável. Isso contrasta com comportamento polido que é um comportamento melhorado para também melhorar a autoimagem. Em toda interação social ocorre, quase sempre, uma negociação das intenções de seus interlocutores, possibilitando, assim a preservação das faces - ou não -, o engajamento e a adesão das partes por aquilo que está sendo negociado. O ato de dar a face consiste, portanto, em se expor através de um conjunto de desejos, (necessidades, ações, incluindo as expressões de querer).

Os interlocutores, para que haja interação, acabam tendo o interesse mútuo de dar a face. Conseqüentemente, ao interagirem, as faces negativas e positivas dos interlocutores encontram-se expostas, podendo ser preservadas e ameaçadas. Admite-se que a ameaça às faces é também uma forma de conturbar a comunicação. Por esse motivo, é preciso ter estratégias diferenciadas dependendo dos interlocutores e dos contextos para realizar um trabalho com as faces. Desse modo, ao estudarem as estratégias de ameaça e atenuação das faces positivas e negativas dos envolvidos no processo comunicativo, Brown e Levinson desmembraram o conceito de Polidez em dois: o primeiro foi direcionado para as faces positivas em jogo na interação, enquanto o outro tipo abrangeu as faces negativas.

Considerada como a face positiva dos interlocutores, a imagem própria positiva que ele chama de si mesmo parte das escolhas de faces dos destinatários, caracterizando-o em certos aspectos. Assim, ela foi definida quando o falante quer que seu interlocutor o trate como um membro do grupo, uma pessoa a qual seus desejos e

personalidade são tratados como sábios e apreciados. Nesse caso, a ameaça potencial à face é minimizada, pois, acreditasse que os interlocutores querem a mesma coisa. Dessa forma, os atos são menos ameaçadores, dada à noção de grupo e afeto. Já a polidez negativa é orientada, principalmente, em direção da parcial satisfação da face negativa do ouvinte.

O objetivo básico é manter a reivindicação do território e a determinação pessoal, pois tal polidez é essencialmente baseada em evitar uma aproximação desnecessária. As realizações de polidez negativa consistem em assegurar que o falante conheça e respeite a face negativa do interlocutor, seus desejos e não interfira ou o faça minimamente na liberdade de ação deste. Assim, esse tipo de polidez é caracterizada pela própria remoção intencional, formalidade e restrição, especialmente em relação a alguns aspectos da imagem própria do ouvinte, centrada no seu intuito de ser desimpedido.

Assim, a polidez é uma expressão de preocupação com o sentimento alheio. As pessoas podem expressar preocupação com os sentimentos dos outros de diferentes maneiras linguísticas ou não-linguísticas. O uso do termo “polidez”, no dia-a-dia, descreve um comportamento formal, onde a intenção é não invadir o território do outro ou impor valores pessoais no processo de interação. Ser polido, segundo (HOLMES, 1990, p.4), significa expressar respeito em relação à pessoa com quem você fala, evitando ofendê-la. A polidez pode se caracterizar como a expressão da boa vontade ou camaradagem, bem como o comportamento familiar não intrusivo o qual é chamado “polido” na linguagem diária.

O termo “face” é bastante técnico e é também baseado no uso diário de “perdendo a face” e “salvando a face” (incluindo as expressões verbais) como uma ameaça potencial em relação à face alheia. Para entender a complexidade desse tema, foi necessário, portanto, realizar o intercambiamento de teorias, conforme já frisamos, que mantêm uma relação estreita com a linguagem, tais como a polidez, como objeto de estudo da Pragmática Linguística, a linguagem figurada, mais especificamente a metáfora e a metonímia, como matéria de estudo da Linguística Cognitiva e os estudos sobre esquizofrenia, mais específicos da Psiquiatria.

Essa ligação e estreitamento teórico nos permitiram persistir na convicção de interesse para os estudos linguísticos de que a linguagem figurada seria usada como uma possível estratégia de polidez linguística, portanto, uma forma de ação social via linguagem, o que, por sua vez, conduziria à ideia, de interesse aos estudos psiquiátricos, de que o entendimento da linguagem de pessoas esquizofrênicas, a escuta de seus dizeres, de suas conversas e principalmente do relato de seus delírios e alucinações, pode proporcionar avanços na prevenção, no diagnóstico e nos tratamentos de transtornos mentais, e, sobretudo, nos processos de inclusão social. Dessa forma, os pontos de partida para esta pesquisa se estabelecem a partir do pressuposto de que, em geral, as pessoas que trabalham com situações de urgência, sentem também necessidade de conversar, de partilhar seus medos, seus sofrimentos, portanto de

interagir socialmente, não deixando de ser, o trabalho, espaço social.

Nosso estudo considera que a linguagem não é um mero instrumento de comunicação, nem tampouco apenas um instrumento cognitivo de refletir o pensamento. Pelo contrário, acreditamos ser a linguagem uma forma de ação, de interação, uma instância mental de constituição de sujeitos em suas relações com os outros e com o mundo externo, como mencionou Novaes (1996).

Ao estudar a polidez linguística, estaremos unindo ideias centrais de várias teorias e construindo uma visão de linguagem que se vê repelida pela linguística tradicional e atraída pela sociolinguística, refutando, inclusive a concepção aristotélica de linguagem em que há uma representação da realidade da qual é anterior e independente; em que todo enunciado é verdadeiro ou falso e quando verdadeiro representa um fato. Posicionamo-nos, assim como Wittgenstein ao fazer uma crítica à concepção aristotélica de linguagem, acreditando que a linguagem serve para realizar muitos outros atos, além de denotar objetos e descrever estado de coisas (ALMEIDA, 1986).

A filosofia da linguagem, representada por Wittgenstein, Austin e Searle, foi também um ponto teórico de reflexão e de partida, uma vez que se aproxima da sociolinguística e da pragmática, já que acredita que é a instituição social a responsável pelo estabelecimento de critérios adequados para o uso das regras e convenções linguísticas. Para Wittgenstein (1996), a capacidade de usar regras é um saber possível de se ensinar e de aprender: é um jogo; um jogo de linguagem.

Kebrat-Orecchioni (1990) indica que a polidez é a violência contra a violência, na perspectiva de que um discurso polido e socialmente aceito, muitas vezes violenta a verdade encerrada pelo interlocutor, daquilo que cala em função da preservação de determinadas faces.

Faz parte do intuito desta pesquisa ver e ouvir as imagens e as falas dos profissionais que compõem as equipes das viaturas de socorro. Enfim, infere-se que as falas dos “samuzeiros”, que com suas histórias, individualidades e identificações, enfrentam as tragédias que cotidianamente os convoca a uma postura discursiva polida.

Os desafios estão postos, especialmente quando se trata da gestão de pessoas. Emerson Elias Merhy (2006, p.27-29) afirma que falta cumplicidade e aproximação entre o usuário e o trabalhador da saúde; que os procedimentos médicos são incompatíveis com uma política de mercado e, portanto, devem pautar-se por uma ética específica; que não há, na prática, uma cisão entre o trabalho no espaço da unidade na qual o(a) servidor(a) está lotado(a) e a rua, campo no qual normalmente incide sua atuação profissional. Acrescenta ainda que:

A percepção do conjunto das dinâmicas gerenciais no interior de um serviço de saúde revela que o exercício por todos trabalhadores, em sua dimensão assistencial, em espaços próprios de gestão do seu trabalho, articula-se com a presença de espaços coletivos e públicos, nos quais os distintos trabalhos se

encontram, enquanto certas linhas de satisfação de necessidades, sejam estas de usuários finais ou intermediários da própria organização.

Essas dimensões revelam como é crítico qualquer processo organizacional em saúde que procure operar sobre a dinâmica público e privado, se não perceber que esta é orgânica ao trabalho em saúde sob qualquer de suas formas, e não se reduz somente à temática da lógica do mercado, ou ao mau uso do processo de trabalho. (Merhy, 2006, p.27-29).

A reflexão sobre essa questão é importante e também é parte do presente projeto, dado que considerar o modo de gerenciamento das equipes de trabalho reflete de forma significativa em como estes profissionais responderão e atuarão na sua vivência laboral.

O conceito de face tal como proposto por Goffman (1967, p.13) cujo entendimento se relaciona a compreender face tem relação “a imagem da pessoa delineada em termos de atributos sociais aprovados, ainda que se trate de uma imagem que os outros possam compartilhar, como quando uma pessoa enaltece a sua profissão, ou a sua religião, graças aos seus méritos”.

A noção de dimensão simbólica, face e polidez que se pretende trabalhar na presente pesquisa se enquadram em um primeiro plano nas preocupações de Bourdieu (1992), ao se referir a relações entre grupos, considerando os aspectos inerentes à cultura em sociedade e a maneiras como esses grupos ou classes se relacionam. Na obra “A Economia das Trocas Simbólicas” (2001, p.16), Pierre Bourdieu exprime que o trajeto de seus estudos:

[...] visa aliar o conhecimento da organização interna do campo simbólico – cuja eficácia reside justamente na possibilidade de ordenar o mundo natural e social através de discursos, mensagens e representações, que não passam de alegorias que simulam a estrutura real de relações sociais – a uma percepção de sua função ideológica e política e legitimar uma ordem arbitrária em que se funda o sistema de dominação vigente.

Face e Polidez, assim, já são conceitos cujo referencial se toma a partir de Goffman (1967) trabalhador por Teixeira (2011, p.41) quando afirma que:

[...] Goffman (1967) introduziu a noção de Footing que se caracteriza como um conceito para além da face, pois diz respeito ao modo como ela é conduzida e manifestada. Goffman (1967) evidenciou ainda que em uma interação as faces dos interlocutores não são permanentemente determinadas; elas se constroem no decorrer das relações, podendo sofrer mudanças, adquirindo, assim, um caráter dinâmico. Dessa forma, ele conceituou Footing como alinhamento, porte, posicionamento, postura, projeção pessoal do participante, defendendo que ao haver uma mudança de Footing, haverá uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros interlocutores.

A Análise da Conversação, um dos focos do nosso estudo, tem sido identificada como um dos domínios da linguística que junto a outros ditos interacionistas, tais como a Sociolinguística, a Pragmática, a Psicolinguística, a Semântica Enunciativa,

a Linguística Textual, a Análise do Discurso, tem se estabelecido por estimular as relações da Linguística com outras áreas do saber e por procurar trabalhar a linguagem a partir de novas categorias como “ação”, “outro”, “prática”, “sociedade” e “cognição” (MORATO, 2004, p. 311-312). Os linguistas têm rejeitado, cada vez mais, uma posição teórica meramente internalista e formalista. E, ao contrário de antes, vêm reconhecendo um papel mais central conferido à linguagem, nos diversos fenômenos sociais, se propondo, inclusive, como diz Morato (2004, p. 313), a incluir os elementos “heteróclitos” reputados pela linguística desde o Estruturalismo, tais como a subjetividade, as múltiplas atividades psicossociais, as práticas sociais e históricas que constituem a linguagem humana.

De todo modo, superar preconceitos e refletir sobre a linguagem são desafios a que a Linguística tem se proposto a partir da inserção desses elementos reputados desde o Estruturalismo. Apesar de a Linguística ter se firmado com o Estruturalismo como uma ciência cujo objeto de estudo (a linguagem) deve ser analisado de forma a abstraí-lo da matriz social que o produz, estamos caminhando na esteira de Saussure -, mesmo sendo o estudioso disseminador dessa corrente linguística, é também possivelmente um dos primeiros a sinalizar que a língua é um fato social - para chegarmos a uma concepção de Linguística menos internalista e mais preocupada com a relevância social de seus estudos.

Desse modo, mais do que o transbordamento teórico e metodológico para lidar com esse fenômeno transdisciplinar, nosso estudo necessita de uma postura ética. Postura essa que compreenda a importância do trabalho do linguista para a sociedade contemporânea e perceba, como cita Morato (2004, p. 312), que “toda ação humana procede de interação”. Esse enunciado remete-nos a uma possibilidade importante: a existência de interação social até mesmo entre as pessoas com transtornos mentais graves. A natureza social humana provavelmente não permite que os portadores de sofrimento psíquico escapem ao processo de interação centrada.

Refletir, assim, sobre a realidade do discurso silenciado ou falado a partir de uma perspectiva que garanta ao trabalhador seu espaço no mercado, representadas pelo registro do simbólico construído a partir da socialização das condições de cada indivíduo, diz respeito ao espaço por ele vivenciado e institucionalizado.

Desse modo, talvez se possa falar em uma distância real existente entre as diretrizes da organização veiculadas por meio de seus gerentes (ou prepostos) e as vivências cotidianas dos trabalhadores, abrindo espaço para uma dinâmica readequação organizacional, exigindo, igualmente, uma capacidade de trabalhar muitas vezes sob tensão e com as mais diversas possibilidades de respostas às demandas que se apresentam, enquanto constituidores de uma violência.

Nesse sentido, considerando os trabalhadores, ao desenvolverem seus ofícios, lidam com a dimensão subjetiva, seja esta explicitada pela frustração diante da atividade que realizam ou do adoecimento a partir da atividade ocupacional, realização profissional ou outra variável que envolva aspectos relacionados à dinâmica da

ambivalência de significados e sentidos carregados pela atividade desenvolvida pelo homem, há aspectos que dão conta de uma dominação ideológica (espaço do mercado) a partir mesmo das práticas discursivas, na qual um impõe sua fala e o outro a ela se submete, pelo menos apresentando uma face de submissão.

Sob essa ótica, Foucault (2008, p.50-51) indica o mercado como um lugar de verificação inclusive para as práticas governamentais (políticas públicas de trabalho e produção) e jurídicas, pois o mercado deve ser compreendido como mecanismos das trocas e lugar da verdade no que concerne às relações empreendidas no seu palco que é constituído por interesses diversos. No dizer foucaultiano, “(...) os interesses são, no fundo, aquilo por intermédio do que o governo pode agir sobre todas estas coisas que são, para ele, os indivíduos, os atos, as palavras, as riquezas, os recursos, a propriedade, os direitos, etc.”.

Portanto, trabalhar é um discurso e um discurso que não se restringe a repetir operações de natureza técnica que nas palavras de Christophe Dejours (2011, p.58) “é também fazer funcionar o tecido social, as dinâmicas intersubjetivas indispensáveis ao reconhecimento, [...] necessárias na mobilização subjetiva da personalidade e da inteligência”. Há que se perceber o caráter socializante do trabalho na vida das pessoas.

O sofrimento que acomete o trabalhador diante da face que assume frente ao seu gestor possui uma ligação direta com a organização do trabalho e se manifesta a partir do bloqueio estabelecido com essa forma de se organizar. Afirma Dejours (2011, p.29) que “a energia pulsional que não acha descarga no exercício do trabalho se acumula no aparelho psíquico, ocasionando sentimento de desprazer e tensão”. Amoldam esse sofrimento e resultam nas manifestações subjetivas do psiquismo pelo comportamento expresso da pessoa, da dificuldade de lidar com as condições precárias de trabalho e de relações hierárquicas que “anulam” a fala do trabalhador.

Outra situação, que não deixa de se encaixar na temática do sofrimento, por ser ele a resultante de vários processos desencadeados de modo subjetivo no trabalhador, é a do sentimento de culpa que o acomete, normalmente relacionado ao fracasso no trabalho, seja por desconhecimento da atividade, treinamento insuficiente ou mesmo inexistente, imprudência ou acidente, realidade que é quase sempre relacionada à sua própria forma de se conduzir naquela atividade, cujos reflexos são resultados tanto da organização quanto das condições de trabalho ofertadas pelo empregador, assim como pelo resultado de um processo autoavaliativo a que se impõe o próprio empregado.

Os discursos aqui reproduzidos apontam para a dimensão da saúde e de seus efeitos enquanto experiência coletiva, já que sempre se encontram referências ao próprio viver, no qual o debate que articula identidade, faces e trabalho não se exclui.

De outra forma, pode-se mencionar, aqui fazendo uso do pensamento de Barros, Mori e Bastos (2007, p.101), que a promoção da saúde, do equilíbrio e da construção identitária saudável nos espaços de trabalho possui uma ligação intrínseca com a

“capacidade individual e coletiva para transformar as situações que agridem e fazem sofrer”.

Dejours (1997, p.35) examina essa discussão dos processos de saúde no trabalho considerando que não é uma atividade neutra na vida do trabalhador, especialmente daquele que atua nessa área. Afirma que o trabalho ocupa um importante lugar no combate ao adoecimento, devendo-se levar em conta que não se trata de uma situação que deva ser compreendida como uma circunstância limitada à vida do indivíduo, mas que possui uma dimensão coletiva. Entende que “a divisão entre espaço de trabalho e espaço privado só é eventualmente pertinente na análise econômica, mas torna-se inconsistente a partir do momento em que se trata das relações sociais e das questões de saúde”.

Inaugura-se, assim, em todas as frentes de trabalho, uma nova eticidade, agora maximizada pelo papel do administrador em geral, que engendra um processo de imposição discursiva da forma de se organizar a rotina do trabalhador no processo da atividade, a despeito da sua condição física, ou psíquica, ou mesmo de seu lugar de fala.

Nessa lógica, tende o trabalhador subordinado a silenciar-se a si diante do outro, assumindo uma face de submissão, muitas vezes caracterizada pelo distanciamento ou pela tentativa de distanciar-se da situação, como elemento de defesa, com o intuito de possibilitar ao profissional lidar com experiências dolorosas de modo a tentar esquivar-se do sofrimento que ela possa ensejar.

São essas as motivantes da presente proposta de pesquisa. É deste limite e categorias que se dispõe, no momento, para se analisar a fala dos trabalhadores das unidades móveis do SAMU-192 Polo I Ceará, considerando-se a fala do trabalhador e suas experiências reais formatadas pelos relatos que revelam a situação peculiar e ao mesmo tempo coletiva do fazer-ser de cada um no trabalho.

3.2 O ESTUDO – ANÁLISE DISCURSIVA DOS “SAMUZEIROS”

O pano de fundo do estudo constitui a análise dos discursos dos “samuzeiros” com recorte que também inclui uma perspectiva teórica ancorada na teoria da polidez linguística de Brown e Levinson, considerando uma visão mais ampla do discurso, debatendo a importância da diversidade de sentidos e de estratégias de polidez, bem como o estudo das faces, na construção discursiva norteadoras, talvez, da possibilidade da sustentação de uma fala capaz de manter a empregabilidade dos “samuzeiros”. Tratar-se-ia, assim, não apenas de uma fala para si, mas para o outro.

3.2.1 A fala e as faces daqueles que correm contra o tempo

A violência, enquanto categoria linguística abre expressões discursivas que possibilitam a análise e compreensão dos enunciados formulados. As falas dão conta de situações específicas de violências de diversas ordens.

Embora Marques (2013) tenha buscado registros oficiais a respeito das falas dos “samuzeiros” junto à administração do SAMU/Polo I/CE, nada obteve. Preservados, contudo, os relatos dos componentes das unidades móveis que expressam seus temores e as consequências reais destas experiências em suas vidas.

Fomos a uma ocorrência em Itapebussu, no caminho nós fomos abordados por dois rapazes numa moto que perguntou se nós estávamos indo fazer esse atendimento, e eu disse que ‘sim’ e eles nos informaram o seguinte: “ó vocês tão indo atender uma ocorrência lá da agressão e se não me engano era uma briga de gangue onde uma pessoa foi agredida por na faixa de umas dez pessoas” e ainda disse: “rapaz se eu fosse vocês eu não ia porque a polícia ainda não chegou no local e os caras lá tão tudo furioso armado e disse que não ia deixar ninguém levar o cara não”, que era a vitima né? O agredido. Aí entramos em contato com a central, pra central entrar em contato com a polícia. Então nós ficamos esperando na faixa de uns 20 minutos. Depois o pessoal da regulação entrou em contato com a gente e disse que o pessoal da polícia tinha informado que já tinha havido óbito, que a viatura tinha chegado lá no local. Então quer dizer, isso ai é um perigo, por quê? Porque vai uma equipe dessa chega no local não sabe de nada. E se aquelas duas pessoas não tivessem abordado a gente? Então a gente poderia com certeza ter sofrido algum tipo de agressão pra que não atendesse a pessoa né? Sem polícia, poderia dar meia volta porque eu e os meninos não íamos confrontar com 20 pessoas né? (ENFERMEIRA4).

As falas parecem dar conta de sofrimentos que estão para além da dimensão do corpo, mas também atingem a dimensão subjetiva (psíquica) advinda dos temores, das tensões, das ansiedades e medos frente ao inesperado.

A forma como se organiza o trabalho, de acordo com a reflexão de Assunção (2003, p. 1015), “(...) é um fator social determinado e determinante de uma lógica social. As condições de trabalho portam as marcas de uma relação de forças e dos valores da sociedade em que são geradas (...)”. Além disso, acrescenta que as assimetrias existentes entre as categorias de trabalho que ocupam um mesmo espaço, indicadoras de desigualdades, contribuem para que não se reconheça, no ambiente laboral, as diferenças que individualizam cada trabalhador, com necessidades, anseios, cognições e características que os singulariza, como parece ser natural.

Assim, tomando Fairclough (2016, p. 95) lê-se que ele explana que os eventos discursivos se relacionam não apenas ao contexto, mas ao espaço de fala que se relaciona com o quadro institucional de poder onde acontecem os enunciados. Assim, seria o discurso uma construção social, contribuindo para a “(,,,) constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhes são subjacentes”.

Aqui não se pode deixar de fazer uma menção às contribuições de Austin (1975, p.5) quando fala da sentença performativa, a fala enquanto ato, que dá conta de enunciados performativos:

Eles não ‘descrevem’ nem ‘relatam’ ou constatarem algo, eles não são ‘verdadeiros’

ou 'falsos'; e a enunciação da sentença é a execução de uma ação, ou uma parte dessa execução, que, novamente, não deveria ser descrita como, ou somente como, dizendo algo.

Não é preciso dizer o todo da sentença (pronunciá-la) para que as circunstâncias, o contexto e a fala dos iguais envolvidos na lógica coletiva do discurso sejam adequados à situação, o que se pode ligar à concepção apresentada por Austin (1975, p.5) de que “dizer algo não é, como geralmente se pensa, denotar algo. Ao se dizer algo, está-se fazendo algo”.

De tudo até aqui desenvolvido, percebe-se que é possível perceber a fala como a materialização de um discurso específico que dá conta não apenas de uma dimensão pessoal do dizer, mas também da dimensão coletiva, considerando-se os valores e os interesses (jogos de poder) daqueles que detém o domínio do grupo.

É nesse sentido que se busca Goffman (1967, p.5) que propõe um conceito de face atrelado a um modo de o sujeito figurar no espaço social, a partir de atributos sociais previamente estabelecidos e aprovados, apresentando-se no movimento interativo (discursivo) de modo adequado e polido. Nas palavras de Brown e Levinson (1987) “para saber como interagir é preciso ter conhecimento de mundo a respeito do ritual que está sendo realizado, é preciso ter experiência”. Assim, naquilo que diz respeito aos discursos do trabalhador em geral, as interações devem dar-se de modo menos conflituoso, na busca de uma harmonia interativa com colegas e especialmente com os superiores hierárquicos, respeitando-se um repertório de regras sociais, na tentativa do sujeito de se preservar ou manter uma face.

Analisar esses tipos de enunciados é considerar o modo de falar como um complexo de estratégias linguísticas que considera a preservação das faces dos falantes enquanto uma compreensão de pessoas, narrativas e construção discursiva geral consoante padrões de comportamento verbal socializados (Teixeira, 2011).

Essa construção de Goffman (1967) trabalhada por Brown e Levinson (1987) tenta dar conta de uma construção estratégica do sujeito no seu dizer social, constituindo também o que se identifica por face positiva e negativa, respectivamente enquanto conjunto de imagens valorizadas ou desvalorizadas socialmente, sendo a polidez o eixo central discursivo, na medida em que os interlocutores alternam entre si a expressão e o desejo de serem reconhecidos e aprovados socialmente.

Por esse ângulo, a fala individual e a fala coletiva se interrelacionam, são inseparáveis do contexto dado que se influenciam, mas cada uma mantendo a identidade própria de cada falante atravessada por aquele que os singulariza: a subjetividade.

Tudo isso inspira a proposta da presente pesquisa na análise da produção linguística coletada por meio das falas dos “samuzeiros”, considerando a perspectiva da cortesia linguística, cujo fundamento é o da preservação e ameaça às faces.

Na concepção de Teixeira (2001) toda essa organização se ampara na teoria

da polidez por meio de atos protetores, modalizadores e ameaçadores, consoante a doutrina de Marcuschi (1989, p.284) que relacionou quatro tipos de atos ameaçadores:

- a) atos que ameaçam a face positiva do ouvinte: desaprovação, insultos, acusações;
- b) atos que ameaçam a face negativa do ouvinte: pedidos, ordens, elogios;
- c) atos que ameaçam a face positiva do falante: auto-humilhação, auto-confissões;
- d) atos que ameaçam a face negativa do falante: agradecimentos, excusas, aceitação de ofertas.

Portanto, há uma interrelação entre a Teoria das Faces de Goffman (1967) e a Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987), quando considerado o discurso enquanto eixo central da expressão do sujeito, evidenciando que é possível empregar termos singulares significativamente naquilo que Quine (1920, p.222) evidencia a cisão entre significar e nomear.

A denotação discursiva deve ser entendida, enquanto composição linguística, enquanto fluxo que não cristaliza ideias construídas pelo interlocutor, mas que considera a visão crítica e pragmática da fala evidenciadas pela intencionalidade do falante ao buscar construir uma face expressiva e polida no que se pode indicar enquanto função discursiva, na proposição de Wittgenstein (1979) enquanto jogo propositivo que sustenta o caráter de ilocucionariedade da linguagem.

4 | CONCLUSÃO

O estudo ainda se encontra em fase de elaboração. Contudo, algumas considerações podem ser indicadas: pensamos em tomar a metáfora e o fenômeno da polidez linguística não como uma ferramenta que é colocada em uso, mas sob um viés linguístico-cognitivopragmático-cultural, analisando tais fenômenos no uso, na conversa. Por isso, trabalhando com o evento discursivo e com os seus contextos, focalizamos os aspectos sociais da linguagem com o estudo da polidez linguística.

Muitas das teorias pragmáticas transformam, no dizer de Rajagopalan (1990), a prática linguística em algo totalmente diferente, deixando de lado os seus tropeços, acasos, imprevisibilidades e singularidades. Foram a essas singularidades, nas conversas estabelecidas com os “samuzeiros”, que procuramos dar a visibilidade.

Por isso, a teoria da polidez, neste trabalho, é vista como historicamente situada e não de forma homogênea e abstraída da realidade sociocultural, uma vez que as estratégias de polidez, o uso da figuratividade e o da metáfora, utilizadas por esses trabalhadores, só podem ser entendidas a partir da compreensão dos processos de “invisibilidade social” que essas pessoas sofrem.

Tais pessoas, por conta principalmente da necessidade de manterem seus

postos de trabalho, mesmo que precarizados usam as estratégias de polidez buscando a preservação de suas faces, com uma forma de se manterem e manterem a sobrevivência dos seus.

Nesse sentido, da mesma forma que a ambiguidade, que parecia ser um fenômeno consagradamente semântico, a ser estudado a partir de uma Linguística imanentista, passou a ser visto não como um dado estrutural, mas como algo que os usuários da linguagem propositadamente exploram para determinados fins comunicativos (RAJAGOPALAN, 1990), este estudo pretende contribuir para uma nova visão do fenômeno da polidez, ao conclamar, em todos os seus momentos, um olhar para os seus usos, não como fenômenos isolados, sintomas da racionalidade humana, demonstrada através da linguagem. Mas sim, como um modo de ação de pessoas que vivenciam experiências sociais variadas, como por exemplo enfrentarem situações de violência e que usam a linguagem com propósito, por meio de suas atividades laborais, garantirem a sua subsistência, indicando que todos nós utilizamos a linguagem não como um significado único, descontextualizado e racional, mas como diferentes formas de ser, de agir e de estar no mundo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C.N. Linguagem e medo da morte: uma Introdução a linguística interacionista. Fortaleza: EDIUECE, 2009.

_____. Pragmática da exclusão: a teoria dos atos de fala por Searle e outras confusões formalizantes. In: FREITAS, A. (Org.). Linguagem e exclusão. Uberlândia: EDUFU, 2010.

ALMEIDA, G. A. de. Aspectos da filosofia da linguagem. In: SOUZA FILHO, D. M. (Org.) Significado, verdade e ação. Rio de Janeiro: EDUFF, 1986.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola editorial, 2004.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da saúde. In: Minayo, Gomes (org.). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, 2011.

AUSTIN, J.L. Quando dizer é fazer – palavras e ação. Porto Alegre: Artmed, 1990.

_____. How to Do Things with Words. 2ª.ed. London: Oxford University Press, 1975,

BARROS, Maria E. B.; MORI, Maria E.; BASTOS, Solange de S. O desafio da Política Nacional de Humanização nos processos de trabalho: o instrumento “programa de formação em saúde e trabalho. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 14 (1) : 31-48, 2006 – 31.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. ABC de Bourdieu. **CULT – Revista Brasileira de Cultura**. São Paulo: Bregantini, n. 166, ano 15, mar. 2012. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2013/01/abc-de-bourdieu/>>. Acesso em 30 jan. 2013.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Uma ciência que perturba. Entrevista de Pierre Thuillier (La Recherche) com Pierre Bourdieu. **La Recherche**, n. 112, 1980. Disponível em: <http://www.janduarte.com.br/textos/ciencia_perturba.pdf>. Acesso em 04 maio de 2012>. Acesso em 21 de mai 2012.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.055, de 27 de abril de 2004. Institui o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, em Municípios e regiões do território nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 28 de abril de 2004. Brasília: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5055.htm>. Acesso em 21 dez. 2012.

_____. Decreto Federal nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Lei Elói Chaves. Determina a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões para empregados de empresas ferroviárias brasileiras. **Diário Oficial da União**, 28 de janeiro de 1923. Brasília: 1923.

_____. Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Diário Oficial da União**, 16 de junho de 1973. Brasília; 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp14.htm>. Acesso em 15 out. 2012.

_____. **O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios**. 3. ed. Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Organização Pan-Americana da Saúde – MS/OPAS. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Série A, Normas e Manuais técnicos n. 114. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS**. Saúde e Trabalho. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. Política Nacional de Humanização. **Caderno HumanizaSUS**, v. 2, Série B, Brasília, DF, 2010. Textos básicos de saúde.

_____. Portaria GM/MS n.º 2048, de 5 de novembro de 2002. Regulamenta o atendimento das urgências e emergências. **Diário Oficial da União**, 5 de novembro de 2002. Brasília: 2002.

Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/atos_normativos/legislacao-sanitaria/estabelecimentos-de-saude/urgencia-e-emergencia/portaria_2048_B.pdf>. Acesso em 23 dez. 2012.

_____. Portaria GM/MS nº 1.863, de 29 de setembro de 2003. Institui a Política Nacional de Atenção às Urgências a ser implantada em todas as unidades federadas, garantindo a universalidade, integralidade e equidade no atendimento às urgências de todas as naturezas. **Diário Oficial da União**, 29 de setembro de 2003. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2003/GM/GM-1863.htm>>. Acesso em 2 set. 2012.

<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/SAS_Relatorio_de_Gestao_2011.pdf>. Acesso em 5 set. 2012.

_____. Resolução MS/CNS nº 196 de 10 de outubro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e normas de pesquisa envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, 10 de outubro de 1996. Brasília: 1996. Disponível em: <http://andromeda.ensp.fiocruz.br/etica/sites/default/files/documentos/Res%20196_96.pdf>. Acesso em 10 de nov. 2012.

_____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual de Regulação Médica das Urgências**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Série A, Normas e Manuais

Técnicos. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/regulacao_medica_urgencias.pdf>. Acesso em 10 de mai. 2012.

_____. **Secretaria de Atenção às Urgências**. 3.ed. ampl. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Portaria no 12, de 06 de junho de 1983.

Normas Regulamentadora 09. Dispõe acerca do PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS. **Diário Oficial da União**, 06 de junho de 1983. Brasília: 1983. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEF1CA0393B27/nr_09_at.pdf>. Acesso em 18 dez. 2012.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: University Press, 1987.

BROWN, R. et al. Postmortem evidence of structural brain changes in schizophrenia. *Archives of General Psychiatry*, [S.l.], v.43, p.36-42, 1985.

BROWN, R. Politeness theory: exemplar and exemplary. In: ROCK, I. (Ed.). *The legacy of solomon asch: essays in cognition and social psychology*, Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., p. 23-28, 1990.

CRAIG, R.T.; TRACY, K.; SPISAK, F. The Discourse of Requests: Assessment of a politeness approach. *Human Communications Research*, [S.l.], v.12, p. 437-468, 1986.

DEJOURS, Christophe. **O fator humano**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. **O Fator Humano**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FAIRLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2ª.ed. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2016.

FOUCAULT, Michel **Nascimento da Biopolítica**. Curso no *Collège de France* (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOFFMAN, E. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais na interação social. In: FIGUEIRA, S. A. (org.). **Psicanálise e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 76-114.

_____. **Interaction ritual**. New York: Harp e Row, 1967.

_____. **Interaction ritual: essays on face-to-face behavior**. Garden City: Anchor; Doubleday, 1967.

GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. Cambridge. University Press, 1982.

HOLMES, J. Apologies in New Zealand English. *Language in Society*, London, p.155-199, 1990.

HOLMES, J.; REID, E. *Women, men and politeness*. New York: Longman, 1995.

KASPER, G. Linguistic Politeness. *Journal of Pragmatics*, [S.l.], v. 14, p. 193-218, 1990.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les interactions verbales**. Approche interactionnelle et structure des conversations. *Tome 1*. Paris : Armand-Colin, 1990.

_____. **Les Interactions verbales**. Paris: Armand Colin, 1992. v.1.

_____. Análise da conversação: princípios e métodos. Tradução Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2005- 2006.

LAPLANCHE e PONTALIS. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LEVINSON, S. C. Pragmática. Tradução Luís Carlos Borges, Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. A teoria da implicatura de Grice. In: LEVINSON, S. C. Pragmática. Tradução Luís Carlos Borges, Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 121-201. 1992.

MACEDO, A. C. P. S. A psycholinguistics analysis of the metaphor “difficulties are weights”. *Linguagem em Discurso*, v. 7, n. 3, 2007.

MACEDO, A. C. P.; BUSSONS, A. F. Faces da metáfora. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

MAINGUENEAU, D. L'Analyse du discours. Paris: Hachette, 1997.

MARCUSCHI, L. Análise da conversação. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991.

_____. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007a, p. 124-145.

_____. Tópicos de análise da conversação: notas sobre a noção de relevância condicional. In: MARCUSCHI, L. A. *Fenômenos da linguagem. reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2007b, p. 99-108.

MARQUES, Ana Maria Almeida. **Condições e organização do trabalho das equipes do SAMU/RMF: riscos e agravos daqueles que correm contra o tempo**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Ceará, UECE. Fortaleza, 2013.

MARCUSCHI, L. A. Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções. In: CASTILHO, A T. (org.). **Português falado culto no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1989, p. 281-322.

MENDES, S. S.; FERREIRA, L. R. C.; MARTINO, M. M. F.; Identificação dos níveis de stress em equipe de atendimento pré-hospitalar, 06/2011. **Estudos de Psicologia - PUCCAMP** (Impresso). Campinas, SP, v. 28, fac. 2, pp.199-208, 2011.

MERHY, Emerson Elias; et al. **O Trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano: o debate no campo da saúde coletiva**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MORATO, E. M. O interacionismo no campo linguístico. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

NOVAES, M. Os dizeres nas esquizofrenias: uma cartola sem fundo. São Paulo: Escuta, 1996.

QUINE, W. Van O. **De um ponto de vista lógico**. Trad. Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

RAJAGOPALAN, K. Dos dizeres diversos em torno do fazer. D.E. L.T.A, [S.l.], v.6, n.2, p. 223-254, 1990.

SEARA, Isabel Roboredo. **Cortesia: olhares e (re)invenções**. Lisboa: Chiado, 2014.

TEIXEIRA, Leticia Adriana Pires. **A polidez na conversa de pessoas esquizofrênicas: cognição, figuratividade, estratégias e faces**. 272f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. 2 v.. 2011.

TEIXEIRA, Tâmara. Trânsito torna socorro rápido missão complicada na capital. Jornal O Tempo, Minas Gerais, 18 de julho de 2011, p 8-10. Disponível em: <http://metropolitana.mg.gov.br/system/documents/69/original/2011_07_18_clipping.pdf?1318023198>. Acesso em 20 abr. 2012.

WITTGENSTEIN, L. Investigações filosóficas. Tradução de J.C. Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

A BIBLIOTECA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PORTO VELHO (RO): QUE PRÁTICAS?

Kétila Batista da Silva Teixeira

Universidade Federal de Rondônia

Porto Velho - RO

Zillanda Teixeira Rodrigues Stein

Universidade Federal de Rondônia

Porto Velho - RO

Jussara Santos Pimenta

Doutora em Educação, Professora do Curso de Pedagogia do Departamento de Ciências da Educação (DED) da Universidade Federal de Rondônia,

Porto Velho - RO

RESUMO: O presente texto apresenta a pesquisa realizada que teve como objetivo diagnosticar a situação das bibliotecas escolares do município de Porto Velho (RO). Entendendo a biblioteca escolar como elemento indispensável ao aperfeiçoamento intelectual permanente do indivíduo, procuramos verificar a estrutura física, identificar a formação proporcionada aos profissionais, a frequência e a interação dos usuários e, sobretudo que práticas são desenvolvidas nessas bibliotecas. A pesquisa teve como fundamentação teórica os estudos de Carneiro da Silva (1991; 1993), Paulo Freire (2001), Campello (2002) e Côrtes e Bandeira (2011). Utilizamos como instrumento de coleta de dados o questionário dividido em duas seções. No diagnóstico constatamos

que as bibliotecas escolares quase inexistem na rede municipal, pois das 49 escolas, doze (12) têm esse espaço em suas dependências e dessas 6 escolas apresentam, de fato, suas bibliotecas funcionando. Mesmo assim, quando estão presentes nas instituições as salas são adaptadas, improvisadas e pequenas e encontramos poucas práticas sendo realizadas pelos profissionais que nelas atuam. Fica evidenciado que é fundamental o estabelecimento de políticas públicas que proporcionem e caracterizem a biblioteca como espaço de leitura e aprendizagem; os gestores e os educadores recebam uma formação que contemple a questão da leitura em articulação com a BE; para que esse trabalho de articulação aconteça de forma satisfatória, é preciso, que as mesmas estejam aparelhadas, com atendimento nos três turnos e com pessoal qualificado para o atendimento individual e coletivo e apto para o desenvolvimento de projetos que oportunizem uma dinamização efetiva e eficiente.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca escolar. Práticas. Diagnóstico.

ABSTRACT: This article presents the research carried out to diagnose the situation of school libraries in the city of Porto Velho (RO). Understanding the school library as an indispensable element for the permanent intellectual improvement of the individual, we

seek to verify the physical structure, identify the training provided to professionals, the frequency and interaction of the users and, above all, what practices are developed in these libraries. The research was based on theoretical studies of Carneiro da Silva (1991, 1993), Paulo Freire (2001), Campello (2002) and Côrtes e Bandeira (2011). We used as a data collection instrument the questionnaire divided into two sections. In the diagnosis, we found that school libraries almost do not exist in the municipal network, because of the 49 schools, twelve (12) have this space in their dependencies and these 6 schools actually have their libraries functioning. Even so, when they are present in the institutions, the rooms are adapted, improvised and small, and we find few practices being performed by the professionals who work in them. It is evident that it is fundamental to establish public policies that provide and characterize the library as a space for reading and learning; managers and educators receive training that addresses the issue of reading in conjunction with BE; so that this work of articulation happens in a satisfactory way, it is necessary that they be equipped, with attendance in the three shifts and with personnel qualified for the individual and collective attendance and apt for the development of projects that allow an effective and efficient dynamization.

KEYWORDS: School library. Practices. Diagnosis.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A formação do aluno leitor é uma preocupação por parte dos professores, secretarias, pesquisadores e estudiosos da área da Educação e é um tema recorrente em palestras e eventos. Nesse sentido, questões são levantadas para solucionar esse problema e os educadores se interrogam: como formamos esse leitor? Como despertar o prazer de ler? Quais são as ferramentas e meios que os professores têm para realizar essa tarefa? O que as políticas públicas estão fazendo para que se efetive essa formação? A escola se torna esse local de impacto em direção à formação de leitores, pois muitas vezes é na escola que o aluno tem o primeiro contato com a leitura ou o livro. Sendo assim, a escola é a mais responsável por essa formação.

Como afirma Paulo Freire em seu livro “A importância do ato ler” a criança mesmo sem ter domínio da leitura da palavra já tem a leitura do mundo à sua volta, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, então o interesse da criança pela leitura só será despertado se os textos apresentados tiverem relação com a realidade vivida por ela. Paulo Freire (2000, p. 33) afirma:

[...] a biblioteca popular, como centro cultural e não como um depósito silencioso de livros é vista como fator fundamental para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma concreta de ler o texto em relação ao contexto.

Então a escola tem que fazer essa articulação entre a realidade vivida e a leitura da palavra, para que se efetive a compreensão do texto. Tornando a biblioteca escolar (BE) esse centro integrador, que apoia a função educativa e permeiar todos os espaços escolares. Nesse mesmo contexto afirma Campello (2002, p. 11):

A biblioteca escolar é sem dúvida o espaço por excelência para promover experiências criativas de uso de informação. Ao reproduzir o ambiente informacional da sociedade contemporânea, a biblioteca pode, através de seu programa, aproximar o aluno de uma realidade que ele vai vivenciar no seu dia-a-dia, como profissional e como cidadão.

A biblioteca escolar segundo Fragoso:

Longe de constituir mero depósito de livros, a biblioteca escolar é um centro ativo de aprendizagem. Nunca deve ser vista como mero apêndice das unidades escolares, mas como núcleo ligado ao pedagógico. A biblioteca trabalha com os educadores e não para eles ou deles isolados. Integrada à comunidade escolar, a biblioteca proporcionará a seu público leitor uma convivência harmoniosa com o mundo das ideias e da informação (FRAGOSO, 2006, p. 01).

A biblioteca escolar torna-se esse local diferenciado dos outros espaços da escola, que tem por objetivo integrar o aluno, professor, bibliotecário e proporcionar um ambiente rico em aprendizagem.

Em 2010, entrou em vigor a Lei 12.244 – que obriga todos os gestores a providenciar, até 2020, espaços estruturados de leitura em suas instituições, e que esses espaços tenham no mínimo 1 (um) título para cada aluno e que seja administrada por profissionais habilitados em Biblioteconomia, percebemos que a situação praticamente não se modificou.

Percebemos que as bibliotecas escolares no Brasil apresentam diferentes problemas, desde a estrutura física, salas adaptadas, depósitos de livros, professores readaptados, acervo precário, até o descaso das autoridades competentes. Silva (1995) afirma que a biblioteca está no mais absoluto silêncio:

Silêncio: essa talvez seja a palavra que melhor simboliza a situação real da biblioteca no Brasil. Sem dúvida a biblioteca escolar brasileira encontra-se sob o mais profundo silêncio: silenciam-se as autoridades, ignoram-na os pesquisadores, calam-se os professores, omitem-se os bibliotecários. É realmente um silêncio quase sepulcral, que até faz sentido, pois a biblioteca escolar no Brasil está praticamente morta, faltando apenas enterrá-la (SILVA, 1979:11).

A importância deste estudo se deu pela realidade observada no país, que nos fornece dados desestimulantes quanto aos trabalhos realizados com as bibliotecas escolares. Especialmente da possibilidade do mesmo levantar questões que promovam a reflexão e a discussão sobre um tema ainda pouco discutido em nossas escolas e universidade, a importância da biblioteca escolar, para a formação do aluno leitor, um processo de suma importância no ensino, que abrange muito mais do que a leitura das palavras, mas que desperta no educando a leitura de mundo.

Compreender o panorama que estamos inseridos atualmente em relação às bibliotecas escolares nos ajudam a entender quais desafios e dificuldades enfrentaremos para conseguirmos cumprir a lei nº 12.244/2010. Outra questão importante que temos

que refletir e analisar: como estão organizados os espaços das BE nas escolas? Será que eles estão incentivando a leitura e tornando alunos leitores? Ou será que são apenas depósitos de livros?

Estabelecemos como ponto de partida o levantamento das concepções e práticas que norteiam os usuários da biblioteca escolar e de que forma se dá o envolvimento entre escola e comunidade. Consideramos, assim, que investigar o lugar das bibliotecas nos espaços escolares do município é relevante e necessário, pois é uma forma de despertar nas instituições e nas autoridades competentes a importância desse espaço para o melhoramento da qualidade da educação.

A população-alvo da pesquisa constituiu a totalidade das Escolas Municipais do Ensino Fundamental do Município de Porto Velho-RO, que informaram no último Censo Escolar a existência de bibliotecas escolares. Foram visitadas 20 escolas, subordinadas à Secretaria Municipal de Educação.

O instrumento de coleta utilizado constou de um questionário, foram elaboradas questões semiestruturadas, sendo a maioria questões fechadas, objetivas, além de questões abertas permitindo proporcionar a apresentação de pontos de vista diferentes, expostos livremente, possibilitando maiores informações, sobre o contexto investigado:

Foram selecionadas apenas as escolas municipais de Ensino Fundamental da rede urbana, pois entendemos que é o período que o aluno está começando a ser alfabetizado e adentrando ao mundo da leitura da palavra, sendo nesse período de suma importância o funcionamento da BE, que vai auxiliar e enriquecer o repertório cultural e o gosto pela leitura, tornando esse momento de descoberta da leitura e escrita um ato prazeroso.

INVESTIGANDO AS BIBLIOTECAS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO (RO)

A partir do Censo Escolar verificamos que de 49 escolas municipais apenas 20 escolas declaram no último censo a existência de BE em suas dependências. Então realizamos uma pesquisa nessas 20 escolas a fim de confirmar a existência dessas BE. Esse trabalho de mapeamento foi realizado por uma professora do curso de Pedagogia e duas bolsistas do PIBIC, com a ajuda de um professor e três acadêmicas do curso de Biblioteconomia.

Das 20 escolas visitadas, verificamos que apenas 12 escolas têm bibliotecas escolares, uma realidade que observamos em muitos lugares do nosso país. Algo mais triste em saber é que dessas 12 escolas, verificamos que em 5 (cinco) escolas a biblioteca não funciona pois falta de profissional para atuar nelas, transformando esses espaços em depósitos de livros. Estando em segundo lugar falta de material e espaço físico adequado, estando presente no relato de uma escola.

Conforme afirma Pereira (2005) “mesmo havendo o espaço físico, não há

mobiliário e nem pessoal para fazer a biblioteca funcionar”. Restam assim, apenas 6 escolas que tem bibliotecas funcionando no município, uma realidade impressionante, pois praticamente inexitem nas escolas as BE, e quando existem funcionam em meio a muitas dificuldades, pois de 49 escolas apenas 6 escolas estão funcionando, demonstrando a importância que as autoridades têm com esse segmento da escola.

Mediante isto, iremos nos aprofundar no próximo tópico apenas nas escolas que possuem BE, no que diz respeito ao seu espaço físico, recursos humanos, caracterização dos usuários e sobre os serviços e atividades, para assim diagnosticar e apresentar como está a real situação das BE das instituições de ensino do município de Porto Velho-RO.

BIBLIOTECAS EM ATIVIDADE

Em relação ao espaço físico, procurou-se identificar as instalações físicas, o mobiliário, os recursos eletrônicos, a acessibilidade existente nas BE.

Conforme a pesquisa, sobre as instalações físicas das BE pesquisadas, é evidente que elas não estão em local apropriado. Em 2 (duas) escolas existe uma sala própria para a BE mas não comporta uma quantidade grande de alunos, atendendo no máximo 20 (vinte) alunos, evidenciando que mesmo a escola tendo um espaço próprio o mesmo não supre a necessidade da escola, pois as salas são pequenas, mais ou menos do tamanho de uma sala de aula, ou menor. Em 4 (quatro) das BE os espaços se tornam compartilhados e improvisados, dificultando ainda mais o acesso, pois o espaço se torna insuficiente para comportar mais de 10 (dez) a 15 (quinze) alunos. Dificultando assim o acesso as mesmas.

No que diz respeito ao mobiliário e aos recursos eletrônicos, foi verificado que 5 (cinco) das BE possuem cadeiras e mesas, porém esse mobiliário é coletivo e na pesquisa ficou evidente que eles não comportam e nem suprem a necessidade da escola. Em 100% das BE possuem estantes e armários, porém não preenchem a demanda dos livros e materiais, estando muitos livros ainda encaixotados e empilhados no chão. Todas as salas possuem ar condicionado. Apenas 2 (duas) das BE evidenciaram ter recursos eletrônicos em suas salas, sendo que o uso desses recursos e exclusivamente da professora responsável pela biblioteca.

Um dos grandes problemas encontrados nas instituições de ensino refere-se aos recursos humanos. Nas 5 (cinco) instituições que as BE contam com somente um professor para se encarregar da sala. Apenas uma escola possui 3 (três) profissionais que atuam na mesma, sendo uma responsável pelo atendimento e serviços informacionais, outra pela organização e preservação do acervo e outra por atividades de incentivo à leitura.

Com relação à formação dessas profissionais que atuam na BE, observamos que não temos em nenhuma escola um profissional conforme expressa a Lei nº 12.244,

aprovada em 2010, que para atuar na BE precisa ser formado em Biblioteconomia. Tendo apenas uma escola que tem um profissional com formação em técnico bibliotecário. Os demais profissionais são de outras áreas. Na grande maioria o que observamos na pesquisa é que são profissionais readaptados por motivo de saúde e não possuem nenhum embasamento teórico ou orientação para estar naquele local.

Observamos no diagnóstico que há uma grande dificuldade de recursos humanos nas BE e que a maioria desses profissionais são deslocados de suas funções para estarem na BE. Constatamos que nas 5 (cinco) instituições os profissionais não recebem nenhuma formação para atuar na BE, tornando baixa a qualidade da prestação de serviço ali ofertada, como presenciada durante a pesquisa. Sendo assim, de nada servirá se a escola possuir uma sala destinada a BE se na mesma o profissional que nela atua não realiza um trabalho eficiente, sendo apenas um entregador de livros.

Caracterização dos usuários: verificou-se que a maioria dos usuários da BE são os alunos estando presentes nas 6 (seis) escolas, ou seja, os professores estando em segundo lugar como frequentadores das BE e os funcionários e comunidade externa não frequentam a biblioteca. Em três escolas é liberada a utilização para a comunidade escolar, sendo que as demais escolas não prestam esse serviço, tornando o acesso somente aos alunos e professores.

Fica evidente que as autoridades competentes não buscam formas de estruturar esse espaço na escola que é fundamental para a formação do aluno leitor e para assim tornar a educação verdadeiramente de qualidade e direito de todos. Pois só a sala de aula não é suficiente para oportunizar momentos de leituras, temos que trazer os livros para mais próximos dos alunos.

SERVIÇOS E ATIVIDADES: QUE PRÁTICAS?

Foi constatado em nosso diagnóstico que dentre os serviços que a BE mais realiza é o empréstimo domiciliar, ocorrendo em cerca de 4 (quatro) instituições e a forma de controle realizado nessas instituições e o de controle manual, realizado em todas as escolas em cadernos. Em apenas 2 (duas) escolas o empréstimo não ocorre pois segundo os responsáveis não há catalogação do acervo tornando o empréstimo inviável.

Segundo os professores responsáveis pela BE, os alunos costumam frequentar mais a BE, na hora do intervalo, pois é o momento em que os estão liberados de suas atividades de sala de aula, pois no currículo das instituições pesquisadas não encontramos um momento destinado a ida dos alunos à BE, evidenciando que mesmo sem estar no currículo os alunos gostam deste lugar, e ele é significativo para elas. Apenas alguns professores levam os alunos de vez em quando à BE, porém os profissionais não têm dados de quantas vezes esses alunos vão à BE com os professores.

Outra prática que as BE realizam é empréstimos para os professores realizarem em suas práticas docentes, estando 5 (cinco) instituições que os professores vão até a biblioteca e realizam empréstimos e pesquisam livros para melhorar a sua prática docente, porém essa prática não é uma constante não há relatos que quantas vezes durante a semana ou mês esses profissionais vão até a BE.

As práticas realizadas nas BE evidenciaram a realidade do nosso contexto investigado, pois 5 (cinco) bibliotecas escolares confirmaram a não existência de projetos de leitura e incentivo à leitura em suas unidades. O único serviço que a BE realiza é o empréstimo em alguns casos e o livre acesso dos alunos a sala.

Em apenas uma instituição há projetos realizados pela BE. Um dos projetos é um com título “Asas da imaginação” que consiste em os alunos ir à biblioteca lerem livros e depois construir seus próprios livros, com suas próprias histórias.

Essa constatação evidencia que a BE quando realiza atividades diferenciadas e contribui não somente com a leitura da palavra, mas também que auxilia na escrita da palavra, demonstrando assim que a BE tem distintas e complexas funções e cabe ao professor responsável utilizar delas a fim de incrementar a sua prática e assim, de fato, contribuir com a qualidade da educação.

Outro projeto que a BE realiza é direcionado aos alunos do 5º ano onde os alunos realizam leituras literárias e depois apresentam no pátio para a comunidade escolar. Observamos que essa escola mesmo em meio a um contexto de descaso das autoridades busca formas de tornar sua BE mais dinâmica e viva.

Foi evidenciado em todos os questionários que os alunos vão à BE por iniciativa própria, e os materiais que elas vão buscar lá são livros, para realizar leituras livres. A realização de trabalhos e pesquisas escolares não esteve presente nos relatos dos funcionários, mostrando que as BE pesquisadas não estão cumprindo seu papel formador, limitando a real função da BE que não deveria ser apenas “uma simples reserva de livros catalogados e dados a ler às crianças, mas um local de encantamento e pesquisa” (PIMENTA, 2011, p.102).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi muito relevante, pois possibilitou responder a algumas questões que acreditamos serem problemáticas na nossa região. O trabalho de diagnóstico das bibliotecas tem sido realizado nas demais regiões, porém na Região Norte ele inexistente. Sendo assim e tendo em vista essa carência de dados sobre a situação das BE, procurou-se desenvolver, em primeiro lugar esse diagnóstico para revelar a real situação das bibliotecas escolares do nosso município. Nesse diagnóstico constatamos que as BE quase inexistem nas escolas municipais, e quando estão presentes nas instituições as salas são adaptadas, improvisadas e pequenas, tendo poucas mesas, cadeiras, estantes, revelando o descaso que esse seguimento se encontra. Somente

os alunos e professores são os usuários mais frequentes da BE.

Os recursos humanos são uma grande problemática nas instituições e na maioria das BE o professor responsável pela biblioteca não possui uma formação adequada, sendo de funcionários não especializados, ou afastados do contato direto com os alunos por motivo de saúde ou às vésperas da aposentadoria. Para realizar um bom trabalho na BE e promover o gosto pela leitura o profissional que atua na mesma tem que “ser apaixonado pela leitura e manter acesa a curiosidade são requisitos essenciais para o exercício dessa tarefa que promove o encontro amoroso entre o texto e o leitor” Fragoso (2011, pág.9).

As práticas de incentivo a leitura quase inexistem estando presente em apenas uma escola pesquisada que busca mesmo em meio a diversos problemas ofertar um ensino de qualidade, evidenciando assim um diferencial em relação às outras instituições.

Também não encontramos nessa primeira fase projetos de dinamização sendo realizados pelos profissionais da biblioteca ou destes em sintonia com os professores que estão em sala de aula.

Todas essas limitações foram evidenciadas na realidade das escolas pesquisadas e que para a organização e manutenção desse espaço na escola é fundamental o estabelecimento de políticas públicas que proporcionem e caracterizem a biblioteca como espaço de leitura e aprendizagem. Mas é também indispensável que os gestores e os educadores presentes em cada unidade escolar recebam uma formação continuada que contemple a questão da leitura em articulação com a BE. Para que esse trabalho de articulação aconteça de forma satisfatória, é preciso, que as mesmas estejam aparelhadas, com atendimento nos três turnos e com pessoal qualificado para o atendimento individual e coletivo e apto para o desenvolvimento de projetos que oportunizem uma dinamização efetiva e eficiente, tornando assim as BE locais de prazer e conhecimento.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA ESCOLAR: QUE ESPAÇO É ESSE? Ano XXI. **Boletim 14** - Outubro 2011. Disponível em: < <http://amormino.com.br/livros/20150213-biblioteca-escolar-que-e.pdf>> Acesso em 10 jun. 2018.

BRASIL. **Lei 12.244, de 24 de Maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Diário Oficial da União, Brasília. 2010.

CAMPELLO, B. S. et al. **A Biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CARNEIRO DA SILVA, Waldeck. **Miséria da biblioteca escolar**. – São Paulo; Cortez, 1995. – (Coleção questões da nossa época; v.45).

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 42.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o Ensino Fundamental; trad. e adapt. por Bernadete Santos Campello et al. – 3. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MILANESI, Luís. **Biblioteca** / Luís Milanesi. – 3. Ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

PIMENTA, Jussara santos. **Leitura, arte e educação**: a Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco (1934-1937). -1.ed. – Curitiba, PR: CRV, 2011.170p.

TEIXEIRA, K. B. S. ; RODRIGUES, Z. T. ; PIMENTA, J. S. . Biblioteca escolar: a formação do leitor em escolas públicas municipais de Porto Velho (RO). In: **VIII Seminário de Educação - ‘De que falamos quando falamos em educação?’**, 2015, Rolim de Moura (RO). VIII Seminário de Educação -. Rolim de Moura: Universidade Federal de Rondônia, 2015. v. Único. p. 83-91.

TEIXEIRA, K. B. S. ; RODRIGUES, Z. T. ; PIMENTA, J. S. .O trabalho colaborativo e a biblioteca numa escola pública de Porto Velho (RO). In: **VI Semana Educa - Educação Integral: Debates e Intenções Para a Educação Escolar**, 2016, Porto Velho (RO).

SOBRE O ORGANIZADOR

Willian Douglas Guilherme - Pós-Doutor em Educação, historiador e pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-269-2

